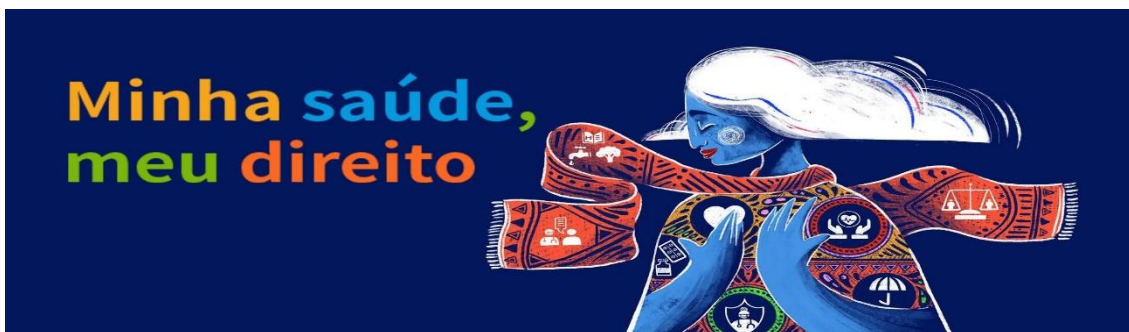


**Fundação Oswaldo Cruz**  
**Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)**

**CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 05/2024**  
**26 de março a 09 de abril de 2024**



**Publicação Digital**  
**Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ**  
**Rio de Janeiro, 11 de abril de 2024**



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência  
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



PATRIMÔNIO  
DA SOCIEDADE  
BRASILEIRA

## SUMÁRIO

---

04 Apresentação - *Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger*

### **Sistema Nações Unidas**

12 O Futuro que Queremos - *Santiago Alcázar*

16 O lado B, de bom, do Brasil - *Adhemar Bahadian*

18 O Conselho de Direitos Humanos da ONU concluiu sua 55ª Sessão: Face a sofrimentos humanos insuportáveis e a fragilidade dos mecanismos multilaterais frente ao exercício dos poderes globais de fato - *Armando De Negri Filho*

30 Defesa dos Direitos à Saúde: Enfrentando Desafios Globais e Doenças Negligenciadas - *Paula Reges, Luana Bermudez, Guto Galvão*

34 O manifesto do Aedes Aegypti - *Federico Tobar*

36 Uso exacerbado de recursos naturais, geração de lixo e contaminação ambiental agravam a tripla crise planetária e dificultam os esforços rumo à Agenda 2030 - *Danielly Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

44 A inteligência artificial na saúde sexual e reprodutiva e a garantia de direitos - *Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Mendes Gomes*

50 Os preços dos alimentos e a segurança alimentar e nutricional: uma ameaça permanente - *Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell, Juliana Ubarana*

60 Cultura no G20 - *Gisele Sanglard, Fabiane Gaspar e Heliton Barros*

66 Banco Mundial: a Avaliação de Danos na Faixa de Gaza - *Isis Pillar Cazumbá*

69 Reforma da OMC e da Arquitetura da Dívida Global - *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

### **Movimentos sociais globais e saúde**

72 Chamado à ação: o papel crucial da sociedade civil no combate aos desafios globais- *Jesús Enrique Patiño Escarcina, Renan Amaral Oliveira, Diana Reyna Zeballos Rivas, Elwira Gliwska, Laurenice Pires, Mateus dos Santos Brito, Matheus dos Santos da Silveira, Patrícia Lewis Carpio, Tatiana Cerqueira Machado Medrado e Luis Eugênio de Souza*

97 Dia Mundial da Saúde: A financeirização do mundo é contrária à saúde dos povos - *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

### **Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países**

105 A vez dos pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento - *Regina Ungerer e Erica Kastrup*

118 Preservar o clima, o meio ambiente e a representatividade no G20. Próxima reunião de chanceleres do G7 e o panorama global da saúde. Anticorrupção e integridade em pauta na quinzena da OCDE - *Pedro Burger, João Miguel Estephano, Vitória Kavanami, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e Paulo Esteves*

- 127 Alternativas ao dólar: mecanismos de liquidação financeira para um mundo multipolar, um debate - *Claudia Hoirisch*
- 132 Potências Médias Emergentes, Transição de Poder e Multilateralismo - *Paulo Esteves e Carlos Frederico Coelho*
- 140 A integração da América Latina à deriva? - *Samia de Brito, Miryam Minayo e Sebastian Tobar*
- 152 Genocídio de Ruanda: Trinta anos de trauma permanente - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 169 Cartão amarelo para a extrema-direita na Europa - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 172 Uma solução de dois Estados está de volta à agenda – à custa de milhares de mortos - *Lúcia Marques*
- 179 China: Normas de Avaliação de Ciência e Tecnologia - *André Costa Lobato*
- 182 Atualização USA - *Guto Galvão*
- 186 ESPECIAL: A cooperação internacional precisa estar acima de diferenças políticas – Entrevista concedida por *Paulo Buss* a *Paulo Schueler*

**Créditos dos Autores deste Fascículo - 192**

**\*\*Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 195**

**\*\*\*Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 196**

## CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

### Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 05/2024 – 26 de março a 09 de abril de 2024

#### Apresentação

Dia 7 de abril comemorou-se o **Dia Mundial da Saúde**. Uma data simbólica, importante porque lembrada em todo o mundo com iniciativas as mais diversas, e que neste ano tomou o dístico “*Minha saúde, meu direito*”. Muito oportuno e apropriado, pois que tem sido admitido como um direito fundamental que, contudo, tem sido negado para uma fração imensa da população mundial. Não apenas devido à não materialização do direito ao acesso à serviços de recuperação da saúde, a serem oferecidos por sistemas universais, integrais, equitativos e de qualidade. Mas também o acesso à educação e informação de qualidade, à água potável, ar puro, boa nutrição, habitação de qualidade, condições ambientais e de trabalho decentes e livres de discriminação, que são determinantes sociais da saúde e, portanto, indispensáveis para a verdadeira materialização do direito à saúde.

Segundo a **OMS**, o direito à saúde de milhões de pessoas está cada vez mais ameaçado em todo o mundo. Doenças e desastres são importantes como causas de morte e incapacidade. Os conflitos devastam vidas, causando morte, dor, fome e sofrimento psíquico. A queima de combustíveis fósseis está simultaneamente impulsionando a crise climática e retirando o nosso direito de respirar ar limpo, com a poluição do ar interior e exterior ceifando uma vida a cada 5 segundos.

O *Conselho da OMS sobre a Economia da Saúde para Todos* constatou que pelo menos 140 países reconhecem a saúde como um direito humano na sua constituição. No entanto, este direito não se traduz, por exemplo, no acesso aos serviços de saúde: de fato, pelo menos 4,5 bilhões de pessoas - mais de metade da população mundial - não receberam cobertura adequada de serviços de saúde essenciais em 2021.

Temos que pautar nossa luta de profissionais de saúde e ativistas sociais pela equidade social e sanitária, agenda central de todos os homens e mulheres de boa-vontade para alcançar o direito à saúde.

Entretanto, lamentavelmente, o 7 de abril marca também o sexto mês da **guerra de Israel contra o povo palestino na faixa de Gaza**. Mudamos o tom. Já não entendemos mais a guerra como sendo contra o Hamas. Quando Israel impede a entrada de comida e bombardeia e mata 7 pessoas da ajuda humanitária que transportava comida todos os limites foram ultrapassados e já estamos perto do que a documentarista Julia Bacha – que acompanha os conflitos no Oriente Médio – chamou de genocídio, consoante a interpretação de alguns líderes globais e outros analistas. Nas ruas de Israel, com uma veemência e constância nunca vistas até aqui, o povo israelense pede o impeachment de Bibi. Hipocrisia também tem nome. Enquanto discursa e vocifera contra o governo de Netanyahu, os Estados Unidos continuam enviando bilhões de dólares em armas, apetrechos militares e bombas para a máquina de guerra israelense.

Motivados por esta quintessência do desprezo com a vida humana, o CRIS vai tratar no dia 17 de abril, no seu já tradicional **Seminário Avançado e Saúde Global e Diplomacia da Saude**, do tema ‘**Saúde como Ponte para a Paz**’, com um grupo muito seleta, que inclui o jurista Lawrence Gostin, da Georgetown University; a diretora da EMRO/WHO, dra. Hanan Balkhy; a

vice-diretora da ABC, embaixadora Luiza Lopes; e o médico da Cisjordânia, Mustafa Barghouti, com a coordenação de Paulo Buss, professor emérito da Fiocruz.

No **Haiti**, a chaga continua aberta. Milhares de pessoas desesperadamente procuram sair da capital, Porto Príncipe, mergulhada na mão das milícias, que assinam inocentes, praticam violência sexual e interferem na distribuição da ajuda humanitária. A governança da região continua com olhar de paisagem. OEA, Estados Unidos, Brasil, tudo assistem com uma passividade estarecedora. O sistema de saúde continua paralisado, e os governos da América Central, do Norte, do Sul e a comunidade do Caribe mostram-se paralisadas diante das barbaridades em curso. Até quando, Américas?

Na vasta agenda da saúde global, destacamos para o nosso contexto três importantes momentos nesta quinzena: a *2ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Saúde do G20* (Brasília, 8 a 11 de abril); a *5ª Assembleia Mundial do MSP (Movimento Popular pela Saúde), People Health Movement* como é conhecido mundialmente em inglês (Mar del Plata, Argentina, 7 a 11 de abril); e duas reuniões complementares sobre saúde de BRICS: *Grupo de Trabalho sobre Prevenção e Resposta a Situações de Emergência* (Arkhangelsk, Rússia, 16 e 17 de abril) e *1ª Reunião de Altos Funcionários de Saúde* (Moscou, 18 e 19 de abril).

A principal proposta do Brasil para a primeira rodada de negociação do **GT de Saúde do G20** foi estabelecer a criação de uma *Aliança para a Produção Regional e Inovação*. Saúde digital, e outros temas também foram tratados. No capítulo referente ao G20 deste fascículo reproduzimos a nota sobre os resultados da reunião, que virão com mais detalhes no próximo número dos Cadernos, em informe elaborado por nossos analistas.

Tomamos o parágrafo final da fina e irônica (mas dolorosa, porque plena de verdades) crônica do embaixador **Alcázar**, sobre as **Nações Unidas**, para chamar a atenção dos leitores do fascículo 5 do Caderno para a abrangência e a atualidade da abordagem proposta pelo autor: ‘O Futuro que Queremos’ é um título um pouco longo, mas como encerra tantas promessas, vale a pena ressaltá-lo. HLPF é mais curto, mas quase ninguém sabe o que é. ‘Cúpula do Futuro’ tem sonoridades de pompa e circunstância, mas no ruído do dia a dia, não prende a atenção. ‘Pacto do Futuro’ parece ter a realidade de um unicórnio. É provável que saia algo, mas talvez não baste para iluminar a face dos que estão à beira do caminho ou dos que nada mais têm a perder. O jeito é esperar. Talvez um dia alguém encontre em uma praia uma garrafa com a promessa de ‘O Futuro que Queremos’.

O **embaixador Bahadian** comemora o lado B – de bom – do Brasil, analisando sinais muito positivos que ele observa na sociedade brasileira *vis-a-vis* as desanimadoras tendências que observa em diversos países do Ocidente desenvolvido, como os Estados Unidos e certos países europeus.

Com a adoção de 32 resoluções e duas decisões, no quinto dia do mês de abril, o **Conselho de Direitos Humanos** finalizou sua 55ª Sessão ordinária. Segundo nosso analista, **De Negri Filho**, o principal tópico das resoluções adotadas é a crise gerada pelo genocídio palestino, com a ocupação das terras de Gaza pelo Estado de Israel, com um impacto duradouro, conforme o informe da Relatora Especial Francesca Albanese, com enfoque especial à autodeterminação do povo e do território palestino e a seu direito ao gozo máximo de seus direitos.

O Dia Mundial da Saúde, celebrado em 07 de abril, reafirma o direito à saúde como fundamental para todos, conforme estabelecido pela Constituição da **Organização Mundial da Saúde** em 1948. No entanto, mais de metade da população mundial ainda carece de acesso a

serviços essenciais de saúde, destacando desafios como surtos, conflitos e mudanças climáticas. A campanha da OMS destaca a importância da conscientização sobre os direitos à saúde e insta os governos a adotarem medidas para garantir esse direito universal. Enquanto isso, sinalizam nossos analistas **Reges, Bermudez e Galvão**, a negligência global em controlar doenças como a Mpox evidencia lacunas na segurança sanitária, especialmente em regiões vulneráveis, como a África, destacando a necessidade urgente de solidariedade e investimento na preparação para ameaças à saúde emergentes.

**Federico Tobar** desenvolve uma crônica irônica sobre a epidemia de dengue na nossa América, com uma linguagem que nos remete a uma metáfora da guerra, tema hoje tão ingrato aos nossos sentimentos, mas que faz todo o sentido quando examina o que seriam as estratégias de ataque do mosquito versus uma população humana impotente. Ao final, brindam os mosquitos com o néctar vermelho, com o grito de “até a epidemia sempre”.

Na área de **ambiente e saúde**, o evento nas Nações Unidas em comemoração ao *Dia do Resíduo Zero* destacou a necessidade urgente de ação coletiva para alcançar o objetivo, oferecendo uma plataforma para Estados membros e partes interessadas apresentarem iniciativas inovadoras de gestão de resíduos. **Magalhães e Galvão** trazem dois relatórios importantes, o *Global Resources Outlook 2024* e o *Relatório sobre Manejo de Resíduos e Desperdício*, fornecem *insights* essenciais para abordar essas questões e alcançar um futuro mais sustentável. O relatório sobre o *status* dos recursos naturais globais destaca que o aumento do uso de recursos é o principal impulsionador da crise planetária tripla. A extração e processamento de recursos materiais (combustíveis fósseis, minerais, minerais não metálicos e biomassa) representam mais de 55% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e 40% dos impactos relacionados à saúde causados por material particulado. O relatório do **UNEP** sobre gerenciamento de resíduos ressalta a alarmante quantidade de resíduos sólidos municipais gerados globalmente anualmente, com apenas 62% sendo adequadamente gerenciados. Este problema não apenas afeta o meio ambiente, mas também tem sérios impactos na saúde humana, incluindo poluição do ar, contaminação da água e propagação de doenças transmitidas por vetores. Além disso, o relatório destaca a importância de promover padrões sustentáveis de consumo e produção, alinhados com os objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Uma pesquisa revelou altos níveis de contaminação por mercúrio entre os indígenas Yanomami em Roraima, ressaltando a urgência de medidas para interromper o garimpo ilegal e proteger a saúde dessas comunidades.

O uso da inteligência artificial (IA) tem revolucionado a prestação de cuidados em saúde, seja no diagnóstico, otimização de tratamentos, promoção da saúde, vigilância de doenças ou no apoio à decisão clínica de profissionais. Nesse contexto, o artigo de **Massari e Gomes** aborda a integração da IA nos sistemas de saúde, centrando-se nos seus potenciais benefícios, considerações éticas e estratégias práticas de implementação, especialmente no que concerne seu uso no campo da saúde sexual e reprodutiva. Também se discute desafios como preconceitos nos algoritmos de IA, questões de qualidade de dados e a necessidade de estruturas regulatórias para governar o uso de IA na saúde.

**Nilson e colegas** discutem os efeitos dos preços dos alimentos sobre a **segurança alimentar e nutricional**, considerando como influenciam a dupla carga da má nutrição, principalmente nas populações mais vulnerabilizadas e nos países de médios e baixos rendimentos, bem como o papel dos governos e organismos internacionais diante desse desafio.

O conflito em Gaza provocou sérios danos às infraestruturas críticas, resultando num verdadeiro caos, atingindo toda a população. O artigo de **Cazumbá** tem o objetivo de mostrar estes danos com referências ao relatório lançado pelo **Banco Mundial** em parceria com a ONU e a União Europeia, onde explica o impacto negativo do confronto na região

Artigo de Ngozi Okonjo-Iweala avalia perspectivas a respeito do processo de reforma da **Organização Mundial do Comércio**, especialmente após a Conferência Ministerial que trouxe desapontamentos para muitos. A **UNCTAD** alerta para a necessidade urgente de reformas na arquitetura da dívida global para evitar crise de dívida abrangente entre os países em desenvolvimento. São estes os dois temas abordados por nossos analistas **Chamas e Cesário** para o fascículo 5 dos Cadernos.

Segundo **Sanglard, Gaspar e Barros**, o *Grupo de Trabalho de Cultura no G20* é bem recente e teve sua primeira reunião, em 2021, na presidência da Itália. Criado com o objetivo de fomentar discussões e ações relacionadas ao potencial transformador da cultura na sociedade, seu impacto na economia e no desenvolvimento sustentável e inclusivo, bem como a promoção de uma cultura de paz e harmonia entre os povos. Com a presidência do Brasil no G20, o Grupo de Trabalho Cultura terá suas ações norteadas por quatro áreas prioritárias: diversidade cultural e inclusão social; direitos autorais e ambiente digital; economia criativa e desenvolvimento sustentável; e preservação, salvaguarda e promoção do Patrimônio Cultural e Memória.

**Souza e o grupo de trabalho sobre sociedade civil global** traz uma sessão especial sobre a *reunião do C20*, fórum que congrega mais de 2.100 organizações da sociedade civil dos países que compõem o Grupo dos 20. A reunião foi realizada em Recife, de 26 a 28 de março. O CRIS esteve presente com três representantes que acompanharam, física ou virtualmente, as reuniões de dois grupos de trabalho do C20: Saúde e Filantropia e Desenvolvimento Sustentável. Nessa reunião, evidenciou-se o pragmatismo das OSCs que se concentraram nas pautas pré-definidas pelos governos. Além disso, o informe registra manifestações de 35 das 58 organizações acompanhadas. Na seção que trata das **OSCs de interesse público**, houve muitas manifestações sobre a crise climática, incluindo a devastação de ecossistemas na África, a (in)justiça climática – os mais afetados são aqueles que menos contribuíram para provocar a crise – e a necessidade de um Tratado Global sobre Plásticos. Também foram feitos vários apelos pela paz em Gaza, Ucrânia, Iêmen, Afeganistão, Sudão do Sul e Haiti. As **organizações de interesse privado** se manifestaram sobre promoção da saúde, direitos humanos, doenças infecciosas, desenvolvimento de testes diagnósticos, além de fazer relatos de apoio às comunidades afetadas por diversas condições de saúde e pelos efeitos das crises climática e alimentar. Em suma, este período testemunhou, mais uma vez, o engajamento ativo e significativo da sociedade civil em diversas áreas, refletindo a importância de sua participação na construção de políticas globais.

Dividido em 2 partes, o informe de **De Negri e De Negri Filho** trata dos caminhos percorridos desde a **Declaração Alma-Ata** em 1978 e sua defesa pela saúde pública, coletiva e organizada pelos povos. Em contraponto, analisam também o documento da **Society for International Development**, "*Banking on Health: the surging pandemic of health financialization*", publicado em 2023, que recompõe o movimento de financeirização da saúde que vem tomando conta das lógicas de políticas públicas. Um segundo bloco explora os debates da **5ª. Assembleia pela Saúde dos Povos**, organizada por entidades da saúde do Sul Global, em Mar Del Plata nesta quinzena.

**Ungerer e Kastrup** destacam mais um Boletim do **UNOSSC** com uma pletera de informações sobre as atividades desenvolvidas pelo órgão e reconhecimento de que a **Cooperação Sul-Sul** e triangular serão temas a serem discutidos na *4ª Conferência sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento*, em maio próximo, em Antígua e Barbuda, e na *3ª Conferência da ONU sobre Países em Desenvolvimento Sem Litoral*, em junho, em Ruanda. Destacamos também as ações de cooperação Sul-Sul do Brasil através da ABC e do Ministério das Relações Exteriores com prioridade para a África. O **G-77 e a China**, decepcionados sobre o processo de revisão das resoluções sobre o fortalecimento do ECOSOC e do HLPF, informaram oficialmente à AGNU que não se envolverão nas discussões do atual rascunho zero, já que suas considerações foram ignoradas. Sobre as discussões da *Declaração Ministerial do Segmento de Alto-Nível do ECOSOC e do HLPF*, o Grupo deu destaque para a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, considerando que este ano, os ODS a serem discutidos em profundidade serão o 1, 2, 13, 16, 17. O **Centro Sul** segue promovendo oficinas de trabalho de capacitação sobre soluções para a autoridade tributária interna das Ilhas Maldivas.

**Burger, Estephania, Esteves e grupo** informam que a proteção do clima, do meio ambiente e da representatividade de mulheres, da sociedade civil, e dos povos originários permearam as discussões do **G20** nesta quinzena, principalmente nos encontros da Força Tarefa de Clima, na reunião de *sherpas*, nos debates do Grupo de Trabalho de Emprego e do W20. No **G7**, os autores abordam a futura reunião de chanceleres e avanços no tratamento de câncer de pulmão. Os destaques da **OCDE** reúnem: relatório sobre anticorrupção e integridade em meio ao seu Fórum Global sobre Anticorrupção e Integridade (GACIF, da sigla em inglês); um estudo sobre comércio de produtos falsificados durante a pandemia da Covid-19; e uma breve atualização sobre a relação entre a organização e o Brasil.

O artigo de **Esteves e Coelho**, sobre **Potências Médias Emergentes, Transição de Poder e Multilateralismo**, busca compreender as percepções das comunidades de política externa da *Índia, Brasil e África do Sul* acerca do posicionamento estratégico e das estratégias multilaterais a serem adotadas em um contexto de transição de poder. Tal exercício sugere que tanto o posicionamento de não alinhamento como o de proteção estratégica indicam que potências médias podem buscar uma posição de equidistância ou de múltiplos engajamentos das/com superpotências como forma de proteção e maximização de eventuais benefícios decorrentes da própria transição de poder. Além disso, tal posicionamento cria condições para a adoção de estratégias reformistas no âmbito multilateral, particularmente no que concerne à instituições assimétricas como o Conselho de Segurança das Nações Unidas ou as Instituições Financeira Internacionais.

O mundo já se deu conta que o sistema financeiro unipolar centrado no dólar norte-americano não funciona adequadamente. A posição do dólar vem sendo prejudicada por vários fatores: problemas na economia americana e o uso do dólar como arma por parte de Washington, particularmente contra a Rússia. Ao mesmo tempo, as mudanças geopolíticas desempenham um papel significativo. O mundo caminha para a multipolaridade e isso requer um sistema financeiro multipolar. A pergunta que paira no ar é se o **BRICS** poderá provê-lo. Para **Hoirisch**, talvez seja cedo para dizer que o BRICS pode mudar a situação, mas é preciso avançar com medidas concretas. Esta é uma das tarefas-chave da presidência russa para este ano e, para catalisar o processo, ela decidiu reunir alguns dos mais renomados especialistas para debater a questão. O economista *Paulo Nogueira Batista Jr.*, vice-presidente do NBD (2015-2017) e diretor executivo do FMI (2007-2015), aponta que possíveis passos nessa direção são a criação de uma cesta de moedas comuns de referência pelos BRICS denominada R5 ao nível do NBD; o



desenvolvimento de um sistema internacional de pagamentos e transações para substituir o SWIFT e o aumento do uso de moedas nacionais nas transações comerciais e financeiras entre os BRICS e com outros países não-BRICS. *Ibrahim Karsany*, consultor econômico do Centro de Pesquisa de Políticas Públicas do Dubai, acredita que os BRICS precisam desenvolver uma alternativa às organizações internacionais criadas após a 2ª GM (Bretton Woods), e não apenas no domínio das liquidações financeiras. *Arvind Gupta* - diretor e cofundador da Digital India Foundation-, tem uma visão mais pessimista que os seus colegas. Para ele, o BRICS ainda não está maduro para a introdução de uma moeda única. No momento, ele sugere que o grupo se concentre no desenvolvimento da interação entre os sistemas de pagamentos nacionais, com o uso de infraestruturas digitais públicas que não sejam controladas por qualquer país. O grupo terá reuniões importantes no mês de abril: o *GT sobre Prevenção e Resposta a Emergências* (dias 16 e 17); a *1ª reunião de Altos Funcionários de Saúde* (18 e 19) e uma reunião online sobre o *Funcionamento do Centro de Vacinas do BRICS*.

**Brito, Minayo e Tobar** trazem aos leitores um breve panorama político dos principais fatos dos países **América Latina e Caribe** que tiveram repercussão internacional. Destacam também as principais atividades da **CEPAL**, como a participação no *Terceiro Diálogo Regional de Alto Nível sobre Transporte na América Latina e no Caribe* e no *Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre o Desenvolvimento Sustentável*. No que concerne as organizações regionais, a **COMISCA** fortaleceu as relações com Taiwan através de projetos conjuntos; a **OTCA** cumpriu agenda nas temáticas de bioeconomia e gestão sustentável da água; o **ORAS-CONHU** promoveu agenda sobre saúde digital e expediu comunicado sobre a dengue; e o **SELA** cumpriu agenda sobre gestão de risco de desastres na América Central.

Este informe, para além de analisar as ações da **União Africana** e seus órgãos e agências, relativamente à saúde na aceção mais alargada, também presta homenagem à memória dos que foram barbaramente assassinados no *Genocídio de Ruanda*. Há 30 anos, quase um milhão de pessoas foram mortas em Ruanda. Um trauma cujas feridas ainda estão abertas. Outros destaques vão para a reunião com parceiros sobre sistema de alerta precoce contra desastres naturais conduzida pelo *Departamento do Ambiente Sustentável da União Africana*. O *Departamento de Saúde* lança campanha para acelerar a redução da mortalidade materna na África Oriental. O **CDC África** faz coligação com alguns parceiros-chave para fortalecer a vigilância e a informação epidemiológica em África para uma governança funcional de segurança de saúde. Emitiu um comunicado de imprensa fazendo abordagem sobre a produção local e o acesso a produtos de saúde como pilares estratégicos da agenda de saúde e segurança para o continente. O *INS de Moçambique*, com o patrocínio do CDC África, recebeu uma visita de *benchmarking* com representantes do INASA (Guiné-Bissau) e CNE (São Tomé e Príncipe). Os INSP da **CEDEAO** refletem sobre cooperação para acelerar a segurança sanitária. A **ECSA-HC** lança programa de treinamento em manutenção de equipamentos biomédicos. Mais de cem líderes reuniram-se para uma conferência centrada na abordagem dos principais desafios da inovação e da transferência de tecnologia para construir um setor farmacêutico mais forte em África. A **SADC** promove trabalho digno na sub-região através de políticas pró-emprego e investimento nos jovens. Os temas foram reportados por nossos analistas **Silva, Mahoche, Cá e Rosenberg**.

A **Europa** dá sinais de resistência ao crescimento da extrema-direita. O informe de **Freire** traz os revezes de Holanda, país onde ela se sagrou vitoriosa, mas não conseguiu apoios necessários para assumir o poder e de Portugal, onde seu expressivo crescimento está sendo neutralizado por uma coligação entre direita e esquerda. Na Turquia, a oposição venceu as

eleições municipais, ameaçando Erdogan nas próximas eleições, em 2028. A Alemanha descriminaliza o uso da cannabis.

No **Oriente Médio**, a questão palestina continua candente, com um custo de dezenas de milhares de mortos. Embora encontre oposições de todos os lados. Não se apagam marcas ou rancores históricos com facilidade. Para **Marques**, uma oportunidade está se apresentando, uma vez que a guerra em Gaza está se tornando uma batata quente nas mãos de Biden e Bibi. A raiva pela guerra se tornou um problema político para Biden, em ano eleitoral. E para Bibi, pode custar a sua manutenção no cargo, uma vez que até agora ele não cumpriu sua promessa após o ataque do dia 7 de outubro: aniquilar o Hamas; restaurar a segurança no Sul; e resgatar os reféns. Cresce o apoio de países europeus, incentivados por Espanha e Irlanda, e da União Europeia para uma discussão abrangente sobre a solução de dois Estados. Israelenses e Palestinos precisam querer a paz, claro! E mudar seus líderes políticos. No Tabuleiro da Geopolítica, a mudança de estratégia da América para a guerra em Gaza que pode, se for bem costurada, ser importante para a região e para a solução dos dois Estados.

**China** lança novas normas de avaliação de políticas públicas para ciência e tecnologia, com o objetivo de otimizar e melhorar a eficiência do sistema. Seguros públicos começam a reembolsar tratamentos para reprodução assistida. China se solidariza com Irã, cuja missão diplomática foi atacada por Israel na Síria. São os conteúdos do informe de **Lobato e Li Yunyun**.

Nos **EUA**, o Mês Nacional da Saúde das Minorias, celebrado em abril, visa aumentar a conscientização sobre as disparidades de saúde entre minorias raciais, étnicas e indígenas, segundo **Galvão**. Cada ano, o Escritório de Saúde de Minorias do HHS define um tema; em 2024 é "Seja a fonte para uma saúde melhor: melhorando resultados de saúde através de culturas, comunidades e conexões".

Impossível deixar de registrar o incidente internacional produzido pela arrogância de um estrangeiro podre de rico contra a decisão do Supremo Tribunal Federal brasileiro. Obscenamente rico e obscenamente arrogante. Acha que pode tudo, porque tem muitos, muitos dólares. Tudo está fazendo para tentar desmoralizar a corte e seus juízes. Mas Musk, o celerado, inevitavelmente terá que se dobrar às leis deste país.

Um retrocesso bárbaro: A Europa, a maior origem de emigrantes da história global acaba de retroceder séculos com a aprovação, pelo Parlamento Europeu, de 10 regulamentações e medidas que compõem o Pacto de Migração e Asilo, que endurecem a entrada de imigrantes e a concessão de asilo, sob protestos de organizações sociais e de grupos de defesa de direitos humanos. *Quo vadis*, Europa? Tu, que tanta solidariedade recebeu do mundo que recebeu teus emigrantes, cospes no prato que te alimentou por tantas décadas.

Uma nota de regozijo pela eleição e posse de Ailton Krenak, o primeiro indígena brasileiro a ingressar na Academia Brasileira de Letras. Disse: Que venham outros também, para que as vozes sejam diversas e representativas. Viva Krenak, viva a diversidade na vida, nas Academias e em todas as instituições e poderes constituídos.

Uma nota da mais profunda tristeza. A morte do querido Ziraldo. Não há criança no Brasil – entre elas, nós, antigas crianças – que não tenham viajado no planeta Ziraldo que, ademais, foi um dos críticos mais mordazes da ditadura militar. Obrigada, Ziraldo. Viva Ziraldo, sempre!

Uma nota de confiança. Haddad vai à Washington nesta semana para encontros do G20 e do FMI, levando na bagagem a proposta de tributação dos 'super-ricos', e também falará sobre a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Registre-se: a Índia e o Brasil ocupam, no grupo dos mais ricos do mundo, respectivamente a primeira e a segunda posições de maiores taxas de pobreza.

Encerramos por aqui. A próxima quinzena promete. Estaremos atentos para trazer as nossos queridos leitores e leitoras uma análise cuidadosa dos fatos mais relevantes que impactam a saúde global e planetária.

Boa leitura a todos.

**Rio de Janeiro, Manguinhos, 11 de abril de 2024**

***Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger***

**Coordenação do CRIS/Fiocruz**

**Editores dos Cadernos de Saúde Global e Diplomacia da Saúde**



## O Futuro que Queremos

**Santiago Alcázar**

Este ano, como em todos os anteriores desde 2012, quando a *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável* (Rio+20) decidiu criá-lo, deverá realizar-se o *Foro Político de Alto Nível* (HLPF, nas siglas em inglês). Eram tempos de otimismo, aqueles, e não tardou para que todos estivessem de acordo em batizar a declaração final com o nome de “*O Futuro que Queremos*”. Era um pouco longo, é verdade, mas expressava bem e com autoridade a vontade de mudança, sempre desejada pelos deixados à beira do caminho e sempre sonhada por jovens de todo o mundo. Autoridade dos Chefes, desejo dos desvalidos e sonho dos jovens pareciam haver-se encontrado em um ponto da história. Uns diriam que era obra de milagre. Outros, que era apenas uma fórmula para atrair eleitores e garantir votos. Poucos acreditavam e os que estavam à beira do caminho sequer tiveram notícia. No entusiasmo com o que parecia um novo evangelho, ninguém prestou atenção ao *Foro Político de Alto Nível*.

Em 2012, quando da Rio+20, o HLPF era como um autor em busca de uma obra, que ainda não existia. Foram necessários quase três anos para que, finalmente, a Agenda 2030 e os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável viessem à luz e dessem ao HLPF a missão de medir esforços, discutir propostas e sugerir ações para avançar no caminho do desenvolvimento sustentável, esse enorme desafio encapsulado na Agenda 2030 e os seus ODS.

Todo ano o HLPF escolhe entre os 17 ODS aqueles que quer destacar de forma prioritária. Neste ano de 2024, a escolha recaiu sobre os ODS: 1 – erradicar a pobreza em todas as suas formas e em todo lugar; 2 – erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar e nutricional e promover a agricultura sustentável; 13 – combater a mudança de clima e os seus impactos; 16 – promover sociedade pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, promover acesso universal à justiça e criar instituições efetivas, inclusivas e com responsabilidade perante a lei; e 17 – revitalizar e fortalecer os meios de implementação da Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável.

O último ponto é importante pela presença do verbo ‘revitalizar’, ou seja, dar nova vida a algo que estaria moribundo. É o caso da *Ajuda Oficial ao Desenvolvimento* (ODA, nas siglas em inglês), desviada para atender os gastos com refugiados e ajuda para Ucrânia. Ainda que a ajuda para os refugiados seja algo nobre e preciso, o mecanismo não tem essa finalidade e, muito menos, a de contribuir para ajuda à Ucrânia, cuja situação de guerra nada tem a ver com as necessidades de desenvolvimento de mais de dois terços dos países do mundo. Mas a coisa é assim, difícil de entender como um quadro abstrato.

O desafio, como se pode ver, é enorme. Para empreendê-lo com expectativa de sucesso é preciso a união de todos. Todos os países, todas as instituições financeiras, toda a sociedade civil organizada, todo o espaço ONU e o seu espaço auxiliar. Todo o mundo, enfim.

Erradicar a fome e a pobreza, por exemplo, não será possível se o sistema financeiro internacional não for modificado com o propósito de servir ao interesse do bem comum. Imagino as adjetivações que mereceria uma tal proposta, mas a alternativa apenas confirmaria que o presente e o futuro somente podem sorrir, por algum designo divino, a uns poucos eleitos. O Secretário-Geral, Antônio Guterres, expressa a falência moral que caracteriza o nosso tempo,

que nada mais é, senão, a incapacidade de governar com os olhos fixos na precariedade de tudo o que é humano. É fácil tomar decisões com a vista míope, que só vê de perto, que é onde estão os próximos, os que estão sentados à mesa da direção, os sócios e os amigos, de quem dependem. Mas talvez não seja miopia.

Em 30 de março, o jornal *The New Arab* publicou o que grande imprensa passou por alto<sup>1</sup>. Congressistas norte-americanos teriam acusado a administração Biden de hipocrisia: a Casa Branca mostra preocupação com as mortes em Gaza, mas aprova a transferência de bilhões de dólares em armas e aviões de caça para Israel. O Senador Bernie Sanders postou em sua conta no X: *Os EUA não podem pedir a Netanyahu parar de bombardear civis, um dia e, no outro, mandar milhares de bombas de uma tonelada que podem arrasas quarteirões inteiros. Isto é obsceno*. Tão obsceno quanto a situação em que se encontra mais de um terço de todos os países do mundo, atolados em dívidas impagáveis, verdadeiros himalaia a impedirem o financiamento adequado para a implementação dos ODS mais urgentes e necessários: a erradicação da fome e da pobreza.

Talvez, tampouco seja hipocrisia, mas fruto de uma visão sincera, segundo a qual o mundo é assim, injusto e torto por natureza. Aos que estão no topo cabe a nobre missão de jogar para baixo esmolas e sobras caritativas. Não esperem mais, pois a figura geométrica suprema, a mais bela de todas, é a pirâmide egípcia. A teoria econômica do gotejamento propõe exatamente a mesma coisa, mas de maneira mais aborrecida. A filosofia, a teologia e a crítica de arte teriam muito a dizer sobre estas coisas, mas o espaço e o tempo impõem restrições que têm de ser obedecidas. É preciso correr para o ODS 2 de novo, mas desta vez, com olho na agricultura sustentável.

O que é uma agricultura sustentável em nossa atual circunstância? A pergunta é válida, uma vez que mais de 60% de todas as sementes no mundo disponíveis para semeio pertence ao banco de sementes de quatro gigantes da agroindústria: Monsanto, DuPont, Syngenta e BASF. Essa homogeneidade de sementes protegidas por envoltórios químicos resistentes a pragas são um êxito nas planilhas de Excel e na bolsa de cereais de Chicago, mas são um desastre para a biodiversidade. A Natureza sempre encontra soluções para adaptar-se às mudanças. A biodiversidade é essa capacidade de resposta a diferenças e mudanças no meio ambiente. Suspenda essa capacidade e teremos um problema. O que acontecerá se e quando a Natureza encontrar outras soluções para as sementes homogêneas? De que forma responderá? Ninguém sabe, mas é provável que as planilhas de Excel e a bolsa de Chicago se tornem irrelevantes.

Ademais do risco para o meio ambiente, o excesso de químicos na cadeia de alimentos causa mudanças nos organismos que podem resultar em riscos para a saúde, incapacidade física ou morte. A seleção natural fará o seu trabalho, como sempre o fez e a pirâmide, de novo, será a figura de excelência. O que não se entende é por que deixar que empresas intervenham no processo de seleção natural. Quem lhes deu esse direito?

Assim como é preciso reformar o sistema financeiro internacional da cabeça aos pés para servir ao bem comum, é preciso transformar o empresariado de modo a impedir que as suas ações alterem o fino equilíbrio de sustentabilidade que torna possível a vida humana tal como a conhecemos. Não ignoro as qualificações curtas e grosseiras que poderiam estar a merecer estas últimas palavras por parte de algum leitor obcecado com agendas pouco

---

<sup>1</sup><https://www.newarab.com/news/us-accused-hypocrisy-over-obscene-israel-arms-transfer#:~:text=US%20lawmakers%20accused%20the%20Biden,according%20to%20The%20Washington%20Post>

generosas com relação à prédica da *Laudato Si* de Francisco ou com relação ao respeito à noção de *Uma Saúde*, que naturalmente inclui todo o edifício de respeito aos direitos humanos.

O desafio para alcançar o desenvolvimento sustentável identificado com a Agenda 2030 e os 17 ODS é enorme, havíamos dito, não somente pela quantidade de ações, mas pela transformação radical necessária e essencial no próprio ser humano. Não há solução possível para este desafio sem a união de todos. Essa é a condição para que a solidariedade tome corpo e se faça natural como corrente de água nos rios, uma vez que é a solidariedade o elemento que falta para levar adiante a caminhada para um futuro melhor para todos.

Este ano, o HLPF e o “Futuro que Queremos” têm encontro marcado com a *Cúpula do Futuro*, programada para setembro, durante a 79ª sessão da AGNU. A Cimeira irá produzir um documento final, que já vem sendo trabalhado pelas diferentes delegações em Nova York. Quer-se um Pacto para o Futuro e não apenas uma declaração. Quer-se um compromisso firme, como se todos os anteriores não tivessem sido mais que vaguidades – veja bem, se tudo correr bem, se não chover e coisas assim. Pelo que se sabe, a ideia do Pacto irá reafirmar a Carta das Nações Unidas, revigorar o multilateralismo, acelerar a implementação dos compromissos existentes, acordar soluções comuns para os novos desafios e, *last but not least*, restaurar a confiança. Cada um desses pontos do futuro “Pacto para o Futuro” tem nódulos de problemas, que não cabe aqui comentar pelas mesmas restrições de espaço e tempo referidos acima. Não há como não sorrir amarelo, no entanto, com algumas propostas diante da realidade que nos toca. Reafirmar a Carta? Revigorar o multilateralismo? Restaurar a confiança? A escolha desses verbos não pode ser feita sem evocar ironias cruéis, mas ao menos lúcidas frente à alternativa de terem sido repetidas ingenuamente, preocupante ante a gravidade da situação.

Em todo caso, o que interessa ressaltar é que um pacto, qualquer um que seja, reclama firmeza de propósitos e compromisso inabalável para a sua efetivação. Algo assim como aquilo que está contemplado no celebrado Direito Internacional. O diabo é que aí reside o problema.

O Governo do Equador invadiu a Embaixada do México em Quito para prender um asilado político. O Governo de Israel lançou mísseis contra o Consulado do Irã em Damasco. Funcionário do Departamento de Estado esclarece que a resolução 2728 (2024) do Conselho de Segurança, que pede um cessar-fogo imediato durante o Ramadã e enfatiza a necessidade a necessidade de expandir o fluxo de ajuda humanitária – não é vinculante. O Presidente da França diz em discurso que não descarta a possibilidade de tropas da OTAN na Ucrânia. O Presidente da Alemanha afirma em entrevista para a imprensa que não cabe impedir o direito de defesa de Israel contra o Hamas.

Cada uma das barbaridades acima constitui uma violação do Direito Internacional. Cada uma delas mina a possibilidade de um pacto, firme desta vez, para mudar o mundo para melhor, porque cada uma é um ato de barbárie, o contrário da civilização e de todas as conquistas civilizacionais. Que ser é esse, insignificante, medíocre e pobre que tanto faz para impedir o desenvolvimento sustentável e retirar de si próprio toda dignidade?

*O desastre humanitário é sem precedentes. Mais de um milhão de pessoas estão diante da catástrofe da fome. Crianças estão morrendo por falta de comida e água. Isto é incompreensível! Este é um dos conflitos mais bárbaros. 176 funcionários das Nações Unidas morreram. Jornalistas internacionais são impedidos de entrar em Gaza, alimentando assim a desinformação e a propagação de fake news. 1.200 pessoas em Israel brutalmente mortas pelo Hamas. Mais de 240 pessoas sequestradas. Mais de 32.000 palestinos mortos. Mais de 75.000 palestinos feridos e aproximadamente 1.7 milhão deslocados à força. Profissionais de saúde e*

*humanitários mortos. Hospitais e colégios arrasados. Templos destruídos. Cemitérios violados. Mais crianças mortas na Faixa de Gaza que em todos os conflitos do mundo nos últimos quatro anos<sup>2</sup>.*

O Futuro que Queremos. É um título um pouco longo, mas como encerra tantas promessas, vale a pena ressaltá-lo. HLPF é mais curto, mas quase ninguém sabe o que é. Cúpula do Futuro tem sonoridades de pompa e circunstância, mas no ruído do dia a dia, não prende a atenção. Pacto do Futuro parece ter a realidade de um unicórnio. É provável que saia algo, mas talvez não baste para iluminar a face dos que estão à beira do caminho ou dos que nada mais têm a perder. O jeito é esperar. Talvez um dia alguém encontre em uma praia uma garrafa com a promessa de “O Futuro que Queremos”.

---

<sup>2</sup> Extraído da página web das Nações Unidas relativa à Gaza

## O lado B, de bom, do Brasil

*Adhemar Bahadian*

Esta semana, o Brasil mostrou a sua cara. Não a cara denunciada por Cazuza, mas a cara boa, de uma sociedade em paz, orgulhosa de sua terra e de seu povo.

Dentre tantas razões, assinalo a entrada finalmente na Academia Brasileira de Letras de um representante dos povos originais, com muito a nos ensinar sobre nossa língua e nossa gente. Seguiram-se as homenagens a dois dos maiores símbolos da barbárie que marcou o Brasil nos anos de minha juventude, com o reconhecimento da inocência e bravura dos Herzogs, de Manuel Filho e Rubem Paiva. Finalmente, com o pedido de perdão público aos indígenas deste país, infelizmente até hoje submetidos à insânia da mineração clandestina mortífera do mercúrio em nossos rios e nos cérebros de nossas crianças. Para completar, registre-se a captura dos fugitivos que durante muitas semanas zombaram de nossa inteligência policial. Presos e recambiados à Penitenciária de onde se evadiram, sem derramamento de uma só gota de sangue.

Há quem encare como exceções esses atos de grandeza social. Honestamente, vejo neles sinais evidentes de que começamos a sair da zona de trevas em que nos vimos submergir com a onda de propagação dos governos totalitários, surgidos nos últimos anos num arco amplo do chamado mundo ocidental.

A cada dia que passa, o Brasil se diferencia de Estados decadentes a defender um retorno à autocracia e ao enfraquecimento dos mecanismos democráticos do Estado de Direito. Vejam o que está a ocorrer na Hungria, na Turquia, em Israel e, sobretudo, vejam o impasse que se delineia nos Estados Unidos da América, país incontestavelmente reconhecido como líder dos direitos iluministas surgidos desde a revolução francesa e da revolução americana.

Bem sei que as explicações de sociólogos, economistas e até mesmo de videntes são inúmeras e cada vez mais tendem a nos arrastar a um fatalismo de proliferação de guerras localizadas, cada vez mais prenunciadoras de um cataclisma universal.

Não deverá passar sem registro, neste contexto, os últimos movimentos de Trump na corrida eleitoral, ao lançar uma Bíblia recortada com textos da fundação do Estado americano. Trump caminha em direção a uma teocracia impensável nas Américas e reforça direta ou indiretamente as diferentes "Jihads" mundo afora. Não adianta supor ou até mesmo insinuar que Trump seja um sociopata ou coisa pior, como já fizeram médicos psiquiatras, sem maior consequência, nos Estados Unidos. O que importa saber é que hoje o destino do mundo está nas mãos do sistema eleitoral americano. Vejam que não menciono o povo americano, mas o sistema eleitoral cuja complexidade retira da maioria do povo a decisão final do sufrágio.

Nós no Brasil, viramos esta página.

Quando comparo os Estados Unidos da América com o Brasil, fazendo abstração do enorme poderio militar do primeiro, constato a óbvia diferença nas agendas de cada um desses dois países para os tempos em que vivemos. Trump, por mais que popularize seu discurso e procure santificar sua missão nos sugere a regressão aos piores anos do capitalismo dos séculos 20 e 21. O "Make America Great Again" nada mais é do que revestir o neoliberalismo e a globalização assimétrica de falso manto sagrado, sem deles retirar os mecanismos de



desregulamentação inventados por Thatcher e Reagan e a sucessivas crises financeiras a culminar com o "crash" de 2008. As tentativas de reorganização do sistema financeiro tentadas por Obama foram tímidas e desmontadas em sua maioria pelo período de Trump I, que certamente será aprofundado caso seja reeleito. Trump, por mais que procure esconder do eleitorado, é fortemente apoiado por grandes grupos financeiros nos Estados Unidos e sua eventual reeleição poderá nos afetar profundamente por muitos anos.

Nossa agenda, infinitamente mais progressista e voltada para um combate sistemático à pobreza, aos choques climáticos e à missão de fazer do Brasil um país solidário a uma governança mundial mais equânime, está hoje ameaçada pela insistência na manutenção de regras do jogo que, como estamos a ver, só floresce em campos minados pelo autoritarismo, pelo desemprego larvar e sobretudo por equívocos sobre a real transcendência humana.

Mas os sinais crescentes de movimentações construtivas na sociedade brasileira me fazem acreditar que o Brasil terá pela própria força de sua natureza, de seus recursos materiais e sobretudo humanos, muito a influenciar no renascer de um novo iluminismo. Hoje, mais do que nunca, o homem se defronta com seus labirintos.

**O Conselho de Direitos Humanos da ONU concluiu sua 55ª Sessão: Face a sofrimentos humanos insuportáveis e a fragilidade dos mecanismos multilaterais frente ao exercício dos poderes globais de fato**

***The UN Human Rights Council concluded its 55th Session: In the front of unbearable human suffering and of the frailty of the multilateral mechanisms in the face of the exercise of true global powers***

**Armando de Negri Filho**

**Abstract.** *With the adoption of 32 resolutions and two decisions, on the fifth day of April, the Human Rights Council concluded its 55th Ordinary Session. The main topic of the adopted resolutions is the crisis generated by the Palestinian genocide, with the occupation of Gaza lands by the Israel, with a lasting impact from the report by Special Rapporteur Francesca Albanese, already discussed in our previous inform, with a special focus on self-determination of the Palestinian people and their territory and their right to the fullest enjoyment of their rights.*

**Keywords:** *Right of self-determination. HRC. Special Rapporteur on the situation of human rights in the Palestinian territories occupied since 1967. 55th Ordinary Session.*

**Resumo.** Com a adoção de 32 resoluções e duas decisões, no quinto dia do mês de abril, o Conselho de Direitos Humanos finalizou sua 55ª Sessão ordinária. O principal tópico das resoluções adotadas é a crise gerada pelo genocídio palestino, com a ocupação das terras de Gaza pelo Estado de Israel, com um impacto duradouro do informe da Relatora Especial Francesca Albanese, já discutido em nosso informe anterior, com enfoque especial a autodeterminação do povo e do território palestino e a seu direito ao gozo máximo de seus direitos.

**Palavras-chave:** Direito à autodeterminação. CDH. Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados desde 1967. 55ª Sessão Ordinária.

Com a adoção de 32 resoluções e duas decisões, no quinto dia do mês de abril, o Conselho de Direitos Humanos finalizou sua 55ª Sessão ordinária. O principal tópico das resoluções adotadas é a crise gerada pelo genocídio palestino, com a ocupação das terras de Gaza pelo Estado de Israel, com um impacto duradouro do informe da Relatora Especial Francesca Albanese, já discutido em nosso informe anterior, com enfoque especial a autodeterminação do povo e do território palestino e a seu direito ao gozo máximo de seus direitos.

No dia 05 de abril de 2024, o Conselho de Direitos Humanos concluiu a quinquagésima quinta sessão ordinária após adotar 32 resoluções e duas decisões. As principais resoluções estão vinculadas à crise gerada pelo conflito nos territórios palestinos ocupados por Israel, com foco na Faixa de Gaza porém incluindo também os territórios ocupados da Cisjordânia. Teve muito impacto o informe da Relatora Especial Francesca Albanese, já abordado em nosso informe anterior, refletindo-se no alcance e natureza das resoluções. As resoluções abordam a

situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados, incluindo Jerusalém Oriental; o direito do povo palestino à autodeterminação; realização dos direitos da criança e proteção social inclusiva; direitos humanos no Golã sírio ocupado; e assentamentos israelenses no território palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e no Golã sírio ocupado. <https://www.ungeneva.org/en/news-media/meeting-summary/2024/04/le-conseil-adopte-cinq-resolutions-dont-celle-demandant-quun>

“No que se refere à situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, e à obrigação de assegurar a responsabilização e a justiça, o Conselho adotou, por 28 votos a favor, 6 contra e 13 abstenções (tal como oralmente revista), uma resolução na qual exigia que Israel, a potência ocupante, pusesse termo à ocupação do território palestino ocupado desde 1967, incluindo Jerusalém Oriental. O Conselho exigiu igualmente que Israel levantasse imediatamente o seu bloqueio à Faixa de Gaza e todas as outras formas de punição coletiva, e apelou a um cessar-fogo imediato em Gaza. O Conselho apelou a todos os Estados para que tomem medidas imediatas para impedir a continuação da transferência forçada de palestinianos dentro ou a partir de Gaza. Exorta todos os Estados a cessarem a venda, transferência e desvio de armas, munições e outros equipamentos militares para Israel e solicita à Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre o território palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e a Israel que informem sobre a transferência ou venda direta e indireta de armas, munições, peças, componentes e artigos de dupla utilização a Israel, a potência ocupante, e apresentar o seu relatório ao Conselho na sua quinquagésima nona sessão.

O Conselho solicitou igualmente ao Alto Comissário que destacasse o pessoal, os conhecimentos especializados e a logística adicionais necessários para a representação nacional do território palestino ocupado, a fim de documentar e prosseguir a responsabilização pelas violações do direito internacional dos direitos humanos e do direito internacional humanitário cometidas nos territórios palestinos ocupados, incluindo Jerusalém Oriental. O Conselho solicitou ao Alto Comissário para os Direitos do Homem que apresentasse ao Conselho um relatório sobre a aplicação da presente resolução na sua quinquagésima oitava sessão, a que se seguirá um diálogo interativo.

Quanto aos direitos da criança: realização dos direitos da criança e proteção social inclusiva, o Conselho solicitou ao Alto Comissário que elaborasse um relatório sobre a integração dos direitos da criança nas Nações Unidas, incluindo sobre a aplicação da Nota de Orientação do Secretário-Geral, e que apresentasse o relatório ao Conselho na sua quinquagésima nona sessão. Solicitou igualmente ao Alto Comissário que elaborasse um relatório sobre os direitos da criança e as violações dos direitos humanos das crianças em conflitos armados e que apresentasse o relatório ao Conselho dos Direitos do Homem na sua sexta sessão. Solicitou ao Alto Comissariado que organizasse a reunião anual de dia inteiro sobre os direitos da criança em 2026 sobre o tema dos direitos da criança e das violações dos direitos humanos das crianças em conflitos armados.

No que se refere ao direito do povo palestino à autodeterminação, o Conselho adotou, por 42 votos a favor, 2 contra e 3 abstenções, uma resolução na qual exorta Israel, potência ocupante, a pôr imediatamente termo à ocupação dos territórios palestinianos ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, e a inverter e corrigir quaisquer entraves à independência política, soberania e integridade territorial da Palestina, e reafirmou o seu apoio à solução de dois Estados, Palestina e Israel, vivendo lado a lado em paz e segurança. O Conselho instou todos os

Estados a adotarem as medidas necessárias para promover a realização do direito à autodeterminação do povo palestino e decidiu continuar a ser ocupado do assunto.

No que se refere aos direitos humanos no Golã sírio ocupado, aprovado por 29 votos a favor, 14 contra e 4 abstenções, o Conselho exigiu que Israel cessasse imediatamente todos os planos e atividades relacionados com os colonatos no Golã sírio ocupado e determinou que todas as medidas legislativas e administrativas e ações tomadas ou a tomar por Israel que visem alterar o carácter e o estatuto jurídico do Golã sírio ocupado são nulas e sem efeito. Solicita ao Secretário-Geral que divulgue a resolução o mais amplamente possível e que apresente um relatório sobre esta matéria ao Conselho na sua quinquagésima oitava sessão.

Quanto aos colonatos israelitas nos territórios palestinos ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, e no Golã sírio ocupado, o Conselho adoptou, por 36 votos a favor, 3 contra e 8 abstenções (tal como oralmente revistas), uma resolução na qual exorta Israel a cumprir todas as obrigações que lhe incumbem por força do direito internacional e a cessar imediatamente todas as ações que provoquem a alteração do seu carácter, status e composição demográfica do território palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e do Golã sírio ocupado, e encerrar sem demora sua ocupação dos territórios ocupados desde 1967. O Conselho solicitou à Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre os territórios palestinos ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, e Israel que elabore um relatório sobre as identidades dos colonos, bem como dos grupos de colonos e dos seus membros, que se envolveram ou continuam a participar em atos de terror, violência ou intimidação contra civis palestinos e as ações empreendidas por Israel e por Estados terceiros, e apresentar o relatório ao Conselho em sua quinquagésima nona sessão.”

Destacamos mais adiante no texto as resoluções adotadas e sobretudo a identificação dos países que votaram contra, a favor ou se abstiveram, ilustrando o mapa da correlação de forças no CDH e sobretudo o alinhamento da União Europeia, Estados Unidos e alguns países da região latino-americana, em particular do Paraguai e Argentina, compondo um bloco de posição contrária a muitas das resoluções adotadas.

Recordamos as palavras de Volker Türk, Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, quando disse na abertura desta 55ª Sessão, que o Conselho entrava em sessão “em um momento de choques globais sísmicos. A dor e o massacre de tantas pessoas no Oriente Médio, Ucrânia, Sudão, Mianmar, Haiti e outros lugares ao redor do mundo eram insuportáveis. Os direitos humanos eram as únicas garantias essenciais que ancoravam as sociedades durante turbulências e desordens. As Nações Unidas estavam excepcionalmente equipadas para permitir que os Estados discutissem e resolvessem questões globais urgentes.” Uma mensagem entre a impotência e a esperança em tempos complexos e frequentemente absurdos.

Nos próximos informes apresentaremos e analisaremos as resoluções e textos dos informes adotados pela 55ª Sessão que sejam de interesse para a saúde global e a diplomacia em saúde, assim como estaremos acompanhando atividades interseccionais e a preparação da 56ª Sessão.

A quinquagésima sexta sessão ordinária do Conselho de Direitos Humanos está programada para ser realizada de 18 de junho a 12 de julho de 2024.

## **Resumos dos Trabalhos da 55ª Sessão do CDH 26.02.24 a 05.04.24**

O Conselho de Direitos Humanos concluiu no dia 05 de abril sua quinquagésima quinta sessão ordinária após adotar 32 resoluções e duas decisões.

Nestes textos, entre outras coisas, o Conselho criou urgentemente um grupo de três peritos independentes sobre a situação dos direitos humanos na Bielorrússia e alargou 11 mandatos nacionais e quatro temáticos.

O Conselho decidiu criar urgentemente, por um período renovável de um ano, um grupo de três peritos independentes sobre a situação dos direitos humanos na Bielorrússia.

Outras resoluções diziam respeito à luta contra a discriminação, a violência e as práticas nocivas contra as pessoas intersexuais; os direitos das pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e linguísticas; liberdade de religião ou crença; direitos humanos e cultura de paz; assistência técnica e capacitação para o Sudão do Sul; a situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados, incluindo Jerusalém Oriental; a concretização dos direitos da criança e a proteção social inclusiva; o direito do povo palestino à autodeterminação; direitos humanos no Golã sírio ocupado; e assentamentos israelenses no território palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e no Golã sírio ocupado.

As duas decisões adotadas diziam respeito ao adiamento da implementação de certas atividades determinadas pelo Conselho de Direitos Humanos e a modalidades de participação remota para reuniões híbridas do Conselho de Direitos Humanos.

Darius Staniulis, vice-presidente e relator do Conselho de Direitos Humanos, disse que, nas últimas seis semanas, o Conselho concluiu seu extenso programa de trabalho. Eles realizaram o segmento de alto nível, onde participaram 126 dignitários; 23 diálogos interativos com detentores de mandatos de Procedimentos Especiais e mecanismos de especialistas; dois diálogos interativos com Representantes Especiais do Secretário-Geral; oito diálogos interativos com o Alto Comissariado; cinco diálogos com mecanismos internacionais de investigação; cinco diálogos interativos de alto nível e aprimorados; sete painéis de discussão; e nove debates gerais. O Conselho adotou igualmente 14 resultados da Revisão Periódica Universal. Por último, o Conselho tinha acabado de concluir a adoção de 32 resoluções e duas decisões sobre um vasto leque de questões.

Omar Zniber, Presidente do Conselho de Direitos Humanos, agradeceu profundamente a todos os membros da Mesa, do Secretariado e de todos os outros funcionários das Nações Unidas por sua cooperação, apoio e dedicação durante a sessão. O Sr. Zniber também agradeceu a todos os Membros e Observadores do Conselho que trabalharam em estreita colaboração para alcançar o mandato do Conselho de promoção dos direitos humanos. Esta sessão tinha sido a mais longa da história do Conselho.

Na abertura da quinquagésima quinta sessão, António Guterres, secretário-geral das Nações Unidas, disse que o mundo está a tornar-se menos seguro a cada dia. A falta de unidade do Conselho de Segurança sobre a invasão da Ucrânia pela Rússia e sobre as operações militares de Israel em Gaza após os horríveis ataques terroristas do Hamas em 7 de outubro minou gravemente sua autoridade. O Conselho de Segurança precisaria de uma reforma séria na sua composição e nos seus métodos de trabalho. Guterres repetiu seu apelo por um cessar-fogo humanitário e a libertação imediata e incondicional de todos os reféns em Gaza.

Volker Türk, Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, também disse na abertura que o Conselho entrou em sessão em um momento de choques globais sísmicos. A dor e o massacre de tantas pessoas no Oriente Médio, Ucrânia, Sudão, Mianmar, Haiti e outros lugares ao redor do mundo eram insuportáveis. Os direitos humanos eram as únicas garantias essenciais que ancoravam as sociedades durante turbulências e desordens. As Nações Unidas estavam excepcionalmente equipadas para permitir que os Estados discutissem e resolvessem questões globais urgentes.

### **Atuação em Decisões no Item Um da Ordem do Dia sobre Questões Organizacionais e Processuais**

Em uma decisão sobre o *adiamento da implementação de certas atividades mandatadas pelo Conselho de Direitos Humanos*, o Conselho decidiu adiar a implementação de atividades mandatadas que não poderiam ser implementadas pelo Escritório do Alto Comissariado e reprogramá-las de acordo com os prazos especificados no anexo à presente decisão.

Em uma decisão sobre *as modalidades de participação remota para reuniões híbridas do Conselho de Direitos Humanos*, o Conselho decidiu solicitar à Assembleia Geral que considere autorizar o Conselho a continuar sua prática de usar as modalidades de participação remota para todas as suas futuras reuniões formais e informais.

### **Ação sobre as resoluções no âmbito do ponto II da ordem do dia sobre o relatório anual do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos do Homem e relatórios do Gabinete do Alto Comissário e do Secretário-Geral**

Numa resolução sobre a *promoção dos direitos humanos no Sudão do Sul*, o Conselho decidiu prorrogar o mandato da Comissão dos Direitos do Homem no Sudão do Sul, composta por três membros, por um novo período de um ano.

Numa resolução sobre a *situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, e a obrigação de assegurar a responsabilização e a justiça*, o Conselho solicitou à Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre o território palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e a Israel que apresentassem um relatório sobre a transferência ou venda direta e indireta de armas, munições, peças, componentes e artigos de dupla utilização a Israel, a potência ocupante, e a apresentar o seu relatório ao Conselho na sua quinquagésima nona sessão.

### **Ação sobre as Resoluções no âmbito do Ponto Três da Ordem do Dia sobre a Promoção e a Proteção de Todos os Direitos Humanos, dos Direitos Cívicos, Políticos, Económicos, Sociais e Culturais, incluindo o Direito ao Desenvolvimento**

Numa resolução sobre o *mandato do Relator Especial sobre o direito humano a um ambiente limpo, saudável e sustentável*, o Conselho decidiu renovar o mandato do Relator Especial sobre o direito humano a um ambiente limpo, saudável e sustentável por um período de três anos.

Numa resolução sobre o *mandato do Relator Especial sobre o direito à privacidade*, o Conselho decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre o direito à privacidade por um período de três anos.

Em uma resolução sobre o *Direito à alimentação*, o Conselho solicitou ao Secretário-Geral e ao Alto Comissariado para os Direitos Humanos que continuassem a fornecer todos os

recursos necessários para o cumprimento efetivo do mandato do Relator Especial sobre o direito à alimentação, e solicitou ao Relator Especial que apresentasse anualmente ao Conselho e à Assembleia Geral um relatório sobre a implementação do mandato.

Numa resolução sobre o *mandato do Relator Especial no domínio dos direitos culturais*, o Conselho decidiu renovar, por um período de três anos, o mandato do Relator Especial no domínio dos direitos culturais.

Numa resolução sobre os *efeitos da dívida externa e de outras obrigações financeiras internacionais conexas dos Estados no pleno gozo de todos os direitos humanos, em particular os direitos económicos, sociais e culturais*, o Conselho instou os Estados, as instituições financeiras internacionais e o sector privado a tomarem medidas urgentes para atenuar o problema da dívida e abordar a sustentabilidade da dívida dos países em desenvolvimento.

Numa resolução sobre o *impacto negativo das medidas coercivas unilaterais no gozo dos direitos humanos*, o Conselho reconheceu que as medidas coercivas unilaterais, nomeadamente sob a forma de sanções económicas, e as sanções secundárias tinham implicações de grande alcance para os direitos humanos da população em geral dos Estados visados, afetando desproporcionadamente os pobres e as pessoas em situação vulnerável.

Numa resolução sobre os *sistemas de apoio destinados a assegurar a inclusão comunitária das pessoas com deficiência*, o Conselho solicitou ao Secretário-Geral que preparasse e apresentasse ao Conselho, na sua quinquagésima nona sessão, um estudo que definisse os procedimentos administrativos e o orçamento necessários para tornar acessíveis todas as resoluções do Conselho, em consulta e assegurando o envolvimento ativo e a participação das pessoas com deficiência e das suas organizações representativas, bem como entidades relevantes das Nações Unidas e outras partes interessadas.

Numa resolução sobre o *direito ao trabalho*, o Conselho decidiu organizar, durante a sua quinquagésima oitava sessão, um painel de discussão sobre a realização dos direitos ao trabalho e à segurança social na economia informal, no contexto de economias sustentáveis e inclusivas, e convida as agências, fundos e programas pertinentes das Nações Unidas e outras partes interessadas a contribuírem ativamente para o painel de discussão.

Em uma resolução sobre o *Papel dos Estados no combate ao impacto negativo da desinformação no gozo e realização dos direitos humanos*, o Conselho solicitou ao Comitê Consultivo do Conselho de Direitos Humanos que realizasse um estudo e preparasse um relatório sobre o impacto da desinformação no gozo e realização dos direitos humanos, e que o apresentasse ao Conselho em sua sexagésima primeira sessão.

Numa resolução sobre a *habitação adequada como componente do direito a um nível de vida adequado e o direito à não discriminação neste contexto*, o Conselho instou os Estados a proibirem todas as formas de discriminação, incluindo contra as pessoas com deficiência, no contexto do direito a uma habitação adequada como componente do direito a um nível de vida adequado por parte das entidades públicas e privadas.

Numa resolução sobre a *tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes: medidas legislativas, administrativas, judiciais ou outras nacionais eficazes para prevenir atos de tortura*, o Conselho instou os Estados a ponderarem a criação, nomeação, manutenção ou reforço de mecanismos independentes e eficazes para efetuar visitas de

controle aos locais de detenção e outros locais sob jurisdição e controle do Estado onde as pessoas são ou podem ser privadas dos seus liberdade.

Numa resolução sobre a *prevenção do genocídio*, o Conselho decidiu convocar, na sua quinquagésima oitava sessão, um painel de discussão sobre alerta precoce e prevenção do genocídio e solicitou ao Alto Comissário que estabelecesse contatos com as partes interessadas, a fim de incentivar a sua participação na reunião.

Numa resolução sobre a *luta contra a discriminação, a violência e as práticas nocivas contra as pessoas intersexuais*, o Conselho solicitou ao Alto Comissariado que preparasse um relatório, a apresentar na sua sexta sessão, que examinasse leis e políticas discriminatórias, atos de violência e práticas nocivas contra pessoas com variações inatas nas características sexuais.

Numa resolução sobre os *direitos das pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e linguísticas*, o Conselho convidou os Estados a tomarem iniciativas para assegurar que as pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e linguísticas possam exercer os seus direitos, tal como estabelecido na Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Minorias religiosas e linguísticas e em outros compromissos internacionais de direitos humanos.

Numa resolução sobre a *liberdade de religião ou de crença*, o Conselho instou os Estados a intensificarem os seus esforços para promover e proteger a liberdade de pensamento, de consciência e de religião ou crença.

Numa resolução sobre os *direitos humanos e a cultura de paz*, o Conselho solicitou ao Alto Comissário para os Direitos do Homem que organizasse dois seminários de meio dia em Genebra, sobre direitos humanos e cultura de paz.

Em uma resolução sobre o *mandato do Especialista Independente sobre o gozo dos direitos humanos por pessoas com albinismo*, o Conselho decidiu prorrogar o mandato do Especialista Independente sobre o gozo dos direitos humanos por pessoas com albinismo por um período de três anos.

Numa resolução sobre os *direitos da criança: concretizar os direitos da criança e a proteção social inclusiva*, o Conselho solicitou ao Alto Comissário que elaborasse um relatório sobre a integração dos direitos da criança nas Nações Unidas, incluindo sobre a aplicação da Nota de Orientação do Secretário-Geral, e que apresentasse o relatório ao Conselho na sua quinquagésima nona sessão.

#### **Ação sobre as Resoluções do Ponto Quatro da Ordem do Dia sobre Situações de Direitos Humanos que Requerem a Atenção do Conselho**

Numa resolução sobre a *situação dos direitos humanos na República Islâmica do Irã*, o Conselho decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos na República Islâmica do Irã por um novo período de um ano. O Conselho decidiu igualmente prorrogar o mandato da missão internacional independente de inquérito sobre a República Islâmica do Irã por um novo período de um ano.

Numa resolução sobre a *situação dos direitos humanos em Mianmar*, o Conselho decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos em Mianmar por um novo período de um ano.



Numa resolução sobre a *situação dos direitos humanos na República Popular Democrática da Coreia*, o Conselho decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos na República Popular Democrática da Coreia, por um período de um ano.

Numa resolução sobre a *situação dos direitos humanos na República Árabe Síria*, o Conselho decidiu prorrogar o mandato da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a República Árabe Síria por um período de um ano e solicitou à Comissão de Inquérito que apresentasse uma actualização oral ao Conselho dos Direitos do Homem durante um diálogo interativo na sua quinquagésima sexta sessão.

Numa resolução sobre a *situação dos direitos humanos na Ucrânia decorrente da agressão russa*, o Conselho decidiu prorrogar o mandato da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a Ucrânia por um novo período de um ano.

Numa resolução sobre a *situação dos direitos humanos na Bielorrússia*, o Conselho decidiu prorrogar o mandato do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos na Bielorrússia por um período de um ano, com efeitos a partir do final da sua quinquagésima sexta sessão. O Conselho decidiu igualmente criar urgentemente, por um período renovável de um ano, um grupo de três peritos independentes sobre a situação dos direitos humanos na Bielorrússia.

#### **Ação sobre as resoluções no âmbito do ponto sete da ordem do dia sobre a situação dos direitos humanos na Palestina e noutros territórios palestinos ocupados**

Numa resolução sobre o *direito do povo palestino à autodeterminação*, o Conselho instou todos os Estados a adoptarem as medidas necessárias para promover a realização do direito à autodeterminação do povo palestino.

Numa resolução sobre *os direitos humanos no Golã sírio ocupado*, solicitou ao Secretário-Geral que levasse a presente resolução ao conhecimento de todos os governos, dos órgãos competentes das Nações Unidas, das agências especializadas, das organizações intergovernamentais internacionais e regionais e das organizações humanitárias internacionais, a divulgá-la o mais amplamente possível e a apresentar um relatório sobre esta questão ao Conselho na sua quinquagésima oitava sessão.

Numa resolução sobre *os colonatos israelitas nos Territórios Palestinos Ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, e no Golã sírio ocupado*, o Conselho solicitou à Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre o território palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e a Israel que elaborassem um relatório sobre as identidades dos colonos que se envolveram em atos de terror, violência ou intimidação contra civis palestinos e as ações empreendidas por Israel e por terceiros Estados, e apresentar o relatório ao Conselho na sua quinquagésima nona sessão.

#### **Ação em matéria de resoluções no âmbito do ponto 10 da ordem do dia sobre assistência técnica e reforço das capacidades**

Numa resolução sobre *a assistência técnica e o reforço das capacidades para melhorar a situação dos direitos humanos no Haiti, no âmbito de um pedido das autoridades do Haiti no sentido de uma ação internacional coordenada e orientada*, o Conselho decidiu prorrogar, por um período renovável de um ano, o mandato do perito independente em matéria de direitos humanos nomeado pelo Alto Comissário.

Numa resolução sobre *a assistência técnica e o reforço das capacidades do Mali no domínio dos direitos humanos*, o Conselho decidiu prorrogar o mandato do Perito Independente sobre a situação dos direitos humanos no Mali por um período de um ano.

Numa resolução sobre *a assistência técnica e o reforço das capacidades para o Sudão do Sul*, o Conselho solicitou ao Alto Comissariado para os Direitos Humanos que reforçasse a assistência técnica prestada ao Governo do Sudão do Sul para continuar a ajudar o país a enfrentar os desafios em matéria de direitos humanos na transição pós-conflito.

### **Nomeação dos titulares de mandatos de procedimento especial**

O Conselho nomeou 14 detentores de mandatos: a Relatora Especial sobre o direito humano a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável, Astrid Puentes Riaño (México); a relatora especial para a promoção e proteção dos direitos humanos no contexto das mudanças climáticas, Elisa Morgera (Itália); o Mecanismo de Peritos sobre os Direitos dos Povos Indígenas, membro da África, Ojot Miru Ojulu (Etiópia); a Expert Mechanism on the Rights of Indigenous Peoples, membro da América do Norte, Sheryl Lightfoot (Canadá); o perito independente para a promoção de uma ordem internacional democrática e equitativa, George Katrougalos (Grécia); o Especialista Independente sobre a Situação dos Direitos Humanos no Mali, Eduardo Gonzalez (Peru); o relator especial para a promoção da verdade, justiça, reparação e garantias de não reincidência, Bernard Duhaime (Canadá); a relatora especial sobre os direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação, Gina Paola Romero Rodríguez (Colômbia); o Grupo de Trabalho sobre os direitos dos camponeses e outras pessoas que trabalham em áreas rurais, membro dos Estados Africanos, Uche Ewelukwa Ofodile (Nigéria); o Grupo de Trabalho sobre os direitos dos camponeses e outras pessoas que trabalham em áreas rurais, membro dos Estados da Ásia-Pacífico, Shalmali Guttal (Índia); o Grupo de Trabalho sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais, membro dos Estados do Leste Europeu, Davit Hakobyan (Armênia); o Grupo de Trabalho sobre os direitos dos camponeses e outras pessoas que trabalham em áreas rurais, membro dos Estados da América Latina e Caribe, Carlos Duarte (Colômbia); o Grupo de Trabalho sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham nas Zonas Rurais, membro da Europa Ocidental e de outros Estados, Geneviève Savigny (França); e o Grupo de Trabalho sobre o uso de mercenários como meio de violar os direitos humanos e impedir o exercício do direito dos povos à autodeterminação, membro dos Estados africanos, Michelle René Small (África do Sul).

O webcast das reuniões do Conselho de Direitos Humanos pode ser encontrado [aqui](#) Abre em nova janela. Todos os resumos das reuniões podem ser encontrados [aqui](#). Documentos e relatórios relacionados à quinquagésima quinta sessão ordinária do Conselho de Direitos Humanos podem ser encontrados [aqui](#) Abre em nova janela.

### **Ação sobre a resolução no âmbito do ponto dois da ordem do dia sobre o relatório anual do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e os relatórios do Gabinete do Alto Comissário e do Secretário-Geral**

Numa resolução (A/HRC/55/L.30) sobre a *situação dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, e a obrigação de assegurar a responsabilização e a justiça*, adotada por 28 votos a favor, 6 contra e 13 abstenções (tal como revisto oralmente), o Conselho exige que Israel, a potência ocupante, ponha termo à ocupação do território palestino ocupado desde 1967, incluindo Jerusalém Oriental; exige igualmente que Israel levante imediatamente o seu bloqueio à Faixa de Gaza e todas as outras formas de punição coletiva; apela a um cessar-fogo imediato em Gaza, ao acesso e assistência humanitária

de emergência imediatos e ao restabelecimento urgente das necessidades básicas da população palestina em Gaza; insta todos os Estados a tomarem medidas imediatas para impedir a continuação da transferência forçada de palestinos dentro ou a partir de Gaza; insta todos os Estados a cessarem a venda, transferência e desvio de armas, munições e outro equipamento militar para Israel; insta todos os Estados a continuarem a prestar assistência de emergência ao povo palestino e insta todos os Estados a assegurarem que a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente receba financiamento previsível, sustentado e suficiente para cumprir o seu mandato; convida a Assembleia Geral a recomendar ao Governo da Suíça que convoque rapidamente a Conferência das Altas Partes Contratantes da Quarta Convenção sobre medidas destinadas a fazer cumprir a Convenção nos territórios palestinos ocupados, incluindo Jerusalém Oriental; solicita à Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre os territórios palestinos ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, e Israel que apresente um relatório sobre a transferência ou venda direta e indireta de armas, munições, peças, componentes e artigos de dupla utilização a Israel, a potência ocupante, e que analise as consequências jurídicas dessas transferências, e que apresente o seu relatório ao Conselho na sua quinquagésima nona sessão; solicita ao Secretário-Geral que assegure a disponibilidade de todos os recursos adicionais, nomeadamente através de recursos voluntários, necessários para permitir que a Comissão de Inquérito cumpra o seu mandato; solicita ao Alto Comissário que destine o pessoal, os conhecimentos especializados e a logística adicionais necessários para a representação nacional do território palestino ocupado, a fim de documentar e responsabilizar as violações do direito internacional dos direitos humanos e do direito internacional humanitário cometidas nos territórios palestinos ocupados, incluindo Jerusalém Oriental; solicita ao Alto Comissário para os Direitos do Homem que, na sua quinquagésima oitava sessão, apresente um relatório sobre a aplicação da presente resolução, a que se seguirá um diálogo interativo; e decide permanecer no assunto.

Os resultados da votação são os seguintes: A favor (28): Argélia, Bangladesh, Bélgica, Brasil, Burundi, Chile, China, Costa do Marfim, Cuba, Eritreia, Finlândia, Gâmbia, Gana, Honduras, Indonésia, Cazaquistão, Kuwait, Quirguistão, Luxemburgo, Malásia, Maldivas, Marrocos, Catar, Somália, África do Sul, Sudão, Emirados Árabes Unidos e Vietnã. Contra (6): Argentina, Bulgária, Alemanha, Malawi, Paraguai e Estados Unidos. Abstenções (13): Albânia, Benim, Camarões, Costa Rica, República Dominicana, França, Geórgia, Índia, Japão, Lituânia, Montenegro, Holanda e Romênia.

#### **Ação sobre a Resolução no âmbito do Ponto Três da Ordem do Dia sobre a Promoção e a Proteção de Todos os Direitos Humanos, dos Direitos Cívicos, Políticos, Económicos, Sociais e Culturais, incluindo o Direito ao Desenvolvimento**

Numa resolução (A/HRC/55/L.18/Rev.1) sobre os *Direitos da criança: concretizar os direitos da criança e a proteção social inclusiva*, adotada sem votação, o Conselho apela aos Estados para que considerem a ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança e dos seus Protocolos Facultativos, e apela a esforços renovados para a sua plena implementação por todas as partes. O Conselho insta igualmente os Estados a assegurarem que todas as crianças tenham acesso a uma proteção social inclusiva. O Conselho solicita ao Secretário-Geral que amplie as capacidades do Gabinete do Alto Comissário, promova a integração dos direitos da criança, em especial a participação e a salvaguarda da criança, que preste aconselhamento e assistência técnica sobre questões relativas à aplicação dos direitos humanos das crianças aos Estados e a todas as organizações e organismos pertinentes das Nações Unidas. O Conselho solicita igualmente ao Alto Comissário que elabore um relatório sobre a integração dos direitos da criança nas Nações Unidas, incluindo sobre a aplicação da Nota de Orientação do Secretário-Geral, e que apresente o relatório ao Conselho na sua quinquagésima nona sessão. Por último,

o Conselho solicita ao Alto Comissário que elabore um relatório sobre os direitos da criança e as violações dos direitos humanos das crianças em conflitos armados, que disponibilize o relatório num formato acessível e favorável às crianças e que apresente o relatório ao Conselho dos Direitos do Homem na sua sexagésima sessão, e solicita ao Alto Comissário que organize a reunião anual de dia inteiro sobre os direitos da criança em 2026 sobre o tema dos direitos da criança e das violações dos direitos humanos das crianças em conflitos armados.

### **Ação sobre as resoluções no âmbito do ponto sete da ordem do dia sobre a situação dos direitos humanos na Palestina e noutros territórios árabes ocupados**

Numa resolução (A/HRC/55/L.13) sobre o *direito do povo palestino à autodeterminação*, adotada por 42 votos a favor, 2 contra e 3 abstenções, o Conselho insta Israel, a potência ocupante, a pôr imediatamente termo à ocupação dos territórios palestinos ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, e a inverter e corrigir quaisquer entraves à independência política, a soberania e a integridade territorial da Palestina e reafirma o seu apoio à solução de dois Estados, a Palestina e Israel, que vivem lado a lado em paz e segurança; insta todos os Estados a assegurarem as suas obrigações de não reconhecimento, não ajuda ou assistência no que diz respeito às violações graves das normas peremptórias do direito internacional por parte de Israel, a fim de assegurar o exercício do direito à autodeterminação, e exorta-os também a cooperarem ainda mais para pôr termo, através de meios legais, a estas graves violações e a reverter as políticas e práticas ilegais de Israel; insta todos os Estados a adotarem as medidas necessárias para promover a realização do direito à autodeterminação do povo palestino e a prestarem assistência às Nações Unidas no cumprimento das responsabilidades que lhe são confiadas pela Carta no que respeita à aplicação deste direito; e decide permanecer no assunto.

Resultados da votação: A favor (42): Argélia, Bangladesh, Bélgica, Benim, Brasil, Bulgária, Burundi, Chile, China, Costa Rica, Costa do Marfim, Cuba, República Dominicana, Eritreia, Finlândia, França, Gâmbia, Geórgia, Alemanha, Gana, Honduras, Índia, Indonésia, Japão, Cazaquistão, Kuwait, Quirguistão, Lituânia, Luxemburgo, Malawi, Malásia, Maldivas, Montenegro, Marrocos, Países Baixos, Catar, Romênia, Somália, África do Sul, Sudão, Emirados Árabes Unidos e Vietnã. Contra (2): Paraguai e Estados Unidos. Abstenções (3): Albânia, Argentina e Camarões.

Numa resolução (A/HRC/55/L.14) sobre **os direitos humanos no Golã sírio ocupado**, adoptada por 29 votos a favor, 14 contra e 4 abstenções, o Conselho insta Israel, potência ocupante, a respeitar as resoluções pertinentes da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança e do Conselho dos Direitos do Homem, em especial a Resolução 497 (1981) do Conselho de Segurança; Golã; determina que todas as medidas legislativas e administrativas e ações tomadas ou a tomar por Israel que visem alterar o carácter e o estatuto jurídico do Golã sírio ocupado são nulas e sem efeito; solicita ao Secretário-Geral que leve a presente resolução ao conhecimento de todos os governos, dos órgãos competentes das Nações Unidas, das agências especializadas, das organizações intergovernamentais internacionais e regionais e das organizações humanitárias internacionais, que a divulgue o mais amplamente possível e que apresente um relatório sobre esta matéria ao Conselho na sua quinquagésima oitava sessão; e decide continuar a sua análise das violações dos direitos humanos no Golã sírio ocupado na sua quinquagésima oitava sessão.

Resultados da votação: A favor (29): Argélia, Bangladesh, Benim, Brasil, Burundi, Chile, China, Costa Rica, Costa do Marfim, Cuba, República Dominicana, Eritreia, Gâmbia, Gana, Honduras, Índia, Indonésia, Cazaquistão, Kuwait, Quirguistão, Malásia, Maldivas, Marrocos, Catar, Somália, África do Sul, Sudão, Emirados Árabes Unidos e Vietnã. Contra (14): Bélgica, Bulgária, Finlândia, França, Geórgia,

Alemanha, Japão, Lituânia, Luxemburgo, Malawi, Montenegro, Holanda, Paraguai e Estados Unidos. Abstenções (4): Albânia, Argentina, Camarões e Roménia.

Numa resolução (A/HRC/55/L.28) sobre *os colonatos israelitas nos Territórios Palestinos Ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, e no Golã Sírio ocupado*, adoptada por 36 votos a favor, 3 contra e 8 abstenções (tal como revisto oralmente), o Conselho insta Israel a cumprir todas as obrigações que lhe incumbem por força do direito internacional e a cessar imediatamente todas as ações que provoquem a alteração do carácter, estatuto e composição demográfica do território palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e do Golã sírio ocupado, e pôr termo sem demora à ocupação dos territórios ocupados desde 1967; insta todos os Estados e organizações internacionais a assegurarem que não estão a tomar medidas que reconheçam, ajudem ou apoiem a expansão dos colonatos ou a construção do muro no território palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental; solicita à Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre os territórios palestinos ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, e Israel que elabore um relatório sobre as identidades dos colonos, bem como dos grupos de colonos e dos seus membros, que se envolveram ou continuam a participar em atos de terror, violência ou intimidação contra civis palestinos e as ações tomadas por Israel e por Estados terceiros, e apresentar o relatório ao Conselho em sua quinquagésima nona sessão; solicita ao Secretário-Geral que afete os recursos necessários à elaboração do relatório solicitado; solicita ao Alto Comissário para os Direitos do Homem que, na sua quinquagésima oitava sessão, apresente um relatório sobre a aplicação das disposições da presente resolução; e decide permanecer no assunto.

Resultados da votação: A favor (36): Argélia, Bangladesh, Bélgica, Benim, Brasil, Burundi, Chile, China, Costa Rica, Costa do Marfim, Cuba, República Dominicana, Eritreia, Finlândia, França, Gâmbia, Gana, Honduras, Índia, Indonésia, Japão, Cazaquistão, Kuwait, Quirguistão, Luxemburgo, Malásia, Maldivas, Montenegro, Marrocos, Países Baixos, Catar, Somália, África do Sul, Sudão, Emirados Árabes Unidos e Vietnã. Contra (3): Malawi, Paraguai e Estados Unidos. Abstenções (8): Albânia, Argentina, Bulgária, Camarões, Geórgia, Alemanha, Lituânia e Roménia.

## **Defesa dos Direitos à Saúde: Enfrentando Desafios Globais e Doenças Negligenciadas**

***Paula Reges***

***Luana Bermudez***

***Luiz Augusto Galvão***

**Resumo:** O Dia Mundial da Saúde, celebrado em 07 de abril, reafirma o direito à saúde como fundamental para todos, conforme estabelecido pela Constituição da Organização Mundial da Saúde em 1948. No entanto, mais de metade da população mundial ainda carece de acesso a serviços essenciais de saúde, destacando desafios como surtos, conflitos e mudanças climáticas. A campanha da OMS destaca a importância da conscientização sobre os direitos à saúde e insta os governos a adotarem medidas para garantir esse direito universal. Enquanto isso, a negligência global em controlar doenças como a Mpox evidencia lacunas na segurança sanitária, especialmente em regiões vulneráveis, como a África, destacando a necessidade urgente de solidariedade e investimento na preparação para ameaças à saúde emergentes.

**Palavras-chave:** "direito à saúde"; "mpox"

**Abstract:** *The World Health Day, observed on April 7th, underscores the fundamental right to health, as enshrined in the World Health Organization's Constitution since 1948. However, over half of the global population lacks access to essential healthcare services, amidst challenges such as outbreaks, conflicts, and climate change. The WHO campaign emphasizes raising awareness about health rights and urges governments to take actions to ensure this universal right. Meanwhile, the global neglect in controlling diseases like Mpox highlights gaps in global health security, particularly in vulnerable regions like Africa, emphasizing the urgent need for solidarity and investment in preparedness for emerging health threats.*

**Keywords:** "health right"; "mpox"

### **Um novo 07 de abril: "Minha Saúde, meu direito"**

O dia 07 de abril é o Dia Mundial da Saúde, e neste ano celebra-se o 76º aniversário da entrada em vigor da Constituição da Organização Mundial da Saúde. O tema deste ano para o Dia Mundial da Saúde é "A minha saúde, o meu direito", reafirmando o que a OMS tem de compromisso desde o seu nascimento, a 7 de abril de 1948: que a saúde é um direito de todas as pessoas, não um luxo.

Na verdade, a Constituição da OMS foi o primeiro instrumento de direito internacional a afirmar que o mais elevado padrão de saúde alcançável é um direito fundamental de todas as pessoas, sem distinção.

Hoje, pelo menos 140 países reconhecem o direito à saúde nas suas próprias constituições. E, no entanto, em todo o mundo, esse direito muitas vezes não é concretizado ou está ameaçado. Pelo menos 4,5 mil milhões de pessoas — mais de metade da população mundial — não estão totalmente cobertas por serviços de saúde essenciais e dois mil milhões de pessoas enfrentam dificuldades financeiras devido a despesas de saúde do próprio bolso.

Surtos, catástrofes, conflitos e alterações climáticas estão a causar morte e incapacidade, fome e sofrimento psicológico. Realizar o direito à saúde significa aprovar e implementar leis que garantam que as pessoas possam aceder aos serviços de saúde de que necessitam, onde e quando deles precisarem, sem dificuldades financeiras. Significa abordar as razões pelas quais as pessoas adoecem e morrem. Significa água potável segura, ar puro e boa nutrição. Significa habitação de qualidade e condições ambientais e de trabalho dignas. E significa liberdade de discriminação.

A campanha lançada pela OMS pode ser acessada neste [link](#). Divide-se a comunicação em ações e mensagens centrais à população e aos governos. Para o público reforça-se a importância de que se conheça os próprios direitos à saúde, que devem incluir: cuidados seguros e de qualidade, sem qualquer discriminação; privacidade e confidencialidade de suas informações de saúde; informações sobre o seu tratamento e consentimento informado; autonomia e integridade corporal. E ainda que informação adequada e literacia em saúde são essenciais para que se tome decisões sobre a própria saúde; proteja-se o direito à saúde como um direito humano básico, no qual todos devem ter acesso aos serviços de saúde de que necessitam, quando e onde deles necessitem, sem enfrentar dificuldades financeiras. Por fim, expõe-se ainda a possibilidade de atuação e advocacy que os cidadãos devem seguir quando não tem pleno exercício de seus direitos, que incluem o apelo aos líderes políticos, participar em petições e discussões, além da organização da própria comunidade. Promover o direito à saúde como um pilar intrínseco dos direitos humanos mais amplos. Respeitar o direito à saúde significa respeitar os direitos de acesso a água potável, ar puro, boa nutrição, habitação de qualidade, condições de trabalho dignas e liberdade de violência e discriminação. Essa deve ser sempre uma prioridade.

Aos governos, dividem-se as recomendações entre: envolvimento interministerial, no qual cada ministério pode e deve legislar para concretizar o direito à saúde em toda a gama de setores: Finanças: tributar tabaco, açúcar e álcool; Agricultura: eliminar gorduras trans; reduzir a quantidade de antimicrobianos no sistema agroalimentar em 30-50% até 2030; Meio ambiente: acabar com os subsídios aos combustíveis fósseis e subsidiar ou isentar impostos sobre energia limpa e combustíveis como a eletricidade solar, hídrica e eólica; Justiça: proibir todas as formas de discriminação; Transportes: construir infraestruturas cicláveis, apoiar a pedonalização; Trabalho: Garantir trabalho digno, direitos e proteções dos trabalhadores e criar condições de trabalho justas, equitativas e sensíveis ao género para os profissionais de saúde e de cuidados; Assuntos sociais/desenvolvimento social: Garantir o acesso à proteção social (por exemplo, proteção de cuidados de saúde, pensões, subsídios de desemprego) para reduzir a vulnerabilidade das famílias à pobreza e neutralizar os impactos negativos de acontecimentos inesperados na vida sobre o rendimento, a riqueza ou a saúde.

Ainda, é fundamental que se cumpra o direito à saúde, tornando os serviços de saúde disponíveis, acessíveis, aceitáveis e de boa qualidade para todos, em todos os lugares. De forma estratégica a construir e reorientar os sistemas de saúde em torno dos cuidados de saúde primários, prezando pela transparência e responsabilização. Envolver o público em geral na tomada de decisões em saúde é também importante, uma vez que a participação social acontece quando os indivíduos e as comunidades estão significativamente envolvidos na tomada de decisões em torno da saúde, por ex. reuniões municipais e assembleias de cidadãos, grupos focais e consultas, conselhos de saúde, representação em grupos diretores e conselhos de revisão.

## **Enquanto o Acordo de Pandemias não vem**

O que acontece com a Mpox, anteriormente chamada de monkeypox ou varíola dos macacos, tem sido um claro exemplo da falência global em controle de infecções, sobretudo em cenários do Sul Global.

Mpox é uma infecção viral causada pelo vírus Monkeypox, conhecida desde a década de 1950, com primeiro caso em humanos detectado em 1970. Desde então, com pequenas exceções de casos exportados, a mpox manteve-se endêmica em países específicos no continente africano, como Nigéria, República Democrática do Congo (RDC) e outros países do oeste da África. Foi só em 2022, após alerta dado pelo Reino Unido com detecção de um caso autóctone em Londres, que a doença passou a ter uma dinâmica global de disseminação. Com características reconhecidas neste surto recente, a infecção assumiu caráter de propagação como uma infecção sexualmente transmissível, com predomínio dos casos sendo detectados em homens jovens, identificando-se como homens que fazem sexo com homens e com passíveis redes sexuais como potencializadores de novos casos, obviamente não se restringido apenas a essa demografia.

A OMS declarou mpox uma emergência de saúde pública de importância internacional logo em julho de 2022, o que ativou mobilização global, como preconizado pelo Regulamento Sanitário Internacional (RSI) (2005). O fim da emergência veio em maio de 2023. Neste ínterim, diversos ensaios clínicos, publicações científicas e projetos para vacinação foram estabelecidos, no entanto, a esmagadora maioria em países do Norte Global. Enquanto o surto foi controlado na Europa, e EUA através sobretudo do estabelecimento dessas contramedidas médicas, América Latina e África foram deixados para trás.

A RDC nunca deixou de reportar casos desde os anos de 1970, mas a propulsão de aumento nos diagnósticos tem sido exuberante no último ano. Atribui-se tal ocorrido a mutações e adaptações virais, que se tornou mais eficaz na transmissão entre humanos, associados a fatores sociais, pobreza, aos sistemas de saúde fracos e a outras restrições de recursos. O país está assolado por um conflito devastador, caracterizado por uma abundância de intervenientes armados, uma deslocação em grande escala (mais de 350.000 pessoas somente esse ano), surtos de cólera e sarampo, e um número crescente de população que necessita de ajuda humanitária. Houve intensificação do complexo distúrbio ao longo do tempo, com potencial para atingir níveis sem precedentes. A RDC tem mais de 1000 Km de fronteiras e com a insuficiência de seus sistemas públicos, a disseminação de doenças é esperada. Só em 2023, um total de 14.626 casos suspeitos foi notificado, com 654 mortes, resultando em uma letalidade de 4,5%. E há piora em 2024. Somente nos primeiros meses deste ano, já são mais 4500 casos suspeitos de mpox, e quase 300 mortes, sendo agora a transmissão sexual também relevante como via de transmissão. Em comparação global, o caracterizado surto de mpox, fora deste eixo endêmico, reportou 117 mortes decorrentes da mpox de 2022 até agora.

Nesta altura em que se negocia o Acordo Pandêmico e melhores formas de se avançar para uma preparação sustentada para enfrentar pandemias, ainda é evidente a incapacidade coletiva de aprender com os surtos passados e uma lacuna gritante na segurança sanitária global. Mpox tem sido um exemplo disso. Enquanto mais de 1.5 milhão de doses de vacinas foram aplicadas entre populações-alvo nos EUA, nenhuma dose foi distribuída no circuito africano, epicentro da epidemia.

Além disso, o financiamento essencial para a pesquisa e o desenvolvimento de ferramentas de diagnóstico, vacinas e tratamentos mais eficazes e acessíveis continua



lamentavelmente insuficiente. Esta observação sem precedentes deve servir de alerta para reexaminar os investimentos e compromissos para enfrentar o desafio da mpox em países anteriormente endêmicos, para evitar outro ressurgimento de uma emergência de saúde global devido a esta infecção.

A mpox é uma doença negligenciada. Mas, mais negligenciada ainda em certos locais. Enquanto a mobilização social lista de produtos alvos e compras de estoques de vacinas foram feitas pelos países ricos, a resposta internacional pela OMS foi exclusivamente financiada pelo fundo de contingência para emergências. "Nem um dólar foi recebido dos doadores para apoiar esta resposta e apoiar os países" foi a fala do Dr Mike Ryan, diretor executivo do programa de Emergência em Saúde da OMS.

Isso significa que não houve fundos de doadores disponíveis para reforçar o diagnóstico, tratamento, vacinação e controle da mpox nos países endêmicos citados anteriormente.

Além disso, nenhuma das vacinas existentes, ambas disponíveis apenas em quantidades limitadas, são ideais para ambientes de rendimentos baixos e médios. Um dos imunizantes s é feito em duas doses e outro deve ser aplicado via intradérmica, procedimento que pode ser desconhecido para muitos profissionais.

Até o momento apenas um medicamento chamado Tecovirimat é aprovado para uso, sendo necessários mais estudos clínicos para se compreender a dinâmica de proteção e o eventual surgimento de resistência antiviral. Atualmente, o INI/Fiocruz conduz um desses ensaios, chamado UNITY, projeto de cooperação pela suíço-brasileira e existem outros projetos em concomitância, como o PALM-007 que ocorre na RDC. No entanto, ainda existe uma grande lacuna de financiamento para cobrir a conclusão desses ensaios, especialmente em África. Embora estejam em curso várias colaborações norte-sul entre cientistas africanos e latino-americanos e outros investigadores de todo o mundo, ainda existem lacunas gritantes nos investimentos na vigilância da mpox, bem como nos diagnósticos e tratamentos disponíveis nos países afetados.

A preocupação com a ressurgência da mpox, vai além dela por si só. É sabida a estreita relação entre os pox vírus, sendo o mais famoso do grupo o Smallpox, vírus causador da varíola. O investimento direto no desenvolvimento de terapias direcionadas aos ortopoxvírus circulantes poderia igualmente beneficiar a preparação terapêutica contra a varíola e provavelmente teria uma utilidade mais imediata e potencialmente alcançaria viabilidade comercial e de acesso.

A lentidão da ação em relação ao mpox exige um esforço imediato e concertado da comunidade internacional. Ao dar prioridade à investigação e ao desenvolvimento de vacinas, ao reforçar a colaboração internacional e ao abordar a estigmatização, pode-se reforçar a preparação global para ameaças emergentes à saúde.

O Mpox não é apenas um teste à intenção global de preparação – é um teste à solidariedade global.

## O manifesto do *Aedes Aegypti*<sup>3</sup>

*Federico Tobar*<sup>4</sup>

O alto comando divulgou ontem um novo relatório de guerra anunciando novas vitórias na frente sul. “No Cone Sul a invasão registrou um sucesso retumbante” – relatam os líderes do mosquito<sup>5</sup>. “Somente na frente oriental nossas tropas encontraram dificuldades para avançar” –reconhece. Mas ele minimiza o acidente ao anunciar que as autoridades estão a conceber uma nova tática para subjugar a resistência charrua<sup>6</sup>.

O comando está confiante na estratégia expressa no manifesto intitulado “De um surto milenar no Egito a uma endemia global”. Virou hegemônica a tese de que as fêmeas do *Aedes* darão origem a uma raça superior, capaz de sobreviver ao inverno, conseguindo inocular o vírus em toda a humanidade. O comando também estava correto em sua previsão de invernos cada vez mais amenos, nos quais a nova raça superior continuaria a voar em vez de permanecer curvada ao estado larval.

O desenvolvimento tático, contido no Manifesto, é exaustivo. Em primeiro lugar, diversifique as frentes de combate. Em segundo lugar, semeie confusão. Terceiro, avance furtivamente. Em relação ao primeiro slogan, dada a dificuldade de nidificação em lares humanos, o manifesto recomendava avançar em territórios públicos atualmente negligenciados, como parques e praças. A premissa de não deixar lixões e terrenos baldios sem larvas foi rigorosamente cumprida. “Transformaremos todas as pastagens num campo minado” –diz um dos slogans mais difundidos no manifesto dos mosquitos. “Todo edifício público negligenciado deve tornar-se uma larval” –afirma outro slogan.

O segundo slogan tático do Manifesto do mosquito parece ter ainda mais sucesso. “O inimigo está confuso” –anuncia a parte de guerra do comando dos mosquitos, com evidente tom triunfalista. “Eles ainda confiam que nos limitaremos a atacar os mais pobres. Na primeira batalha estávamos restritos às áreas rurais. Na segunda, aproximamo-nos dos subúrbios. Na terceira, atravessamos os muros de alguns bairros privados.

---

<sup>3</sup> Uma primeira versão parcial deste artigo foi publicada em espanhol no jornal Clarín da Argentina.

<sup>4</sup> Health System Strengthening and Financing advisor, UNFPA.

<sup>5</sup> Segundo o Relatório de Situação nº 9 da Organização Pan-Americana da Saúde, na semana epidemiológica 8 de 2024, foram notificados 273.191 novos casos suspeitos de dengue no Cone Sul. Esta semana a sub-região do Cone Sul apresenta um aumento de 314% em relação à mesma semana de 2023 e de 410% em relação à média dos últimos 5 anos. Argentina apresenta aumento de casos de 166% e Brasil de 3% em relação à média das quatro semanas epidemiológicas anteriores. <https://www.paho.org/es/documentos/informe-situacion-no-9-situacion-epidemiologica-dengue-americas-semana-epidemiologica-08>

<sup>6</sup> O termo "charrúa" é um adjetivo que refere a pessoas pertencentes aos povos ameríndios que habitavam o litoral norte do Río de la Plata, no Uruguai. Segundo o Ministério da Saúde Pública (MSP) Charrua, novos casos de dengue são notificados diariamente no Uruguai. No último boletim epidemiológico, emitido em 3 de abril de 2024, foram notificados 12 casos autóctones e 10 casos importados. [https://www.gub.uy/ministerio-salud-publica/comunicacion/publicaciones/reporte-sobre-enfermedades-trasmitidas-aedes-aegypti#:~:text=Casos%20nuevos%20desde%20%C3%BAltimo%20reporte%2C%20Dengue%20confirmados%2C,3%2C%20Dengue:%203\\*\\*%20Chikungunya:%200%20Zika:%200%2C](https://www.gub.uy/ministerio-salud-publica/comunicacion/publicaciones/reporte-sobre-enfermedades-trasmitidas-aedes-aegypti#:~:text=Casos%20nuevos%20desde%20%C3%BAltimo%20reporte%2C%20Dengue%20confirmados%2C,3%2C%20Dengue:%203**%20Chikungunya:%200%20Zika:%200%2C)

Na quarta infiltramos a guerrilha urbana nas grandes cidades. Neste Quinto Reich tomaremos posse de todos os domínios humanos.” O relatório de guerra destaca as conquistas dos mosquitos na confusão dos humanos...”eles continuam a interpretar a invasão como fatalidades que apenas devastam aqueles que não têm acesso a seguros médicos onerosos”.

Por sua vez, pesquisas qualitativas, fornecidas pelos assessores de comunicação do alto comando, afirmam que os humanos continuam a subestimar o nosso poder e até temem mais cobras, leões e tubarões do que mosquitos. “Eles ainda nem perceberam que, há muito tempo, dizimamos a população dos enormes paquidermes que permitiram que Aníbal conquistasse Roma.”

Contudo, o terceiro slogan tático do Manifesto do Aedes não parece tão consolidado quanto os seus antecessores. O sigilo reivindicado no Manifesto parece estar falhando. Nas manchetes da mídia humana, a guerra, que os humanos nomeiam com o eufemismo de “epidemia de Dengue”, aparece com destaque progressivo. Já chegou à quarta página dos jornais dos territórios invadidos. Há sinais claros de que os humanos estão começando a perceber a ameaça. Até as reações se concentram na exigência de proteções individuais, como a imunização. Mas também há quem exija que as instituições humanas fumiguem as áreas onde a invasão está mais consolidada. Há até quem promova a contraespionagem focada em enganar as fêmeas do Aedes que, supostamente, se deixariam seduzir por uma raça de machos mutantes que as esterilizariam ao copular.

Apesar do sucesso da história oficial, descobriu-se que, nas zonas periféricas, a mosquitia proletária começa a desconfiar dos burocratas. Não convence a tese do retrocesso das políticas que responsabilizam os cidadãos pelo surto e temem que a coordenação entre Estados e cidadãos aumente.

Enquanto isso ocorre, os líderes do Aedes rejeitam uma insurgência e minimizam as ameaças. Brindam, com o néctar vermelho, proclamando que o inimigo continua errando, com o grito de “até a epidemia sempre”.

## Uso exacerbado de recursos naturais, geração de lixo e contaminação ambiental agravam a tripla crise planetária e os esforços rumo à Agenda 2030

### *Overexploitation of natural resources, waste generation, and environmental contamination worsen the triple planetary crisis and efforts toward the 2030 Agenda*

**Danielly Magalhães**

**Guto Galvão**

**Abstract:** *The event at the United Nations commemorating Zero Waste Day highlighted the urgent need for collective action to achieve zero waste, providing a platform for member states and stakeholders to showcase innovative waste management initiatives. Two important reports, the Global Resources Outlook 2024 and the Waste Management and Waste Report, offer essential insights to address these issues and achieve a more sustainable future. The report on the status of global natural resources highlights that increased resource use is the primary driver of the triple planetary crisis. Extraction and processing of material resources (fossil fuels, minerals, non-metallic minerals, and biomass) account for over 55% of greenhouse gas emissions (GHGs) and 40% of health impacts caused by particulate matter. The UNEP's waste management report underscores the alarming amount of municipal solid waste generated globally annually, with only 62% being properly managed. This problem not only affects the environment but also has serious impacts on human health, including air pollution, water contamination, and the spread of vector-borne diseases. Additionally, the report emphasizes the importance of promoting sustainable consumption and production patterns aligned with the goals of the 2030 Agenda for Sustainable Development. A survey revealed high levels of mercury contamination among the Yanomami indigenous people in Roraima, highlighting the urgent need for measures to stop illegal mining and protect the health of these communities.*

**Keywords:** *International Day of Zero Waste. Waste Management. Sustainability. Health Impacts. Agenda 2030*

**Resumo:** O evento nas Nações Unidas em comemoração ao Dia do resíduo zero destacou a necessidade urgente de ação coletiva para alcançar o resíduo zero, oferecendo uma plataforma para Estados membros e partes interessadas apresentarem iniciativas inovadoras de gestão de resíduos. Dois relatórios importantes, o Global Resources Outlook 2024 e o Relatório sobre Manejo de Resíduos e Desperdício, fornecem insights essenciais para abordar essas questões e alcançar um futuro mais sustentável. O relatório sobre o status dos recursos naturais globais destaca que o aumento do uso de recursos é o principal impulsionador da crise planetária tripla. A extração e processamento de recursos materiais (combustíveis fósseis, minerais, minerais não metálicos e biomassa) representam mais de 55% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e 40% dos impactos relacionados à saúde causados por material particulado. O relatório do UNEP sobre gerenciamento de resíduos ressalta a alarmante quantidade de resíduos sólidos municipais gerados globalmente anualmente, com apenas 62% sendo adequadamente gerenciados. Este problema não apenas afeta o meio ambiente, mas também tem sérios impactos na saúde humana, incluindo poluição do ar, contaminação da água e propagação de doenças transmitidas por vetores. Além disso, o relatório destaca a importância de promover padrões sustentáveis de consumo e produção, alinhados com os objetivos da Agenda 2030 para

o Desenvolvimento Sustentável. Uma pesquisa revelou altos níveis de contaminação por mercúrio entre os indígenas Yanomami em Roraima, ressaltando a urgência de medidas para interromper o garimpo ilegal e proteger a saúde dessas comunidades.

**Palavras-chave:** Dia Internacional do desperdício/resíduo zero. Gestão de Resíduos. Sustentabilidade. Impactos na Saúde. Agenda 2030

Em 14 de dezembro de 2022, a Assembleia Geral das Nações Unidas tomou uma decisão histórica durante sua septuagésima sétima sessão ao adotar uma resolução (resolução 77/161) que designa 30 de março como o Dia Internacional do Resíduo/Desperdício Zero, a ser observado anualmente. Este ano, um evento foi coorganizado pelo PNUMA e pela UN-Habitat em 27 de março e serviu como plataforma para destacar a necessidade urgente de ação coletiva e transformadora para alcançar o resíduo zero. Este dia serve como um farol para promover padrões de consumo e produção sustentáveis, alinhados com os objetivos delineados na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Durante a comemoração, Estados membros e partes interessadas aproveitaram a oportunidade para apresentar suas iniciativas inovadoras destinadas a reduzir a geração de resíduos e promover o gerenciamento responsável em vários níveis. O evento ocorreu pessoalmente em Nairobi, proporcionando um ambiente propício para discussões frutíferas e troca de ideias.

Sobre esse assunto, o recém-publicado relatório sobre gerenciamento de resíduos Do PNUMA traz estatísticas alarmantes tais como, anualmente, a humanidade produz uma quantidade de resíduos sólidos municipais, variando entre 2,1 bilhões e 2,3 bilhões de toneladas, dos quais apenas 62% desses resíduos passam por um gerenciamento adequado. Além disso, é importante ressaltar os impactos negativos na saúde humana decorrentes de práticas inadequadas de gestão de resíduos, incluindo poluição do ar, contaminação da água e proliferação de doenças transmitidas por vetores.

Para destacar a importância da comemoração desta data, trouxemos dois relatórios esclarecedores publicados próximos à ocasião: A Perspectiva Global de Recursos de 2024 e o Relatório sobre Manejo de Resíduos e Desperdício. Esses relatórios fornecem insights inestimáveis sobre o gerenciamento global de recursos e estratégias de redução de resíduos, oferecendo perspectivas essenciais para lidar com o urgente problema do uso de recursos da natureza e do gerenciamento de resíduos.

### **Relatório Perspectivas de Recursos Globais 2024**

O relatório do PNUMA [Relatório Perspectivas de Recursos Globais 2024](#) destaca a necessidade urgente de uma transformação global imediata em direção à utilização sustentável de recursos, um componente crucial para alcançar a Agenda 2030. Destacando a contínua aceleração das tendências globais de uso de recursos desde sua última edição em 2019, o relatório alerta para um aumento projetado de 60% na extração de recursos até 2060, caso os padrões atuais persistam sem freios. No entanto, também apresenta um lampejo de esperança, ilustrando o potencial para reverter essas tendências alarmantes e direcionar a humanidade para uma trajetória de sustentabilidade.

Para alcançar esse objetivo, o relatório enfatiza a importância fundamental de medidas políticas audaciosas destinadas a eliminar práticas insustentáveis, acelerar a adoção de

estratégias de gestão de recursos responsáveis e inovadoras, e promover condições propícias à equidade social dentro das transições necessárias. Ação urgente é necessária para integrar considerações sobre recursos em acordos ambientais multilaterais, estabelecer caminhos para utilização sustentável de recursos e implementar incentivos financeiros, comerciais e econômicos apropriados.

O relatório enfatiza que a janela de oportunidade para efetuar mudanças está se estreitando rapidamente, e o caminho em direção à sustentabilidade se torna cada vez mais íngreme e estreito. Insta os interessados a reconhecerem que a questão não é mais reconhecer que uma transformação em direção ao consumo e produção global de recursos sustentáveis é necessária, mas sim como acelerar sua realização. Abraçar conceitos em evolução de uma transição justa é considerado essencial para traçar um caminho credível e justificável para frente.

Diante dessas constatações, o relatório pede atenção imediata e ação concertada de formuladores de políticas, empresas, sociedade civil e indivíduos. Somente por meio de esforços coletivos e decisivos pode o mundo evitar a crise iminente e forjar um caminho em direção a um futuro mais sustentável e equitativo.

#### ***Mensagens-chave:***

1. O aumento do uso de recursos é o principal impulsionador da crise planetária tripla. A extração e processamento de recursos materiais (combustíveis fósseis, minerais, minerais não metálicos e biomassa) representam mais de 55% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e 40% dos impactos relacionados à saúde causados por material particulado. Se considerarmos a mudança no uso da terra, os impactos climáticos crescem para mais de 60%, com a biomassa contribuindo com a maior parte (28%), seguida pelos combustíveis fósseis (18%) e depois pelos minerais não metálicos e metais (juntos 17%). A biomassa (cultivos agrícolas e florestais) também representa mais de 90% da perda de biodiversidade relacionada ao uso da terra e ao estresse hídrico. Todos os impactos ambientais estão em alta.

2. O uso de materiais triplicou nos últimos 50 anos, crescendo em média mais de 2,3% ao ano. O uso de materiais e seus impactos continuam a crescer em uma taxa maior do que o aumento no bem-estar (medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à desigualdade). O ambiente construído e os sistemas de mobilidade são os principais impulsionadores da crescente demanda, seguidos pelos sistemas de alimentação e energia. Combinados, esses sistemas representam cerca de 90% da demanda global por materiais. Prevê-se que o uso de materiais aumente para atender às necessidades humanas essenciais para todos, de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Sem uma ação urgente e concertada para mudar a forma como os recursos são utilizados, a extração de recursos materiais poderia aumentar em quase 60% dos níveis de 2020 até 2060, de 100 para 160 bilhões de toneladas, superando em muito o necessário para atender às necessidades humanas essenciais para todos, de acordo com os ODS.

3. Os impactos climáticos e de biodiversidade da extração e processamento de materiais excedem significativamente as metas baseadas em manter o aumento da temperatura global abaixo de 1,5°C e evitar a perda de biodiversidade. A análise de metas científicas desenvolvidas com base em Acordos Multilaterais Ambientais (AMAs) (como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC], Convenção sobre Diversidade Biológica [CDB] e Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação [UNCCD]) e na literatura científica demonstra até que ponto os impactos ambientais do uso de recursos podem

comprometer seus objetivos. A integração do uso sustentável de recursos na implementação dos AMAs é necessária para alcançar os objetivos acordados de neutralidade climática, de biodiversidade, de poluição e de degradação da terra. Ação é necessária agora para reduzir as emissões de GEE, prestando atenção ao papel crucial dos materiais. Uma bioeconomia sustentável e circular deve ser baseada na priorização do uso de biomassa para maximizar o bem-estar e minimizar o impacto, enquanto a conversão de sistemas naturais ricos em biodiversidade e carbono deve ser evitada e revertida para promover resultados líquidos positivos para a natureza.

4. Cumprir os ODS para todos requer a separação ou desvinculação entre o crescimento econômico e o uso de recursos naturais (*decoupling*)<sup>7</sup>, de modo que os impactos ambientais do uso de recursos diminuam enquanto as contribuições para o bem-estar aumentem. A eficiência dos recursos e políticas de apoio podem reduzir o uso de recursos materiais e dramaticamente reduzir os impactos ambientais em países de alta e média-alta renda (*decoupling* absoluta), enquanto melhora o bem-estar e impulsiona o crescimento econômico. Isso também pode criar espaço para o uso de recursos onde mais é necessário. Até agora, não houve evidências de *decoupling* absoluta generalizada em nível global. Em países de baixa e média-baixa renda, a política deve se concentrar na redução das pressões e impactos ambientais e na melhoria da eficiência dos recursos, reconhecendo que aumentos no uso de recursos (*decoupling* relativa) serão necessários para reduzir as desigualdades e melhorar o bem-estar. Essas ações estão alinhadas com a compreensão emergente de transições justas, suficiência e caminhos em direção ao uso sustentável de recursos.

5. Os países de alta renda usam seis vezes mais materiais por habitante e são responsáveis por dez vezes mais impactos climáticos por habitante do que os países de baixa renda. Essa desigualdade deve ser abordada como um elemento central de qualquer esforço global de sustentabilidade. A pegada material per capita dos países de alta renda, a mais alta de todos os grupos de renda, permaneceu relativamente constante desde 2000. Os países de renda média-alta mais do que dobraram sua pegada material per capita, aproximando-se dos níveis de países de alta renda, enquanto seus impactos per capita continuam sendo menores do que os dos países de alta renda. Através do comércio global, os países de alta renda deslocam os impactos ambientais para todos os outros grupos de países com renda. O uso per capita de recursos e os impactos ambientais relacionados em países de baixa renda permaneceram comparativamente baixos e quase inalterados desde 1995.

6. Em comparação com as tendências históricas, é possível reduzir o uso de recursos enquanto se cresce a economia, reduz a desigualdade, melhora o bem-estar e reduz dramaticamente os impactos ambientais. A modelagem de cenários ilustra o potencial para reduzir e reequilibrar o uso global de materiais per capita, com reduções absolutas a partir de cerca de 2040 impulsionadas por reduções em nações de renda alta e média-alta que superam, em agregado, os aumentos em nações de renda baixa e média-baixa. As políticas e mudanças que poderiam impulsionar essas mudanças também reduzem as desigualdades econômicas e

---

<sup>7</sup> "Decoupling" em inglês, refere-se à separação ou desvinculação entre o crescimento econômico e o uso de recursos naturais. Em outras palavras, é a capacidade de aumentar o produto interno bruto (PIB) de uma economia sem um aumento proporcional no uso de recursos naturais. o *decoupling* é essencial para garantir o desenvolvimento sustentável, pois permite que a economia cresça sem aumentar a pressão sobre os recursos naturais finitos e o meio ambiente. Isso pode ser alcançado por meio de medidas que aumentem a eficiência no uso de recursos, promovam a reciclagem, incentivem a inovação tecnológica e adotem práticas de produção e consumo mais sustentáveis.

impulsionam o crescimento global da renda. Ação integrada sobre eficiência de recursos, clima e energia, alimentação e terra alcança efeitos positivos significativamente maiores do que qualquer uma dessas áreas de política isoladamente. Juntas, essas ações demonstram que até 2060, é possível alcançar um mundo com um PIB global cerca de 3% maior e um Índice de Desenvolvimento Humano global 7% mais alto do que poderia ser esperado seguindo as tendências históricas. Em comparação com as tendências históricas, tais medidas poderiam mitigar o crescimento no uso de materiais em 30%. As emissões de GEE poderiam ser reduzidas em mais de 80% dos níveis atuais até 2060, consistente com o Acordo de Paris, junto com reduções absolutas no uso de energia, área agrícola e outras pressões. Abraçar totalmente esse cenário é a escolha óbvia.

7. Ação política audaciosa é fundamental para eliminar atividades insustentáveis, acelerar formas responsáveis e inovadoras de atender às necessidades humanas e promover a aceitação social das transições necessárias. O caminho em direção à sustentabilidade está cada vez mais íngreme e estreito porque muito tempo foi perdido e muitos compromissos políticos incorporados aos AMAs não foram cumpridos. Ação urgente é necessária para institucionalizar a governança dos recursos, incluindo a incorporação de recursos na entrega dos AMAs, definindo caminhos de uso sustentável de recursos em todos os níveis de governança e, por exemplo, desenvolvendo arranjos institucionais em múltiplas escalas em apoio à gestão sustentável de recursos naturais. Igualmente importante é refletir os verdadeiros custos dos recursos na estrutura da economia e direcionar os recursos financeiros para o uso sustentável de recursos, incluindo através do estabelecimento correto de incentivos econômicos (incluindo, por exemplo, incentivos para abordar o efeito rebote e reformas de subsídios), tornando o comércio e os acordos comerciais motores do uso sustentável de recursos, mainstreaming de opções de consumo sustentável e criando soluções e modelos de negócios circulares, eficientes em recursos e de baixo impacto.

8. A abordagem predominante de focar quase exclusivamente em medidas do lado da oferta (produção) deve ser complementada com um foco muito maior nas medidas do lado da demanda (consumo). Rejeitamos a suposição de que atender às necessidades humanas essenciais deve ser intensivo em recursos. Reduzir estruturalmente ou evitar a demanda intensiva de recursos em contextos de alto consumo é necessário. Ao abordar o lado da demanda, estamos também abordando questões de equidade global e suficiência. Por exemplo, mudanças na dieta reduzindo commodities de alto impacto, incluindo proteína animal e perda e desperdício de alimentos, podem diminuir a área de terra necessária para alimentos em cinco por cento até 2060 em comparação com os níveis de 2020, enquanto garantem de forma mais equitativa uma nutrição adequada para todos. Reduzir a necessidade de mobilidade e possibilitar a mobilidade através de transporte compartilhado e ativo pode reduzir os requisitos de estoque de materiais relacionados (-50%), demandas de energia (-50%) e emissões de GEE (-60%) até 2060 em comparação com as tendências atuais. Bairros compactos e equilibrados que usam mais conteúdo de construção reciclado, extensão da vida útil e outras medidas de economia circular podem diminuir os estoques de materiais de construção em 25% até 2060, levando a uma redução de 30% na demanda de energia e 30% nas emissões de GEE em comparação com as tendências atuais.

9. A comunidade científica está unida em torno da urgência de ação resoluta e decisões audaciosas baseadas em evidências que protejam os interesses e o bem-estar de todos, incluindo as gerações futuras. A convergência de mensagens vindas do Painel Internacional de Recursos, do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas e da Plataforma



Intergovernamental de Ciência e Política sobre Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas deve ser considerada como uma forte declaração de urgência da comunidade científica. A única escolha é estabilizar e equilibrar a relação humana com o restante da natureza. Políticas fracas, parciais, fragmentadas ou lentas não funcionarão. Isso só será possível com mudanças abrangentes e verdadeiramente sistêmicas em energia, alimentos, mobilidade e ambiente construído implementadas em uma escala e velocidade sem precedentes. Líderes de todos os setores, incluindo governo em todos os níveis, empresas e sociedade civil, devem agir agora. Podemos fazer essas mudanças e melhorar o bem-estar humano ao redor do mundo, mas a janela de oportunidade está se fechando.

### **Relatório sobre Manejo de resíduos**

O relatório ([Global Waste Management Outlook 2024](#)), publicado em conjunto com a Associação Internacional de Resíduos Sólidos (ISWA), oferece uma atualização sobre a geração global de resíduos e sua gestão desde 2018. Ele analisa diversos cenários, incluindo a continuidade do modelo habitual de negócios, a adoção de medidas intermediárias ou o compromisso total com sociedades de desperdício zero e economia circular, utilizando avaliações do ciclo de vida. As principais conclusões incluem:

- As previsões mostram que a geração de resíduos sólidos municipais deve crescer de 2,3 bilhões de toneladas em 2023 para 3,8 bilhões de toneladas até 2050.
- Em 2020, o custo direto global da gestão de resíduos foi de cerca de USD 252 bilhões, aumentando para USD 361 bilhões ao considerar custos ocultos como poluição e impactos na saúde.
- Sem ação urgente, até 2050, o custo anual da má gestão de resíduos poderia quase dobrar para USD 640,3 bilhões.
- A implementação de medidas de prevenção e gestão de resíduos poderia limitar os custos líquidos anuais até 2050 a USD 270,2 bilhões.
- A adoção de um modelo de economia circular poderia levar a um ganho líquido de USD 108,5 bilhões por ano, ao desvincular a geração de resíduos e o crescimento econômico.

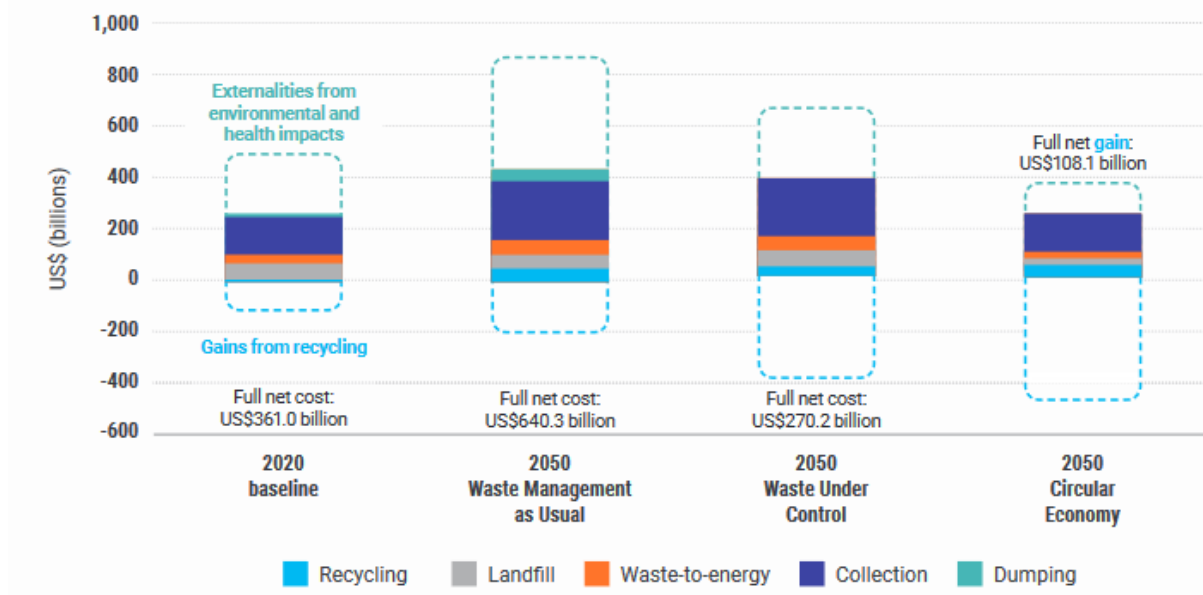
O relatório oferece insights sobre o status atual da geração de resíduos sólidos municipais (RSM), práticas de gestão e seus impactos no meio ambiente e na saúde humana. Ele apresenta três cenários para a geração e gestão de RSM até 2050.

### **Cenários**

1. Gestão de Resíduos como a Usual (GRU): Sob este cenário, as práticas de gestão de resíduos continuam inalteradas, com a geração de resíduos projetada para aumentar, especialmente em regiões carentes de infraestrutura adequada de gestão de resíduos.
2. Controle de Resíduos (CR): Este cenário representa um meio-termo, onde algum progresso é feito na prevenção e gestão de resíduos.
3. Economia Circular (EC): Neste cenário, a geração de resíduos é desacoplada do crescimento econômico, com uma taxa global de reciclagem de RSM de 60%, e o restante dos resíduos gerenciado de forma segura.

O relatório analisou os custos e benefícios de cada cenário, considerando seu impacto nas mudanças climáticas, na qualidade do ecossistema, na saúde humana e na economia global. Até 2050, o cenário de Gestão de Resíduos como Usual é projetado para custar USD 640,3 bilhões globalmente, enquanto a abordagem da Economia Circular poderia gerar um ganho líquido de USD 108 bilhões anualmente, veja figura abaixo.

**Figure 5: Overall costs of global municipal waste management under the three scenarios (USD 2020).**



O relatório enfatiza a necessidade de ação imediata para evitar a piora do cenário e fornece orientações para bancos de desenvolvimento multinacionais, governos nacionais, municípios, produtores, varejistas, setor de gestão de resíduos e cidadãos sobre estratégias para reduzir o desperdício e aprimorar sua gestão seguindo a hierarquia de resíduos, são elas:

- Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e Doadores: Apoiar a replicação e ampliação de iniciativas comprovadas de zero resíduos e economia circular.
- Governos Nacionais: Legislar para implementar a hierarquia de resíduos, incentivar modelos de negócios de zero resíduos e aplicar taxas de responsabilidade do produtor para priorizar a redução de resíduos. Utilizar a expertise nacional e políticas integradas para proteger os recursos naturais e as indústrias.
- Municípios: Adotar abordagens inclusivas para a redução de resíduos e a gestão acessível de resíduos, aproveitando a expertise de trabalhadores informais de resíduos e reconhecendo o papel das mulheres na gestão de resíduos.
- Produtores e Varejistas: Assumir responsabilidade pela redução de resíduos, buscar modelos de negócios de zero resíduos, evitar práticas enganosas de marketing ambiental ("greenwashing") e apoiar regulamentações governamentais para garantir um campo de atuação justo.
- Cidadãos: Evitar resíduos desnecessários por meio da reutilização, segregação de resíduos, compostagem doméstica e apoio a empreendimentos de zero resíduos por meio das escolhas do consumidor.

## **Alerta de contaminação dos Yanomamis por mercúrio**

Uma pesquisa conduzida com indígenas do povo Yanomami, especificamente do subgrupo Ninam, em nove aldeias localizadas em Roraima, revelou uma contaminação generalizada por mercúrio em todos os participantes. Os níveis mais altos de exposição foram observados entre os indígenas que residem nas aldeias mais próximas aos garimpos ilegais de ouro. [O estudo, intitulado "Impacto do Mercúrio em Áreas Protegidas e Povos da Floresta na Amazônia: Uma Abordagem Integrada Saúde-Ambiente"](#), foi realizado pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz) em colaboração com a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), com o apoio do Instituto Socioambiental (ISA). Análises de amostras de cabelo de aproximadamente 300 indivíduos, incluindo crianças e idosos, revelaram a presença do metal pesado.

Este cenário de contaminação coloca em risco a saúde das crianças que habitam a região, aumentando a possibilidade de desenvolvimento de doenças relacionadas à exposição crônica ao mercúrio, especialmente entre os menores de cinco anos. As coletas para o estudo foram realizadas na região do Alto Rio Mucajaí, em outubro de 2022, uma área há décadas afetada pelo garimpo ilegal, resultando em danos ambientais, insegurança, violência e impactos na saúde dos indígenas. A análise das amostras de cabelo revelou que 84% delas apresentavam níveis de contaminação por mercúrio acima de 2,0 µg/g, sendo que 10,8% dessas amostras ultrapassaram os 6,0 µg/g, indicando um alto índice que demanda atenção especial e investigação adicional.

Os resultados do estudo também evidenciaram que os indígenas com níveis mais elevados de mercúrio enfrentam frequentemente déficits cognitivos e danos nos nervos periféricos, como mãos, braços, pés e pernas. Além disso, exames clínicos identificaram a presença de doenças crônicas não transmissíveis, como transtornos nutricionais, anemia, diabetes e hipertensão, entre os participantes. Diante desse contexto, os pesquisadores enfatizam a urgência de medidas emergenciais, incluindo a interrupção imediata do garimpo e do uso de mercúrio, a remoção dos invasores e a construção de unidades de saúde estratégicas na Terra Indígena Yanomami. Medidas estruturais também são recomendadas, como a atualização da política de saúde para os povos indígenas, a garantia de presença regular de profissionais de saúde e o investimento na formação de agentes indígenas de saúde. Ademais, ações específicas para as populações expostas e potencialmente expostas ao mercúrio são indicadas, incluindo o rastreamento de comunidades expostas, protocolos de diagnóstico e tratamento e a criação de um centro de referência para acompanhamento de casos crônicos ou com sequelas.

## **Conclusão**

O uso exacerbado de recursos naturais, a geração de resíduos e a contaminação ambiental agravam a tripla crise planetária e dificultam os esforços em direção à agenda de 2030. Ação imediata e concertada é imperativa para enfrentar esses desafios e transitar para estratégias de gestão de recursos sustentáveis e redução de resíduos. Medidas urgentes devem ser implementadas para conter práticas insustentáveis, promover modelos de economia circular e mitigar os impactos adversos tanto no meio ambiente quanto na saúde humana. Abraçar políticas audaciosas, fomentar soluções inovadoras e promover a cooperação global são essenciais para direcionar a humanidade para um futuro mais equitativo e sustentável.

## A inteligência artificial na saúde sexual e reprodutiva e a garantia de direitos

**Maria Teresa Rossetti Massari**

**Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes**

**Resumo:** O uso da inteligência artificial (IA) tem revolucionado a prestação de cuidados em saúde, seja no diagnóstico, otimização de tratamentos, promoção da saúde, vigilância de doenças ou no apoio à decisão clínica de profissionais. Nesse contexto, o artigo aborda a integração da IA nos sistemas de saúde, centrado-se nos seus potenciais benefícios, considerações éticas e estratégias práticas de implementação, especialmente no que concerne seu uso no campo da saúde sexual e reprodutiva. Também se discute desafios como preconceitos nos algoritmos de IA, questões de qualidade de dados e a necessidade de estruturas regulatórias para governar o uso de IA na saúde.

**Palavras-chave:** Saúde reprodutiva; Inteligência artificial; Direitos humanos

**Abstract:** *The use of artificial intelligence (AI) has revolutionized the provision of healthcare, whether in diagnosis, optimization of treatments, health promotion, disease surveillance or support for professionals' clinical decisions. In this context, the article addresses the integration of AI into healthcare systems, focusing on its potential benefits, ethical considerations and practical implementation strategies, especially regarding its use in the field of sexual and reproductive health. Challenges such as biases in AI algorithms, data quality issues, and the need for regulatory frameworks to govern the use of AI in healthcare are also discussed.*

**Key words:** *Reproductive health; Artificial intelligence; Human rights*

A Organização Mundial da Saúde publicou um resumo técnico que discute o papel da inteligência artificial na saúde sexual e reprodutiva e a garantia de direitos(1). O documento destina-se a decisores e implementadores de políticas, criadores de tecnologia, agências de financiamento, pesquisadores e desenvolvedores que trabalham na intersecção da inteligência artificial e da saúde sexual e reprodutiva, profissionais de saúde e sociedade civil. O documento tem o objetivo discutir o potencial do uso da inteligência artificial na saúde ao mesmo tempo que busca mitigar possíveis riscos de seu uso.



O acesso aos direitos sexuais e reprodutivos (SSR) é uma questão fundamental para a cobertura universal de saúde, garantindo que todos os indivíduos possam aceder e receber serviços e informações de qualidade, sem discriminação ou dificuldades.

Os domínios da saúde sexual e reprodutiva abrangem:

- saúde sexual;
- cânceres no sistema reprodutivo;

- infecções sexualmente transmissíveis (IST), incluindo HIV;
- infertilidade;
- violência entre parceiros íntimos e violência sexual;
- contracepção e planejamento reprodutivo;
- aborto seguro;
- saúde materna e perinatal;
- menopausa;
- educação sexual; e
- mutilação genital feminina.

Os serviços e cuidados para questões de saúde nos domínios da SSR devem ser fornecidos com base nas necessidades ao longo da vida e dentro de uma abordagem baseada em direitos. Como muitas destas questões são comumente percebidas como sensíveis ou estigmatizadas, a SSR incorpora dinâmicas e disparidades enraizadas em normas socioculturais, cenários políticos e barreiras de acesso.

A expansão no uso de dispositivos móveis, incluindo em contextos de poucos recursos, trouxe mudanças profundas na forma como as pessoas acessam informações sobre saúde. A inovação digital apresenta oportunidades para melhorar o acesso à qualidade das informações e dos serviços de saúde, mas também apresenta diversos desafios – especialmente no que diz respeito a garantir que a utilização destas inovações seja segura, baseada em direitos, equitativa e eficaz.

A digitalização também levou à acumulação de grande quantidade de informações, seja por registros médicos eletrônicos, mídias sociais, dados de dispositivos ou interações em aplicativos de saúde. Isso, combinado com o aprimoramento da capacidade de processamento dos computadores, abriu caminho para a inteligência artificial (IA). Nesse contexto, a IA refere-se à capacidade dos algoritmos integrarem sistemas e ferramentas para aprender com os dados, a fim de que possam executar tarefas automatizadas, sem programação explícita de cada passo por um ser humano.

Tal como acontece com outras áreas, a IA emergiu como uma força transformadora para a eficiência dos sistemas de saúde. Ela tem potencial para acelerar a mudança em direção aos cuidados centrados nas pessoas e fortalecer a qualidade dos serviços de saúde, unindo forças para preencher lacunas. Mas seu uso também introduziu riscos críticos relacionados com direitos, incluindo impacto potencial na autonomia corporal e ampliação da desinformação num campo já propenso aos efeitos de narrativas ideologicamente orientadas. Especificamente no âmbito da SSR, a questão da confidencialidade e privacidade ao buscar informações e serviços colocam as ferramentas digitais e IA como pontos críticos para expandir seu acesso. É importante levantar preocupações sobre como proteger a privacidade dos indivíduos e evitar violações e exploração de dados que podem pôr em perigo os direitos e a segurança das pessoas.

### **Inteligência Artificial na saúde**

A IA abrange uma ampla gama de tecnologias para processar dados e algoritmos. A *aprendizagem de máquina* (AM) é uma categoria de IA que utiliza métodos de modelagem

estatística e matemática para definir e analisar dados, e posteriormente, os padrões aprendidos são aplicados para executar ou orientar certas tarefas e fazer previsões. Os modelos de aprendizagem de máquina usados em saúde pública podem ser caracterizados pela forma como suas capacidades preditivas conseguem prever resultados e probabilidades com base em fronteiras ou gerar novos conteúdos. Há dois tipos de modelos:

- IA discriminativa: modelos que analisam relações entre variáveis para fazer previsões, como um risco específico para uma condição ou resultado de saúde. O modelo discriminativo aprende padrões e atribui dados em categorias predefinidas, como se uma condição é normal ou anormal, positiva ou negativa ou desconhecida.

- IA generativa: modelos nos quais algoritmos são treinados em conjuntos de dados para criar novos conteúdos, como textos, imagens e vídeos. Eles geram respostas baseadas em texto e podem ser incorporados em agentes conversacionais, coloquialmente conhecidos como “chatbots” (ex: Chat GPT).

### **Inteligência Artificial na saúde sexual e reprodutiva e nos direitos**

A utilização da IA na SSR inclui:

- Informação, educação e promoção em saúde

Os modelos de IA podem ser aproveitados para desenvolver intervenções para a educação em saúde, promovendo comportamentos positivos de saúde através do fornecimento de informações livres de julgamento, que superam barreiras de acesso a comunidades tradicionalmente estigmatizadas e áreas sensíveis dos cuidados de saúde, como é o caso de contracepção e IST.

- Triagem e diagnóstico

A IA pode contribuir com a análise dos grandes volumes de dados de saúde, provenientes de registros eletrônicos, imagens e resultados de exames laboratoriais, notas clínicas em texto etc., identificando tendências, padrões e fatores de risco. Além disso, a IA pode apoiar a detecção de anormalidades ou lesões, como lesões pré-câncer cervical, ou utilizando modelos preditivos para identificar mulheres grávidas que possam estar em risco de determinados resultados adversos, como hemorragia pós-parto, pré-eclâmpsia, diabetes gestacional ou trabalho de parto prematuro. Esta função pode ser utilizada para triagem de pacientes, como parte de esforços para direcionar as intervenções e reduzir os tempos de espera e priorizar atendimentos nos locais onde há pouco acesso à especialistas.

- Tratamento e gestão de cuidados

As capacidades preditivas da IA podem servir como complemento para adaptar regimes de tratamento, como por exemplo para orientar e personalizar os cuidados clínicos e minimizar os efeitos colaterais de tratamentos. Por exemplo, o uso da IA para melhorar a seleção de espermatozoides, oócitos e embriões na fertilização in vitro.

- Monitoramento de saúde pessoal

As abordagens da *aprendizagem de máquina* dentro da IA contribuem para apoiar cuidados preventivos e de automonitoramento – por exemplo, através rastreadores de fertilidade personalizados que preveem a ovulação e as janelas férteis, para monitorar sintomas de perimenopausa e fornecer recomendações personalizadas para o manejo dos sintomas.

- Compreender as tendências de saúde

A IA pode ser usada para analisar dados em grande escala para monitorar tendências convergentes e identificar problemas de saúde pública regionalmente e globalmente, identificando áreas que precisam de intervenções direcionadas.

- Gestão do sistema de saúde

As funções de modelagem preditiva da IA podem permitir a previsão de necessidades e apoiar a implantação de intervenções para planejamento estratégico e desenvolvimento de políticas. Exemplos podem incluir prever o fluxo de pacientes e gerenciamento de estoque para medicamentos e outros suprimentos.

- Pesquisa clínica e descoberta de medicamentos

Apoiar pesquisadores e profissionais da saúde na análise de conjuntos de dados complexos para acelerar pesquisa e descoberta de medicamentos. Os exemplos incluem o uso de algoritmos de IA para modelar dados genômicos para prever resultados relacionados a novos tratamentos terapêuticos e resistência a medicamentos.

### **Riscos e implicações**

O uso responsável da IA traz consigo um conjunto de implicações éticas, legais e de direitos humanos relacionadas à governança de dados, transparência, inclusão e equidade, responsabilidade e responsabilização. Embora estas questões sejam aplicáveis em todas as áreas dos cuidados de saúde, as normas e as relações de poder que permeiam os temas relacionados à SSR acentuam algumas destas considerações. Por exemplo, em contextos onde existem opiniões divergentes sobre aspectos da SSR, como o acesso à contracepção, ao aborto ou à saúde sexual, a IA pode servir como uma ferramenta para limitar o acesso a serviços e informações, ou potencialmente ser mal utilizados ou manipulados para perseguição. Esta seção fornece exemplos de alguns dos riscos e desafios que podem ser amplificados pelo uso de IA dentro da SSR.

- Governança de dados e autonomia corporal

Os dados de SSR são cada vez mais gerados fora dos ambientes médicos, como através da monitorização da saúde pessoal (ex: monitorização da fertilidade), e da utilização de ferramentas de IA para informação, educação e promoção da saúde. Como tal, estes tipos de dados não estão sujeitos às regulamentações de proteção e sigilo tradicionais.

Isto pode infringir os direitos dos indivíduos à autonomia corporal, por exemplo, se dados pessoais, como informações sobre saúde menstrual, estiverem sendo coletados e compartilhados com terceiros para marketing direcionado e, em alguns casos, usados para rastrear mulheres que procuram ou podem ter feito um aborto.

Isso pode limitar a liberdade dos indivíduos de fazer escolhas informadas, já que podem não estar cientes de como seus dados podem ser usados e das consequências deles serem compartilhados, impactando não só nos seus direitos relativos à informação e serviços de saúde, mas também para narrativas e práticas prejudiciais relacionadas com a violência sexual e de gênero.

- Risco de violações de dados

Para desenvolver e testar modelos de ferramentas relacionadas com a saúde assistidas por IA, os sistemas dependem de acesso a grandes volumes de dados, incluindo informações pessoais de saúde, e a SSR exige um alto nível de atenção à privacidade e à segurança dos dados, uma vez que contextos de violações podem ter consequências profundamente prejudiciais para os indivíduos, especialmente para mulheres jovens, profissionais do sexo, pessoas com diversidade de gênero e membros de outras comunidades que podem estar sujeitos a estigma e discriminação generalizados. Acesso não autorizado às informações pessoais de saúde é um risco geral, que é agravado pela sensibilidade de dados sobre SSR.

Em ambientes onde as questões de SSR são controversas, os dados pessoais podem ser utilizados para perseguição ou para impedir o acesso a cuidados de saúde e outros serviços. Além disso, mesmo que a identidade seja anônima dentro de um conjunto de dados, existe o risco de que seja possível que os sistemas de IA identifiquem indivíduos através da triangulação de fontes de informação.

- Desinformação e desinformação direcionada

Um grande desafio no uso da IA para SSR é a potencial desinformação devido aos modelos serem treinados em grandes bases de dados e plataformas de internet e mídia social, os quais podem ter dados de má qualidade e uma série de preconceitos. Por exemplo, uma conversa com uma plataforma de IA que use um conjunto de dados não verificados, pode espalhar mitos sobre métodos contraceptivos e aborto devido à conceitos errados ou manipulação/desinformação direcionada (informações intencionalmente concebidas para desencorajar o acesso a serviços de SSR, tais como aborto seguro).

- Limitações de dados e preconceitos na IA

Os sistemas de IA em SSR frequentemente encontram problemas com conjuntos de dados tendenciosos, o que pode levar a baixa precisão e prejudicar ainda mais os indivíduos de comunidades sub-representadas.

- Exclusão digital

A exclusão digital afeta significativamente a equidade e a inclusão das aplicações de IA dentro SSR, afetando particularmente indivíduos em situações vulneráveis. Acesso limitado a tecnologia ou conectividade devido a barreiras de gênero, geográficas ou de custos continua a ser uma questão importante.

Os países de baixa e média renda apresentam relatórios que demonstram desigualdade no acesso de serviços móveis e uso da internet, como o menor acesso entre as mulheres que vivem em áreas rurais. Além disso, a evolução dos sistemas e ferramentas de IA baseados em voz e multimídia tem o potencial de mitigar problemas e ajudar pessoas com diferentes níveis de alfabetização digital.

- Contexto e consciência cultural

Os fundamentos das tecnologias de IA baseadas em texto ou fala dependem fortemente da língua, o que requer uma abordagem culturalmente apropriada no domínio da SSR. Nesse sentido, há desafios adicionais de transferência multilíngue e tradução manual, bem como desalinhamento com o contexto local. Por exemplo, um sistema de IA que utiliza linguagem clínica para fornecer aconselhamento sobre a contracepção pode ser vista como inadequada ou ofensiva em culturas onde estes tópicos são discutidos de uma forma mais indireta.



## Considerações políticas e operacionais

O documento [Ética e Governança da Inteligência Artificial para Saúde](#)(2), publicado em 2021 pela Organização Mundial da Saúde, aponta considerações políticas e operacionais que visam mitigar os principais riscos e implicações da utilização da IA no âmbito da saúde, incluindo da SSR. Ele destaca quatro pontos cruciais que devem ser considerados:

### 1.Revisitar regulamentos de proteção de dados e mecanismos de reparação

Com a acumulação e a mercantilização de dados para uso de IA, as leis de proteção de dados precisam ser fortalecidas para prevenir e gerenciar possíveis violações digitais. Isso deve incluir limitações claras para uso dos dados, processos de consentimento informado, legislação robusta para proteção e privacidade dos dados e mecanismos de reparação transparentes, incluindo notificação sobre violação de dados, investigação e aplicação destes mecanismos.

### 2.Combater a desinformação e a desinformação direcionada

Implementar programas de verificação de fatos liderados pela comunidade, utilizar programas e interfaces transparentes, que esclareçam que as recomendações foram geradas por IA. Isto também pode incluir o desenvolvimento de recursos e padrões de certificação que verificam se um determinado chatbot/site foi devidamente verificado.

### 3.Promover a inclusão e a diversidade de dados

Promover a diversificação do conjunto de dados utilizados para treinar algoritmos de IA para programas de SSR, assegurando a representatividade de diversos setores socioeconômicos, educacionais e culturais.

### 4.Estabelecer mecanismos de supervisão colaborativa

Envolver órgãos reguladores locais e internacionais e representantes da comunidade para alinhamento dos sistemas de IA com orientações éticas e estratégias globais de saúde, a fim de garantir a transparência e a precisão dos modelos de IA. Isto pode implicar a utilização de mecanismos como “*human-in-the-loop*” para garantir que haja detecção ativa de potenciais preconceitos e imprecisões.

As [Considerações Regulatórias sobre Inteligência Artificial para a Saúde](#)(3), publicadas em 2023, é outro documento que fornece arcabouço regulatório e deve ser utilizado como guia para que os estados-membros avancem nas boas práticas para o uso da inteligência artificial na saúde sexual e reprodutiva.

## Referências

1. WHO - The role of artificial intelligence in sexual and reproductive health and rights [Internet]. [citado 8 de abril de 2024]. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/376294/9789240090705-eng.pdf?sequence=1>
2. Ethics and governance of artificial intelligence for health [Internet]. [citado 8 de abril de 2024]. Disponível em: <https://www.who.int/publications-detail-redirect/9789240029200>
3. WHO - Regulatory considerations on artificial intelligence for health [Internet]. [citado 8 de abril de 2024]. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/373421/9789240078871-eng.pdf?sequence=1>

## **Os preços dos alimentos e a segurança alimentar e nutricional: uma ameaça permanente**

**Eduardo Nilson**  
**Denise Oliveira e Silva**  
**Erica Ell**  
**Juliana Ubarana**

**Resumo:** Nesse informe, discutiremos os efeitos dos preços dos alimentos sobre a segurança alimentar e nutricional, considerando como influenciam a dupla carga da má nutrição, principalmente nas populações mais vulnerabilizadas e nos países de médios e baixos rendimentos, bem como o papel dos governos e organismos internacionais diante desse desafio.

A atual crise global de alimentos e nutrição é possivelmente a maior da história humana moderna e tem grandes impactos sobre a segurança alimentar e nutricional (SAN), tendo em vista que temos a dupla carga da má nutrição presente em muitos países, reunindo os efeitos da continuidade da desnutrição e do crescimento da obesidade. Naturalmente esses problemas têm uma múltipla determinação social, mas discutiremos neste informe os efeitos dos preços dos alimentos sobre a SAN na perspectiva dessa dupla carga, exigindo monitoramento e políticas contínuas por governos nacionais e apoio permanentes dos organismos internacionais para reduzir e evitar suas consequências.

A relação entre os preços dos alimentos e a SAN é intuitiva, visto que os preços são fatores relevantes para as escolhas alimentares e esse efeito é maior nos grupos de menor renda, em que os gastos com alimentos representam a maior parte de seus orçamentos reduzidos. Dessa forma, em um primeiro nível de insegurança alimentar e nutricional, há um comprometimento da qualidade dos alimentos adquiridos e consumidos e, com o aumento da gravidade dessa insegurança, a quantidade é comprometida, chegando, nos casos extremos, à fome.

### **Consequências da dupla carga da má nutrição**

Análises das consequências da globalização econômica do comércio de alimentos têm comprovado que seus impactos variam conforme o rendimento familiar e a renda dos países. Por exemplo, há maior risco da dupla carga da má nutrição nas famílias mais pobres dos países de menor renda e esse efeito se atenua com o aumento da renda familiar e nacional. Enquanto isso, a globalização social tem efeitos ainda maiores, visto que aumenta a probabilidade da dupla carga da má nutrição em todos os grupos de rendimentos familiares, particularmente nos países de baixa e média renda (Seferidi *et al.*, 2022).

Considerando a dupla carga da má nutrição, por um lado, com o aumento da fome, particularmente nos últimos anos em que se somam efeitos de crises econômicas, conflitos e da pandemia de Covid-19, mais que dobrou o número de pessoas que enfrentam insegurança alimentar e nutricional aguda em todo o mundo. Em termos absolutos, antes da pandemia de Covid-19 estimava-se que a fome afetava em torno de 149 milhões de pessoas e, depois dela, em 2023, esse número passou a ser de 333 milhões de pessoas. Como resultado, há grande risco

de não serem alcançadas as metas de eliminação da fome no mundo para 2030, bem como outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados à alimentação (FAO, IFAD, UNICEF, WFP, 2023).

Como a continuidade na escala de insegurança alimentar e nutricional, o relatório sobre o Estado da Insegurança Alimentar da FAO (SOFI – *State of Food Security and Nutrition in the World*) traz o problema da fome do mundo junto com uma questão ainda maior, que é o acesso a alimentos saudáveis (FAO, IFAD, UNICEF, WFP, 2023). Esse ponto é igualmente importante, na medida em que a segurança alimentar e nutricional preconiza não somente o acesso a alimentos, mas que esses alimentos precisam ser saudáveis, cultural e socialmente adequados.

Essas situações são também associadas às mudanças climáticas, particularmente os extremos climáticos e meteorológicos no aquecimento global, seca, inundações e precipitação. Esses fenômenos extremos têm causado cada vez mais problemas à produção agrícola, repercutindo inclusive no aumento do preço dos alimentos básicos, levando à insegurança alimentar e desnutrição generalizadas e persistentes para milhões de pessoas (Mirzabaev *et al.*, 2023).

Essa insegurança alimentar grave tem sérios impactos sobre a saúde, tanto imediata quanto futura. Por exemplo, segundo o Estudo de Carga Global da Doença (GBD – *Global Burden of Disease*), em 2019, foram perdidos 68 milhões de anos ajustados por incapacidade devido à desnutrição, correspondendo, ainda, 252 mil mortes globalmente (Chong *et al.*, 2023)(IHME, 2020). Além disso, consequências dessa insegurança grave, tais como a desnutrição crônica entre crianças, trazem comprometimento no desenvolvimento e na cognição, que afetam o desenvolvimento humano até a vida adulta (Soliman *et al.*, 2021).

Em paralelo, segundo o Atlas Mundial da Obesidade 2024 (World Obesity Federation, 2024), alerta que, mantida a atual tendência de crescimento, teremos 79% dos adultos de países de renda baixa e média com excesso de peso (sobrepeso mais obesidade) até 2035 e, tão ou mais preocupantemente, até esse ano serão até 88% das crianças com excesso de peso nesses países. Em termos absolutos, isso significa que o número de adultos com obesidade pode aumentar dos 0,81 milhão em 2020 para cerca de 1,53 milhão em 2035.

Em consequência, mais de 12% das mortes anuais atribuídas às DCNTs são associadas ao excesso de peso, contemplando principalmente doenças cardiovasculares, diabetes e cânceres. Essa carga reúne os impactos das mortes prematuras e da morbidade associada ao excesso de peso e à obesidade, totalizando, anualmente, mais de 120 milhões de anos-pessoa perdidos. Vale destacar, que, apesar desse impacto global da obesidade, os seus efeitos são mais acentuados nos países de média renda, em que acontecem três quartos dessas mortes e doenças evitáveis em adultos relacionadas ao IMC elevado.

### **Os preços dos alimentos e a fome**

Segundo Headley e Ruel, a inflação de alimentos tem um forte impacto sobre a desnutrição infantil em países de baixa e média renda tendo em vista a crescente volatilidade de nos preços dos alimentos no século XXI, com picos de preços globais em 2007-2008, 2010-2011 e novamente em 2021-22, que pode ser estimado (Headley e Ruel, 2023). Os preços internacionais dos alimentos tornaram-se cada vez mais voláteis nas últimas décadas, e a inflação alimentar pode muito bem ser um dos principais desafios econômicos deste século, especialmente com a mudança climática e os choques de conflitos.

Em seu estudo, buscaram compreender melhor o impacto da inflação alimentar no risco de desnutrição infantil analisando dados de inflação alimentar e déficits de peso e de estatura em 1,27 milhão de crianças em idade pré-escolar de 44 países em desenvolvimento. Os resultados são impressionantes, mostrando que aumentos no preço real dos alimentos aumentam significativamente o risco de perda de peso em 9 por cento e de emaciação grave em 14 por cento. Esses riscos se aplicam mesmo a bebês recém-nascidos, sugerindo a influência pré-natal da falta de alimentos, bem como a crianças mais velhas que comumente mostram uma deterioração na qualidade da dieta em situações de inflação alimentar. Além disso, crianças de famílias pobres e rurais sem terra são as mais severamente impactadas.

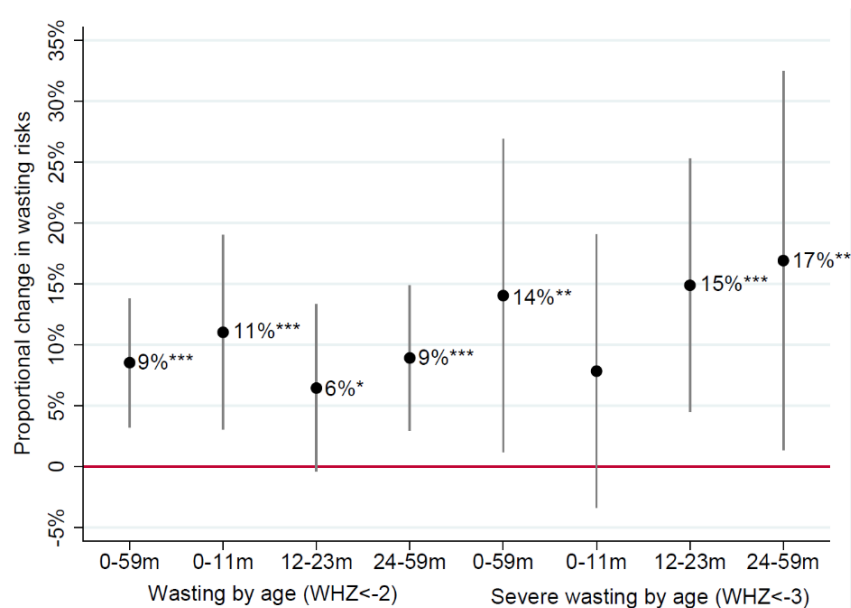
Voltando à questão do pré-natal, o estudo também aponta que a inflação alimentar durante a gravidez e no primeiro ano após o nascimento também aumenta o risco de estatura reduzida para crianças de 2 a 5 anos de idade, cujas consequências são observadas ao longo de toda a vida da criança, incluindo maior suscetibilidade a doenças, maior risco de obesidade, atraso no desenvolvimento cognitivo e pior rendimento escolar. Essas evidências fornecem, portanto, uma forte justificativa para intervenções destinadas a prevenir a inflação alimentar e mitigar seus impactos em crianças vulneráveis e suas mães.

Em outro trabalho dos mesmos autores, são ainda mais detalhados os efeitos da inflação de alimentos sobre a desnutrição infantil, destacando a importância de iniciativas o importante papel de organismos internacionais como a FAO no monitoramento global de preços dos alimentos (Headey e Ruel, 2024). Por exemplo, segundo o índice de preços de alimentos da FAO, os preços alcançaram um pico histórico em março de 2022, que representa um valor 116% maior do que aquele do ano 2000.

Os impactos da inflação de alimentos se dão de forma diferenciada em populações urbanas e rurais. Na zona rural, por exemplo, essa inflação, no curto prazo, afeta diretamente a renda familiar e esse impacto pode ser maior ou menor dependendo do quanto o que ela produz é para seu consumo.

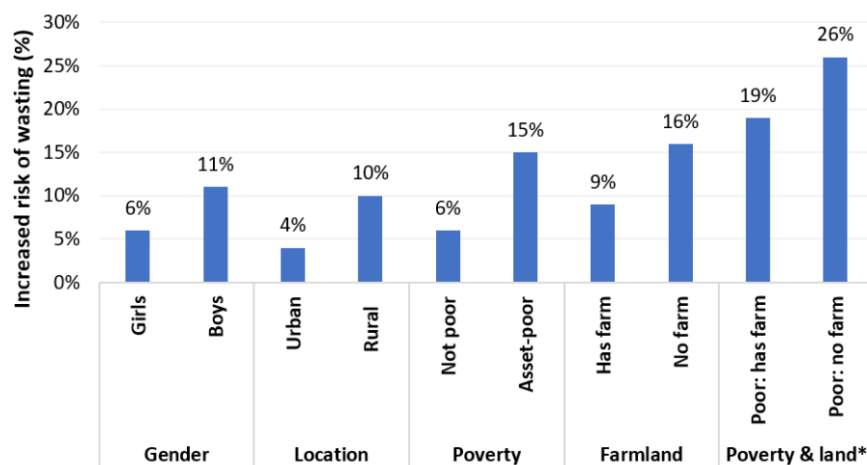
Na Figura 1, há um detalhamento do impacto do aumento de preço de alimentos nas prevalências de emaciação (comprometimento do índice de peso para altura), segundo grupos de idade. Nesse gráfico, foi estimado o impacto de um aumento de 5% no preço dos alimentos por um período de três meses, mostrando que pode haver aumento de até 17% na prevalência de emaciação grave e que todos os grupos estão expostos a esse risco, mesmo os menores de um ano, tendo em vista possíveis impactos ainda na gestação durante episódios de inflação alimentar.

Figura 2: Coeficientes representando mudanças no risco de emaciação em consequência de aumentos de 5% no preço dos alimentos por 3 meses, segundo idade da criança.



Vale destacar que os efeitos dos preços dos alimentos variam também, tais como sexo (meninos são mais suscetíveis do que meninas, mesmo durante a gestação), assim como fatores associados. Conforme mostrado na Figura 2, o mesmo aumento de preços analisado anteriormente, com base nessas novas desagregações, revela que o risco de emaciação aumenta em 11% entre os meninos (comparado a um aumento de 6% entre as meninas), que o risco aumenta em 10% para crianças que residem na zona rural (2,5 vezes mais do que na urbana), aumenta em 15% para as famílias em situação de pobreza (2,5 vezes mais do que as não pobres), além de também aumentar em 16% entre crianças de famílias sem a posse de terras. Se unidos dois desses fatores de vulnerabilidade (pobreza e falta de acesso a terras), o risco de emaciação chega a um pico de 26%.

Figura 2: Os impactos heterogêneos do aumento de 5% no preço dos alimentos por 3 meses no risco de emaciação de crianças segundo gênero, localização, pobreza e posse de terras.



Vale destacar que mesmo comprometimentos nutricionais breves nos primeiros 1000 dias de vida (desde a concepção até os dois anos de idade) podem afetar o crescimento de uma criança por anos no futuro e até determinar a estatura adulta. Por isso, os autores também analisaram os impactos da inflação alimentar no período pré-natal ou nos primeiros ou segundos anos após o nascimento constituem fatores de risco a longo prazo para a redução da estatura das crianças. Como resultado, observou-se que um aumento de 5% nos preços dos alimentos no período pré-natal aumenta o risco subsequente de redução da estatura em 1,6% e aumenta o risco de déficit de estatura para idade (desnutrição crônica) em 2,4%, consistente com choques nos preços dos alimentos aumentando o risco de emagrecimento entre recém-nascidos e lactentes. Além disso, foram encontrados efeitos significativos de choques nos preços dos alimentos no primeiro ano após o nascimento, consistentes com a conhecida vulnerabilidade nutricional dos lactentes.

Os autores então analisaram outro componente importante do problema da inflação dos alimentos sobre a nutrição infantil: a qualidade da dieta. Para testar isso, investigaram se os preços dos alimentos preveem mudanças na obtenção de diversidade dietética adequada, definida como uma criança consumindo pelo menos quatro dos sete grupos alimentares saudáveis nas últimas 24 horas. Esse indicador simples tem se mostrado eficiente para prever a adequação do consumo de calorias, vitaminas e minerais das crianças, e, no estudo, mostrou-se que a diversidade dietética também é preditiva de riscos reduzidos de emagrecimento e estatura reduzida: um aumento de 5% nos preços reais dos alimentos nos últimos 12 meses prevê uma redução de 3% na probabilidade de uma criança ter uma dieta adequadamente diversificada.

Isso não é surpreendente do ponto de vista econômico, porque à medida que os preços dos alimentos aumentam e a renda disponível diminui, as pessoas recorrem a fontes mais baratas de calorias, ou seja, alimentos ricos em amido e produtos ultraprocessados. Infelizmente, alimentos nutritivos como frutas, vegetais e alimentos de origem animal podem ser entre 5 e 15 vezes mais caros do que calorias provenientes de alimentos ricos em amido como arroz, trigo ou milho em países de baixa e média renda, tornando os alimentos ricos em nutrientes economicamente ainda menos atrativos para os pobres durante uma crise.

Ao mesmo tempo, comparativamente aos alimentos in natura e minimamente processados, tem havido uma tendência de redução relativa no preço dos produtos alimentícios ultraprocessados, favorecendo ainda mais o deslocamento do consumo principalmente das famílias de menor renda. Por exemplo, no Brasil, se mantidas as atuais tendências em relação aos preços dos alimentos, os ultraprocessados estarão mais baratos do que os alimentos saudáveis em 2026 (Maia *et al.*, 2020).

Na discussão do trabalho, os autores alertam que a proteção de crianças vulneráveis contra a volatilidade dos preços dos alimentos tornou-se nosso “novo normal”. Pela primeira vez, a comunidade científica possui evidências sólidas de diferentes países de que o estado nutricional de crianças mais jovens é altamente vulnerável a choques nos preços dos alimentos, que se tornaram mais frequentes e severos no século XXI. Uma vez que esses choques têm efeitos prejudiciais durante a gravidez, bem como na primeira infância, transferências de renda e doação de alimentos nutritivos para mães e crianças podem ser meios eficazes de prevenir a desnutrição e a mortalidade relacionada ao longo dos primeiros 1000 dias, especialmente se combinados com estratégias de educação alimentar e nutricional. Em uma era de maior volatilidade dos preços dos alimentos e eventos climáticos extremos mais frequentes, há uma necessidade urgente de maior investimento no monitoramento da nutrição, segurança

alimentar e bem-estar econômico em alta frequência e tempo real. Além disso, e não menos importante, os programas de prevenção e tratamento da desnutrição grave também precisam ser fortalecidos e equipados para manter plena operação durante períodos de crise.

Como recomendações dos autores, os sistemas alimentares nos níveis local, nacional, regional e global requerem ações para tornar esses sistemas mais produtivos e sustentáveis, mais equitativos e inclusivos, e mais resilientes aos complexos choques econômicos, políticos e ambientais que estão impactando os sistemas alimentares com crescente regularidade e gravidade.

### **Preços dos alimentos e obesidade**

É importante destacar que, na formulação de políticas públicas para a prevenção de doenças relacionadas à alimentação, os fatores ambientais que influenciam as escolhas alimentares são mais fortes, acima da responsabilidade pessoal. Nesse sentido, as imperfeições de mercado no varejo de alimentos que distorcem os preços são um elemento importante do ambiente alimentar. Em um estudo recente nos Estados Unidos, por exemplo, a partir de um conjunto de dados abrangente sobre quantidades e preços de compras de alimentos, revelou-se que as distorções de preço representam um terço da diferença entre a ingestão recomendada e real de frutas e vegetais, portanto políticas fiscais para corrigir essas distorções beneficiariam todos os consumidores. (Pancrazi, Rens, van e Vukotić, 2022).

Em outro estudo foram analisados os potenciais impactos da crise do custo de vida, com o aumento dos custos de alimentos e da energia, sobre a epidemia de obesidade no Reino Unido, produzindo mais desigualdades dietéticas e de saúde para aqueles que vivem com obesidade (Johnstone e Lonnie, 2023). Mesmo em países de alta renda, a qualidade da dieta e o estado de saúde estão fortemente correlacionados com o status socioeconômico e a insegurança alimentar e nutricional, ao considerar "a falta de acesso seguro a quantidades suficientes de alimentos seguros e nutritivos para o crescimento e desenvolvimento normais e uma vida ativa e saudável", mostra que essa insegurança pode ser experimentada sem a fome. Por exemplo, para indivíduos que vivem com obesidade, o aumento do custo de alimentos mais saudáveis aumenta a sua insegurança alimentar e nutricional, não relacionada ao acesso aos alimentos como um todo, mas ao acesso a alimentos mais saudáveis. A isso se somam as características do sistema alimentar hegemônicos globalmente, dominado por alimentos ultraprocessados, com alta densidade energética, gordura, açúcar e sal, que são frequentemente mais baratos do que alimentos mais nutritivos. No Reino Unido, os alimentos mais saudáveis são três vezes mais caros por caloria do que os alimentos não saudáveis, com uma tendência semelhante observada nos Estados Unidos.

Fontes alimentares de proteínas, fibras, vitaminas e minerais custam mais por 100 g, após o ajuste para energia. Como resultado, as escolhas dietéticas das famílias de menor renda geralmente são limitadas a uma combinação de baixo preço e alta energia, o que, em longo prazo, pode promover o ganho de peso, especialmente quando combinado com um estilo de vida sedentário. Assim, apesar de parecer um paradoxo, a realidade é que a insegurança alimentar e nutricional está diretamente relacionada à prevalência crescente de obesidade - uma ligação que pode parecer contraditória para o público em geral. Nesse contexto, ainda se somam o preconceito social e a discriminação experimentada por pessoas que vivem com obesidade e insegurança alimentar, com respostas ortodoxas de "comer menos" e "se exercitar mais" sem enfrentar os problemas conjunturais que levaram à e sustentam essa situação.

No Brasil, por exemplo, estimou-se que o preço dos ultraprocessados é inversamente proporcional às prevalências de excesso de peso e de obesidade, principalmente nos estratos de menor renda, ou seja, quanto menor seu preço, maior as prevalências (Passos *et al.*, 2020).

Em resposta ao aumento das taxas de obesidade em todos os países, devido, em parte, ao consumo de alimentos não saudáveis (particularmente de ultraprocessados), pesquisadores e formuladores de políticas argumentaram que a imposição de impostos sobre alimentos que promovem a obesidade, talvez combinada com subsídios para opções mais saudáveis, seria uma ferramenta eficaz para conter a epidemia de obesidade. As evidências atuais indicam, entretanto, que, além dos impostos e subsídios alimentares direcionados, será necessário um conjunto de políticas para reduzir a incidência de obesidade (Finkelstein *et al.*, 2014).

Isso é corroborado e recomendado por posições técnicas do Banco Mundial, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), bem como de diversos grupos de especialistas, apontando a necessidade de estratégias conjuntas de políticas tributárias e regulatórias, como taxaço de alimentos e bebidas não-saudáveis, regulação da venda de alimentos em ambientes institucionais (como escolas), regulação da publicidade de alimentos e aprimoramento da rotulagem nutricional, entre outras (The World Bank, 2017)(OECD, 2017)(Dobbs *et al.*, 2014). Portanto, a questão do preço dos alimentos é um componente essencial a ser abordado nas políticas tributárias, com o objetivo de tornar escolhas alimentares mais saudáveis mais fáceis e de desincentivar o consumo de produtos não saudáveis, como os ultraprocessados.

### **Lições e oportunidades no Brasil**

O Brasil vive um momento rico e oportuno para as políticas que lidam com os preços dos alimentos e suas consequências sobre a segurança alimentar e nutricional. Primeiramente, no contexto das políticas de proteção social aliadas à promoção da produção de alimentos saudáveis, temos a ampliação das transferências de renda junto com a retomada do apoio à agricultura familiar, no estímulo à produção orgânica e agroecológica, no fortalecimento dos estoques públicos de alimentos (que controlam os preços em momentos como a entressafra) e na expansão das compras públicas desses alimentos locais (como pela alimentação escolar) e equipamentos sociais (feiras, mercados, bancos de alimentos, restaurantes populares, cozinhas comunitárias etc.).

Mais recentemente, a publicação do Decreto Presidencial sobre a cesta básica de alimentos no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Nacional de Abastecimento no início de março de 2024 (Governo do Brasil, 2024) foi uma outra grande conquista, segundo o qual a cesta básica só poderá conter alimentos in natura e minimamente processados, além de ingredientes culinários e alguns alimentos processados, sendo excluídos por completo os produtos ultraprocessados. Dentre as repercussões esperadas deste decreto, particularmente em relação aos preços dos alimentos, espera-se um impacto na discussão da reforma tributária, visto que os produtos da cesta não serão sujeitos a impostos, ampliando a progressividade das políticas públicas e reduzindo o impacto das desigualdades de renda na qualidade da alimentação. Ao mesmo tempo, como instrumento para políticas sociais, o decreto impactará diretamente sobre as doações de alimentos a famílias em situação de vulnerabilidade, pois quem tem fome tem pressa e também tem direito a uma alimentação adequada e saudável.

Enquanto isso, espera-se avanços na possível tributação seletiva de ultraprocessados devido a seu impacto negativo sobre a saúde humana e sobre o ambiente (juntamente com o



tabaco, o álcool e possivelmente os agrotóxicos). Muitos países já adotam impostos sobre categorias específicas de produtos ultraprocessados, como bebidas adoçadas, mas se sabe que o impacto maior de uma intervenção como essa será alcançado com uma abordagem de todos os ultraprocessados ou, no mínimo, sobre aqueles que são mais consumidos pela população. Ao mesmo tempo, apesar de improvável, seria fundamental também a retirada de subsídios para a fabricação de ultraprocessados que estão associados às atividades na Zona Franca de Manaus, que tornam os preços de produtos como os refrigerantes ainda mais baratos.

No Brasil, um estudo estimou, que, para cada aumento em 1% no preço dos ultraprocessados, poderia haver uma redução de 0,33% na prevalência de excesso de peso e de 0,59% na de obesidade no país (Passos *et al.*, 2020). Com base nisso, outro estudo nacional estimou que a aplicação de uma alíquota de 8% ou de 50% de tributação sobre todos os alimentos e bebidas ultraprocessados preveniria 467 mil casos e 62 mil mortes ou 1 milhão de casos e 236 mil mortes, respectivamente, por doenças crônicas não-transmissíveis associadas ao excesso de peso e à obesidade (Camargo, 2023).

Além destes, os avanços recentes com a aprovação da rotulagem nutricional frontal de alimentos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), trazendo alertas sobre o excesso de sódio, gorduras saturadas e de açúcares adicionados, é outra política importante, ainda que não aborde especificamente a questão dos preços dos alimentos. Contudo, há necessidade de avaliação dessa política tendo em vista questões de design e do perfil nutricional adotado para garantir o maior impacto possível. Enquanto isso, outras políticas que não estão diretamente relacionadas ao preço dos alimentos, mas que se beneficiam da redução nos preços dos ultraprocessados e de sua ubiquidade no mercado de alimentos, como a regulação de cantinas escolares e da publicidade de alimentos carecem de legislação nacional.

Essa conjunção de políticas intersetoriais pode ter um triplo impacto pensando-se no enfrentamento da síndrome de desnutrição, da obesidade e das mudanças climáticas ao abordar os determinantes sociais da dupla carga da má nutrição e atuarem na transformação dos sistemas alimentares (Swinburn *et al.*, 2019). Inclusive, em se tratando dos sistemas alimentares, a monotonia em que se baseiam os modelos hegemônicos na atualidade, globalizados e limitados a poucas culturas (como soja, milho, trigo e arroz), tratadas como commodities, comprometem a biodiversidade do planeta e levam a uma imensa fragilidade e perda de resiliência, de modo que crises e conflitos locais podem se tornar problemas globais e comprometer a segurança alimentar e nutricional de muitos países e agravando a dupla carga da má nutrição.

Portanto, mesmo com as dificuldades certas no âmbito do legislativo, será fundamental o enfrentamento dos interesses comerciais dos lobbies para atuar em favor dos direitos à saúde e à alimentação dos brasileiros, reduzindo desigualdades e promovendo a produção e consumo de alimentos saudáveis.

## **Conclusão**

Os preços dos alimentos possuem relação direta com a dupla carga da má nutrição, representando o conjunto de repercussões da insegurança alimentar e nutricional a partir do comprometimento da qualidade dos alimentos em um primeiro momento até a falta de acesso a alimentos em geral, nas situações de maior vulnerabilidade. Ainda, os efeitos dos preços dos alimentos sobre a segurança alimentar são muito desiguais e injustos, afetando mais fortemente aos mais vulnerabilizados, como a população de baixa renda, crianças, mulheres, população rural, população negra e povos e comunidades tradicionais.

O enfrentamento desse problema exige políticas estruturantes, baseadas em direitos, como transferências de renda e políticas de estímulo à produção de alimentos locais e diversos e de estoques públicos de alimentos, além de políticas que garantam e ampliem o acesso a alimentos saudáveis e desestimulem os não-saudáveis, e o monitoramento dos preços em nível nacional e global para minimizar o efeito dos preços sobre a insegurança alimentar e nutricional, representada em sua completude, com a fome/desnutrição e a obesidade. No contexto global, vale destaque à atuação da FAO nesse monitoramento, que calcula mensalmente um índice geral de preços de alimentos e, também, índices específicos para grupos de alimentos de interesse ao comércio mundial, como cereais, óleos vegetais, laticínios, carnes e açúcar, apoiando a emissão de alertas e medidas de mitigação de seus impactos, devendo ser acompanhado de monitoramentos nacionais e regionais para reforçar essa capacidade de identificação de situações de risco e promover respostas a elas.

A partir dessas políticas estruturantes e baseadas em direitos e com dados desse monitoramento, pode-se mitigar ou mesmo evitar impactos dos preços dos alimentos sobre a segurança alimentar e nutricional. No contexto do Dia Mundial da Saúde de 2024, que teve como lema “Minha Saúde, Meu Direito”, isso fica mais premente, trazendo juntos os direitos à saúde e à alimentação para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, não deixando ninguém para trás.

## Referências

CAMARGO, J. M. **Efeito da tributação de alimentos ultraprocessados na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis no Brasil.** [s.l: s.n.].

CHONG, B. *et al.* Trends and predictions of malnutrition and obesity in 204 countries and territories: an analysis of the Global Burden of Disease Study 2019. **eClinicalMedicine**, v. 57, n. February, p. 101850, 2023.

DOBBS, R. *et al.* **Overcoming obesity : An initial economic analysis**McKinsey Global Institute. [s.l: s.n.]. Disponível em: <[https://www.mckinsey.com/~media/McKinsey/Business Functions/Economic Studies TEMP/Our Insights/How the world could better fight obesity/MGI\\_Overcoming\\_obesity\\_Full\\_report.ashx](https://www.mckinsey.com/~media/McKinsey/Business%20Functions/Economic%20Studies/TEMP/Our%20Insights/How%20the%20world%20could%20better%20fight%20obesity/MGI_Overcoming_obesity_Full_report.ashx)>.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP, A. W. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2023.** [s.l: s.n.].

FINKELSTEIN, E. A. *et al.* Food Prices and Obesity: A Review. **Advances in Nutrition**, v. 5, n. 6, p. 818–821, 2014.

GOVERNO DO BRASIL. Decreto N°11.936/2024. . 2024.

HEADEY, D.; RUEL, M. Food inflation and child undernutrition in low and middle income countries. **Nature Communications**, v. 14, p. 5761, 2023.

\_\_\_\_. **Rising food prices are putting children in harm’s way.** Disponível em: <<https://voxdev.org/topic/health/rising-food-prices-are-putting-children-harms-way>>.

IHME. **Global burden of disease 2019**, 2020. Disponível em: <<https://vizhub.healthdata.org/gbd-compare>>

JOHNSTONE, A.; LONNIE, M. The cost-of-living crisis is feeding the paradox of obesity and food insecurities in the UK. **Obesity**, v. 31, n. 6, p. 1461–1462, 2023.

MAIA, E. G. *et al.* What to expect from the price of healthy and unhealthy foods over time? The case from

Brazil. **Public Health Nutrition**, v. 23, n. 4, p. 579–588, 2020.

MIRZABAEV, A. *et al.* Severe climate change risks to food security and nutrition. **Climate Risk Management**, v. 39, n. December 2022, p. 100473, 2023.

OECD. **Obesity Update 2017**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.oecd.org/health/health-systems/Obesity-Update-2017.pdf>>.

PANCRAZI, R.; RENS, T. VAN; VUKOTIĆ, M. How distorted food prices discourage a healthy diet. **Science Advances**, v. 8, n. 13, p. 1–11, 2022.

PASSOS, C. M. D. C. M. DOS *et al.* Association between the price of ultra-processed foods and obesity in Brazil. **Nutrition, Metabolism and Cardiovascular Diseases**, v. 30, n. 4, p. 589–598, 12 abr. 2020.

SEFERIDI, P. *et al.* Global inequalities in the double burden of malnutrition and associations with globalisation: a multilevel analysis of Demographic and Health Surveys from 55 low-income and middle-income countries, 1992–2018. **The Lancet Global Health**, v. 10, n. 4, p. e482–e490, 2022.

SOLIMAN, A. *et al.* Early and long-term consequences of nutritional stunting: From childhood to adulthood. **Acta Biomedica**, v. 92, n. 1, p. 1–12, 2021.

SWINBURN, B. A. *et al.* The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, v. 393, n. 10173, p. 791–846, 2019.

THE WORLD BANK. **An overview of links between obesity and food systems - Implications for the food and agriculture global practice agenda**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/222101499437276873/pdf/117200-REVISED-WP-Obesity-Overview-Web-PUBLIC-002.pdf>>.

WORLD OBESITY FEDERATION. **World Obesity Atlas 2024**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://data.worldobesity.org/publications/WOF-Obesity-Atlas-v6.pdf>>.

## Cultura no G20

**Fabiane Gaspar**  
**Gisele Sanglard**  
**Heliton Barros**

**Abstract.** *The Culture Working Group at the G20 had its first meeting in 2021, with the aim of fostering discussions and actions related to the transformative potential of culture in society, its impact on the economy and on sustainable and inclusive development, as well as the promotion of a culture of peace and harmony between peoples. With the Brazil's presidency of the G20, the Culture Working Group will have its actions guided by four priority areas: cultural diversity and social inclusion; copyright and the digital environment; the creative economy and sustainable development; and the preservation, safeguarding and promotion of Cultural Heritage and Memory.*

**Keywords:** Culture. G20. Brazil.

**Resumo.** O Grupo de Trabalho de Cultura no G20 é bem recente e teve sua primeira reunião, em 2021, na presidência da Itália. Criado com o objetivo de fomentar discussões e ações relacionadas ao potencial transformador da cultura na sociedade, seu impacto na economia e no desenvolvimento sustentável e inclusivo, bem como a promoção de uma cultura de paz e harmonia entre os povos. Com a presidência do Brasil no G20, o Grupo de Trabalho Cultura terá suas ações norteadas por quatro áreas prioritárias: diversidade cultural e inclusão social; direitos autorais e ambiente digital; economia criativa e desenvolvimento sustentável; e preservação, salvaguarda e promoção do Patrimônio Cultural e Memória.

**Palavras-chave:** Cultura. G20. Brasil.

### A Cultura no G20

Iniciado em 1999, o Grupo dos Vinte (G20) composto por 19 países, mais a União Africana e a União Europeia, representando as principais economias do mundo, é um espaço de tomada de decisões e de diálogo que busca desenvolver políticas globais para enfrentar os desafios mais urgentes da atualidade.

O Grupo de Trabalho de Cultura (GT Cultura) no G20 teve sua primeira reunião, em 2021, sob a presidência da Itália. Criado com o objetivo de fomentar discussões e ações relacionadas ao potencial transformador da cultura na sociedade, seu impacto na economia e no desenvolvimento sustentável e inclusivo, bem como a promoção de uma cultura de paz e harmonia entre os povos<sup>8</sup>. Na Declaração de Roma, os líderes do G20 aprovaram a inclusão do seguinte texto relacionado à cultura<sup>9</sup>:

---

<sup>8</sup> Sobre o GT de Cultura no G20. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/trilhas/trilha-de-sherpas/cultura> Acesso em 07 abr 2024.

<sup>9</sup> Declaração dos Líderes do G20 Roma. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-dos-lideres-do-g20-roma](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-dos-lideres-do-g20-roma) Acesso em 07 abr 2024.

56. Cultura. Recordando que a cultura tem um valor intrínseco, destacamos o papel da cultura e dos profissionais e empresas culturais e criativos como motores do desenvolvimento sustentável e na promoção da resiliência e da regeneração das nossas economias e sociedades, salientando a importância dos esforços internacionais para salvaguardar e promover a cultura, com um papel fundamental a ser desempenhado pela UNESCO, e a necessidade de apoiar os trabalhadores, inclusive na área cultural, também facilitando o acesso ao emprego, a proteção social, a digitalização e as medidas de apoio às empresas. Enfatizamos a importância de abordar as ameaças aos recursos culturais insubstituíveis e de proteger e preservar o patrimônio cultural danificado, traficado ou ameaçado por conflitos e desastres, relembrando os objetivos da Resolução 2347 do Conselho de Segurança. Pedimos às nossas instituições relevantes que continuem a avançar na cooperação do G20 em cultura.

Na declaração de Roma, a cultura foi formalmente colocada na pauta permanente de discussões do G20, impulsionada, em especial, pela atuação da UNESCO diante do impacto global dos efeitos da pandemia da Covid-19 nas áreas educacional e da cultura e, outrossim, e, a permanente e triste pauta sem previsão para terminar que é a constante ameaça de destruição ao patrimônio cultural insubstituível seja por meio do tráfico, conflitos e desastres. O texto inclui a inédita Resolução 2347 do Conselho de Segurança da ONU, adotada em 24 de março de 2017, que condena a destruição ilegal do patrimônio cultural, incluindo a destruição de locais religiosos e artefatos, e o saque e contrabando de propriedades culturais de sítios arqueológicos, museus, bibliotecas, arquivos e outros locais, notavelmente por grupos terroristas<sup>10</sup>. Por fim, destacam-se a inclusão da necessidade de se apoiar os trabalhadores da área cultural, com seus respectivos direitos trabalhistas e de proteção social, fomento ao emprego e à economia criativa.

Nesse sentido, a Declaração de Roma dos Ministros da Cultura do G20 feita de forma a subsidiar as discussões dos líderes globais, detalhada o papel dos setores culturais e criativos como impulsionadores da regeneração e do crescimento sustentável e equilibrado, a proteção do patrimônio cultural, o enfretamento da mudança climática por meio da cultura; o desenvolvimento de habilidades por meio de capacitação e educação, e a transição digital e novas tecnologias para a Cultura.

Em 2023, a declaração de Nova Délhi, na Índia, o grupo promoveu a inclusão da cultura como um objetivo autônomo na Agenda de Desenvolvimento pós-2030<sup>11</sup>:

A cultura como um impulsionador transformador dos ODSs 31. Pedimos o pleno reconhecimento e a proteção da cultura, com seu valor intrínseco, como um motor de transformação e um facilitador para a realização dos ODSs e promovemos a inclusão da cultura como uma meta independente em discussões futuras sobre uma possível agenda de desenvolvimento pós-2030. Reiteramos nosso compromisso de fortalecer nossa luta contra o tráfico ilícito de bens culturais em nível nacional, regional ou internacional para permitir sua devolução e restituição a seus países e comunidades de origem, conforme o caso, e pedimos um diálogo e uma ação sustentados nesse esforço, com o objetivo de fortalecer a diplomacia cultural

---

<sup>10</sup> S/RES/2347 (2017), Conselho de Segurança da ONU. Disponível em: <https://www.un.org/securitycouncil/s/res/2347-%282017%29> Acesso em 07 abr 2024.

<sup>11</sup> G20. Cúpulas anteriores. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/sobre-o-g20/cupulas-antiores> Acesso em: 07 abr 2024.

e os intercâmbios interculturais, de acordo com a legislação nacional e as convenções relevantes da UNESCO. Incentivamos a comunidade internacional a proteger o patrimônio cultural vivo, inclusive a propriedade intelectual, principalmente no que diz respeito ao impacto da comercialização excessiva e da apropriação indevida desse patrimônio vivo sobre a sustentabilidade e os meios de subsistência dos praticantes e portadores de comunidades, bem como dos povos indígenas<sup>12</sup>.

A inclusão da cultura na Declaração de Nova Delhi do G20 representou reconhecimento formal da importância da cultura para o desenvolvimento sustentável e a resiliência das sociedades na perspectiva que a UNESCO tem apresentado constantemente em diversos foruns, inclusive com metodologia, indicadores e métricas da contribuição da cultura para a contribuição para a Agenda 2030<sup>13</sup>, somando-se com o reconhecimento da cultura como bem público global na Conferência Mundial da UNESCO sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável 2022 (MONDIACULT 2022), sendo um passo significativo para reconhecer e valorizar o papel da cultura no desenvolvimento global. A declaração também enfatiza a necessidade de integrar aspectos culturais na agenda climática global e de implementar princípios e normas de preservação e conservação. A diplomacia cultural e intercâmbios interculturais foram inseridos no contexto da reparação cultural ao solicitar a devolução e restituição de bens culturais aos seus países e comunidades de origem.

### **O GT Cultura no G20 sob a presidência do Brasil**

As quatro áreas prioritárias que nortearão as ações do GT Cultura no G20 ao longo de 2024 são<sup>14</sup>:

#### 1) Diversidade cultural e inclusão social

A proposta para discussão envolve sobre quais iniciativas dos países do G20 podem ampliar o acesso aos direitos culturais e o exercício da cidadania, o respeito à diversidade cultural e linguística e promover uma cultura de paz para as populações vulneráveis e; como ampliar a interação vital entre cultura e natureza, posicionando a diversidade cultural como uma das bases para a sustentabilidade ambiental e a preservação da biodiversidade no planeta.

Destacamos como um dos resultados esperados para o eixo da diversidade cultural e inclusão social o de assinar um documento do G20 que reconheça e promova conhecimentos, práticas e tecnologias culturais sustentáveis e os direitos coletivos dos povos indígenas, dos

---

<sup>12</sup> Texto traduzido pelo aplicativo DeepL do original, em inglês “Culture as a Transformative Driver of SDGs 31. We call for the full recognition and protection of culture with its intrinsic value as a transformative driver and an enabler for the achievement of the SDGs and advance the inclusion of culture as a standalone goal in future discussions on a possible post-2030 development agenda. We reiterate our commitment to strengthen our fight against illicit trafficking of cultural property at national, regional or international levels to enable its return and restitution to their countries and communities of origin as relevant, and call for sustained dialogue and action in that endeavour, with a view to strengthen cultural diplomacy and intercultural exchanges, consistent with national law and relevant UNESCO Conventions. We encourage the international community to protect the living cultural heritage, including the intellectual property, notably with regard to the impact of the over commercialization and misappropriation of such living heritage on the sustainability and on the livelihoods of practitioners and community bearers as well as Indigenous Peoples”.

<sup>13</sup> Indicadores da cultura na Agenda 2030. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/culture2030indicators/> Acesso em 07 abr 2024

<sup>14</sup> Nota técnica do GT Cultura no G20. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/documentos/issue-note-culture-wg-g20-brasil.pdf/@@download/file> Acesso em 07 abr 2024.

povos afrodescendentes e de outras comunidades tradicionais, que são responsáveis pela preservação de cerca de 80% dos ecossistemas e biomas do mundo, a fim de contribuir para o consumo consciente e minimizar os impactos negativos das mudanças climáticas e da poluição ambiental.

## 2) Direitos autorais e ambiente digital

Sobre direitos autorais e ambiente digital, a proposta para discussão trata de como os países regulamentaram o mercado de plataformas de streaming e serviços de licenciamento de conteúdo cultural para garantir uma remuneração justa e equitativa para artistas e criadores de cultura no ambiente digital; discussão de estratégias de governança local e global sobre Inteligência Artificial e seu impacto na produção cultural, especialmente em relação à transparência e à remuneração dos autores, à proteção dos direitos de personalidade e ao regime jurídico do conteúdo gerado pela inteligência artificial; discussão de estratégias e troca de experiências sobre a proteção do conhecimento tradicional e das expressões culturais tradicionais em sua relação com a sustentabilidade ambiental para avançar as discussões em contextos internacionais e discussão de estratégias de governança local e global sobre a Inteligência Artificial e seu impacto na produção cultural, especialmente em relação à transparência (disclosure) e à remuneração dos autores, à proteção dos direitos da personalidade e ao regime jurídico dos conteúdos gerados pela Inteligência Artificial.

Como resultado esperado em destaque para o eixo direitos autorais e ambiente digital está o de liberar um documento com a posição do G20 sobre o direito à remuneração equitativa, transparência (disclosure) e proteção dos direitos da personalidade no uso de ferramentas de Inteligência Artificial para orientar o tema nos fóruns internacionais relevantes; e buscar consenso sobre um entendimento internacional capaz de garantir uma remuneração justa e equitativa para autores, artistas e outros detentores de direitos autorais e conexos cujas obras sejam utilizadas em ferramentas de Inteligência Artificial.

## 3) Economia criativa e desenvolvimento sustentável

Como pontos de discussão para a economia criativa e desenvolvimento sustentável no GT Cultura envolvem em como os países têm abordado a cultura nas políticas de desenvolvimento econômico sustentável e qual é a importância de medir o impacto da cultura na atividade econômica ao fazer isso; quais são os modelos de financiamento para a cultura praticados nos países do G20; até que ponto o Estado atua nessa promoção e qual é a possibilidade de criar um mecanismo para promover a cultura dentro do G20; como os países do G20 podem desenvolver políticas públicas específicas para os profissionais da cultura em termos de regulamentação de direitos trabalhistas e previdenciários, certificação e capacitação técnica; e como reduzir as assimetrias no âmbito das exportações e importações culturais entre os países do G20, ampliando o intercâmbio cultural e econômico entre os países membros.

Vinculando aos ODS da Agenda 2030, o principal resultado esperado é o de estabelecer uma agenda possível até o ano de 2030 para: i) estabelecer um banco de dados comum que permita o cruzamento de informações relacionadas aos indicadores culturais dos países do bloco, visando subsidiar discussões para implementação de um mecanismo de promoção multilateral que potencialize o intercâmbio artístico e cultural e o comércio de bens e serviços culturais e criativos, considerando as peculiaridades e contextos nacionais específicos dos países; ii) criar um fórum permanente para estudar e discutir a regulamentação das profissões relacionadas à cultura e à economia criativa, a fim de buscar pontos de convergência com vistas ao estabelecimento de marcos legais que facilitem a circulação de profissionais na cadeia

produtiva cultural; e iii) produzir um diagnóstico detalhado das importações e exportações culturais entre os países do G20, com a discussão de propostas concretas para ampliar o intercâmbio cultural-econômico em uma perspectiva mais justa e equitativa.

#### 4) Preservação, salvaguarda e promoção do Patrimônio Cultural e Memória

Em relação à preservação, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural e memória, os pontos de discussão envolvem questões complexas:

4.1) Que políticas públicas e ações de preservação, monitoramento e desenvolvimento econômico e social os países do G20 estão realizando para garantir a proteção adequada do patrimônio, da memória e da diversidade cultural produzidos pelas comunidades detentoras dos bens culturais, especialmente as dos povos indígenas ou comunidades tradicionais?

4.2) Como os países do G20 podem cooperar no intercâmbio de tecnologias de informação e comunicação, na realização de inventários, na criação de repositórios digitais e de mecanismos e ferramentas de proteção cibernética para seus programas de preservação de acervos digitais, considerando, em especial, o combate ao tráfico ilícito de bens culturais?

4.3) Como os países do G20 podem estimular intercâmbios, cooperação técnica e parcerias, incluindo governos e a iniciativa privada, em benefício da preservação e salvaguarda do patrimônio cultural, ampliando e democratizando o acesso às informações sobre esses bens culturais e possibilitando a capacitação de agentes comerciais, agentes públicos e gestores culturais para permitir padrões mais elevados de verificação da origem de obras de arte e bens culturais?

4.4) Considerando o direito à memória e a relevância dos bens culturais para a prática social das comunidades tradicionais e dos povos indígenas, inclusive no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável das comunidades, quais são os mecanismos jurídicos e administrativos desenvolvidos pelos Estados para permitir a repatriação e a devolução de bens culturais?

Destacamos como resultados esperados os relacionados às políticas e legislação sobre patrimônio cultural, boas práticas, ferramentas tecnológicas e estratégias de inovação; estabelecimento e aprimoramento da participação social na preservação e salvaguarda do patrimônio cultural, dos conhecimentos e práticas relacionados à preservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável, desenvolvimento de mecanismos de cooperação internacional que fortaleçam as ações nacionais de combate à destruição e à depredação do patrimônio cultural.

Com base nesses eixos, na abertura da primeira reunião virtual do GT Cultura no G20<sup>15</sup>, realizada nos dias 13 e 14 de março, a Ministra da Cultura do Brasil, Margareth Menezes colocou que “(...) a cultura tem um papel central nas políticas de desenvolvimento social de qualquer país. Por isso, precisa ser encarada como área estratégica em todas as dimensões (...)”. A reunião contou com a participação de representantes dos 19 países membros do grupo, além da União Africana, a União Europeia, oito países convidados e 12 organizações internacionais. A próxima reunião do GT Cultura será realizada em Brasília, em formato presencial, nos dias 28 e 29 de

---

<sup>15</sup> Agência Brasil. Notícia sobre a primeira reunião do GT Cultura. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2024-03/grupo-de-cultura-do-g20-vai-debater-diversidade-e-ambiente-digital#> Acesso em 07 abr 2024



maio<sup>16</sup>, e as seguintes estão previstas para ocorrer em Porto Alegre (junho) e em Salvador (outubro), sendo que esta inclui a reunião dos Ministros de Cultura.

Figura 1 Primeira reunião do GT Cultura no G20



Crédito: Audiovisual G20 Brasil

### UNESCO na reunião dos Ministros de Relações Exteriores do G20, no Rio de Janeiro

Por iniciativa da Presidência Brasileira, e pela primeira vez, a UNESCO está contribuindo para o trabalho do G20 como instituição convidada pelo presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Ailva. A Diretora-Geral da UNESCO, Audrey Azoulay, participou da reunião, apresentando o papel da organização como parceira privilegiada deste Fórum. A reunião, que teve como foco dois temas principais - tensões internacionais e reforma da governança global - foi uma ocasião para a Diretora-Geral apresentar o papel da Organização nessas áreas. Ela destacou o trabalho da UNESCO na prevenção de crises, na resposta às necessidades urgentes nestes momentos e no apoio às sociedades em recuperação.

"É importante recorrer ao poder da cultura, educação e ciência para prevenir conflitos quando as tensões surgem, agir durante conflitos e apoiar o período de reconstrução." Audrey Azoulay, Diretora-Geral da UNESCO

---

<sup>16</sup> Balanço da primeira Reunião Virtual do Grupo de Trabalho Cultura no G20. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/balanco-da-primeira-reuniao-virtual-do-grupo-de-trabalho-cultura-no-g20> Acesso em: 07 abr 2024.

## Banco Mundial: a Avaliação de Danos na Faixa de Gaza

### *World Bank Damage Assessment in Gaza*

*Isis Pillar Cazumbá*

**Abstract.** *The conflict in Gaza caused serious damage to critical infrastructure, resulting in true chaos, affecting the entire population. This article aims to show these damages with references to the report released by the World Bank in partnership with the UN and the European Union, which explains the negative impact of the confrontation in the region.*

**Keywords:** *World Bank. UN. European Union. Gaza. Conflict*

**Resumo.** O conflito em Gaza provocou sérios danos às infraestruturas críticas, resultando num verdadeiro caos, atingindo toda a população. O presente artigo tem o objetivo de mostrar estes danos com referências ao relatório lançado pelo Banco Mundial em parceria com a ONU e a União Europeia, onde explica o impacto negativo do confronto na região.

**Palavras-chave:** Banco Mundial. ONU. União Europeia. Gaza. Conflito

#### **Banco Mundial em Gaza**

A relação entre o Banco Mundial (BM) e o território palestino iniciou-se em 1992. Com recursos próprios do BM e contando com os parceiros de desenvolvimento, começaram o financiamento de projetos da Autoridade Palestina (AP) relacionados aos serviços considerados essenciais, como o acesso à educação, saúde, água, energia e ao desenvolvimento financeiro, digital e do setor privado<sup>17</sup>.

No atual cenário, o BM afirma que devido ao contexto de emergência humanitária na Faixa de Gaza, o trabalho continua a ser feito em parceria com outros colaboradores focados no desenvolvimento, tendo como orientação apoiar a população nos serviços essenciais. O BM afirma que desde o início do conflito mobilizaram recursos, reestruturando os projetos e fundos fiduciários geridos pelo próprio Banco que são reservados aos considerados mais pobres e vulneráveis.

De acordo com o BM, na medida do possível, estes recursos estão destinados para atender a população que necessita de acesso à comida, água e medicamentos; o Banco está trabalhando em parceria com as agências da ONU e as demais organizações que possuem uma estrutura para operar no território.

#### **O relatório sobre os impactos negativos do conflito**

O BM em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU) e a União Europeia (UE) lançaram um relatório indicando as consequências negativas que a Faixa de Gaza vem sofrendo desde o início do conflito contra Israel. De acordo com o relatório Avaliação Interina de Danos<sup>18</sup>, a destruição das infraestruturas críticas – serviços públicos, habitação e edifícios

---

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/westbankandgaza/overview>

<sup>18</sup> Disponível em: <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/14e309cd34e04e40b90eb19afa7b5d15-0280012024/original/Gaza-Interim-Damage-Assessment-032924-Final.pdf>

comerciais e industriais –, foram estimadas em US\$ 18,5 bilhões, representando 97% do Produto Interno Bruto (PIB) da Cisjordânia e Gaza no ano de 2022.

Entre outubro de 2023 e o fim de janeiro de 2024, o documento atestou que os danos estruturais atingiram fortemente todos os setores econômicos e serviços essenciais de Gaza. Avaliando os danos no setor da saúde, estima-se que a população tem tido acesso mínimo a cuidados de saúde, tratamentos ou medicamentos, já que 84% das unidades de saúde estão totalmente destruídas ou danificadas, dificultando o seu acesso. Sobre a saúde física e mental, as pessoas com locomoção reduzida, crianças, idosos e mulheres têm sofrido mais ao longo deste conflito. Ao fazer uma análise sobre o povo de Gaza e o impacto do conflito, foi constatado que a insegurança alimentar é a realidade de toda a população; mais da metade está à beira da fome e da desnutrição.

Quando o relatório aborda sobre saneamento básico, indica-se que o sistema por pouco não colapsou. O sistema de água, por exemplo, está sendo racionado. Já o sistema educacional quando foi avaliado, constatou-se que 100% das crianças estão sem aulas, devido aos danos nas estruturas das escolas e a desaceleração econômica fortemente vivida na região que tem impedido o pagamento dos professores<sup>19</sup>.

Já os danos em edifícios comerciais e industriais chegaram a 9%. Um outro resultado alarmante está relacionado à habitação. O documento estima que 72% dos custos deste setor sofreram danos em sua infraestrutura. De acordo com o relatório, existe a possibilidade de aproximadamente 26 milhões de detritos e escombros estarem no território e mais de um milhão de pessoas não possuem mais casa e cerca de 75% da população está migrando para outros lugares<sup>20</sup>.

Analisando sobre o patrimônio cultural de Gaza, o documento constata que diversos locais que representavam períodos históricos importantes foram destruídos ou danificados. O documento aponta que locais notáveis como o Porto de Anthedon, o cemitério Romano, Museu do Palácio Al Pasha, o Balneário Samaritano, a Igreja Ortodoxa de São Porfírio, a mais antiga mesquita de Gaza, Al Omari, Centro cultural Ash-Shawwa e muitos outros, estão na lista de atingidos.

As infraestruturas nas redes de energia e comunicações foram extremamente atingidas devido ao intenso conflito. Segundo o relatório, desde a primeira semana, existe um apagão total de energia no território. As estradas e as comunicações estão amplamente destruídas, tornando mais árdua a prestação de ajuda humanitária à população.

### **Considerações finais**

O relatório de Avaliação Interina de Danos termina dizendo que já se faz necessária a elaboração de estratégias para promover a recuperação de Gaza, iniciando os trabalhos com intervenções humanitárias, apoio à produção de alimentos e à segurança alimentar, construção de habitações e fornecimento de abrigos e a retomada dos serviços considerados essenciais.

---

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/02/21/world-bank-group-supports-delivery-of-essential-education-services-in-the-west-bank>

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/04/02/joint-world-bank-un-report-assesses-damage-to-gaza-s-infrastructure>

Para que Gaza se recupere mais rapidamente, um cessar-fogo abriria um caminho para mudanças significativas, onde salvaguardaria vidas, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social tão necessário. O apoio financeiro da comunidade internacional será crucial para mitigar a crise, já que a região possui um alto déficit orçamental – 516 milhões de dólares em 2023 <sup>21</sup>–, e que para financiar a sua reconstrução, certamente precisará de recursos dos quais não possui.

## Referências

Banco Mundial [homepage na internet] Joint World Bank, UN Report Assesses Damage to Gaza's Infrastructure. [acesso em 04 abr 2024]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/04/02/joint-world-bank-un-report-assesses-damage-to-gaza-s-infrastructure>

Banco Mundial [homepage na internet] The World Bank In West Bank and Gaza. [acesso em 07 abr 2024]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/westbankandgaza/overview>

Banco Mundial [homepage na internet] World Bank Group Supports Delivery of Essential Education Services [acesso em 7 abr 2024]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/02/21/world-bank-group-supports-delivery-of-essential-education-services-in-the-west-bank>

Banco Mundial [homepage na internet] Interim Damage Assessment report [acesso em 7 abr 2024]. Disponível em: <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/14e309cd34e04e40b90eb19afa7b5d15-0280012024/original/Gaza-Interim-Damage-Assessment-032924-Final.pdf>

Banco Mundial [homepage na internet] Note on the impacts of the conflict in the Middle west on the palestinian economy. [acesso em 07 abr 2024]. Disponível em: <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/db985000fa4b7237616dbca501d674dc-0280012024/original/PalestinianEconomicNote-Feb2024-Final.pdf>

---

<sup>21</sup> Disponível em: <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/db985000fa4b7237616dbca501d674dc-0280012024/original/PalestinianEconomicNote-Feb2024-Final.pdf>

## Reforma da OMC e da Arquitetura da Dívida Global

### *Reforming WTO and the Global Debt Architecture*

**Claudia Chamas**  
**Bernardo Bahia Cesário**

**Abstract:** Ngozi Okonjo-Iweala's article evaluates the outlook for the World Trade Organization reform process, particularly following the Ministerial Conference which left many disillusioned. UNCTAD warns of the urgent need for reforms in the global debt architecture to avoid a widespread debt crisis among developing countries.

**Keywords:** *WTO; reform; UNCTAD; global debt*

**Resumo:** Artigo de Ngozi Okonjo-Iweala avalia perspectivas a respeito do processo de reforma da Organização Mundial do Comércio, especialmente após a Conferência Ministerial que trouxe desapontamentos para muitos. A UNCTAD alerta para a necessidade urgente de reformas na arquitetura da dívida global para evitar crise de dívida abrangente entre os países em desenvolvimento.

**Palavras-chave:** OMC; reforma; UNCTAD; dívida global

### **Ngozi Okonjo-Iweala: A reforma da OMC é da responsabilidade de todos**

Artigo de Ngozi Okonjo-Iweala, Diretora-Geral da [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC), no Project Syndicate, avalia perspectivas a respeito do processo de reforma da Organização. Seguem os principais pontos:

1. A 13ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Abu Dhabi, refletiu momento de resultados mistos, com algumas realizações notáveis, mas também marcantes desapontamentos. Este evento ocorreu em um período de intensas críticas e reavaliações sobre o papel e a eficácia da OMC, sublinhando a complexidade inerente às suas operações, que foram particularmente evidenciadas pelas dinâmicas do encontro. Desafios persistentes, como as tensões Norte-Sul e emergentes tensões Sul-Sul, complicaram as negociações, especialmente nos setores de comércio digital e agricultura, nas quais as opiniões divergiram significativamente entre os países membros.

2. Durante a conferência, questões críticas como a moratória sobre tarifas de comércio eletrônico e reformas agrícolas dominaram as discussões. Um grupo de 62 países apoiou a extensão da moratória sobre tarifas de e-commerce para transmissões eletrônicas, alinhando-se aos países desenvolvidos, enquanto nações como Indonésia, Índia e África do Sul se opuseram, citando perdas de receita e vantagens desleais para as grandes empresas de tecnologia. Além disso, as negociações sobre subsídios agrícolas revelaram divisões profundas sobre o "estoque público" de alimentos, uma prática que visa fortalecer a segurança alimentar doméstica, mas que também impacta o comércio internacional, dificultando o progresso em direção a um acordo mais abrangente que limitaria subsídios prejudiciais à pesca.

3. Apesar dos desafios, a conferência também testemunhou sucessos importantes que reafirmam a relevância da OMC. Novos membros, como Comores e Timor-Leste, foram aceitos após implementarem reformas econômicas substanciais, evidenciando o contínuo valor percebido na associação à OMC e ao sistema comercial multilateral baseado em regras. Adicionalmente, foi finalizado o Acordo de Facilitação de Investimentos para o Desenvolvimento (IFD), que visa eliminar barreiras burocráticas ao investimento, representando um avanço significativo para a eficiência operacional e atração de investimentos nos países membros.

4. Um esforço coletivo é essencial para que a OMC enfrente os desafios deste século, com reformas que requerem a participação ativa não apenas dos Estados Unidos, mas também de mercados emergentes e países em desenvolvimento. É vital colaborar para assegurar que as reformas beneficiem essas economias, permitindo-lhes crescer e prosperar. Adotando uma agenda progressista que promove o comércio digital e verde e fomenta a inclusão, a OMC e seus membros têm a oportunidade de criar um ambiente de comércio global mais equilibrado e justo.

### **UNCTAD apela a reformas na arquitetura da dívida global**

A [Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento](#) (UNCTAD) alerta para a necessidade urgente de reformas na arquitetura da dívida global para evitar crise de dívida abrangente entre os países em desenvolvimento. O aumento do endividamento externo soberano desses países, que cresceu 15,7% chegando a US\$ 11,4 trilhões ao final de 2022 após a pandemia de COVID-19, é exacerbado por uma diversidade de credores e instrumentos financeiros. A alta nos custos de serviço da dívida está comprometendo recursos públicos essenciais para o desenvolvimento, com cerca de 3,3 bilhões de pessoas vivendo em países que gastam mais com juros da dívida do que com educação ou saúde.

Anastasia Nesvetailova, da UNCTAD, enfatiza que a crise da dívida não só deriva da acumulação de dívidas pós-crise financeira global e pandemia, mas também de falhas estruturais na arquitetura da dívida soberana que oferece apoio inadequado e tardio aos países em dificuldades. O relatório propõe abordagem centrada no desenvolvimento para a dívida, reavaliando fatores como mudanças climáticas, demografia, saúde pública, e instabilidades político-econômicas. Sugerindo um ciclo de vida de cinco estágios para a dívida soberana, a UNCTAD busca analisar e aprimorar a gestão da dívida global, incluindo a emissão de instrumentos de dívida, gerenciamento, rastreamento de sustentabilidade e, se necessário, reestruturação ou renegociação.

Para recalibrar a arquitetura da dívida global conforme as necessidades dos países em desenvolvimento, a UNCTAD recomenda fortalecer os empréstimos concessionais e as doações, aumentando o capital base de bancos multilaterais e regionais para expandir sua capacidade de empréstimo. Também sugere maior transparência nas condições de financiamento e a implementação de cláusulas de dívida resistentes ao clima em contratos, para permitir pausas nos pagamentos da dívida durante crises externas, além de reforçar a necessidade de estabelecer uma autoridade global de dívida para coordenar reestruturações. A urgência de ações reformistas é destacada como crucial para evitar os altos custos da inação e estabelecer uma arquitetura financeira global justa e responsável.

A situação de endividamento enfrentada por países de renda baixa e média-baixa revela a severidade do fardo financeiro imposto a essas economias, com alguns países comprometendo até 23% de suas receitas de exportação para o serviço da dívida. Esta realidade ressalta a necessidade crítica das reformas sugeridas pela UNCTAD. Contudo, essas intervenções, apesar de essenciais, tendem somente a atenuar os sintomas de uma estrutura de dívida global

persistentemente onerosa, mais do que erradicá-la completamente. Em contraste com o período pós-Segunda Guerra Mundial, quando limites foram impostos ao serviço da dívida da Alemanha para facilitar sua recuperação, os países atualmente endividados não são penalizados por transgressões bélicas, mas sim por circunstâncias adversas amplificadas pela pandemia. Este cenário sugere que as reformas, embora sejam passos na direção certa, operam dentro de um sistema que, em sua essência, perpetua a desigualdade econômica ao normalizar um ciclo de dívida impagável para nações vulneráveis.

### **Referências**

Okonjo-Iweala, Ngozi. Project Syndicate. WTO Reform Is Everyone's Responsibility. 2024. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/wto-reform-will-require-collective-action-by-ngozi-okonjo-iweala-2024-03?barrier=accesspaylog>

UNCTAD. UNCTAD urges reforms on global debt architecture amid rising distress. 2024. Disponível em: <https://unctad.org/news/unctad-urges-reforms-global-debt-architecture-amid-rising-distress>

## **Chamado à ação: o papel crucial da sociedade civil no combate aos desafios globais**

***Jesús Enrique Patiño Escarcina, Renan Amaral Oliveira,  
Diana Reyna Zeballos Rivas, Elwira Gliwska,  
Laurenice Pires, Mateus dos Santos Brito,  
Matheus dos Santos da Silveira, Patrícia Lewis Carpio,  
Tatiana Cerqueira Machado Medrado e  
Luis Eugênio de Souza***

**Resumo:** Nesta quinzena, o informe traz uma sessão especial sobre a reunião do C20, fórum que congrega mais de 2.100 organizações da sociedade civil dos países que compõem o Grupo dos 20. A reunião foi realizada em Recife, de 26 a 28 de março. O CRIS esteve presente com três representantes que acompanharam, física ou virtualmente, as reuniões de dois grupos de trabalho do C20: Saúde e Filantropia e Desenvolvimento Sustentável. Nessa reunião, evidenciou-se o pragmatismo das OSCs que se concentraram nas pautas pré-definidas pelos governos. Além disso, o informe registra manifestações de 35 das 58 organizações acompanhadas. Na seção que trata das OSCs de interesse público, houve muitas manifestações sobre a crise climática, incluindo a devastação de ecossistemas na África, a (in)justiça climática – os mais afetados são aqueles que menos contribuíram para provocar a crise – e a necessidade de um Tratado Global sobre Plásticos. Também foram feitos vários apelos pela paz em Gaza, Ucrânia, Iêmen, Afeganistão, Sudão do Sul e Haiti. As organizações de interesse privado se manifestaram sobre promoção da saúde, direitos humanos, doenças infecciosas, desenvolvimento de testes diagnósticos, além de fazer relatos de apoio às comunidades afetadas por diversas condições de saúde e pelos efeitos das crises climática e alimentar. Em suma, este período testemunhou, mais uma vez, o engajamento ativo e significativo da sociedade civil em diversas áreas, refletindo a importância de sua participação na construção de políticas globais.

### **INTRODUÇÃO**

A primeira seção deste informe traz o relato de nossos representantes na reunião do C20, realizada em Recife nos dias 26 a 28 de março de 2024. Este evento permitiu que organizações da sociedade civil dos países que compõem o G20 expressassem suas preocupações sobre questões políticas e estratégicas internacionais do G20. Os três colaboradores do CRIS que participaram da reunião, presencial ou virtualmente, acompanharam os grupos de trabalho dedicados aos temas da filantropia para o desenvolvimento sustentável e da saúde integrada para todos e todas. Como nota crítica, notaram que muitas OSCs inscritas no C20 não parecem saber qual a função de uma cúpula multilateral, apresentando demandas relacionadas exclusivamente ao país de origem da OSC. Outra fragilidade, decorrente talvez do pragmatismo das OSCs, se refere ao fato de que as pautas definidas pelos governos acabam se tornando as que o C20 estabelece como preferenciais. Ora, isso reduz a potencialidade da sociedade civil organizada global de ter suas próprias metas e temáticas prioritárias.

Na segunda seção deste informe, vê-se que as OSCs de interesse público atuaram em várias frentes, desde a luta contra a crise climática até a promoção da saúde e a assistência humanitária em meio a conflitos armados. No que diz respeito à crise climática, destacaram-se



as informações alarmantes sobre a devastação de ecossistemas e a poluição atmosférica na África e a denúncia sobre a possível exploração de petróleo na Costa Amazônica. Também se enfatizou a importância da justiça climática, tanto nos tribunais quanto na inclusão dos mais afetados nas discussões e tomadas de decisão. Ademais, houve menções à necessidade de um Tratado Global sobre Plásticos, que leve à redução da produção de plástico e à implementação de soluções sustentáveis. Essas ações demonstram o compromisso das organizações da sociedade civil em enfrentar os desafios climáticos e pressionar por mudanças significativas em nível global.

A atuação da sociedade civil em contextos de conflitos armados e guerras tem sido marcada por chamados urgentes à paz e à assistência humanitária. Em relação à Gaza, repetiram-se os apelos por um cessar-fogo imediata e permanente feito ao Conselho de Segurança da ONU, ressaltando a necessidade de uma solução para evitar mais sofrimento entre palestinos e israelenses. Além disso, denunciou-se a grave crise humanitária em Gaza, onde milhares enfrentam fome e doenças devido à violência contínua. No caso da Ucrânia, foi mencionada a importância da inclusão de gênero na resposta humanitária. No que tange ao Iêmen, alertou-se para a escalada da crise devido à militarização e à crise econômica. Também se chamou a atenção para a situação crítica dos conflitos no Afeganistão, Sudão do Sul e Haiti, onde milhões de pessoas enfrentam fome, deslocamento e trauma. Diante desses desafios, a sociedade civil tem se mobilizado para garantir assistência humanitária e promover a paz.

Além das questões relativas à crise climática e aos conflitos, vários outros temas foram objetos de manifestações, ainda que em menor número: inteligência artificial e indústria farmacêutica, vacinação, Dia Internacional da Visibilidade Trans, saúde mental, biossegurança, relações do capitalismo e do imperialismo com a saúde, gênero e migrações forçadas e acordo pandêmico.

As organizações da sociedade da civil de interesse privado, por sua vez, registraram manifestações sobre a promoção da saúde, a cobertura universal de saúde, os direitos humanos, direitos sexuais e a inclusão de serviços de DCNT na atenção primária à saúde. Muitas organizações têm promovido ações em prol da vacinação e da saúde mental, enquanto outras têm se destacado no fomento a pesquisa e desenvolvimento na área da saúde pública, iniciativas que demonstram o compromisso em enfrentar desafios globais e promover um mundo mais saudável, abordando tanto questões imediatas quanto buscando criar mudanças sistêmicas com impactos de longo prazo nas comunidades ao redor do mundo. Vale destacar que, pela primeira vez, uma OSCs de interesse privado – a Fundação Rockefeller – se manifestou sobre a guerra em Gaza, no caso, lamentando a morte da equipe de ajuda humanitária da World Central Kitchen.

Enfim, as últimas duas semanas testemunharam um engajamento proativo e significativo da sociedade civil em questões de saúde, meio ambiente, direitos humanos e paz global. Organizações de todo o mundo se uniram para enfrentar desafios urgentes, demonstrando um compromisso com a busca de soluções e a promoção de um mundo mais justo e saudável para todos. Essa atuação coletiva justifica o esforço de monitoramento da participação da sociedade civil na construção de políticas globais e na busca por mudanças positivas de longo prazo em escala internacional.

## **SEÇÃO ESPECIAL SOBRE O C20**

### **GT de saúde integrada e GT de filantropia e desenvolvimento sustentável**

Entre os dias 26 e 28 de março, organizações da sociedade civil de todas as partes do mundo se reuniram para debater estratégias de influência no G20, que este ano está sob a presidência do governo brasileiro. Este encontro deveria reunir as 2.100 OSCs de mais de 60 países que se credenciaram para compor o C20, grupo de engajamento da sociedade civil, formalizado em 2013, durante o G20 na Rússia. O C20 deste ano está organizado em dez grupos de trabalho distintos. Estes incluem: 1) Economias justas, inclusivas e antirracistas; 2) Sistemas alimentares, fome e pobreza; 3) Meio ambiente, justiça climática e transição energética justa; 4) Comunidades sustentáveis e resilientes e redução do risco de desastre; 5) Saúde integrada para todas e todos; 6) Educação e cultura; 7) Digitalização e tecnologia; 8) Direitos da mulher e igualdade de gênero; 9) Filantropia e desenvolvimento sustentável; e 10) ODS 16: Governança democrática, espaço cívico, combate à corrupção e acesso à justiça.

Nosso grupo foi representado por Laurenice Pires, Patricia Lewis e Renan Oliveira que tiveram o privilégio de participar ativamente nos grupos 9 - Filantropia para o Desenvolvimento Sustentável e, grupo 5 - Saúde integrada para todos, representando, respectivamente, as organizações Women in Global Health Brazil, Frente Nacional pela Saúde de Migrantes (Fenami) e Abrasco.

#### **GT 5 - Saúde integrada para todas e todos (participantes: Renan Oliveira e Patricia Carpio)**

Trezentas e setenta organizações se inscreveram para participar no GT5 de Saúde. Esse GT está sob facilitação das seguintes instituições: AIDS Healthcare Foundation, Fundación Huésped e Alzheimer's Disease International. Na reunião do dia 27 de março, menos de 100 OSCs participaram (virtualmente e presencialmente). Numa segunda reunião online no dia 04 de abril, não houve mais que 60 representantes. As OSC estão tentando participar, mas demonstram verbalmente dificuldade de recrutar pessoal para fazer esse trabalho.

As discussões do dia 27 de março giraram em torno da agenda e da definição de temas a serem debatidos. A intenção do GT é elaborar um documento de três páginas com recomendações, descrições e referências científicas, para posteriormente, juntamente com as propostas dos outros nove Grupos de Trabalho, transformar isso em um documento de uma única folha. A presidência do C20, representada pela Abong, informou que estão em andamento articulações para garantir a apresentação oficial deste último documento pela própria coordenação do C20 na cúpula dos países do G20, no final do ano. A intenção é ir além de gestos simbólicos e produzir um documento eficaz em sua direcionalidade e potência política. Utilizar a presidência do Brasil é visto como fundamental para elevar a importância do C20, transformando-o em um "grupo que saiu das ruas e entrou na antessala".

As restrições de tamanho do documento final evidenciam a necessidade da sociedade civil global de se concentrar nas questões mais urgentes, ao mesmo tempo em que consegue para si "nada além de dois minutos de atenção na cúpula do G20". Outra questão relacionada à burocracia multilateral é que o G20 se organiza em torno de diversos grupos de engajamento, como o T20 (Thinktanks), o S20 (Ciência), entre outros, cada um obtendo formas distintas de financiamento e poder dentro da Cúpula. O B20 (Negócios) parece ter um forte respaldo financeiro e político, emergindo como um dos principais concorrentes do C20 devido a agendas conflitantes (pró-mercado). No entanto, a presidência do C20 orientou a busca de colaboração com alguns desses grupos para elaborar declarações conjuntas com maior legitimidade

discursiva. É necessário ver até que ponto isso será efetivado. Dentro do próprio C20, o Grupo de Trabalho 7 - Digitalização e Tecnologia tem trabalhado com diversas recomendações relacionadas à área da saúde, e, por isso, o Grupo de Trabalho 5 - Saúde está se mobilizando para estabelecer comunicação e fortalecer uma agenda comum entre os dois grupos.

Cada participante teve a oportunidade de indicar três temáticas de maior relevância para inclusão no documento final do Grupo de Trabalho (GT) de Saúde, limitado a três páginas. Renan Oliveira destacou as seguintes áreas: Saúde Digital, com ênfase no desenvolvimento de uma infraestrutura pública acompanhada de controle social; Saúde Mental, com foco no impacto das condições socioeconômicas e na abordagem das desigualdades de gênero, raça, religião e capacidades; e Saúde do Idoso, priorizando o desenvolvimento de infraestrutura hospitalar e de assistência social para enfrentar os desafios da transição geracional em países com populações envelhecidas. As discussões do dia 4 de abril foram dedicadas à apresentação rápida dos temas mais proeminentes, sendo os seguintes os três mais citados: Cobertura Universal de Saúde; Saúde Digital; e Saúde Mental.

É importante notar que percebemos que muitas OSCs inscritas no C20 não parecem saber (e até expressam isso verbalmente) qual as funções de uma cúpula multilateral, fazendo falas e apresentando demandas muitas vezes do arcabouço burocrático do país da OSC e não expansível para as proposições de uma cúpula de países. Outra problemática identificada foi a de que percebemos que as pautas prioritárias do G20 - Saúde (as estabelecidas pelo Estado-nação que hospedará a Cúpula anual) acabam se tornando as que o C20 estabelece como preferenciais, até mesmo pelo pragmatismo de que serão temáticas com maior aceitação de discussão na Cúpula final. No entanto, isso reduz a potencialidade da sociedade civil organizada global (aqui representada pelo C20) de ter suas próprias metas e temáticas prioritárias.

**Figura 2.** Representante Renan no Inception Meeting do C20 em Recife, 26 abril de 202



**Figura 3.** Cúpula do GT5- Saúde no Inception Meeting do C20 em Recife, 27 de abril de 2024



**Figura 4.** Representantes de instituições do Brasil, África do Sul e Coreia do Sul no Inception Meeting do C20, 26 de abril de 2024



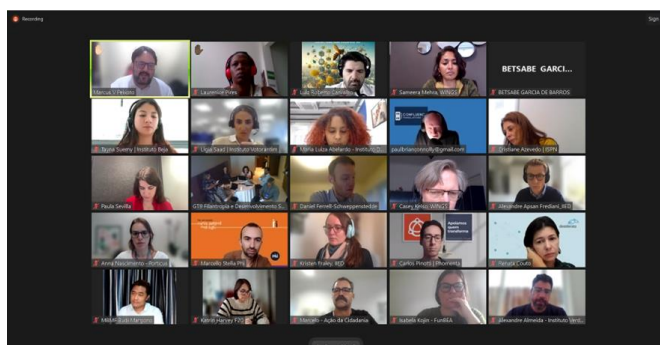
**GT 9 - Filantropia e Desenvolvimento Sustentável (participante: Laurenice Pires e Renan Oliveira)**

Esse é o primeiro ano em que a filantropia integra um grupo de trabalho. O tema já havia aparecido em outros C20 de maneira dispersa, em diferentes discussões, relacionado aos temas de educação, gênero, financiamento sustentável, ação climática, tecnologia. O C20 de 2023, na Índia, tratou o tema do voluntariado. O encontro do dia 27 de março passou por esse resgate de como o tema apareceu em encontros anteriores do C20, celebrou a inclusão do tema nesta edição do encontro, apontando para a importância de colaborações significativas para o documento final a ser avaliado pela cúpula do G20. Cada participante respondeu a um breve

questionário online, indicando os temas prioritários que o GT deve trabalhar. O segundo momento foi uma discussão de 15 minutos em grupo. Havia cerca de 15 pessoas que se apresentaram e responderam sobre o que consideravam prioritário na contribuição do setor filantrópico. As principais contribuições dos grupos foram:

- Problematização do atual modelo de desenvolvimento que não assegura sustentabilidade, nem divisão dos bens globais produzidos para todos. Sem repensar esse modelo, será impossível alcançar a sustentabilidade, uma vez que está orientado por hierarquias de poder e não pelos valores de equidade e justiça social.
- Foco do investimento e fomento da transversalidade e prioridade dos temas de raça, etnia e gênero nas ações e programas desenvolvidos e apoiados pela filantropia, uma vez que a maioria dos grupos em situação de maior vulnerabilidade é atravessada de forma interseccional por essas questões.
- Contribuição do setor filantrópico para a formulação e inovação de políticas públicas mais efetivas e de larga escala.
- Maior comprometimento com os ODS e metas da agenda 2030 no nível nacional.
- Maior transparência, contribuindo com prioridades dos Estados-Nação em que participa.
- Necessidade de atuação em comunidades em maior condição de vulnerabilidade.
- Vulnerabilidades da população LGBT, recortes de gênero, classe, questões climáticas.
- Apoiar a capacidade das comunidades para que atuem de forma mais sustentável.
- Investimento em tecnologia, parcerias com governos, setor privado e sociedade civil, políticas públicas, saúde mental para crianças e jovens.

É importante destacar que, embora seja a primeira vez que a filantropia está oficialmente representada como um grupo de trabalho (GT 9) no âmbito do C20, os representantes da filantropia também estão envolvidos em outros grupos de trabalho. A relevância de sua participação no Grupo de Trabalho 5 - Saúde é destacada pelo fato de a Wellcome Trust ter contratado assessoria específica para colaborar em Recife durante o C20. Outro aspecto relevante, nessa mesma linha, foi a realização de uma mesa redonda durante o C20, que discutiu o papel da filantropia na sociedade. Durante esse evento, houve uma ampla ênfase na necessidade de a filantropia ir além da execução de projetos anuais e passar a exercer uma influência mais estrutural e de longo prazo. Uma representante da *Open Society Foundations* participou ativamente das deliberações e expressou publicamente estar de acordo com essa perspectiva.



**Figura 5.** Participantes do grupo de trabalho filantropia e desenvolvimento sustentável no C20

## ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

### *Crise climática*

A Greenpeace produziu um [relatório](#) sobre a devastação financeira dos ecossistemas, evidenciando que mais de cem instituições atuantes em setores de alto risco para os ecossistemas receberam créditos de instituições financeiras da União Europeia (UE) desde o Acordo de Paris de 2015. O relatório destaca a necessidade de regulamentação financeira da UE para alinhar as finanças com metas globais de 1,5°C e biodiversidade, incluindo a interrupção de serviços financeiros para grupos que contribuem para a destruição da natureza.<sup>1</sup>

A Greenpeace revelou um outro [relatório](#) elaborado pela Greenpeace África e pela Greenpeace MENA, que identificou o Egito, a Nigéria e a África do Sul como os países mais poluídos da África em termos de carga de doenças causadas pela poluição atmosférica. O relatório destacou que as principais fontes de poluição incluem a indústria dos combustíveis fósseis, com as centrais térmicas sendo os principais emissores de dióxido de azoto e dióxido de enxofre. Entre as recomendações do relatório estão investimentos em tecnologias limpas, especialmente no setor energético, e a instalação de monitores da qualidade do ar para garantir o acesso a dados em tempo real. O documento também ressaltou que políticas para reduzir a poluição atmosférica são benéficas tanto para o clima quanto para a saúde.<sup>2</sup>

A Greenpeace delineou uma nova Visão para a [Mobilidade Sustentável](#), a partir de elementos essenciais para sistemas de transporte mais eficientes e sustentáveis como a acessibilidade financeira, aprimoramento da acessibilidade física, da segurança dos passageiros e trabalhadores contra a violência e o assédio, e restrição dos SUVs e voos de curta distância, além de promover opções de transporte ativo como caminhar e andar de bicicleta para reduzir as emissões de CO2. Por fim, a justiça social é colocada no centro das políticas de transporte, abordando as desigualdades sistêmicas e priorizando as necessidades das comunidades marginalizadas, além de proibir modos de transporte prejudiciais aos super-ricos, como jatos privados.<sup>3</sup>

A Greenpeace denunciou que o dinheiro proveniente de [instituições financeiras](#) está impulsionando a destruição da natureza em escala global, apesar dos compromissos estabelecidos no Acordo Climático de Paris e no Quadro de Biodiversidade Kunming-Montreal. Bancos europeus emprestaram quase 256 mil milhões de euros desde 2015 para empresas envolvidas em setores como a pecuária, a soja e o óleo de palma, que ameaçam ecossistemas naturais críticos, incluindo desmatamento na Amazônia. Uma revisão do regulamento é considerada necessária para que a Comissão Europeia aborde o impacto do setor financeiro na natureza e interrompa a expansão de atividades que destroem ecossistemas, além de reverter os danos causados.<sup>4</sup>

A Greenpeace ressaltou que os eventos climáticos extremos impactam desproporcionalmente [mulheres](#) e minorias de gênero, resultando em mais mortes de mulheres do que de homens durante catástrofes como ciclones e ondas de calor. A falta de igualdade de gênero nos mais altos cargos de poder e tomada de decisão perpetua essa disparidade, com poucas mulheres em posições de liderança em governos e empresas em todo o mundo, e pouca participação nas discussões climáticas, com sub-representação em conferências e órgãos de

decisão. A inclusão de mulheres e minorias de gênero é crucial para alcançar uma ação climática eficaz e justa.<sup>5</sup>

A Greenpeace destacou a participação nas reuniões da [Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos](#) (ISA) na Jamaica, onde questões relacionadas à mineração em águas profundas foram discutidas, contando com a participação de povos indígenas como parte das negociações. Para essas comunidades, o oceano profundo não é apenas um ambiente físico, mas uma parte integrante de sua identidade e história cultural. A organização expressou preocupação com os planos de mineração em águas profundas na zona Clarion-Clipperton, próxima ao Havaí, e os impactos não apenas à biodiversidade marinha, mas também à conexão espiritual e cultural dos povos indígenas com o mar.<sup>6</sup>

A Greenpeace denunciou que a [Costa Amazônica](#), no norte do Brasil, está enfrentando ameaças de exploração de petróleo pelo governo brasileiro, o que poderia ter consequências devastadoras para a biodiversidade local e as comunidades que dependem de um oceano saudável para sobreviver. Em uma expedição a Greenpeace, identificou que o petróleo poderia se espalhar além das fronteiras brasileiras, representando uma séria ameaça para os países pan-amazônicos e que com suas correntes marinhas fortes e ecossistemas sensíveis, seria catastrófico. Esta iniciativa contradiz os esforços globais para combater as mudanças climáticas, assim como as tentativas do Brasil de se posicionar como um líder climático desde a presidência de Lula em 2022.<sup>7</sup>

A OXFAM alertou que mais de 24 milhões de pessoas na África Austral enfrentam fome, desnutrição e escassez de água devido a [condições climáticas extremas](#). Denunciou os danos causados pelos desastres climáticos, incluindo inundações e secas extremas, que deixaram as pessoas sem meios de subsistência. Destacou a urgência de financiamento climático para apoiar a reconstrução e oferecer assistência às famílias vulneráveis. Enfatizou a necessidade urgente de recursos para evitar uma crise humanitária devastadora, pois os países afetados enfrentam uma situação crítica, exacerbando a fome e a escassez de água. A Oxfam e seus parceiros estão buscando US\$ 15 milhões para responder à crise, oferecendo assistência em dinheiro, fornecendo água potável e implementando projetos para proteger os direitos das mulheres e das meninas.<sup>8</sup>

A Planetary Health Alliance divulgou o [artigo](#) de Morris e Jacquet, intitulado “The animal agriculture industry, US universities, and the obstruction of climate understanding and policy” e publicado por *Climatic Change*. O artigo denuncia as [relações espúrias entre pesquisadores e a indústria da pecuária](#) nos EUA.<sup>9</sup>

A ActionAid denuncia a [grave crise de insegurança alimentar de que estão expostas mais de 20 milhões de pessoas na África Austral](#), segundo Esther Sharara, Conselheira Humanitária Regional da ActionAid na África Austral “A situação da seca é terrível e expõe milhões de grupos já vulneráveis, especialmente mulheres e jovens, à fome”. A crise foi deflagrada devido à seca induzida pelo El Niño, afetando a produção agrícola e pecuária na região. O Zimbábue declarou estado de calamidade pública e apelou à ajuda humanitária internacional. A ActionAid apela a ações urgentes para enfrentar a crise, incluindo a prestação de assistência alimentar e o apoio a atividades alternativas de geração de rendimentos.<sup>10</sup>

A ActionAid, através da sua líder internacional de justiça climática, Tereza Anderson reagiu às [fortes chuvas e inundações catastróficas ocorridas em Maputo, Moçambique](#), cobrando ações internacionais de ajuda humanitária a região que já se via fragilizada pelos efeitos da tempestade tropical Filipo e do ciclone Freddy, Gombe, Kenneth e Idai, nos últimos

anos. Segundo Tereza Anderson, “o financiamento climático não consiste apenas em fornecer ajuda financeira. É o eixo da justiça climática e da ação climática. É tão profundamente injusto que os impactos das alterações climáticas estejam a atingir Moçambique repetidamente. Um dos países mais pobres do mundo está a suportar os custos da crise climática”.<sup>11</sup>

### ***Justiça Climática***

A Greenpeace anunciou que o Tribunal Judicial de Paris rejeitou a intimação da [TotalEnergies](#) contra o Greenpeace França. Esta decisão foi celebrada como uma vitória significativa para a liberdade de expressão e como um aviso para outras empresas que tentam intimidar os defensores do clima por meio de processos judiciais. O veredito foi proferido no dia do 100º aniversário da TotalEnergies. A tentativa da TotalEnergies de silenciar o Greenpeace França foi enquadrada como parte de uma tendência alarmante de intimidação judicial contra a sociedade civil. Outros casos semelhantes em andamento incluem Shell versus Greenpeace Reino Unido e Greenpeace Internacional, e ENI versus Greenpeace Itália.<sup>12</sup>

A Greenpeace compartilhou uma experiência pessoal de trauma e marginalização vivida por uma funcionária [mulher trans](#), que enfrentou lutas pessoais decorrentes de traumas de infância e desafios para se conformar às normas sociais de masculinidade. Esses desafios resultaram em ansiedade e problemas de saúde mental. Destacou-se a importância de reconhecer e confrontar o passado para curar o trauma. O compromisso da organização em criar espaços seguros para discutir tópicos difíceis, como justiça social e equidade, foi enfatizado, ao mesmo tempo em que se incentivou a participação em discussões abertas e o desafio das narrativas dominantes.<sup>13</sup>

A Greenpeace ressaltou que a população de [tubarões-baleia](#) na Reserva Marinha de Galápagos é única devido à presença de um grande número de fêmeas adultas, algumas das maiores do mundo, o que ainda apresenta mistérios sobre seu comportamento e propósito na região. Embora a reserva marinha proporcione algum nível de proteção para esses animais, eles ainda enfrentam ameaças significativas fora de suas fronteiras, incluindo a pesca industrial e a poluição plástica. A proibição da pesca direta de tubarões-baleia em muitos países não impediu sua captura incidental ou a ameaça representada pela poluição marinha. Esta espécie migratória enfrenta riscos adicionais durante suas rotas migratórias, incluindo colisões com o tráfego marítimo. A organização destacou a importância da proteção e criação de mais reservas marinhas em águas internacionais para proteger essas criaturas e outras espécies marinhas ameaçadas.<sup>14</sup>

A Greenpeace destacou que este ano estão em curso casos importantes de [justiça climática](#) nos tribunais, com três casos perante o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH): *Klimaseniorinnen v Suíça*, *Carême v. França* e *Juventude Portuguesa vs 32 Estados Europeus*. Esses casos visam responsabilizar governos e empresas pelos impactos da crise climática nos direitos humanos e no meio ambiente. Um desses casos, *Klima Seniorinnen vs. Suíça*, é o primeiro sobre alterações climáticas ouvido pelo TEDH e pode estabelecer precedentes importantes sobre as obrigações dos Estados em relação à crise climática. Além disso, outros casos estão sendo apreciados em tribunais internacionais em todo o mundo, demonstrando um movimento global em direção à responsabilização e à proteção das gerações presentes e futuras contra os impactos das mudanças climáticas.<sup>15</sup>

A Greenpeace denunciou que, em seu 100º aniversário, a [Total Energies](#) enfrenta críticas por sua história de desinformação climática, violações dos direitos humanos e desastres ambientais. A empresa é uma das maiores poluidoras do planeta e continua a expandir suas



operações de combustíveis fósseis, apesar dos compromissos de redução de emissões. Projetos como o gasoduto EACOP e a extração de xisto em Vaca Muerta geram preocupações sobre violações de direitos humanos e impactos ambientais, exacerbando a situação atual. A Total enfrentou consequências legais por desastres como o naufrágio do MV Erika e a explosão em Toulouse.<sup>16</sup>

### ***Tratado Global sobre Plásticos***

A Greenpeace conduziu um [relatório](#) em apoio à implementação de um Tratado Global sobre Plásticos, com o objetivo de reduzir a produção de plástico, eliminar os plásticos de uso único e promover soluções baseadas na reutilização. O estudo, realizado em 19 países e envolvendo quase 20 mil pessoas, destaca que 8 em cada 10 indivíduos apoiam a redução da produção de plástico, assim como a proteção da biodiversidade e do clima. Além disso, 9 em cada 10 pessoas estão a favor da transição para embalagens reutilizáveis e recarregáveis, enquanto 7 em cada 10 apoiam a proibição do plástico descartável. A maioria esmagadora das pessoas expressou preocupação com os impactos do plástico na saúde. Esse apoio é consistente em todos os países pesquisados, sendo particularmente forte nos países do Sul Global, onde a poluição por plásticos é mais grave. O relatório destacou que os cidadãos esperam que seus governos adotem medidas concretas para abordar a poluição plástica, incluindo a redução da produção de plástico e a proibição de plásticos de uso único.<sup>17</sup>

### **Conflitos armados e guerras**

#### ***Violência armada em Gaza***

A OXFAM expressou apoio ao apelo do Conselho de Segurança da ONU por um cessar-fogo em [Gaza](#), considerando-o um passo na direção certa. No entanto, destacou que a resolução adotada não atende plenamente à necessidade de um cessar-fogo permanente e chega tarde demais para muitos palestinos afetados pela violência. Enfatizou a importância dos Estados-Membros garantirem a implementação da resolução, incluindo a interrupção imediata da transferência de armas para a região, defendendo a busca por uma paz duradoura e sustentável entre palestinos e israelenses.<sup>18</sup>

A OXFAM destacou o anúncio do governo israelense de permitir a entrada de ajuda humanitária em [Gaza](#) através do Erez Crossing e do Porto de Ashdod, considerando essas medidas como bem-vindas, mas insuficientes para atender às enormes necessidades dos palestinos na região. Ressaltou a urgência de acelerar o processo de permitir a ajuda humanitária, garantindo que todas as travessias terrestres estejam operacionais para garantir acesso total às agências humanitárias. Enfatizou a necessidade de um cessar-fogo permanente para pôr fim ao sofrimento e à destruição em Gaza.<sup>19</sup>

A OXFAM denunciou que pessoas no norte de [Gaza](#) estão lutando para sobreviver com apenas 245 calorias por dia, segundo dados mais recentes da Classificação Integrada da Fase de Segurança Alimentar (IPC) para Gaza. Denunciou também que menos da metade do número necessário de caminhões de alimentos está entrando em Gaza, deixando a maioria da população em risco de insegurança alimentar grave. Alertou para a iminência da fome no norte de Gaza e mais de um milhão de pessoas enfrentando insegurança alimentar catastrófica. Solicitou um cessar-fogo permanente, o retorno de reféns e prisioneiros, a interrupção do fornecimento de armas a Israel e o acesso total à ajuda humanitária para abordar essa crise humanitária devastadora e evitar mais sofrimento para os 2,2 milhões de habitantes de Gaza.<sup>20</sup>

A CARE lembrou os [6 meses da atual ofensiva de Israel contra a população palestina](#) em Gaza, ressaltando que mais de 586 mil casos de infecções respiratórias agudas e mais de 220 mil casos de diarreia foram registradas, além da ocorrência de sarna, problemas de pele e hepatite A. A CARE ressaltou que mais de 1,9 milhão de palestinos em Gaza estão deslocados de suas casas e vivem em aglomerados, sem saneamento básico e com risco de vida, sofrendo ainda os bombardeios feitos por Israel. Encontram-se sem estrutura de saúde que possa dar conta das demandas dos doentes e feridos.<sup>21</sup>

A Human Rights Watch publicou um artigo intitulado "[Sem Saída em Gaza](#)", instando ao reconhecimento do direito dos palestinos de fugir em meio ao conflito em curso. O artigo destaca a situação crítica em Gaza, onde civis enfrentam deslocamento e opções limitadas de segurança. Também pede uma ação internacional para evitar mais atrocidades e garantir os direitos humanos dos palestinos, incluindo o direito de buscar asilo e o princípio de não-repulsão. Através de relatos em primeira mão e esforços de advocacia, a Human Rights Watch enfatizou a necessidade urgente de abordar a crise humanitária em Gaza e garantir a proteção dos civis.<sup>22</sup>

A International Federation of Social Workers publicou declaração da União Palestina de Assistentes Sociais e Psicólogos que critica a [suspensão e perseguição da professora Nadra Kevorkian, por condenar os crimes cometidos por Israel](#), assinando uma petição juntamente com duas mil personalidades acadêmicas e científicas de diferentes partes do mundo. Na declaração, condenam a suspensão da professora que “não é apenas uma acadêmica respeitada na área do serviço social e do direito, mas também uma acadêmica feminista de renome mundial, cujo extenso trabalho destacou os efeitos multifacetados da militarização e da violência sobre as vidas das mulheres e crianças palestinas”.<sup>23</sup>

A STOPAIDS escreveu uma carta aberta para o Lord Cameron, urgindo o governo do Reino Unido a [votar a favor da proteção dos direitos de saúde daqueles que estão em Gaza](#), ao implementar uma Resolução do Conselho de Segurança da ONU para um imediato e permanente cessar-fogo.<sup>24</sup>

A ActionAid coordenou um grupo de [onze Organizações Não Governamentais \(ONG\) europeias](#), que entregaram conjuntamente ao Parlamento Europeu uma carta solicitando a execução de ações em caráter emergencial, de combate à fome e insegurança alimentar na Faixa de Gaza, cenário agravado pelos ataques bélicos de Israel em Gaza.<sup>25</sup>

### **Conflito armado Rússia - Ucrânia**

A OXFAM destacou a Declaração Conjunta sobre Inclusão de Gênero na Resposta à Crise da [Ucrânia](#) e o Papel das Organizações de Direitos das Mulheres (WROs/WLOs) na proteção das necessidades humanitárias não atendidas de mulheres e meninas após dois anos de guerra na Ucrânia. Destacou o Plano de Necessidades Humanitárias e Resposta para 2024, que enfatiza a necessidade de apoio para 2,5 milhões de pessoas. A declaração instou à priorização da participação e liderança das mulheres em todas as fases da resposta humanitária e da reconstrução, exigindo financiamento adequado e acessível para as WROs/WLOs. Os signatários da declaração destacaram a importância de garantir que as mulheres e meninas, junto com outros grupos marginalizados, sejam incluídas em todos os aspectos da resposta humanitária e dos esforços de reconstrução na Ucrânia. Foi enfatizada a necessidade de financiamento suficiente e flexível para as WROs/WLOs e uma abordagem inclusiva e sensível ao gênero em todos os diálogos e processos de tomada de decisão. A declaração também apelou à participação ativa das mulheres ucranianas e das WROs/WLOs na Conferência de Recuperação

da Ucrânia, enfatizando que a igualdade de gênero é essencial para garantir os direitos e proteções das mulheres e meninas no país.<sup>26</sup>

### **Conflito no Iêmen**

A OXFAM alertou que, à medida que o [Iêmen](#) entra no décimo ano de conflito, a crise humanitária só se agrava devido à militarização contínua e à crise econômica. Com ataques aéreos recentes e a atividade militar houthi no Mar Vermelho, as perspectivas de uma paz duradoura estão comprometidas, ameaçando aumentar ainda mais a instabilidade na região. Destacou que a economia do Iêmen está em ruínas, com a depreciação da moeda, aumento do custo de vida e paralisação da produção agrícola, enquanto as medidas impostas estão prejudicando ainda mais as transferências de dinheiro e ameaçando a segurança alimentar. A recente escalada militar no Mar Vermelho aumenta a preocupação com o conflito, com consequências devastadoras para os meios de subsistência e a economia local, sendo crucial aumentar a ajuda humanitária, intensificar os esforços diplomáticos e garantir o acesso humanitário sem obstáculos para alcançar uma paz sustentável. A organização fez um apelo urgente para um cessar-fogo permanente não apenas para salvar vidas e evitar mais sofrimento no Iêmen, mas também para reduzir o risco de uma escalada ainda maior na região.<sup>27</sup>

A CARE destacou que o povo do [Iêmen vive há quase uma década em deslocamento e instabilidade política](#) e social resultante dos conflitos internos, segundo a CARE. Mais de 18 milhões de pessoas necessitam de ajuda humanitária, em sua maioria, mulheres e crianças. Ressaltou que o futuro incerto vem levando jovens e meninas iemenitas a suportarem o maior peso, sendo levadas a sustentar as famílias com casamentos precoces, frustrando possibilidades de melhoria pelo abandono escolar.<sup>28</sup>

### **Conflito no Afeganistão**

A CARE também manifestou preocupação com a [situação de fome no Afeganistão devido aos conflitos internos](#), sendo um dos países mais perigosos e assolados por crise do mundo. Ressaltou que mulheres e crianças são as mais vulneráveis aos efeitos da crise humanitária, devido à situação econômica do país. Cabe à mulher trabalhar e sustentar a família, muitos dependem das cozinhas solidárias que distribuem comida.<sup>29</sup>

### **Conflito no Sudão do Sul**

A [fome no Sudão](#) foi tema de manifestação da CARE, resultado do conflito que deslocou mais de 8,5 milhões de pessoas, destas 6,5 milhões encontram-se em deslocamento interno e vem empurrando milhões de pessoas para a fome, com ao menos, 730 mil crianças em estado de desnutrição grave. Os combates devastam a produção agrícola, impedem o acesso aos mercados pelos agricultores, o que paralisou a agricultura e levou ao colapso do sistema alimentar.<sup>30</sup>

### **Conflito no Haiti**

A CARE noticiou ainda a situação de [fome, deslocamento e trauma do povo haitiano](#), reflexo da crise política que vem gerando violência extrema em Porto Príncipe. Destacou que os mais vulneráveis estão em maior risco de depravação por falta de abrigo, alimento, acesso aos serviços de saúde, proteção social, água e saneamento básico. Em janeiro, dados apontavam que mais de 5,5 milhões de pessoas estavam sofrendo com a crise humanitária.<sup>31</sup>

### ***Atentado do ISIS em Moscou***

O presidente da World Medical Association expressou sua solidariedade às famílias e amigos das pessoas que foram mortas ou afetadas pelo [ataque terrorista em Moscou](#). O ataque não apenas matou mais de 100 pessoas, mas também deixou muitos feridos, e ainda mais psicologicamente traumatizados.<sup>32</sup>

### ***Cobertura universal de saúde***

O CDC nos Estados Unidos lançou um relatório que destaca a necessidade de [cobertura universal de saúde](#). Pesquisas mostraram que a falta de cobertura universal de saúde exacerbou as taxas de mortalidade nos Estados Unidos e que o “Medicare for all” teria preparado melhor a nação para enfrentar a pandemia de COVID-19.<sup>33</sup>

A NCD Alliance fez postagem no X sobre a [importância da incorporação de serviços de DCNT na atenção primária à saúde como estratégia para salvar vidas e reduzir os custos de saúde](#), compartilhando material do Banco Mundial com exemplos que mostram as melhores práticas de como isso é feito e o impacto real.<sup>34</sup>

Women in Global Health produziu material em que levanta [sete questões sobre a situação das trabalhadoras comunitárias de saúde](#), no intuito de chamar a atenção para sua importância central nos sistemas de saúde, assim como, para o fato de serem, em grande parte, trabalhadoras informais, não se saber exatamente quantas são, estarem sujeitas à violência e ao assédio e não terem os salários, as competências profissionais, a supervisão e os materiais de que necessitam para terem sucesso. De acordo com a matéria, “esta negligência sistêmica perpetua a discriminação de gênero, criando um ciclo de desvantagem tanto para as Trabalhadoras Comunitárias de Saúde (TCS) como para as comunidades a que servem”. Nesse contexto, apelam à justiça econômica e de gênero para as mulheres TCS.<sup>35</sup>

A World Heart Federation fez matéria anunciando a parceria para [pesquisas e combate à poluição do ar e doenças cardiovasculares](#) durante dois anos. Essa parceria integra um conjunto de compromissos que antecedem a Segunda Conferência Global sobre Poluição Atmosférica e Saúde.<sup>36</sup>

### ***Direitos humanos***

Assistentes Sociais de todo o mundo terão a oportunidade de qualificar seus conhecimentos com o curso de formação em direitos humanos, [parceria da International Federation of Social Workers com o Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos](#) (ACNUDH). O curso é uma oportunidade de assistentes sociais trabalharem em conjunto com agências da ONU em nível local, regional e global, assim como, trabalharem com vários instrumentos de direitos humanos.<sup>37</sup>

A NCD Alliance fez postagem no X sobre maneiras pelas quais [os direitos humanos poderiam ser fortalecidos no acordo da pandemia](#), incluindo disposições relacionadas à não discriminação, igualdade de gênero e inclusão e participação em processos políticos.<sup>38</sup>

### ***Sociedade Civil da Saúde na UE***

A European Public Health Alliance (EPHA) manifestou preocupação com a situação das organizações da [sociedade civil da saúde na União Europeia](#), considerando a situação de erosão das democracias europeias e perdas de direitos. Ressaltou que vem observando a redução do espaço cívico de atuação das organizações pela dificuldade no acesso a financiamento

sustentável. Ressaltou que nas próximas eleições da União Europeia, este desafio deve ser enfrentado com urgência e colocado no topo da agenda política, para que não ocorra a redução do engajamento da sociedade civil.<sup>39</sup>

### **Saúde e paz**

O Sustainable Health Equity Movement (SHEM) divulgou sua newsletter “Highlights of SHEM”, 3ª edição do ano, destacando a Iniciativa [“Saúde Global e Paz”](#) da OMS.<sup>40</sup>

### **Inteligência artificial e indústria farmacêutica**

A DNDi divulgou a realização do webinar, em 26 de março, de lançamento do documento de discussão da OMS sobre os [riscos e benefícios do uso da IA para o desenvolvimento de medicamentos](#).<sup>41</sup>

### **Doenças infecciosas**

#### **Dia Mundial da Tuberculose**

Às vésperas do Dia Mundial da Tuberculose, a organização médico-humanitária Médicos Sem Fronteiras (MSF) lançou uma campanha global com o objetivo de reduzir para US\$ 5 o preço cobrado por testes usados no diagnóstico de tuberculose (TB) e outras doenças. A campanha [“É agora, 5 dólares!”](#) busca pressionar a empresa Cepheid, fabricante dos testes de diagnóstico GeneXpert, e sua proprietária, Danaher, a baixar o valor cobrado por todos os testes para US\$ 5 em países de renda baixa e média, incluído o Brasil. Além de TB, os testes são usados no diagnóstico de HIV, hepatites, algumas doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e ebola.<sup>42</sup>

#### **Hepatite C**

A DNDi anunciou o acordo com o governo da Tailândia para [licenciar o uso do medicamento ravidasvir](#) para o tratamento da hepatite C.<sup>43</sup>

#### **Taxação de bebidas açucaradas**

A NCD Alliance fez postagem no X, compartilhando matéria no The Guardian que relata que mais de 100 países impõem taxas sobre o açúcar e, responde a pergunta: [“será que as tarifas deveriam aumentar para melhorar o bem-estar e gerar receitas para ajudar a combater doenças relacionadas, como as NCDs?”](#)<sup>44</sup>

#### **Vacinação**

A Rotary International publicou chamada sobre a [Semana Mundial de Vacinação](#), que ocorrerá de 24 a 30 de abril, ressaltando sua importância na saúde pública e na luta por um mundo livre da poliomielite. A organização destacou o papel das vacinas na proteção da vida de crianças.<sup>45</sup>

A Rotary International também comemorou, em publicação no X (antigo twitter), os [10 anos de certificação de região livre da poliomielite da Região do Sudeste Asiático](#), conferido pela Organização Mundial da Saúde (OMS).<sup>46</sup>

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) divulgou informações sobre a vacinação contra a doença pneumocócica em idosos.<sup>47</sup>

## ***Dia Internacional da Visibilidade Trans***

No [Dia Internacional da Visibilidade Trans](#), a Fundação Huésped divulgou uma série de entrevistas da série "Conquistar Visibilidade", realizada pela organização em conjunto com a ATTA e Redlactrans, com o objetivo de aproximar o público de histórias de diferentes pessoas trans que conquistaram espaços nas áreas de tecnologia, esportes, arte, educação, ativismo e mídia.<sup>48</sup>

Para marcar o Dia Internacional da Visibilidade Trans a STOPAIDS divulgou o blog “Dia Internacional da Visibilidade Trans 2024: [Um Apelo para Combater e Desafiar os Anti-Direitos através da Interseccionalidade](#)” escrito por de Dumi Gatsha, fundador da Success Capital Organisation, uma ONG que trabalha na intersecção entre direitos humanos e desenvolvimento sustentável com impacto regional e global.<sup>49</sup>

## ***Saúde mental***

O ICN participou de um workshop técnico da OMS em Xangai, China, focado na [educação e formação em saúde mental e uso de substâncias para enfermeiros e outros profissionais de saúde](#). A organização enfatizou a importância de integrar as perspectivas de enfermagem nas políticas globais e liderança em cuidados de saúde mental e destacou as novas Diretrizes do ICN sobre Enfermagem em Saúde Mental, com o objetivo de estabelecer padrões internacionais para as melhores práticas em enfermagem de saúde mental. Abordou também desafios educacionais e normas profissionais. De acordo com o relatório de 2022 do ICN, os enfermeiros desempenham um papel crucial na prestação de cuidados de saúde mental globalmente, enfatizando a necessidade de treinamento padronizado e aumento da competência entre os enfermeiros em todo o mundo.<sup>50</sup>

## ***Biossegurança***

A Interacademy Partnership divulgou seu evento realizado sobre [diplomacia na ciência, abordando tratados internacionais relacionados a perigos biológicos](#), desde pandemias até armas. O evento reuniu 18 pesquisadores juniores de países de baixa e média renda em Trieste. O objetivo foi instruí-los não apenas sobre o campo em si, mas também sobre a responsabilidade na pesquisa. Além disso, o evento ofereceu orientações sobre como fornecer aconselhamento político, contribuir para acordos internacionais e integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU em suas atividades. Após dois dias de curso sobre diplomacia científica, os participantes se deslocaram para a sede do Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (ICGEB) em Trieste, onde receberam três dias de treinamento prático em biotecnologia no laboratório.<sup>51</sup>

## ***Papel do capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde***

O People’s Health Movement (PHM) publicou uma série de textos com o objetivo de apresentar ideias-chave acerca do [papel do capitalismo e do imperialismo na reprodução da crise sanitária global](#). Os textos buscam disparar discussões a serem aprofundadas no âmbito da 5ª Assembleia Mundial pela Saúde dos Povos, que será realizada entre os dias 7 e 11 de abril de 2022, em Mar del Plata, Argentina. Dentre os pontos destacados na discussão, estão os elementos-chave da ordem mundial contemporânea, as barreiras decorrentes do capitalismo e imperialismo para se alcançar a saúde para todos e os futuros possíveis em um cenário de desastres e esperança.<sup>52</sup>

### ***Lutas e resistências pela saúde dos povos***

O People's Health Movement (PHM) co-produziu uma série de podcasts com foco na divulgação das lutas e experiências em torno da busca pela garantia da saúde dos povos, como desdobramento do livro publicado pelo movimento, intitulado [“Global Health Watch 6: Na sombra da pandemia”](#). Além do podcast, o PHM também lançou uma série de [“Quadrinhos – PHM Comics”](#) com parte de um esforço editorial do movimento para a divulgação das discussões em torno do GHW6/PHM e da 5ª Assembleia Mundial pela Saúde dos Povos (2024).<sup>53, 54</sup>

### ***Gênero e migrações forçadas***

O Global Health Centre promove o workshop [“Mulheres em movimento: gênero, migração forçada e construção da paz”](#), com o objetivo de reunir lideranças, investigadoras e ativistas feministas para debater a construção da paz e os desafios das questões de gênero nas crescentes migrações forçadas no mundo. Além disso, o espaço busca compreender caminhos prodigiosos em investigações sobre migração, paz e gênero, bem como busca promover a coesão social e a educação para o cuidado, ação política, advocacy e construção da paz. A iniciativa tem como coordenadora Gina Wirz-Suárez (Global Centre) e ocorre a partir de uma abordagem interseccional entre raça, gênero e classe no debate acerca do tema, com um olhar especial para as disparidades e maior vulnerabilidade de países do Sul Global.<sup>55</sup>

### ***Relatório Econômico da presidência dos EUA***

O Global Health Centre tem desenvolvido pesquisas com impacto global, tanto na esfera científica, quanto na política. Um dos mais recentes exemplos disso foi a [menção às pesquisas desenvolvidas pelo GHC no Relatório Econômico da Presidência dos EUA \(2024\)](#). A citação em menção ao projeto [“Financing Cleantech”](#), coordenado pela Dra. Joelle Noaily (Global Centre), que tem como objetivo investigar as incertezas em torno dos impactos da política no clima e nos investimentos em energia limpa, especialmente em um contexto de retrocessos nas políticas ambientais, com destaque para a posição retrógrada dos EUA no âmbito do Acordo de Paris 2017, ainda no governo Trump.<sup>56</sup>

## **ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO**

### ***Pesquisa e Desenvolvimento***

Josephine Kimonyi, uma agricultora do Quênia, compartilhou sua jornada com a Fundação Gates, descrevendo os desafios que enfrentou ao deixar a capital e voltar para sua aldeia para iniciar uma fazenda. No início, foi difícil produzir leite de vaca suficiente para sua família, mas ao adquirir uma vaca criada por meio de [melhoramento genético](#) notou um aumento significativo na produção de leite, permitindo-lhe não apenas alimentar sua família, mas também iniciar um negócio lucrativo de laticínios. Essa raça de vaca, resultado da pesquisa de cientistas da Fundação, foi desenvolvida na Escócia para ser mais produtiva e adaptada às necessidades africanas. Com o apoio da Fundação Bill & Melinda Gates, o programa African Dairy Genetic Gains (ADGG) foi estabelecido, facilitando a venda dessas vacas de alta produção para pequenos agricultores por um valor aproximado de 384 dólares, possibilitando-lhes ser “não apenas fazendeiros, mas empreendedores do setor lácteo”.<sup>57</sup>

A Fundação Gates anunciou uma [política de acesso aberto científico](#), encerrando o pagamento de taxas individuais de publicação de seus colaboradores e exigindo o

compartilhamento de *preprints* dos artigos resultantes de pesquisas financiadas pela fundação. Essa medida busca combater o impacto negativo do acesso restrito à pesquisa científica, particularmente prejudicial para cientistas em países de baixa renda, dificultando a disseminação do conhecimento vital para enfrentar desafios de saúde global, como tuberculose e malária. A fundação convida outras organizações a se unirem a ela contra as práticas abusivas de jornais científicos, que cobram taxas exorbitantes para acesso aos artigos ou taxas de processamento para publicação fora do paywall, chegando até mesmo a US\$ 12.000 por artigo.

58

Um sistema inovador de saneamento, impulsionado pela Fundação Gates, está melhorando o dia a dia, a [higiene e a saúde de estudantes sul-africanos](#). Desenvolvido em parceria com especialistas chineses, esse sistema autossustentável não requer conexão com água ou esgoto convencional, operando por meio de energia solar. Desde sua implementação, na Tsholetsega Public School, as faltas caíram em 80%, transformando o ambiente escolar em um espaço mais confortável e digno para os alunos, livre dos problemas de odor e constrangimento associados aos sistemas anteriores.<sup>59</sup>

A Fundação Gates destacou, em um artigo, o impacto do programa YouthForce NOLA que, através de parcerias e mentoria, [auxilia estudantes dos EUA a superar obstáculos acadêmicos](#), oferecendo experiência prática, orientação profissional e oportunidades de educação e emprego. O relato apresenta duas ex-alunas do programa, uma aspirante a médica e outra a enfermeira, destacando suas jornadas em direção aos seus objetivos profissionais na área da saúde.<sup>60</sup>

### **Testes diagnósticos**

A FIND está em busca de insights sobre os aspectos técnicos e econômicos da produção de tiras de teste de [glicose](#) para o gerenciamento de diabetes, com o objetivo de melhorar sua disponibilidade e acessibilidade em países de baixa e média renda.<sup>61</sup>

A FIND publicou o perfil albo dos testes de diagnóstico rápido para vigilância de surtos de [cólera](#), enfatizando a importância de os desenvolvedores interessados em nível global, regional e nacional integrem intervenções e priorizarem as comunidades vulneráveis.<sup>62</sup>

A FIND destacou o lançamento da [Ferramenta de Custeio de Genômica](#) (GCT) pela OMS, na qual a FIND e outros parceiros contribuíram no desenvolvimento, validação e implementação. Originalmente projetada para custear o sequenciamento Covid, a GCT foi adaptada para trabalhar com outros patógenos.<sup>63</sup>

A FIND ressaltou o lançamento global de testes de diagnóstico rápido (RDT) para [cólera](#), marcando o início de um programa que distribuirá mais de 1,2 milhão de testes para 14 países com alto risco de surtos. Financiada e coordenada pela Gavi, a Vaccine Alliance, em colaboração com a UNICEF, a Força-Tarefa Global sobre Controle da Cólera (GTFCC) e a OMS, esta iniciativa visa melhorar a detecção e a resposta a surtos, fortalecendo a vigilância e identificando rapidamente casos prováveis de cólera. Os testes foram lançados em países severamente afetados, como Malawi, Etiópia, Somália, Síria e Zâmbia, melhorando a capacidade de monitorar tendências e construir evidências para futuros programas preventivos. Além da implantação desses testes, foi destacada a necessidade de investimentos em água potável, saneamento e higiene, ressaltando a importância de abordagens multifacetadas para controlar e prevenir a propagação da cólera.<sup>64</sup>



## **Participação da Sociedade Civil**

O Global Fund ressaltou sua participação no [workshop](#) "Advancing CSO Advocacy for Health Financing Consolidating Progress and Shaping the Future of JLA", organizado pelo consórcio "Joint Learning Agenda on Health Financing and Universal Health Coverage". Neste evento, enfatizou a importância de capacitar as comunidades da sociedade civil e seu papel vital na discussão sobre o financiamento da saúde, destacando o papel crucial dessas organizações na promoção do financiamento doméstico para a saúde e na supervisão para garantir que os compromissos do governo em relação ao HIV, TB e malária sejam traduzidos em investimentos.

65

O Global Fund enfatizou a importância dos [trabalhadores comunitários de saúde](#) como ponte essencial para fornecer cuidados críticos de saúde às populações em risco, destacando que eles não apenas oferecem testes, tratamento e cuidados em áreas remotas, mas também são os primeiros a detectar e responder a surtos de doenças.<sup>66</sup>

## **Vacinação**

O CORE Group Partners Project compartilhou seu [Relatório Anual](#) do exercício fiscal de 2023, destacando conquistas significativas. A organização facilitou a vacinação de 3,6 milhões de crianças contra a poliomielite, treinou 34.701 voluntários comunitários e profissionais de saúde e alcançou 11,8 milhões de pessoas com mensagens de mobilização social e vigilância. Os voluntários do CORE foram responsáveis por identificar 41% dos casos de paralisia flácida aguda nas suas áreas de atuação e forneceram vigilância comunitária para oito doenças zoonóticas prioritárias.<sup>67</sup>

A GAVI, the Vaccine Alliance anunciou um [incremento no apoio técnico e financeiro para alcançar metas de vacinação para todas as crianças na República Centro-Africana](#).<sup>68</sup> O apoio objetiva fortalecer os sistemas de dados, reforçar a força de trabalho da saúde e o envolvimento a nível comunitário e promover a inovação para melhorar a divulgação para melhor identificar e alcançar as crianças não assistidas pelos programas nacionais. A GAVI e a República Centro-Africana têm colaborado na imunização de rotina e na resposta a surtos no país desde 2002, trabalhando em estreita parceria com parceiros da aliança, incluindo a Organização Mundial de Saúde e a UNICEF.

A GAVI, the Vaccine Alliance iniciou [a construção de seu plano de ação para os próximos cinco anos \(2026-2030\)](#), com previsão de divulgação em junho deste ano.<sup>69</sup> De acordo com as reuniões realizadas em etapas anteriores da construção, os focos estarão concentrados em introduzir novas vacinas, reforçar os sistemas de saúde e a imunização de rotina, apoiar a inovação e chegar às crianças subimunizadas. O plano de ação também conta com a participação de representantes de governos nacionais, organizações da sociedade civil e outros parceiros da aliança.

## **Doenças infecciosas**

A FIND anunciou o lançamento de um novo projeto de saúde no [Quênia](#), com um investimento superior a seis milhões de libras, visando combater a leishmaniose visceral que afeta até 90 mil pessoas em todo o mundo, especialmente crianças e pessoas vulneráveis. Resultado de uma parceria entre a organização de pesquisa médica LifeArc e a FIND, o projeto tem como objetivo melhorar a detecção e o tratamento precoces da doença, concentrando-se em diagnóstico e tratamento para prevenir incapacidade e morte. O projeto, que terá duração

de 2024 a 2027, buscará desenvolver novos testes para a doença, aumentar a conscientização da comunidade e fortalecer a capacidade do sistema de saúde para garantir diagnóstico e tratamento rápidos. Além disso, o projeto visa abordar desafios como a falta de conscientização, com foco em áreas com condições de moradia insalubres e desnutrição.<sup>70</sup>

### ***Acordo pandêmico***

O Consortium of Universities for Global Health divulgou uma carta,<sup>71</sup> reforçando o apelo para que um maior número de países, por meio dos seus Ministérios da Saúde, [adote o acordo da OMS sobre Pandemias](#). De acordo com o consórcio, as consequências da COVID-19, que vão além do número de casos e mortes confirmados (com impactos nos sistemas de saúde, economia e educação que podem durar décadas), o novo acordo sobre pandemias da OMS representa um compromisso unificado para criar ações de longo prazo, buscando a prevenção destas crises. O acordo poderia vir a consistir em maior defesa da governança da saúde global e proteção da economia e dos direitos humanos para as gerações futuras.

### ***Saúde mental***

A WellcomeTrust anunciou o financiamento de uma equipe de pesquisa com o objetivo de enfrentar as [altas taxas de depressão entre os estudantes universitários](#). O projeto, chamado METROPOLIS, baseia-se em intervenções anteriores bem-sucedidas e se concentrará em desenvolver intervenções de baixo custo na Índia, utilizando abordagens de resolução de problemas e ativação comportamental. O programa incluirá o treinamento de conselheiros pares e a participação de jovens com experiência vivida em todas as etapas da pesquisa, visando criar soluções eficazes e acessíveis que possam ser aplicadas em diversos contextos de recursos limitados ao redor do mundo, sem depender de especialistas.<sup>72</sup>

### ***Guerras e conflitos***

O presidente da Fundação Rockefeller, Dr. Rajiv J. Shah, lamentou a tragédia envolvendo a morte de sete membros da equipe da World Central Kitchen, enquanto respondiam à [“grave crise humanitária em Gaza”](#). A Fundação manifestou solidariedade às famílias das vítimas, enquanto continua a abster-se de comentar sobre a responsabilização dos eventos ocorridos e sobre os 32,5 mil mortos e 75 mil feridos nos últimos 180 dias em Gaza.<sup>73</sup>

### ***Direitos sexuais***

O Global Fund expressou preocupação com a recente decisão do Tribunal Constitucional de [Uganda](#), que anulou várias seções da Lei Anti-Homossexualidade (AHA), alertando para possíveis violações dos direitos humanos e potenciais obstáculos ao acesso aos serviços de prevenção e tratamento do HIV. Apesar disso, o Fundo Global reiterou seu compromisso em apoiar as comunidades, especialmente as mais vulneráveis, em Uganda, garantindo o acesso aos serviços de saúde essenciais e continuando a luta contra a AIDS até 2030, visando sua erradicação como ameaça à saúde pública.<sup>74</sup>

## **EVENTOS**

### **Dia Mundial da Saúde**

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) divulgou as atividades da [Semana Mundial de Saúde Pública](#), composta por dezenas de webinários, organizados pela própria Federação e por alguns de seus membros associados. As atividades se estenderão por

cinco dias, de 08 a 12 de abril, sendo o tema geral da Semana: “Promover a paz como pré-requisito para uma saúde equitativa”.<sup>75</sup>

O [Sustainable Health Equity Movement](#) (SHEM) anunciou o webinar de balanço de seus três anos de atividade, a ser realizado em 11 de abril de 2024, durante a Semana Mundial de Saúde Pública, promovida pela WFPHA.<sup>76</sup>

### Considerações finais

Após a análise das manifestações das últimas duas semanas, reitera-se a percepção de que a sociedade civil é uma força indispensável em questões cruciais de saúde em escala global. A participação ativa em eventos relevantes não só evidencia um compromisso contínuo em amplificar vozes diversas, mas também reflete um esforço conjunto para influenciar políticas e estratégias internacionais. A diversidade de temas discutidos e as recomendações elaboradas durante esse período demonstram o comprometimento dos atores em buscar soluções para os desafios mais prementes da atualidade, desde questões de desenvolvimento sustentável até a busca pela cobertura universal de saúde.

No caso das OSCs de interesse privado, chamou a atenção, nesta quinzena, a quebra do silêncio no que tange aos conflitos violentos que afetam diversas regiões do mundo. Ainda que sem pedir o cessar-fogo ou fazer qualquer menção aos responsáveis pelo conflito, a Fundação Rockefeller lamentou a tragédia envolvendo a morte de sete membros da equipe da World Central Kitchen, enquanto respondiam à grave crise humanitária em Gaza.

Além disso, a colaboração entre as organizações da sociedade civil destaca a necessidade de uma abordagem multifacetada para resolver problemas complexos, combinando esforços de pesquisa, advocacy e assistência humanitária. Em última análise, os focos na promoção da saúde, nos direitos humanos e na paz global permanecem como essenciais para garantir um futuro mais justo e saudável para todos, sublinhando a importância do engajamento contínuo da sociedade civil.

### Referências

1. *Greenpeace international. Greenpeace International [Internet]. Bankrolling Ecosystem Destruction - Greenpeace International; 26 de marzo de 2024 [consultado el 5 de abril de 2024].* Disponible en: <https://www.greenpeace.org/international/publication/65965/eu-bankrolling-ecosystem-destruction/>.
2. *Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Major polluters exposed: Fossil fuel industry a top source of Africa’s air pollution reveals new Greenpeace report - Greenpeace International; 28 de marzo de 2024 [consultado el 5 de abril de 2024].* Disponible en: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/66084/major-polluters-exposed-fossil-fuel-industry-a-top-source-of-africas-air-pollution-reveals-new-greenpeace-report/>.
3. *Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Our top 6 ingredients for greener and fairer transport systems - Greenpeace International; 26 de marzo de 2024 [consultado el 5 de abril de 2024].* Disponible en: <https://www.greenpeace.org/international/story/65980/our-top-6-ingredients-for-greener-and-fairer-transport-systems/>.
4. *Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. The financial sector is undermining the EU’s efforts to tackle nature destruction - Greenpeace International; 26 de marzo de 2024 [consultado el 5 de abril 2024].* Disponible en: <https://www.greenpeace.org/international/story/66018/the-financial-sector-is-undermining-the-eus-efforts-to-tackle-nature-destruction/>.

5. Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. There cannot be climate justice without gender justice - Greenpeace International; 27 de marzo de 2024 [consultado el 5 de abril de 2024]. Disponible en: <https://www.greenpeace.org/international/story/66044/there-cannot-be-climate-justice-without-gender-justice/>.
6. Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. What global deep sea mining negotiations are missing - Greenpeace International; 29 de marzo de 2024 [consultado el 5 de abril de 2024]. Disponible en: <https://www.greenpeace.org/international/story/66154/uncle-sol-pacific-voices-say-stop-deep-sea-mining/>.
7. Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. New research reveals impacts of an oil spill off Amazon Coast - Greenpeace International; 3 de abril de 2024 [consultado el 5 de abril de 2024]. Disponible en: <https://www.greenpeace.org/international/story/66223/impacts-oil-spill-amazon-coast-brazil-petrobras-lula/>.
8. Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Over 24 million people in Southern Africa face hunger, malnutrition, and water scarcity due to extreme weather conditions, Oxfam warns. | Oxfam International; 3 abr 2024 [citado 6 abr 2024]. Disponible en: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/over-24-million-people-southern-africa-face-hunger-malnutrition-and-water-scarcity-0>
9. PHA. Planetary Health Alliance. It's #ManuscriptMonday! 1 abr. 2024. Twitter. Disponible en: [https://twitter.com/ph\\_alliance/status/1774768821699522773](https://twitter.com/ph_alliance/status/1774768821699522773). Acceso en: 4 abr. 2024.
10. ActionAid. [Internet]. Fish river are gone fishing communities devastated el nino induced drought Zimbabwe joins. 05 abr 2024 [citado 05 abr 2024]. Disponible en: <https://actionaid.org/news/2024/fish-river-are-gone-fishing-communities-devastated-el-nino-induced-drought-zimbabwe-joins> .
11. ActionAid. [Internet]. ActioAid reaction flooding Maputo. 27 mar 2024 [citado 05 abr 2024]. Disponible en: <https://actionaid.org/news/2024/actionaids-reaction-flooding-maputo> .
12. Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Breaking: Major victory for freedom of speech in TotalEnergies case against Greenpeace France - Greenpeace International; 28 de marzo de 2024 [consultado el 5 de abril de 2024]. Disponible en: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/66110/breaking-major-victory-for-freedom-of-speech-in-totalenergies-case-against-greenpeace-france/>.
13. Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Healing from trauma as a transgender woman at Greenpeace - Greenpeace International; 31 de marzo de 2024 [consultado el 5 de abril de 2024]. Disponible en: <https://www.greenpeace.org/international/story/66114/healing-from-trauma-as-a-transgender-woman-at-greenpeace/>.
14. Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. Whale sharks – The gentle giants of the Galapagos Marine Reserve - Greenpeace International; 3 de abril de 2024 [consultado el 5 de abril de 2024]. Disponible en: <https://www.greenpeace.org/international/story/66211/whale-sharks-gentle-giants-galapagos-marine-reserve/>.
15. Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. What is happening in the courts is going to change our lives! - Greenpeace International; 5 de abril de 2024 [consultado el 5 de abril de 2024]. Disponible en: <https://www.greenpeace.org/international/story/66275/climate-justice-international-court-hearings-klimasenorinnen-duarte-careme/>.
16. Greenpeace International. Greenpeace International [Internet]. 100 years of TotalEnergies: a dark legacy - Greenpeace International; 5 de abril de 2024 [consultado el 5 de abril de 2024]. Disponible en: <https://www.greenpeace.org/international/story/66252/100-years-totalenergies/>.
17. Greenpeace Internacional. Greenpeace International [Internet]. People vs Plastic - Global Support for a Strong Plastics Treaty - Greenpeace International; 4 de abril de 2024 [consultado el 5 de abril de 2024]. Disponible en: <https://www.greenpeace.org/international/publication/66181/global-plastics-treaty-survey-results/>.
18. Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Oxfam reaction to the UN Security Council's call for an immediate ceasefire in Gaza | Oxfam International; 25 mar 2024 [citado 6 abr 2024]. Disponible en: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/oxfam-reaction-to-the-un-security-councils-call-for-an-immediate-ceasefire-in-gaza>

em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/oxfam-reaction-un-security-councils-call-immediate-ceasefire-gaza>

19. Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Oxfam reaction: Israeli government announces Erez Crossing and Ashdod Port will now allow humanitarian aid into Gaza | Oxfam International; 5 abr 2024 [citado 6 abr 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/oxfam-reaction-israeli-government-announces-erez-crossing-and-ashdod-port-will-now>
20. Oxfam International. Oxfam International [Internet]. People in northern Gaza forced to survive on 245 calories a day, less than a can of beans – Oxfam | Oxfam International; 3 abr 2024 [citado 6 abr 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/people-northern-gaza-forced-survive-245-calories-day-less-can-beans-oxfam>
21. CARE [Internet]. CARE Six months on, elderly and children trapped sick and hungry in death zone; 04 abr 2024 [citado em 05 abri 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/six-months-on-elderly-and-children-trapped-sick-and-hungry-in-death-zone/>.
22. Human Rights Watch. No Exit in Gaza. (2024, 2 de abril). <https://www.hrw.org/news/2024/04/01/no-exit-gaza>
23. The Palestinian Union of Social Workers and Psychologists Statement on the Suspension of a Social Worker who Advocated Against the Gaza Invasion – International Federation of Social Workers. Disponível em: <https://www.ifsw.org/the-palestinian-union-of-social-workers-and-psychologists-statement-on-the-suspension-of-a-social-worker-who-advocated-against-the-gaza-invasion/>. Acesso em: 5 abr. 2024.
24. Stopaids [Internet]. Civil Society letter to Lord Cameron urging UK Govt to protect health rights of all in Gaza; 28 Mar 2024 [citado em 5 Abril 2024]. Disponível em: <https://stopaids.org.uk/2024/03/28/6241/>
25. ActionAid. [Internet]. 11 ONG call EU act immediately prevent famine Gaze. 28 mar 2024 [citado 05 abr 2024]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2024/11-ingos-call-eu-act-immediately-prevent-famine-gaza>
26. Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Joint Statement on Gender Inclusion in The Ukraine Crisis Response and the Role of Women's Rights Organizations | Oxfam International; 5 abr 2024 [citado 6 abr 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/joint-statement-gender-inclusion-ukraine-crisis-response-and-role-womens-rights>
27. Oxfam International. Oxfam International [Internet]. As Yemen enters tenth year of war, militarization and economic crisis compound suffering – Oxfam | Oxfam International; 26 mar 2024 [citado 6 abr 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/yemen-enters-tenth-year-war-militarization-and-economic-crisis-compound-suffering>
28. CARE [Internet]. CARE Nine years of conflict: Yemen's women and girls; 26 mar 2024 [citado em 05 abri 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/nine-years-of-conflict-yemens-women-and-girls-bear-the-brunt-of-uncertainty/>.
29. CARE [Internet]. CARE Passamos o dia inteiro com fome: como funcionam as cozinhas comunitárias no Afeganistão; 04 abr 2024 [citado em 05 abri 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/our-whole-day-is-spent-in-hunger-how-community-kitchens-in-afghanistan-work-to-feed-families-in-need/>.
30. CARE [Internet]. CARE Famine Looms in Sudan as Conflict Decimates Fragile Food Systems; 03 abr 2024 [citado em 05 abri 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/famine-looms-in-sudan-as-conflict-decimates-fragile-food-systems/>.
31. CARE [Internet]. CARE Amid unprecedented violence, Haitians face starvation, displacement, and trauma; 28 mar 2024 [citado em 05 abri 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/amid-unprecedented-violence-haitians-face-starvation-displacement-and-trauma/>.
32. World Medical Association [Internet]. WMA PRESIDENT EXPRESSES SOLIDARITY FOLLOWING TERROR ATTACK IN MOSCOW; 24 Mar 2024 [citado em 5 Abril 2024]. Disponível em:

- <https://www.wma.net/news-post/wma-president-expresses-solidarity-following-terror-attack-in-moscow/>
33. Public Citizen [Internet]. CDC Report Underscores Need for Medicare For All; 21 Mar 2024 [citado em 5 Abril 2024]. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/cdc-report-underscores-need-for-medicare-for-all/>
  34. NCD Alliance. [X]. Disponível em <https://twitter.com/ncdalliance/status/1775482528675057797>. Acesso em: 5 abr. 2024.
  35. World Health Worker Week: calling for gender and economic justice for women Community Health Workers - Women in Global Health. Disponível em: <https://womeningh.org/whw2024/>. Acesso em: 5 abr. 2024.
  36. WHF partners with Clean Air Fund to combat air pollution's impact on heart health - World Heart Federation. Disponível em: <https://world-heart-federation.org/news/whf-partners-with-clean-air-fund-to-combat-air-pollutions-impact-on-heart-health/>. Acesso em: 5 abr. 2024.
  37. IFSW CPD: Connecting Social Work Practitioner with The UN Human Rights Mechanisms and the OHCHR – International Federation of Social Workers. Disponível em: <https://www.ifsw.org/ifsw-cpd-connecting-social-work-practitioner-with-the-un-human-rights-mechanisms-and-the-ohchr/>. Acesso em: 5 abr. 2024.
  38. NCD Alliance. [X]. Disponível em <https://twitter.com/ncdalliance/status/1772962421944058211>. Acesso em: 5 abr. 2024
  39. European Public Health Alliance [internet]. Health civil society engagement in a shrinking civic space; 27 mar 2024 [citado em 05 abr 2024]. Disponível em: <https://epha.org/health-civil-society-engagement-in-a-shrinking-civic-space/>,
  40. SHEM. Sustainable Health Equity Movement. Discover WHO's Global Health & Peace Initiative in the March issue of SHEM. 1 abr. 2024. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/shequitymov/status/1774791438842175733>. Acesso em: 4 abr. 2024.
  41. DNDI - Drugs for Neglected Diseases Initiative. What are the benefits and risks of using #AI for pharmaceutical development and delivery? 25 mar. 2024. Disponível em: <https://twitter.com/DNDi/status/1772308876320207255>. Acesso em: 4 abr. 2024.
  42. MSF Brasil – MSF é uma organização humanitária internacional que leva cuidados de saúde às pessoas que mais precisam de forma neutra, independente e imparcial. [Internet]. É agora, 5 dólares! – MSF Brasil; [citado 5 abr 2024]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/e-agora-5-dolares/>.
  43. DNDI - Drugs for Neglected Diseases Initiative. Last month saw a significant milestone for #hepatitisC patients in Thailand! 3 abr. 2024a. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/DNDi/status/1775460931700502869>. Acesso em: 4 abr. 2024.
  44. NCD Alliance. [X]. Disponível em <https://twitter.com/ncdalliance/status/1773364520221638905>. Acesso em: 5 abr. 2024
  45. Rotary international [Twitter]. World Immunization Week 2024 [tweet]; 3 abr 2024 (citado em 5 abr 2024). Disponível em: <https://twitter.com/Rotary/status/1775599218494763449>.
  46. Rotary international [Twitter]. It's time to celebrate! On this day 10 years ago; 27 mar 2024 (citado em 5 abr 2024). Disponível em: <https://twitter.com/Rotary/status/1775599218494763449>.
  47. IFA - International Federation of Ageing. The IFA's pamphlet. 2 abr. 2024. Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1775252015670559219>. Acesso em: 4 abr. 2024.
  48. Fundación huésped [X]. Hoy es el Día Internacional de la Visibilidad Trans y queremos compartirtte historias de nuestro país que no te podés perder[...]; 31 Mar 2024 [citado em 5 Abr 2024]. Disponível em: <https://x.com/FundHuesped/status/1774421921725128813>
  49. Stopaids [Internet]. International Transgender Day of Visibility: Blog by Dumí Gatsha; 29 Mar 2024 [citado em 5 Abril 2024]. Disponível em: <https://stopaids.org.uk/2024/03/29/6251/>
  50. ICN influences the future of mental health training for nurses and other health professionals at WHO global guidelines event in Shanghai, China. (2024, 24 de março). ICN - International Council of Nurses.

- <https://www.icn.ch/news/icn-influences-future-mental-health-training-nurses-and-other-health-professionals-who-global>
51. Interacademy Partnership [Internet]. biosecurity: where science and diplomacy combine; 28 Mar 2024 [citado em 5 Abril 2024]. Disponível em: <https://www.interacademies.org/news/biosecurity-where-science-and-diplomacy-combine>
  52. People's Health Movement (PHM) [Internet]. Discussion paper for PHA5. 05 abr 2024 [citado 05 abr 2024]. Disponível em: <https://phmovement.org/discussion-paper-for-pha5> .
  53. People's Health Movement (PHM) [Internet]. GHW PHM podcast. 05 abr 2024 [citado 05 abr 2024]. Disponível em: <https://phmovement.org/ghw-podcast> .
  54. People's Health Movement (PHM) [Internet]. PHA5 Comics. 05 abr 2024 [citado 05 abr 2024]. Disponível em: <https://phmovement.org/pha5-comics> .
  55. Global Health Centre. [Internet]. Women move gender forced migration and peadebuilding. 04 abr 2024 [citado 05 abr 2024]. Disponível em: <https://www.graduateinstitute.ch/communications/news/women-move-gender-forced-migration-and-peacebuilding> .
  56. Global Health Centre. [Internet]. Research policy influence our work 2024 economic report presidente USA. 03 abr 2024 [citado 05 abr 2024]. Disponível em: <https://www.graduateinstitute.ch/communications/news/research-policy-influence-our-work-2024-economic-report-president> .
  57. Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. How do better cows lead to better grades?; abr 2024 [citado 4 abr 2024]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/partners-uk-cows>
  58. Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. Who loses when scientific research is locked behind paywalls?; abr 2024 [citado 4 abr 2024]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/research-paywall-open-access>
  59. Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. How do better toilets in South Africa lead to better students?; abr 2024 [citado 4 abr 2024]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/partners-south-africa-toilets>
  60. Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. How does creating more pathways for students lead to more potential?; abr 2024 [citado 4 abr 2024]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/partners-nola-education>
  61. FIND. Twitter [Internet]. We're seeking insights into the technical and economic aspects of production of glucose test strips for #diabetes management, with a [Tweet]; 28 mar 2024 [citado 6 abr 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1773334285698683060>
  62. FIND. Twitter [Internet]. Check out our Target product profile for a rapid diagnostic test for surveillance of #cholera outbreaks! It's crucial for global [Tweet]; 4 abr 2024 [citado 6 abr 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1775795489301991859>
  63. FIND. Twitter [Internet]. The Genomics Costing Tool (GCT) is available <https://who.int/publications/i/item/9789240090866> We're proud to have co-developed, validated & implemented this tool with [Tweet]; 4 abr 2024 [citado 6 abr 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1775825704791269581>
  64. FIND. FIND [Internet]. Global deployment of rapid diagnostic tests to boost fight against cholera - FIND; 5 abr 2024 [citado 6 abr 2024]. Disponível em: <https://www.finddx.org/publications-and-statements/press-release/global-deployment-of-rapid-diagnostic-tests-to-boost-fight-against-cholera>
  65. The Global Fund. Twitter [Internet]. "Civil society have an important role to play in elevating the health financing discourse." @GlobalFund's Kalipso Chalkidou joins the [Tweet]; 27 mar 2024 [citado 5 abr 2024]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1772981166947098906>

66. The Global Fund. Twitter [Internet]. Community health workers are a bridge to delivering critical healthcare to those at risk of being left behind. They deliver [Tweet]; 5 abr 2024 [citado 6 abr 2024]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1776202779221991654>
67. CORE Group. (2024a, 29 de março). CORE Group on LinkedIn: CGPP is excited to share its annual report from FY23. Access: <https://www.linkedin.com/company/core-group-dc/>. [https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc\\_cgpp-is-excited-to-share-its-annual-report-activity-7179513545221386241-hml-?utm\\_source=share&utm\\_medium=member\\_desktop](https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_cgpp-is-excited-to-share-its-annual-report-activity-7179513545221386241-hml-?utm_source=share&utm_medium=member_desktop)
68. GAVI, the Vaccine Alliance. Gavi increases support to reach all children with immunization in the Central African Republic. Recuperado de: <https://www.gavi.org/news/media-room/gavi-increases-support-reach-all-children-immunisation-central-african-republic> Em 06 abr. 2024.
69. GAVI, the Vaccine Alliance. Eight recommendations to shape the future of immunization Recuperado de: <https://www.gavi.org/vaccineswork/eight-recommendations-shape-future-immunisation> Em 06 abr. 2024.
70. FIND. FIND [Internet]. New £6.2M partnership will help to eliminate a deadly disease affecting children and vulnerable people in Kenya - FIND; 5 abr 2024 [citado 6 abr 2024]. Disponível em: <https://www.finddx.org/publications-and-statements/press-release/new-6-2m-partnership-will-help-to-eliminate-a-deadly-disease-affecting-children-and-vulnerable-people-in-kenya>
71. Consortium of Universities for Global Health. Global Urgency: Advocate for the WHO Pandemic Accord Now!. [citado em 4 abr 2024]. Disponível em: <https://www.cugh.org/blog/global-urgency-advocate-for-the-who-pandemic-accord-now/>
72. Wellcome Trust. WellcomeTrust [Internet]. Early mental health interventions for youth depression | News | Wellcome; abr 2024 [citado 4 abr 2024]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/university-students-depression-mental-health-interventions>
73. Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Statement by Dr. Rajiv J. Shah, President of The Rockefeller Foundation, on World Central Kitchen Tragedy; fev 2024 [citado 4 abr 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/statement-by-dr-rajiv-j-shah-president-of-the-rockefeller-foundation-on-world-central-kitchen-tragedy/>.
74. Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. Global Fund Concerned by Uganda's Constitutional Court Ruling on the Anti-Homosexuality Act; 5 abr 2024 [citado 6 abr 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/updates/2024/2024-04-05-global-fund-concerned-uganda-constitutional-court-ruling-anti-homosexuality-act/>.
75. WFPHA - World Federation of Public Health Associations. Global Public Health Week 2024 | WFPHA. 22 nov. 2023. Disponível em: <https://www.wfpha.org/global-public-health-week-2024/>. Acesso em: 4 abr. 2024.
76. SHEM. Sustainable Health Equity Moviment. Webinar: Sustainable Health Equity Movement: three years in motion. 4 abr. 2024b. Disponível em: <https://twitter.com/shequitymov/status/1775963053932028206>. Acesso em: 4 abr. 2024.



## **Dia Mundial da Saúde: A financeirização do mundo é contrária à saúde dos povos**

### ***World Health Day: The financialization of the world is contrary to the health of people***

**Rafaela Venturella De Negri**

**Armando De Negri Filho**

**Abstract.** *Divided into 2 parts, this inform will mainly deal with the paths taken since the Alma-Ata Declaration in 1978 and its defence for public, collective and organised health by the people. In contrast, we also analyse the document from the Society for International Development, "Banking on Health: the emerging pandemic of health financialization" published in 2023, which decomposes the health financialization movement that has been taking over the logic of public policies; thus outlining a parallel between aspiration and reality.*

**Keywords:** *Public Health. Financialization of Human Rights. Alma-Ata Declaration.*

**Resumo.** Dividido em 2 partes, este informe tratará principalmente dos caminhos percorridos desde a Declaração Alma-Ata em 1978 e sua defesa pela saúde pública, coletiva e organizada pelos povos. Em contraste, também analisamos o documento da Society for International Development, "Banking on Health: the surging pandemic of health financialization", publicado em 2023, que recompõe o movimento de financeirização da saúde que vem tomando conta das lógicas de políticas públicas, desenhando assim um paralelo entre aspiração e realidade.

**Palavras-chave:** Saúde Pública. Financeirização da Saúde. Declaração de Alma-Ata.

Este informe está organizado em dois blocos: o primeiro, dedicado ao dia 7 de Abril, o Dia Mundial da Saúde, no qual exploramos, através de documentos base, o desenvolvimento da saúde como campo político e econômico, da Declaração Alma-Ata de 1978 à manifestos escritos recentemente por trabalhadores da saúde em apoio ao povo palestino. Analisamos a constante financeirização da saúde, as turbulências do Acordo Pandêmico e como o empobrecimento gerado pela magnificação do lucro tornou-se o maior inimigo da saúde global, mas examinando também as oportunidades de saída apresentadas pela sociedade civil organizada.

O segundo bloco explora os debates da 5ª. Assembleia pela Saúde dos Povos, organizada por entidades da saúde do Sul Global, em Mar Del Plata nesta quinzena.

#### **O 7 de Abril segundo Alma-Ata (1978)**

O dia 7 de abril marca o Dia Mundial da Saúde. Entidades civis e organizações internacionais ao redor do mundo celebraram a data publicando ou republicando documentos contendo pedidos por uma saúde pública global fortalecida e suficientemente grande - em termos de capacidade, alcance, variedade, respeito aos trabalhadores e com um financiamento que não dependa do seu lucro como produto, mas sim da sua universalidade intimamente ligada ao máximo gozo dos direitos humanos.

Um dos documentos muito circulado foi a Declaração Alma-Ata de 1978. Com 10 entradas e dividida entre saúde como alcance e garantia de direitos e logo uma entrada sobre saúde primária/essencial, o documento do século XX toca em conceitos ainda presentes como tópicos constantes das reuniões da Assembleia Mundial da Saúde, da Organização Mundial da Saúde, no corpo de negociações do Acordo Pandêmico e, até mesmo, no âmbito do Fórum de Davos: a construção da saúde como o bem estar físico, mental e social; as desigualdades entre países como fatores de preocupação global e como “inaceitável”; desenvolvimento socioeconômico como primordial para o alcance do mais alto nível de acesso à saúde, mas também, a saúde da população como necessária para a sustentação do desenvolvimento socioeconômico; o direito e o dever de participação, individual ou coletiva, na construção da saúde; a construção e manutenção da saúde pública como uma responsabilidade do Estado/Governo através da consolidação de políticas nacionais e bom manejo dos recursos no espírito de parcerias e cooperações internacionais.

“Atenção primária à saúde:

1. reflete e evolui a partir das condições econômicas e socioculturais e políticas características do país e das suas comunidades e baseia-se na aplicação dos resultados relevantes da pesquisa social, biomédica e de serviços de saúde e experiência em saúde pública;

2. aborda os principais problemas de saúde na comunidade, proporcionando ações promocionais, serviços preventivos, curativos e de reabilitação em conformidade;

3. inclui pelo menos: educação sobre os problemas de saúde prevalentes e a métodos para preveni-los e controlá-los; promoção do acesso à alimentação e à nutrição adequadas; um abastecimento adequado de água potável e saneamento básico; saúde da mulher e da criança, incluindo planejamento familiar; imunizações contra as principais doenças infecciosas; prevenção e controle de doenças endêmicas localmente; tratamento adequado de doenças e lesões comuns; e fornecimento de itens essenciais e drogas;

4. envolve, além do setor da saúde, todos os setores e aspectos relacionados da economia nacional e desenvolvimento comunitário, em particular agricultura, pecuária, alimentação, indústria, educação, habitação, obras públicas, comunicações e outros setores; e exige os esforços coordenados de todos esses setores;

5. exige e promove a máxima autossuficiência comunitária e individual e participação no planejamento, organização, operação e controle de cuidados de saúde, utilizando ao máximo os recursos locais, nacionais e outros recursos disponíveis; e, para este fim, desenvolve, através de uma educação apropriada, a capacidade de participação das comunidades;

6. deve ser sustentado por encaminhamento integrado, funcional e de apoio mútuo no âmbito do sistema de saúde, levando à melhoria progressiva da atenção integral à saúde para todos e dando prioridade aos mais necessitados;

7. depende, a nível local e de referência, de profissionais de saúde, incluindo médicos, enfermeiros, parteiras, auxiliares e trabalhadores comunitários, conforme aplicável, bem como profissionais conforme necessário, devidamente treinados social e tecnicamente para trabalhar como equipe de saúde e responder às necessidades de saúde expressas pela comunidade.”

Outro documento circulado nesta data por sua rede de origem, a *Society for International Development*, foi **“Banking on Health: the surging pandemic of health financialization”**. Inicialmente publicado em 2023, marcando os 3 anos da pandemia de COVID-19, nrecirculou na semana anterior ao dia 7. Tornamos a abordá-lo por sua conexão com a Alma-Ata e com a data celebrada. E também - e infelizmente - pela constância da pauta da super financeirização da saúde, grande inimiga da saúde pública, já que, uma vez transformada em produto e vista pela lente da lucratividade máxima, a saúde passa de um direito a um privilégio acessível mediante pagamento, esvaziando a proposta da saúde como um direito universal.

O documento define financeirização como uma ideia, uma narrativa de “público e improdutivo deve ser feito privado e lucrativo” que leva a uma constante ação de transferências de capitais e referenciais: responsabilidades e direitos intrinsecamente públicos - como a declaração de 1978 acabou de nos lembrar - tornam-se posses do capital privado.

O modelo do nosso desenvolvimento econômico e a estrutura das nossas vidas dentro dele são profundamente determinados e afetados pelos fluxos financeiros e pela sua volatilidade. Esta realidade, comumente descrita como financeirização, refere-se ao “papel crescente dos motivos financeiros, mercados financeiros, atores financeiros e instituições financeiras nas operações de economias nacionais e internacionais”, de acordo com a definição mais citada. Através da privatização, da desregulamentação e dos fluxos de crédito, a financeirização promove a conversão da riqueza pública em capitais privados. Esta via permite aos intervenientes financeiros como gestores de ativos, bancos comerciais e companhias de seguros, obterem maior influência na governança econômica global, inclusive através de uma série de representantes altamente influentes e estratégias generalizadas no sistema multilateral, com implicações significativas para a agenda de desenvolvimento.

O documento explora o *Financing Health*, relatório de 1993 - também já explorado por nós em outros informes. *Financing Health* traz a tríade de políticas de saúde, saúde pública e economia para o desenvolvimento. Obviamente, 3 assuntos e 3 campos altamente integrados que precisam de uma visão holística; porém, esse não era o propósito do documento, pois junto dos 3 citados, foi incluído um outro termo, “custo-benefício”. Ou seja, a proposição de que os 3 campos acima estão e devem estar - quando falamos de políticas para solidificação da saúde pública - interligados é verdadeira. O que se perdeu no caminho foi, exatamente, o caminho para se alcançar isso.

Até aqui, nossa introdução não necessariamente apresentou aspectos novos, mas foi necessária para analisarmos os próximos documentos. As memórias de 1978 parecem especialmente distantes, enquanto 1993 - e sua constante relembração muito bem estruturada dentro do sistema econômico neoliberal - aparecem como soluções mágicas e seguras, situação representativa da situação atual do nosso sistema de saúde global: fragilizado, distante de suas expectativas fundantes e afundado em respostas oferecidas pelo capital privado, que exacerba as diferenças de acesso entre ricos e empobrecidos, entre Norte e Sul Global, ao combinar uma rede de privatizações com a distribuição desigual do capital que vem da transformação de direitos em privilégios.

Num passado mais recente, e com relação direta às duas datas acima, este ano marcamos o quarto aniversário da pandemia de COVID-19, já considerada acabada e superada – embora mesmo com a queda no número total de casos ainda representa um número alto de mortes e alta prevalência de Covid longa e de outras complicações agudas e crônicas.

Do que ocorreu na pandemia (milhões de mortes, ausência de cooperação internacional, sequestro de vacinas e debates políticos intermináveis ao redor de propriedade intelectual e compartilhamento de informações), pouco se aprendeu - e nunca se sentiu uma realidade tão distante da aspirada na Declaração de 78.

A organização civil *Right to Health Resources - Conversations on Health Policy* publicou no dia 23 de março um texto de memórias pelo não esquecimento. O *The Struggle of Memory against Forgetting: Some Critical Reflections on the 4th Anniversary of the Covid 19 Pandemic* de T. Sundararaman e Yogesh Jain é dividido em 2 partes. A Parte I é dedicada ao “caminho viral” da COVID-19, de 2020 até aqui, com análises sobre o comportamento viral e sua evolução. A Parte II - O que sabemos e o que não sabemos sobre estratégias de respostas a pandemias - traz 6 seções (Máscara e outros métodos farmacêuticos; Lockdowns; Vigilância; Testar, rastrear e tratar; Vacinas e vacinação e, por último, Covid Longa) num grande compilado de informações. A publicação é muito interessante e vale a leitura, porém, a parte de nosso especial interesse está no último parágrafo. As dificuldades enfrentadas e apontadas pelos autores são um retrato fiel da visão da saúde como produto: o “nacionalismo” vacinal, a política de desinformação e a receita e venda de medicamentos não comprovados, sistemas de saúde fragilizados a ponto de não saberem como trabalhar em coletividade, a falsa democracia dos *lockdowns*, e a inequidade de oportunidades de comprar ou acessar tratamentos e equipamentos de proteção individual, desembocam numa sensação e realidade permanente de desproteção social. Tudo isso parte de uma realidade estrutural que não considera a saúde como um bem socioeconômico inerente e sim como uma questão de acesso praticável a partir de possibilidades individuais.

“A pandemia de COVID-19 tecnicamente acabou, mas continua como uma das preocupações de saúde pública mais importantes da atualidade. Há incerteza sobre o seu curso epidemiológico, mas a comunidade científica construiu ferramentas e mecanismos suficientes para acompanhar estas mudanças. Houve também um grande progresso no desenvolvimento de testes e vacinas. Os principais desafios para garantir o acesso universal às tecnologias e insumos médicos estão longe de estar resolvidos e, como mostra o atual impasse no Acordo sobre a Pandemia, podem não ser resolvidos tão cedo, mas pelo menos o mundo está ciente e envolvido com as questões.

No entanto, quando se trata da interface ciência-sociedade e dos sistemas de saúde, em quase todas as áreas há ambiguidade e silêncio sobre as lições da pandemia e para onde iremos a partir daqui. Os determinantes disso podem ser muitos. Um aspecto importante diz respeito aos múltiplos desafios em tornar a equidade mais central para a resposta da sociedade. Igualmente importante, todo o período foi uma experiência muito traumática para todos nós, individual e coletivamente. Foi caracterizada por uma sensação de desamparo face a eventos externos esmagadores que detestamos recordar – há de fato uma negação do que fizemos (ou não pudemos fazer) e de como sobrevivemos naqueles dias.

É, portanto, importante recordar a profunda afirmação de Milan Kundera: ‘A luta do homem contra o poder é a luta da memória contra o esquecimento’. Para esse fim, precisamos revisitar essas questões e nos aprofundar nelas.”

O impasse citado no documento sobre a negociação andante do Acordo Pandêmico foi noticiado com preocupação pelas já receosas organizações civis da área da saúde. Como visto no informe passado, o Acordo e o corpo de negociações e suas propostas vêm enfrentando sérias críticas: como a falta de mecanismos de comprometimento, a falta de um caminho factível de financiamento público, o receio de abrir um diálogo direto sobre a questão de propriedade

intelectual e a falta de recortes de gênero e suas intersecções. No primeiro dia de Abril, a *People's Health Dispatch* noticiou a provável não adoção do acordo oficial na Assembleia Mundial da Saúde em maio - o prazo oficial dado ano passado - devido a impasses na negociação e que - pelo menos por agora - o texto base seria uma série de pressupostos iniciais a serem ainda discutidos, o que afetou os ânimos já baixos ao redor do mecanismo de prevenção, preparação e resposta a futuras pandemias. Os órgãos da SCO temem ainda que esse impasse e prolongamento do prazo dê chance para que pressões externas - principalmente vindas do Norte Global - se manifestem e omitam questões-chaves do Acordo, como, por exemplo, a propriedade intelectual e as entradas sobre compartilhamento de informações e a proteção aos sistemas de saúde públicos e aos seus trabalhadores.

“No entanto, alcançar consenso neste contexto pode significar que os mesmos países do Norte Global que normalmente dominam as discussões irão mais uma vez coagir outros a obedecer. A sua recusa em considerar questões levantadas por outros Estados-Membros realça o fato de que as lições da pandemia não tiveram repercussão entre eles. Isto se aplica às discussões relacionadas com a propriedade intelectual (PI), bem como às que dizem respeito ao fortalecimento dos sistemas de saúde e da força de trabalho na saúde.

Num comunicado divulgado após a conclusão da última ronda de negociações da INB, a confederação sindical Global Public Services International (PSI) e o Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN) alertaram que o texto discutido pelos membros da OMS não protege adequadamente os trabalhadores da saúde durante as pandemias. Durante a pandemia de COVID-19, os profissionais de saúde e de cuidados ficaram sem acesso a equipamentos de proteção individual (EPI) e, em alguns casos, até sem acesso a vacinas, enquanto trabalhavam na linha da frente da resposta à pandemia. A PSI e o ICN declararam: “Os profissionais de saúde e de cuidados em todos os países estão a dizer ‘Nunca mais!’ enfrentaremos a próxima pandemia nessas condições”.

Para garantir uma resposta pandêmica mais justa e eficaz, qualquer documento aprovado pelos membros da OMS deve promover a equidade dentro e entre os países, suspender as prerrogativas de PI e proporcionar proteção aos profissionais de saúde e às suas famílias, afirmaram o PSI e o ICN. Além disso, as duas organizações sublinharam que a proteção dos profissionais de saúde deve se estender às garantias de pessoal seguro e práticas justas de recrutamento internacional para evitar uma maior exacerbação das desigualdades na força de trabalho da saúde no Sul Global.

É pouco provável que as exigências apresentadas pelos profissionais de saúde e de cuidados sejam totalmente incorporadas no documento final, dada a predominância dos países de rendimento elevado no processo de negociação. Isto sublinha a necessidade de que as negociações do Tratado adotem uma abordagem diferente. “Não pode continuar como sempre, onde os mesmos países que sempre demonstraram poder continuam a ditar os termos do Acordo”, enfatizaram a PSI e a ICN.”

Na mesma direção que as críticas tecidas pelas organizações citadas, foi publicado na primeira semana do mês de abril um manual de ação contra financeirização. O relatório escrito por Robert Bain é parte do repertório de publicações do Bretton Woods Project na sua área temática que analisa a financeirização dos direitos humanos. O *“Financialisation, human rights and the Bretton Woods Institutions: An introduction for civil society organisations”* tem 36 páginas - sendo conciso, porém extremamente informativo. É dividido em 7 blocos, tendo como objetivo informar as OSC sobre os mecanismos de financeirização e controle monetário de

instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional - velhos aliados no neoliberalismo - e assim faz abrangendo assuntos como financeirização e privatização, neocolonialismo presente no processo de globalização e explorando aspectos pontuais como a financeirização do sistema de saúde e da água e como isso alimenta uma divisão industrial de commodities.

O sexto capítulo, “ALTERNATIVES TO FINANCIALISATION: GIVE GLOBAL SOUTH STATES WHAT THEY NEED TO GOVERN EFFECTIVELY” conclui assim:

“A reorientação gradual dos estados do Sul Global – desde o seu papel prescrito pelo direito internacional como portadores de deveres com responsabilidade de respeitar, promover e realizar os direitos humanos, e em vez disso, servir as necessidades das finanças internacionais – viu a capacidade dos Estados de gerirem as suas economias no interesse das suas próprias populações contraírem-se e atrofiarem-se.

Dando aos estados do Sul Global espaço para implementar as suas próprias políticas e restaurar as suas capacidades administrativas e fiscais poderia melhorar significativamente o seu desenvolvimento e os resultados em matéria de direitos humanos. Também daria ao Sul Global a oportunidade de escapar da dívida e das armadilhas da desigualdade global em que se encontram. Enquanto o cancelamento ou pelo menos um alívio significativo da dívida para os Estados que lutam com o peso da dívida é essencial e pode proporcionar uma tábua de salvação econômica, sem uma mudança sistêmica que afete os fatores que impulsionam o endividamento crônico dos estados do Sul Global, é provável que essa seja apenas uma solução temporária. Aumentar o espaço político que os estados do Sul Global têm para administrar suas economias no interesse das suas próprias populações significa reconhecer a injustiça de colocar os interesses das empresas, e em particular o capital financeiro, antes das pessoas.

Isso significaria desafiar o viés pró-negócios da Disputa Investidor-Estado dos mecanismos de liquidação (ISIDS), incluindo os do Banco Mundial e do Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos (ICSID). Significaria também um acordo justo sobre questões internacionais de cooperação fiscal e impostos sobre transações financeiras efetivos em ação contrafluxos financeiros ilícitos, reconhecendo que os controles do capital podem ser ferramentas políticas úteis para os estados do Sul Global. E, não menos importante, significaria também denunciar a injustiça dos Estados do Sul Global sendo forçados a contrair empréstimos a taxas de juros mais altas, e - criticamente - defender o aumento dos recursos que os Estados do Sul Global têm disponível através de subvenções, empréstimos concessionais e impostos internos, para lhes permitir prestar melhores serviços públicos em vez de serem forçados a depender do investimento do setor privado.

### ***O futuro é público***

Tentativas repetidas do Banco de “aglomerar” o financiamento do desenvolvimento do setor privado falharam. Um relatório de 2020 encomendado pelo Parlamento Europeu concluiu que os fundos privados são insuficientes para preencher a lacuna de financiamento para concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Esta lacuna de financiamento poderia ser pelo menos parcialmente preenchida se os países do Norte Global cumprissem o seu compromisso de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento de 0,7% do PIB, formalizado no documento resolução da ONU de 1970, e que a Oxfam estima que teria contribuído com um adicional de US\$ 6,5 trilhões até 2021.

Os compromissos que os países do Norte Global fizeram em 2009 de mobilizar 100 bilhões de dólares por ano em financiamento adicional até 2020 para o clima para os esforços de adaptação e mitigação da mudança climática para os países em desenvolvimento também foram insuficientes.

Face ao fracasso do setor privado em fornecer soluções eficientes e serviços sociais e bens públicos eficazes, há um crescente movimento para retomar os serviços públicos do setor privado.

O Artigo 2º do Pacto Internacional sobre Assuntos Econômicos, Sociais e Direitos Culturais (PIDESC) obriga todos os estados a usarem o máximo dos recursos disponíveis – ou seja, todos os recursos à sua disposição – para realizarem progressivamente os direitos estabelecidos no Pacto.

Além disso, colocar o controle do desenvolvimento nas mãos dos investidores viola o direito das pessoas de participar no seu próprio desenvolvimento, consagrado na resolução da ONU sobre o Direito ao Desenvolvimento.

Há um conjunto crescente de evidências que mostram que o fornecimento de serviços essenciais e bens como infraestrutura, educação, saúde e o bem-estar social são feitos melhor, e com melhor relação custo-benefício, quando feitos por Estados bem financiados e geridos democraticamente.”

#### **5a. Assembleia pela Saúde dos Povos - Salud por todxs nuestra lucha por el “buen vivir”**

Acontecendo na semana 8-12 de abril, em Mar Del Plata, o quinto encontro da ASP, acontecendo sob o regime nacional de privatizações de Javier Milei, fecha nosso informe. A organização que chama o evento, o Movimento pela Saúde dos Povos - MSP - se formou como rede de aspirações do Sul Global a partir da insatisfação com os rumos da saúde global e seu distanciamento da declaração Alma-Ata de 1978, que trazia os objetivos, caminhos e necessidades do fortalecimento da saúde coletiva, primária e pública. Com suas cinco áreas temáticas, o evento espera reavivar os ânimos da luta pela saúde em seu caráter coletivo. Transformando sistemas de saúde, justiça de gênero na saúde, saúde do ecossistema, resistindo a guerra e a migração forçada e saber e prática popular e ancestral foram os temas propostos e cujas resoluções estarão presentes em nosso próximo informe, a ser escrito quando a Assembleia já estiver finalizada, e se relacionam diretamente com os princípios aprovados na declaração de 1978 e se mobilizam contra a financeirização dos direitos humanos que sustentam a saúde pública.

A Assembleia também pauta o momento particularmente ‘insalubre’ que vivemos globalmente: o surgimento de governos e células de extrema-direita que, mesmo com discursos antissistema, servem abertamente ao sistema neoliberal de desmonte de direitos e o genocídio palestino, por exemplo, que mostra como o sistema de saúde - e sua destruição - podem ser instrumentalizados durante tempos de guerra.

“A ascensão da extrema-direita em todo o mundo é um dos temas abordados na ASP 5. Mas muitas outras crises serão debatidas durante o evento. “A Assembleia terá um caráter muito forte de solidariedade com o povo palestino, uma questão que se tornou muito mais aguda nos últimos meses”, afirma a organização. “Será uma Assembleia muito marcada pela discussão deste momento geopolítico, em que as guerras se intensificam e a crise climática é uma ameaça para todo o planeta.”

Há conflitos que já duram décadas, desde a primeira ASP: “Vamos discutir o contexto internacional de promessas não cumpridas em relação à saúde. Os países do chamado Terceiro Mundo continuam a lutar para financiar sistemas de saúde pública universais. A pandemia deixou isto muito claro: sistemas públicos – sistemas de saúde pública fortes – são mais necessários do que nunca.”

Segundo a organização, a emergência sanitária provocada pela COVID-19 provavelmente será um tema central em muitos dos debates da Assembleia. Não apenas em relação às “lições” da pandemia, mas também para “discutir os modelos de desenvolvimento e de relacionamento com a natureza que produzem condições de vida precárias para as pessoas, agravadas pela crise climática. Os mesmos modelos também criam todas as condições para que epidemias e pandemias se espalhem cada vez mais.” O Tratado da Pandemia, debatido na OMS e defendido em particular pelos países do Sul Global, também deverá ser um tema importante durante a Assembleia — que antecede a Assembleia Mundial da Saúde. Os participantes do ASP 5 “também vão discutir uma reforma necessária da governança global da saúde, para que os membros possam realmente ser soberanos”, conclui a organização do evento.



## A vez dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento

### *Time for the Small Island Developing States*

**Regina Ungerer**

**Erica Kastrup**

**Abstract:** *In this report, we highlight another UNOSSC Bulletin that contains a wealth of information about the organization's activities, as well as recognition that South-South and triangular cooperation will be discussed at the 4th Conference on SIDS in Antigua and Barbuda next May, and the 3rd UN Conference on LLDC in June in Rwanda. We also highlighted Brazil's South-South cooperation actions through ABC and the Ministry of Foreign Affairs, with a focus on Africa. The G-77 and China, disappointed with the review process for the resolutions on strengthening ECOSOC and HLPF, have officially informed the UNGA that they will not participate in discussions on the current zero draft, as their concerns were ignored. Regarding the discussions of the Ministerial Declaration of the High-Level Segment of ECOSOC and HLPF, the Group emphasised that the eradication of poverty in all its forms and dimensions should be better discussed, given that the SDGs to be discussed in depth this year will be 1, 2, 13, 16, and 17. The South Centre continues to promote training workshops on solutions for the Maldives' internal tax authority.*

**Keywords:** *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. South Centre.*

**Resumo:** Neste informe destacamos mais um Boletim do UNOSSC com uma pletera de informações sobre as atividades desenvolvidas pelo órgão e reconhecimento de que a Cooperação Sul-Sul e triangular serão temas a serem discutidos na 4ª Conferência sobre pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento em maio próximo em Antígua e Barbuda e na 3ª Conferência da ONU sobre Países em Desenvolvimento Sem Litoral em junho em Ruanda. Destacamos também as ações de cooperação Sul-Sul do Brasil através da ABC e do Ministério das Relações Exteriores com prioridade para a África. O G-77 e a China, decepcionados sobre o processo de revisão das resoluções sobre o fortalecimento do ECOSOC e do HLPF, informaram oficialmente à AGNU que não se envolverão nas discussões do atual rascunho zero, já que suas considerações foram ignoradas. Sobre as discussões da Declaração Ministerial do Segmento de Alto-Nível do ECOSOC e do HLPF, o Grupo deu destaque para a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, considerando que este ano, os ODS a serem discutidos em profundidade serão o 1, 2, 13, 16, 17. O Centro Sul segue promovendo oficinas de trabalho de capacitação sobre soluções para a autoridade tributária interna das Ilhas Maldivas.

**Palavras-chave:** Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul

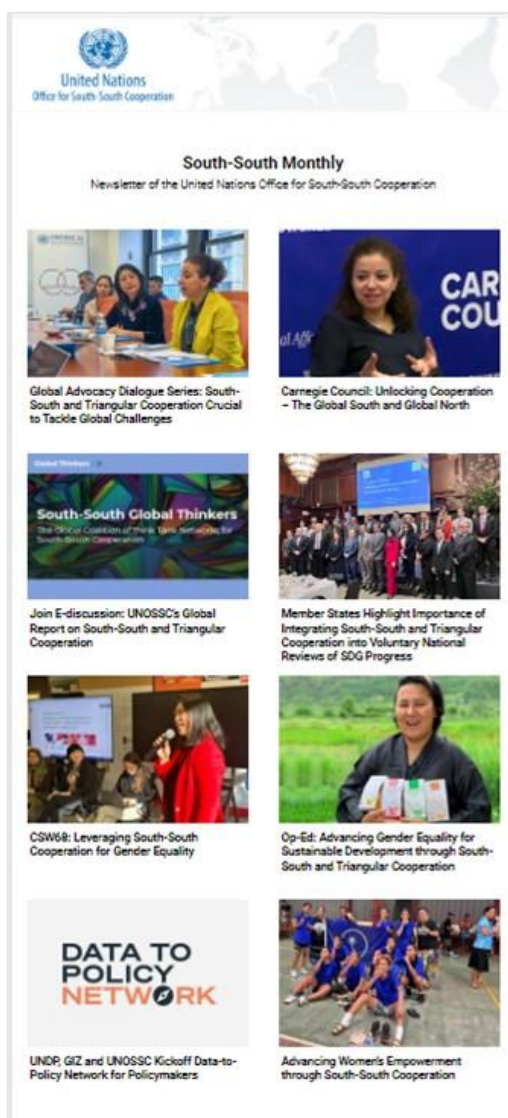
## Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul.

### Destaques do UNOSSC

#### [Boletim Mensal do UNOSSC](#)

Informações detalhadas de diversas ações promovidas pelo Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul e Sul.



Nesta edição:

- [Série de Diálogos de Advocacia Global: Cooperação Sul-Sul e Triangular Crucial para Enfrentar os Desafios Globais](#)
- [Carnegie Council: Desbloqueando a Cooperação – O Sul Global e o Norte Global](#)
- [Relatório Global do UNOSSC sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular \(2022-2025\)](#)
- [Importância da Integração da Cooperação Sul-Sul e Triangular nas Avaliações Nacionais Voluntárias sobre o Progresso dos ODS](#)
- [CSW68: Alavancar a Cooperação Sul-Sul para a Igualdade de Gênero](#)
- [Promover a igualdade de gênero para o desenvolvimento sustentável através da cooperação Sul-Sul e triangular](#)
- [Reunião inaugural realizada para a rede de dados para políticas para formuladores de políticas](#)
- [Promover o empoderamento das mulheres através da cooperação Sul-Sul](#)
- [28ª Reunião Anual da Rede de Cooperação Sul-Sul da China](#)
- [Fundo Índia-ONU: papel catalisador da cooperação Sul-Sul destacado antes das conferências históricas dos pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e países menos desenvolvidos](#)

E muitas outras notícias.

Basta clicar na figura acima, para entrar no Boletim.



**01 de abril de 2024** – De acordo com a Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, presente na reunião preparatória para a 4ª Conferência Internacional sobre os pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, esta conferência será um marco importante para a definição da agenda que moldará a próxima década de ação e apoio aos pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento

<https://twitter.com/UNOSSC>

Com exemplos crescentes de soluções de desenvolvimento inovadoras a serem implementadas nos pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, há um maior reconhecimento de que a Cooperação Sul-Sul e triangular podem acelerar a concretização das áreas prioritárias de ação destes países.

A Diretora destacou o Centro de Excelência dos pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e o seu Centro de Dados, que podem usar os recursos do UNOSSC e das iniciativas (South-South Galaxy e o Laboratório de Soluções Sul-Sul) como impulsionadores da Cooperação Sul-Sul e triangular. E considerou a proximidade de duas importantes conferências que terão forte influência nos trabalhos, ideias e experiências e onde a Cooperação Sul-Sul desempenhará um papel proeminente. São elas:

A 4ª Conferência sobre pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento que será realizada de 27 a 30 de maio de 2024 em St. John's, Antígua e Barbuda, cujo tema central será **“Traçar o Curso em Direção à Prosperidade Resiliente”** e deverá concentrar-se na capacidade dos pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento para alcançar o desenvolvimento sustentável.

A 3ª Conferência da ONU sobre Países em Desenvolvimento Sem Litoral que será realizada de 18 a 22 de junho de 2024 em Kigali, Ruanda, cujo tema central será **“Impulsionando Parcerias para o Progresso”**. A conferência irá explorar soluções inovadoras, construir parcerias significativas para desbloquear o potencial dos países em desenvolvimento sem litoral e explorar as diferentes soluções para os desafios delineados pelo Programa de Ação de Viena (VPoA). Ao final da conferência deverá ser adotada uma nova agenda de desenvolvimento.



**27 de março de 2024** – Os países já se preparam para a reunião do HLPF (8 a 18 de julho de 2024). O tema do fórum será **“Reforçar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e erradicar a pobreza em tempos de múltiplas crises: A entrega eficaz de soluções sustentáveis, resilientes e inovadoras”**.

<https://twitter.com/UNOSSC>

A Missão das Filipinas e do Marrocos, que são copresidentes do “Grupo de Amigos das Revisões Nacionais Voluntárias – VNRs” têm se reunido para colocar a Agenda 2030 e o Desenvolvimento Sustentável no centro das discussões multilaterais.

O HLPF de 2024 incluirá análises temáticas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1, 2, 13, 16, 17.

ODS 1: Erradicação da Pobreza

ODS 2: Fome zero e agricultura sustentável

ODS 13: Ação contra a mudança global do clima

ODS 16: Paz, justiça e instituições eficazes

ODS 17: Parcerias e meios de implementação

### O Brasil na cooperação Sul-Sul

As atividades da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, durante março e abril de 2024, demonstram a contribuição brasileira no desenvolvimento internacional por meio da cooperação Sul-Sul e a prioridade conferida ao continente africano.

Na saúde, o principal acontecimento foi a chegada ao Brasil, dos primeiros alunos angolanos contemplados no “**Programa de Formação de Recursos Humanos em Saúde Brasil – Angola**”. A proposta é fruto de um acordo entre as ministras da saúde do Brasil, Nísia Trindade Lima e a Ministra da Saúde de Angola, Sílvia Lutucuta. O programa é coordenado pela ABC e Ministério da Saúde do Brasil. As vagas estão sendo oferecidas em diversas modalidades de ensino, tais como “*fellowship*” (nos moldes de residência), mestrado, doutorado, especialização e estágio complementar, que são oferecidas por hospitais e universidades identificados pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e do próprio Ministério da Saúde.



Os primeiros alunos chegaram no dia 26 de março, para a Universidade Federal do Maranhão. A expectativa é que mais de 100 alunos sejam contemplados para os cursos presenciais com início em 2024.

Outros programas de cooperação Brasil-África estão em fase exploratória e se referem a temas relacionados aos determinantes sociais da saúde. Por exemplo, no **Zimbábue**, ocorreu a I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Zimbábue, copresidida pelo Secretário de África e Oriente Médio do Itamaraty, Embaixador Carlos Duarte juntamente com o Diretor-chefe de Assuntos Políticos do Ministério das Relações Exteriores do país. Os temas tratados na reunião incluíram agendas bi e multilateral, que englobam relações políticas, mudança climática,

governança global, assuntos comerciais, energia e cooperação técnica em agricultura e educação.

Na **Costa do Marfim**, cujo governo havia indicado interesse na expansão da cooperação com o Brasil, uma delegação brasileira chefiada pela ABC foi conhecer de perto possíveis setores que poderiam ser objeto de projetos de cooperação técnica entre as duas nações. Durante a missão de prospecção, que ocorreu entre 23 de março e 2 de abril de 2024, foi feito um diagnóstico sobre a situação da agricultura e pecuária integradas, piscicultura e veterinária. A ideia seria implementar uma fazenda modelo naquele país, além de implementar a segunda fase do projeto em piscicultura e instalar um instituto nacional de saúde pública veterinária em Abidjã, capital econômica do país.

Já na **Tanzânia**, em 28 de março de 2024, foi realizado evento de encerramento do projeto “**Além do Algodão**”, cujos impactos incluem melhorias no acesso à água, fortalecimento da agricultura familiar, aumento da renda e melhoria da saúde por meio de consumo de alimentos mais nutritivos. Para isso, foram realizadas capacitações, construções de cisternas, rotação de culturas e oficinas de aproveitamento de alimentos e água com os participantes do país. O projeto segue sendo executado no Benim e em Moçambique.

Na cooperação com países de língua portuguesa, o Embaixador Ruy Pereira, diretor da ABC, recebeu na Sede da Agência, em Brasília, a Sra. Ana Paula Fernandes, Presidente do [Instituto Camões da Cooperação e da Língua](#) para discutir os avanços nos acordos expressos na I Reunião do Mecanismo Regular de Coordenação Brasil-Portugal de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, realizada em novembro de 2023. Os temas destes acordos estão relacionados a projetos de cooperação bilaterais e trilaterais entre os países, o bilinguismo no âmbito da [Secretaria Geral Ibero-americana](#) (SEGIB)<sup>22</sup>. Há também possíveis ações em Timor-Leste e a criação de grupos de trabalho temáticos com a identificação dos pontos focais nos dois países, nas áreas de oceanos, digitalização, gênero, segurança alimentar e nutricional e combate à fome e à pobreza.

Durante o encontro entre o Embaixador Ruy Pereira e a Sra. Ana Paula Fernandes, foi realizada, a assinatura do documento de projeto de cooperação técnica trilateral Brasil-Portugal-Moçambique - Fase II “**Produção Sustentável de Café em Sistema Agroflorestal**”, dando continuidade às parcerias institucionais de pesquisa e assistência técnica com o objetivo de contribuir para o aumento da renda das comunidades rurais moçambicanas, com base na rentabilização dos serviços de ecossistema.

A expectativa é de que a próxima reunião do Mecanismo de Supervisão seja realizada em maio próximo, em Salvador, previamente às reuniões do G20 e da “VII Conferência Regional de Cooperação Trilateral 2024”.

Em **Cabo Verde**, foi lançada a cartilha: “A Língua Gestual Cabo-verdiana”, utilizada especialmente por pessoas surdas em Cabo Verde e desenvolvida com apoio da Universidade Federal de Santa Maria no Rio Grande do Sul, que também capacitou professores e multiplicadores.

Na **Bolívia**, o produto da cooperação brasileira foi o compartilhamento do passo a passo de como se constrói e se implanta uma cisterna, utilizada para captação de águas da chuva, uma

---

<sup>22</sup> Um organismo internacional que apoia os 22 países que constituem a comunidade ibero-americana: 19 da América Latina de língua espanhola e portuguesa e Espanha, Portugal e Andorra, na Península Ibérica.

tecnologia brasileira, facilmente adaptável para o desenvolvimento rural. As cisternas permitem o armazenamento da água para utilização diversa, desde o consumo próprio, cozinhar ou regar as plantações, e funciona como estratégia para diminuir os impactos das variações climáticas e fortalecer a segurança alimentar dos agricultores familiares.

### **Grupo do G-77**

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)<sup>23</sup>, Nairóbi (UNEP)<sup>24</sup>, Paris (UNESCO)<sup>25</sup>, Roma (FAO/IFAD)<sup>26</sup>, Viena (UNIDO)<sup>27</sup> e Washington (G-24)<sup>28</sup>.

Em 2024, a República de Uganda, detém a presidência pró tempore do G-77, do Movimento dos não-alinhados (MNA) e do Comitê de Coordenação do G-77 e do Movimento dos não-Alinhados (JCC).

### **New York – 01 de abril de 2024**

Declaração feita pela Sra Celia Kafureka Nabeta, Ministra Conselheira da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China na segunda sessão do Comitê preparatório para a 4ª Conferência Internacional sobre os pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.

Desde a última sessão do Comitê preparatório, que se pode considerar que houve progresso nas discussões sobre o Documento Final para a 4ª Conferência Internacional sobre os pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento que será realizada de 27 a 30 de maio de 2024 em Antígua e Barbuda.

Os pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento são considerados como “casos especiais” para o desenvolvimento sustentável, já que seus desafios e suas vulnerabilidades são únicos e específicos, considerando sua pequena dimensão, a distância, sua limitada base de recursos e possibilidade de exportação, a influência dos choques econômicos externos e sua exposição aos desafios ambientais globais, desde as alterações climáticas até os desastres naturais, cada vez mais frequentes e intensos.

O Grupo reafirmou seu compromisso de trabalhar de forma construtiva no processo de negociação para alcançar "uma Declaração Renovada para a Prosperidade Resiliente" e espera que a 4ª Conferência seja uma oportunidade para desenvolver coletivamente uma forma para os países desenvolvidos contribuírem para mitigar o impacto destas circunstâncias especiais nos pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.

---

<sup>23</sup> UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

<sup>24</sup> UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

<sup>25</sup> UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

<sup>26</sup> FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

<sup>27</sup> UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

<sup>28</sup> G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

Os pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento terão a oportunidade de apresentar as áreas que devem ser discutidas e os desafios remanescentes do Programa de Ação de Barbados e da Estratégia para as Ilhas Maurícios e o Caminho de Samoa.

O Programa de Ação de Barbados (BPOA) é um documento político que foi adotado em 1994 e é a base da agenda para os pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) para o desenvolvimento sustentável. O BPOA identifica 14 prioridades, incluindo as alterações climáticas e a elevação do nível do mar, as catástrofes naturais e ambientais e a gestão de resíduos. O BPOA é complementado pela Estratégia de Implementação das Ilhas Maurício (MSI) de 2005, que implementa ainda mais o BPOA.

O Caminho de Samoa, ou Modalidades de Ações Aceleradas dos pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, foi adotado em 2014 e é baseado no BPOA e na Estratégia para as Ilhas Maurício. O Caminho de Samoa reconhece a necessidade de apoiar e investir nos pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento para que possam alcançar um desenvolvimento sustentável.

A 4ª Conferência é a continuação de um processo que ainda não atingiu o seu objetivo principal: o desenvolvimento sustentável dos pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.

#### **New York – 28 de março de 2024**

Declaração feita por Sua Excelência, o Embaixador Godfrey Kwoba, representante permanente adjunto da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China na 3ª reunião informal sobre o processo de revisão das resoluções sobre o fortalecimento do ECOSOC e revisão do HLPF

Este tópico já havia sido discutido em 07 de março de 2024 e de acordo com o G-77 e a China, o rascunho distribuído em 28 de fevereiro de 2024, para consideração dos Estados Membros, não incluía a posição do G-77 e da China, portanto o Grupo não poderia concordar com o rascunho, já que ele não refletia a posição de 134 países.

Para surpresa e decepção do Grupo, mais uma vez, o rascunho zero apresentado nesta rodada de discussão, não levou em consideração, outra vez, a posição do G-77 e da China, já que o rascunho proposto inclui mudanças fundamentais nas resoluções<sup>29</sup> [75/290 A](#) e [75/290 B](#).

O G-77 e a China reiteram que o processo de revisão das resoluções sobre o ECOSOC e HLPF, de 2021 que resultou na adoção das resoluções 75/290 A e 75/290 B, foi substancial, porém é necessário mais tempo para implementar integralmente as disposições contidas nas duas resoluções, que permanecem relevantes e devem ser mantidas para apoiar o ECOSOC e o HLPF na implementação plena dos seus respectivos mandatos.

À luz do acima exposto, o G-77 e a China informaram que o grupo não se envolverá no atual rascunho zero, uma vez que não leva em consideração a posição do Grupo. E a posição do Grupo foi informada oficialmente aos co-facilitadores desta revisão.

---

<sup>29</sup> A resolução 75/290 A e a resolução 75/290 B de 25 de junho de 2021 apoiam o ECOSOC e o HLPF na implementação e acompanhamento coordenados da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e na realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

#### **New York – 27 de março de 2024**

Declaração feita por Sua Excelência, o Embaixador Godfrey Kwoba, representante permanente adjunto da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China na consulta final sobre o Pacto para o Financiamento para o Sistema de Desenvolvimento da ONU

O G77 e a China começaram sua intervenção dizendo que um Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas eficiente e bem financiado é fundamental para apoiar a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a implementação dos 17 ODS, especialmente nos países em desenvolvimento.

No entanto, como o financiamento das atividades de desenvolvimento da ONU ainda é baixo, o apoio aos países em desenvolvimento deve estar de acordo com suas prioridades e necessidades nacionais de desenvolvimento. Desta forma, não se deve aumentar a carga de financiamento, destes países, para o Sistema de desenvolvimento da ONU. O grupo apela aos países mais desenvolvidos para se juntarem ao número de contribuintes para ampliar a base de contribuições para o Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas, e assim, apoiar os países em desenvolvimento nos seus esforços para acelerar a implementação da Agenda 2030.

#### **New York – 27 de março de 2024**

Declaração feita pela Sra Celia Kafureka Nabeta, Ministra Conselheira da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China na primeira reunião para as negociações intergovernamentais sobre a Declaração Ministerial do Segmento de Alto-Nível do ECOSOC 2024 e do HLPF

O G-77 e a China começaram dizendo que, nesta primeira rodada de discussão, sobre a Declaração Ministerial do Segmento de Alto-Nível do ECOSOC 2024 deve estar pautada no contexto da adoção da [Declaração Política da Cúpula dos ODS de setembro de 2023](#).

No entanto, o Grupo destacou a necessidade de erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema. Este é o objetivo global da Agenda 2030, e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. É o maior desafio global e o tema é de grande importância na Declaração Ministerial de 2024, considerando que o ODS1 (Erradicação da Pobreza) será um dos ODS a receber uma revisão profunda, juntamente com o ODS 2, 13, 16 e 17. Já descrito no capítulo do UNOSSC.

A Declaração Ministerial do Segmento de Alto Nível de 2024 do ECOSOC e HLPF inclui a necessidade de alcançar o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões (econômica, social e ambiental) de forma equilibrada e integrada. A declaração é orientada pelos princípios da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento<sup>30</sup> incluindo o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas. E todos devem reconhecer os desafios e necessidades especiais que todos os países em desenvolvimento enfrentam, especialmente os países em situações especiais, em particular os países africanos, os países menos desenvolvidos,

---

<sup>30</sup> Declaração do Rio de 1992 é uma proposta das Nações Unidas para promover o desenvolvimento sustentável. A declaração foi aprovada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro de 3 a 14 de junho de 1992. A declaração contém 27 princípios que reafirmam a Declaração aprovada em Estocolmo, em 1972



os países em desenvolvimento sem litoral e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento; bem como os desafios específicos enfrentados por muitos países de renda média, países em conflito e pós-conflito e países que vivem sob ocupação estrangeira.

É importante assegurar a segurança alimentar, eliminar a fome e melhorar a nutrição, garantindo que os países em desenvolvimento estejam integrados nas cadeias de abastecimento agroalimentar globais. Da mesma forma, deve-se promover um sistema comercial multilateral universal, que seja transparente, inclusivo, não discriminatório e equitativo dentro da Organização Mundial do Comércio (OMC), mantendo o comércio e as cadeias de abastecimento abertas ao comércio agrícola.

O Grupo destaca ainda que os países em desenvolvimento são os mais vulneráveis aos impactos adversos das alterações climáticas. Por isso, é importante que os países desenvolvidos possam disponibilizar novos meios de implementação para os países em desenvolvimento e desta forma, os compromissos assumidos pelos países desenvolvidos sobre a prestação de financiamento climático, devem ser cumpridos.

Outro tema fundamental, que deve ser abordado na revisão da Agenda 2030, são as gravíssimas dificuldades enfrentadas pelos países e povos que vivem sob ocupação colonial e estrangeira e deve haver um esforço concentrado para remover os obstáculos que os impedem de realizar sua autossuficiência, que afetam negativamente o seu direito ao desenvolvimento econômico e social.

O grupo reafirma ainda que, de acordo com a Carta das Nações Unidas, é necessário respeitar a integridade territorial e a independência política dos Estados. Deve-se também combater o unilateralismo e o protecionismo, incluindo quaisquer medidas econômicas, financeiras ou comerciais unilaterais que não estejam em conformidade com o direito internacional e a Carta das Nações Unidas.

E mais uma vez, o G-77 e a China reiteram seu apelo à reforma urgente da arquitetura financeira internacional, como forma de garantir apoio os países em desenvolvimento para que estes possam responder às suas necessidades específicas.

O grupo também insiste para que os países desenvolvidos cumpram seus compromissos (não cumpridos) de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento para atingir a meta de 0,7% do RNB para Ajuda Oficial ao Desenvolvimento para os países em desenvolvimento.

#### **New York – 25 de março de 2024**

Declaração feita pelo Sr. Medard Ainomuhisha, da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, sobre o item 134 da agenda: proposta de orçamento-programa para 2024: estimativas revisadas relacionadas ao financiamento do sistema coordenador residente, na primeira parte da retomada da 78ª Sessão do 5º Comitê da AGNU.

#### **O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.**

Os delegados do 5º Comitê da AGNU, destacaram o papel vital do sistema de coordenadores residentes, mas discordaram sobre a melhor forma de garantir que o sistema de coordenadores residentes seja adequadamente recompensado financeiramente, ao analisarem a proposta do Secretário-Geral contida no [relatório A/78/753](#)

Nesta reunião, o G-77 e a China deixaram claro que a proposta do Secretário-Geral contida no [relatório A/78/753](#) (que é um documento de 51 páginas) foi distribuído 3 dias antes do encerramento dos trabalhos do 5º Comitê e que portanto, não houve tempo suficiente para analisar e discutir as propostas do Secretário-Geral sobre um tema tão importante.

Desta forma, o Grupo destacou, em sua intervenção, que os coordenadores residentes são os representantes de mais alto nível do sistema de desenvolvimento das Nações Unidas em nível nacional. Eles lideram as equipes locais da ONU e facilitam o apoio aos países na implementação da Agenda 2030, são responsáveis por reunir várias partes interessadas, incluindo as entidades das Nações Unidas, governos, instituições financeiras e parceiros não tradicionais, facilitando a criação de soluções inovadoras e mobilizando financiamento substancial para iniciativas de desenvolvimento, portanto devem ser adequadamente remunerados.

Atualmente, a ONU tem 130 coordenadores residentes atendendo 162 países e territórios.

### **Destaques do G-77 e China no Capítulo de Roma**

O Capítulo de Roma do G-77 e China engloba a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD)



No dia 11 de março de 2024, o Representante Permanente Alternativo do Paquistão, Sr. Khalid Mehboob tomou posse como presidente e representante do G-77 e China.

Em seu pronunciamento, o Sr Khalid Mehboob destacou que no ano em que o Grupo completa 60 anos, é muito importante o papel histórico do Grupo na defesa dos interesses das nações em desenvolvimento. Lembrou da responsabilidade que acompanha a função e se comprometeu a unir os membros, para garantir uma ação coletiva do Grupo

e para buscar consenso e colaboração com os membros da FAO, FIDA e PMA, no melhor interesse destas três organizações.

Olhando para o futuro, o novo Presidente deixou claro a necessidade de todos se unirem para o desenvolvimento agrícola global e para as discussões sobre segurança alimentar. Para isso, irá promover encontros para tratar das questões críticas e para as Conferências Regionais e Comitês Técnicos da FAO, para melhor compartilhar informações e trocar conhecimentos entre os membros.

### **Movimento dos Não Alinhados**

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo.

Este ano de 2024, a República do Sudão do Sul, o país mais jovem do mundo, se tornou o 121º país a se tornar membro do Movimento dos Não-Alinhados. Com isso, a África passa a ter todos os seus 54 países como membros do MNA.

Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Pequeno extrato do “The Economist” de 6 de abril de 2024

### **Juízes de Uganda defendem lei draconiana antigay e esta decisão irá repercutir-se em toda a África**

A homossexualidade em Uganda é passível de prisão perpétua desde 1950. Mas os legisladores de hoje consideram esta medida demasiado branda e uma nova lei assinada em maio de 2023, pelo Presidente Yoweri Museveni prevê a pena de morte para atos sexuais realizados por pessoas do mesmo sexo. Mesmo pessoas que aluguem quartos para casais do mesmo sexo podem receber longas penas de prisão por estarem “promovendo” a homossexualidade. De acordo com a Presidente do parlamento, Anita Among, “Temos uma cultura para proteger e o mundo ocidental não governará Uganda.”

No entanto, este pensamento não está restrito a Uganda. Em Gana, um projeto de lei alerta para “a infiltração de culturas estrangeiras”. E no Quênia, alguns políticos aguardam aprovar sua própria lei, descrevendo os direitos LGBT como “uma segunda colonização” destinada a reduzir a população da África.

No dia 3 de abril de 2024, o tribunal constitucional de Uganda manteve as disposições fundamentais da lei de 2023, incluindo longas penas de prisão por “promover a homossexualidade” e a pena de morte por “homossexualidade agravada”. Os juízes cortaram a obrigatoriedade de denunciar gays à polícia, mas argumentaram que a lei reflete a história, as tradições e a cultura de Uganda. Usaram o argumento de “sentimentos públicos e vagos sobre valores culturais” em vez de defenderem os direitos humanos.

A decisão de Uganda contrasta com as decisões judiciais de Botswana em 2019 e das Ilhas Maurício em 2023, onde os juízes descriminalizaram o sexo gay e isso tem repercussões em toda a África, incluindo em Gana, onde o Presidente Nana Akufo-Addo está sob pressão para sancionar uma recente lei antigay.

As reformas anti-homossexualismo na África não são conduzidas pelos presidentes, que estão cautelosos com as repercussões diplomáticas, mas sim por legisladores e líderes religiosos, muitas vezes ligados a grupos americanos de direita.

Embora o presidente do Uganda, Yoweri Museveni, faça comentários homofóbicos em público e não tenha feito nada para impedir que a lei fosse promulgada, os seus aliados informam ao corpo diplomático ocidental, em conversas privadas, sobre as reservas do presidente com esta lei. Isso porque os Estados Unidos impuseram restrições de vistos a funcionários ugandeses, alertando as empresas sobre os riscos para a reputação de operar em Uganda e removeram a isenção de impostos às suas exportações. O Banco Mundial suspendeu novos empréstimos ao país.

Para as pessoas LGBT em Uganda, em que 94% dos cidadãos dizem que não gostariam de ter um vizinho gay, a lei piorou uma situação já existente. Eles foram despejados, demitidos, expostos, ameaçados, agredidos, presos e submetidos a exames constrangedores forçados.

Grande parte da hostilidade provém de ugandeses comuns que foram “radicalizados para o ódio”, de acordo com ativistas de direitos dos homossexuais.

A questão colocada aqui é se um país que ainda promulga uma lei assim, pode estar à frente do Movimento dos não-Alinhados?

Um dos princípios do movimento em matéria de desenvolvimento, direitos sociais e humanos, algumas das questões de interesse incluem: desenvolvimento sustentável e Agenda 2030; a crise financeira e econômica mundial; desemprego; o desenvolvimento da África; desafios de desenvolvimento dos Países menos desenvolvidos, dos países em desenvolvimento sem litoral e dos pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento; cooperação sul-sul; alimentação segura; migração internacional e desenvolvimento; energia; alterações climáticas; **direitos humanos e liberdades fundamentais**; racismo, discriminação racial e escravidão; TIC; avanço das mulheres; saúde; doenças transmissíveis e não transmissíveis; crime organizado transnacional; tráfico de pessoas e drogas, etc.

O que mostra a dicotomia que a presidência do MNA enfrenta. O mesmo presidente se aliena e se abstém dos problemas internos do país para lutar por estes mesmos problemas em nível mundial.

### **Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)**



#### **04 de abril de 2024 – Dia Internacional de Conscientização sobre Minas e Assistência em Ações contra Minas.**

Com o tema “Protegendo Vidas. Construindo a Paz”. Espera-se conscientizar as pessoas sobre o importante papel e as ações contra as minas para que haja segurança e para que as pessoas possam estar protegidas.

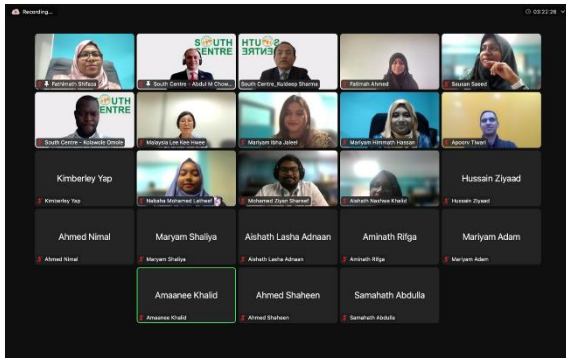
<https://twitter.com/namyouthorg>

### **Centro Sul**

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

#### **Destaques do Centro Sul**

Decisões políticas informadas sobre a solução e alternativas de dois pilares da OCDE: oficina de trabalho do Centro Sul para a autoridade tributária interna das Ilhas Maldivas



Os países em desenvolvimento precisam de tomar decisões políticas informadas em relação às reformas fiscais internacionais em curso. Por isso, o Centro Sul organizou uma oficina de trabalho virtual de dois dias de capacitação, realizado de 5 a 6 de março de 2024, sobre a Solução e Alternativas de Dois Pilares para as Maldivas, para 25 funcionários do governo da autoridade tributária interna das Maldivas (MIRA). Além dos especialistas

fiscais internos da Iniciativa Tributária do Centro Sul, a oficina de trabalho de capacitação foi realizada com especialistas do Conselho Central de Impostos Diretos (Índia), do Conselho da Receita Federal da Malásia e do Fórum da Administração Fiscal da África Ocidental (WATAF), representado por um funcionário da Receita Federal da Nigéria.

A realidade é que as empresas multinacionais, especialmente as empresas digitais, conseguem chegar aos consumidores sem a necessidade de um estabelecimento permanente ou base fixa nas jurisdições onde os serviços são consumidos. À luz deste desenvolvimento, e a fim de ajudar os países a cobrar a sua parte justa de impostos provenientes das receitas realizadas nas suas jurisdições, a ONU e a OCDE desenvolveram várias regras e quadros para enfrentar os desafios fiscais associados à economia digital.

Para saber mais, [clique aqui](#).

**Preservar o clima, o meio ambiente e a representatividade no G20. Próxima reunião de chanceleres do G7 e o panorama global da saúde. Anticorrupção e integridade em pauta na quinzena da OCDE**

***Safeguarding the climate, the environment and the representation in the G20. Upcoming G7 foreign ministers meeting and the global health panorama. Anti-corruption and integrity on the agenda at OECD fortnight***

***Pedro Burger  
João Miguel Estephano  
Vitória Kavanami  
Thaiany Medeiros Cury  
Nina Bouqvar  
Paulo Esteves***

**Abstract: G20** - The protection of the climate, the environment and the representation of women, civil society and indigenous peoples permeated the G20 discussions this fortnight, especially in the meetings of the Climate Task Force, in the Sherpas meeting, in the debates on the Employment Working Group and in the Women20.

**G7** - Global health G7 updates in the past two weeks include confirmation that the future G7 foreign minister summit will address Gaza's humanitarian crisis and the publication of promising clinical trial results that can broaden the use of a lung cancer drug in G7 countries.

**OCDE** - The OECD's highlights include the publication of the anti-corruption and integrity report in the midst of its Global Anti-Corruption and Integrity Forum (GACIF), as well as of a study on the trade in counterfeit products during the Covid-19 pandemic and a brief update on the relationship between the organization and Brazil.

**Keywords:** G20, G7, OECD, Brazil, Ministers of Foreign Affairs, Gaza, Africa, Health, International Cooperation.

**Resumos: G20** - A proteção do clima, do meio ambiente e da representatividade de mulheres, da sociedade civil, e dos povos originários permearam as discussões do G20 nesta quinzena, principalmente nos encontros da Força Tarefa de Clima, na reunião de *sherpas*, nos debates do Grupo de Trabalho de Emprego e do W20.

**G7** - Nas últimas duas semanas, notícias sobre a relação entre o G7 e o panorama global de saúde se deram a partir da futura reunião de chanceleres e avanços no tratamento de câncer de pulmão.

**OCDE** - Os destaques da OCDE se dividem entre a divulgação da publicação de um relatório sobre anticorrupção e integridade em meio ao seu Fórum Global sobre Anticorrupção e Integridade (GACIF, da sigla em inglês), de um estudo sobre comércio de produtos falsificados durante a pandemia da Covid-19 e uma breve atualização sobre a relação entre a organização e o Brasil.

**Palavras-chave:** G20, G7, OCDE, Brasil, Ministros das Relações Exteriores, Gaza, África, Saúde, Cooperação Internacional.

## A primeira rodada de negociações do GT sobre Saúde do G20<sup>31</sup>

A principal proposta do Brasil para a primeira rodada de negociação do **GT de Saúde do G20** foi estabelecer a criação de uma *Aliança para a Produção Regional e Inovação*. A agenda foi debatida ao longo desta semana nas reuniões do GT, realizadas em Brasília. Com base na experiência da pandemia de Covid-19, o Ministério da Saúde brasileiro propôs a Aliança com a missão de fortalecer a produção de maneira descentralizada geograficamente em todo o mundo, para que nenhuma nação fique dependente de poucos atores.

“Mais de 50 organizações e países se manifestaram e indicaram um acolhimento à proposta brasileira. Será a primeira proposta de produção e inovação local coordenada por um país do Sul Global. É um passo decisivo para que a estratégia do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CIES), que coloca a saúde como desenvolvimento e vetor de renda, se aprimore. A produção e a inovação têm de ser para vida das pessoas e para a vida do planeta”, destacou Carlos Gadelha, secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde.

As reuniões plenárias da semana foram conduzidas pelo chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais (AISA) do Ministério da Saúde, embaixador Alexandre Ghisleni. “Foi uma reunião em que nos colocamos na mesa uma agenda muito intensa, com eventos paralelos, seminários e discussões sobre as propostas brasileiras. O que se verificou foi um grau de convergência importante entre os membros”, disse.

Entre os debates, houve convergência em relação à importância de desenvolver a **saúde digital**, especialmente a telessaúde, nos países e de utilizar isso como instrumento de política pública em saúde para garantir o acesso a população mais remotos, mesmo em países menores. Também foi levantada a discussão sobre a possibilidade de haver *troca de dívida externa por investimentos em saúde*. Ações para produção local e força de trabalho também estiveram na pauta.

Esta foi a terceira reunião presencial do GT Saúde do G20. Em 23 de fevereiro aconteceu a primeira reunião, de forma virtual, e contou com participação significativa de cerca de 170 delegados, incluindo 21 países membros, 30 organizações internacionais, nove países observadores.

A segunda reunião aconteceu em 13 de março, também online, e reuniu de forma extraordinária os ministros da Saúde do G20. Na ocasião a agenda foi coordenada pela ministra da pasta no Brasil, Nísia Trindade. O grupo discutiu, entre outras pautas, as negociações em curso na Organização Mundial da Saúde (OMS) para um acordo internacional de prevenção, preparação e resposta a pandemias e sobre emendas ao Regulamento Sanitário Internacional (RSI). O encontro contou também com a participação do diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom.

Essa preparação de propostas de saúde, bem como construção de consensos, visa à grande reunião ministerial no Rio de Janeiro, em outubro. Na ocasião, serão estabelecidos os acordos sobre as temáticas discutidas no decorrer do ano, para que sejam levados às organizações internacionais e endossadas pelos ministros que compõem o GT de Saúde.

---

<sup>31</sup> Reprodução da nota publicada no site do Ministério da Saúde, ao término da primeira rodada de negociações do GT sobre Saúde do G20. Acesso: [Brasil propõe aliança global no G20 para garantir mais vacinas e medicamentos — Ministério da Saúde \(www.gov.br\)](http://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/comunicacao/2020/03/brasil-propoe-alianca-global-no-g20-para-garantir-mais-vacinas-e-medicamentos)



**Reunião do GT Saúde do G20, Brasília, 10-12 de abril de 2024**

Fonte: Portal do MS

### **Preservar o clima, o meio ambiente e a representatividade no G20**

Combater as mudanças climáticas é um dos pilares da gestão brasileira do G20 neste ano. O bloco não somente é responsável por reunir 80% do PIB mundial, como também 80% das emissões de gases poluentes, algo que demanda um senso de responsabilização e urgente ação coletiva<sup>32</sup>. Sendo assim, por meio da criação da Força-tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima, as duas trilhas oficiais do bloco, a de *sherpas* e de finanças, têm se reunido para pensar em soluções e políticas coordenadas que levem a implementação efetiva dos principais dispositivos que versam sobre o assunto, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e o Acordo de Paris.

Um dos impasses latentes que aparecem nessa agenda é a necessidade de recursos financeiros para que os países possam evitar o aumento da temperatura global, por meio, por exemplo, dos processos de transição energética. Como colocado pela coordenadora da Trilha de Finanças, Tatiana Rosito, as discussões sobre um reajuste no setor devem passar por três camadas: a regulação do sistema financeiro internacional para gerar uma capitalização de recursos públicos e privados; políticas para tornar possível a mobilização de recursos, especialmente para países em desenvolvimento; e a atuação de bancos multilaterais de desenvolvimento e de bancos públicos, nacionais e regionais.

Hoje existe uma certa compreensão de que os efeitos da mudança climática são percebidos como um elemento de risco adicional para a economia e, que nesse sentido, o sistema financeiro possui um papel importante enquanto mitigador dessas ameaças. Segundo Ana Toni, secretária nacional de mudança do clima do Ministério do Meio Ambiente e participante da Força Tarefa, o risco climático é um risco financeiro na medida em que, além de mortes, grandes catástrofes também provocam prejuízos substanciais na infraestrutura dos países: “Está ficando cada vez mais claro essa relação entre mudanças climáticas, economia e

---

<sup>32</sup> Mudança do Clima: Aumento da temperatura pode ter efeito brutal. **G20**. 12 mar. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/mudanca-do-clima-aumento-da-temperatura-pode-ter-efeito-brutal>. Acesso em: 07 abr. 2024.



setor financeiro”<sup>33</sup>. No Brasil, uma das recentes atualizações nessa agenda foi o aporte de R\$10,4 bilhões para o Fundo Clima, um dos principais instrumentos para o financiamento da transformação ecológica no país<sup>34</sup>.

Questões de cunho econômico e financeiro, portanto, são centrais para as discussões e estiveram presentes no segundo encontro promovido pela Força-tarefa, que aconteceu em Brasília nos dias 4 e 5 de abril. Na ocasião, compareceram representantes de mais de 35 países e de 30 organizações internacionais para tratar, sobretudo: (i) do papel dos planos nacionais de transição energética; (ii) mecanismos de mobilização de recursos; e (iii) medidas práticas para fortalecer instrumentos de redução do risco para investimentos climáticos em países em desenvolvimento. Maiores avanços são esperados para acontecer na próxima reunião do grupo, em julho no Pará.

**Imagem 1:** Equipe brasileira na 2ª reunião da Força-Tarefa de Mobilização Global contra Mudanças Climáticas na sede do G20



**Fonte:** G20, 2024.

Para além do aporte financeiro, outro fator que aparece como peça central para a presidência brasileira do G20 é a preservação das florestas, a qual vem acompanhada da proteção das culturas ancestrais e das identidades de povos originários. Essa relação se dá pelo fato de que a pressão pela exploração de recursos naturais muitas vezes colide com a violação de direitos territoriais e direitos humanos. Experiências bem-sucedidas no país mostram que foi possível reduzir o desmatamento em 2023 a partir da intensificação de ações de fiscalização e controle do governo federal por meio de processos de desinversão, os quais removem invasores

<sup>33</sup> Mudança climática representa um risco para as economias em todo mundo. **G20**. 06 abr. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/mudanca-climatica-representa-um-risco-para-as-economias-em-todo-mundo>. Acesso em: 07 abr. 2024.

<sup>34</sup> Brasil aporta R\$ 10,4 bilhões no Fundo Clima: combate às mudanças climáticas é prioridade do G20. **G20**. 02 abr. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/brasil-aporta-r-10-4-bilhoes-no-fundo-clima-combate-as-mudancas-climaticas-e-prioridade-do-g20>. Acesso em: 07 abr. 2024.

não autorizados de terras indígenas (TIs). Um caso emblemático reconhecido mundialmente foi a desintração das TI Apyterewa e Trincheira Bacajá, localizadas no município de São Félix do Xingú em 2023, que gerou uma redução de mais de 80% no desmatamento do local<sup>35</sup>.

Ainda dentro dessa temática, com o intuito de gerar um legado histórico de participação, o Brasil tem se esforçado para garantir uma maior acessibilidade e representatividade no G20. Atualmente o site é fomentado em três idiomas (português, espanhol e inglês) e agora passará a produzir conteúdo em idiomas indígenas<sup>36</sup>. A iniciativa acontece após a instituição da Década Internacional das Línguas Indígenas (DILI) pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Estima-se que as populações originárias são as principais responsáveis pela diversidade linguística global, pois falam mais de quatro mil das 6,7 mil línguas do mundo. No entanto, esses idiomas estão em risco de extinção. E, com o seu desaparecimento, há também o risco de perder imensos saberes especializados<sup>37</sup>.

As línguas indígenas são consideradas repositório de conhecimento sobre diversos biomas e carregam consigo informações que são fundamentais para a preservação do meio ambiente, como sistemas de classificação de espécies, narrativas etiológicas e principalmente, formas de manejo da diversidade. A perda linguística implica, portanto, em perda direta de conhecimento decisivo ao enfrentamento da crise climática e ambiental que enfrentamos.

Outros esforços de garantir uma maior representatividade podem ser percebidos a partir dos encontros que trataram de gênero e da sociedade civil no período analisado. Com foco na participação da sociedade civil, o segundo encontro dos *sherpas* aconteceu no início do mês de abril para avaliar o andamento dos trabalhos dos 15 grupos que compõem a trilha e das forças tarefa<sup>38</sup>. De acordo com o embaixador Mauricio Lyrio, já houve bastante progresso, não só nas prioridades brasileiras, mas também nas discussões promovidas anteriormente em outras gestões. Educação, saúde, e o combate à corrupção foram citadas como áreas em que os governos devem adotar políticas públicas.

O ponto alto da reunião, entretanto, foi a divulgação da inclusão de uma sessão com participantes dos grupos de engajamento no próximo encontro dos *sherpas*, programado para acontecer em julho no Rio de Janeiro. “Nunca houve no G20 uma sessão dedicada para que os governos recebessem diretamente dos grupos de engajamento as suas contribuições. Recebi de todos os meus colegas o endosso para que nós realizemos essa sessão conjunta”, destacou Lyrio. Em coletiva de imprensa, o embaixador de igual modo revelou que o grupo iniciou o processo de preparação da Declaração dos Líderes, que guia as discussões dos chefes de governo e de Estado na cúpula.

---

<sup>35</sup> Desintração: um marco na defesa territorial Indígena. **G20**. 04 abr. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/desintracao-um-marco-na-defesa-territorial-indigena>. Acesso em: 07 abr. 2024.

<sup>36</sup> Sob presidência do Brasil, G20 terá línguas indígenas pela primeira vez na história. **Revista Fórum**. 03 abr. 2024. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/global/2024/4/3/sob-presidencia-do-brasil-g20-tera-linguas-indigenas-pela-primeira-vez-na-historia-156700.html>. Acesso em: 07 abr. 2024.

<sup>37</sup> Biodiversidade linguística, crise climática e preservação de conhecimentos ancestrais. **G20**. 04 abr. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/biodiversidade-linguistica-crise-climatica-e-preservacao-de-conhecimentos-ancestrais>. Acesso em: 07 abr. 2024.

<sup>38</sup> G20 prepara sessão conjunta entre *sherpas* e a sociedade civil. **G20**. 05 abr. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/g20-prepara-sessao-conjunta-entre-sherpas-e-a-sociedade-civil>. Acesso em: 07 abr. 2024.

Por fim, sobre gênero, o Grupo de Trabalho de Emprego<sup>39</sup> e o *Women20* (W20)<sup>40</sup>, grupo de engajamento de mulheres, trouxeram como pauta questões sobre disparidade salarial, regulamentação da economia do cuidado e melhores condições para o empreendedorismo feminino. Apesar das mulheres corresponderem a mais da metade da população mundial, ainda existem muitas barreiras que as impedem de ter uma maior e mais justa participação no mercado de trabalho. Para além de elementos culturais, no que tange ao empreendimento, por exemplo, existem barreiras burocráticas e conseguir crédito junto aos bancos acaba sendo mais difícil para as mulheres, em comparação aos homens.

Nesse sentido, medidas como a necessidade de formalizar e valorizar o trabalho de cuidado, muitas vezes realizado por mulheres jovens e negras, e a criação de políticas públicas que possam implementar estruturas financeiras inovadoras e facilitar o acesso ao financiamento foram pontuadas como cruciais para promover a igualdade de gênero e impulsionar a economia dos países. Houve também o entendimento de que a falta de comunicação eficaz sobre legislações e políticas existentes, bem como a persistência de estigmas de gênero, são obstáculos a serem superados. De modo geral, as conversas iniciais receberam apoio dos participantes, mas é importante frisar a continuidade do debate a longo prazo para garantir que a implementação de políticas seja efetiva e garanta a igualdade no mercado de trabalho e na sociedade como um todo.

### ***Próxima reunião de chanceleres do G7 e o panorama global da saúde***

No dia 27 de março, o chanceler italiano confirmou a presença do Brasil na reunião de ministros das relações exteriores do G7 que ocorrerá entre os dias 17 e 19 de abril em Capri<sup>41</sup>. O enfoque da reunião deverá ser no Oriente Médio, sobretudo em relação à situação da guerra em Gaza e suas consequências sanitárias e humanitárias. Além do Brasil, foram convidados a Índia e a Maurîtânia. O convite da Maurîtânia se dá em um contexto de aproximação de países do G7 com países africanos, a exemplo do Plano Mattei, apresentado por Giorgia Meloni, que garante 5,5 milhões de euros em empréstimos, operações de doações e garantias: cerca de 3 milhões do Fundo Italiano para o Clima e 2,5 milhões do Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento. Desde que o território tem sido alvo das potências China, Rússia, Índia, Japão e Turquia, a presidência de Meloni, que inicialmente se apresentou como opositora à migração de africanos para o continente europeu, agora consideram o desenvolvimento africano um tema chave da presidência.

O Plano Mattei é alvo de críticas por especialistas, como Dean Bhekumuzi Bhebhe, chefe da campanha “Don’t Gas Africa” que adverte que a Itália “ignora a crise climática urgente e as vozes da sociedade civil africana”, outros dizem que o objetivo italiano é expandir o acesso ao gás fóssil da África para a Europa e fortalecer o papel das empresas italianas na exploração dos recursos naturais e humanos africanos. Francesco Sassi, pesquisador de geopolítica energética no think tank RIE, em entrevista à AFP, crê que se trata de uma estratégia de curto prazo e que simplifica a abordagem de insegurança energética e os desafios da transição energética.

---

<sup>39</sup> Valorização da economia do cuidado, exercida majoritariamente por mulheres, é tema de debate no G20. **G20**. 29 mar. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/paises-do-g20-debatem-politicas-para-igualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres>. Acesso em: 07 abr. 2024.

<sup>40</sup> Grupo de Engajamento Women 20 debate gênero e empreendedorismo. **G20**. 26 mar. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/grupo-de-engajamento-women-20-debate-genero-e-empreendedorismo>. Acesso em: 07 abr. 2024.

<sup>41</sup> Itália convida Brasil para reunião de chanceleres do G7. UOL. 2024. Disponível em: <[Itália convida Brasil para reunião de chanceleres do G7 \(uol.com.br\)](https://www.uol.com.br)>. Acesso em: 07/04/2024.

Sobretudo, quanto à migração, acredita-se que as estratégias italianas podem não surtir efeito com países alvo do Plano Mattei (subsaarianos) tendo em vista que o país possui mais familiaridade com os países do mediterrâneo, a exemplo de tentativas anteriores como a política frustrada de desenvolvimento da região do antigo primeiro-ministro italiano, Matteo Renzi<sup>42</sup>.

Além disso, no âmbito da saúde, a AstraZeneca reportou no dia 5 de abril que o medicamento Imfinzi apresentou resultados promissores em testes clínicos para pacientes em estágios iniciais de câncer de pulmão, com impacto estatisticamente significativo sobre redução na mortalidade e retardo na progressão da doença<sup>43</sup>. A droga já é aprovada em países do G7 para tratamento de câncer de pulmão em estágio avançado, e obteve vendas no montante de USD 4.4 bilhões em 2023. O vice-presidente de oncologia da empresa David Frederickson divulgou que a AstraZeneca estima que existam 20.000 pacientes em estágios iniciais de câncer de pulmão nestes países, e espera que a regulação já existente para pacientes em estágio avançado facilite uma aprovação rápida para a extensão do uso da medicação.

### **Anticorrupção e integridade em pauta na quinzena da OCDE**

Durante os dias 25 e 28 de março de 2024, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) organizou e promoveu em sua sede, em Paris, a semana de integridade do Fórum Global sobre Anticorrupção e Integridade (GACIF, da sigla em inglês)<sup>44</sup>, encontro anual que tem como objetivo principal apoiar ativamente governos e organizações em suas iniciativas para aprimorar a integridade, construir confiança e combater a corrupção, assim como ser um espaço de fomento ao debate e compartilhamento de novas ideias, percepções e dados do campo temático.

Com o tema “Construindo nosso futuro com integridade” (*Designing our future with integrity*, em inglês), o evento ainda celebrou o aniversário de 25 anos da Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (*Convention on Combating Bribery of Foreign Public Officials in International Business Transactions*, em inglês), um marco na luta global contra a corrupção e catalisador para a mudança de políticas do tema, e divulgou o lançamento de um novo relatório de autoria da própria OCDE.

Disponível nos idiomas inglês e francês, a primeira edição do “*Anti-Corruption and Integrity Outlook 2024*”<sup>45</sup> (Panorama de Integridade e Anticorrupção da OCDE, em uma tradução livre) visa fornecer uma visão geral sobre os esforços dos países membros da organização e

---

<sup>42</sup> Energía y migración, claves del encuentro de Italia con una veintena de países africanos. FRANCE 24. 2024. Disponível em: <<https://www.france24.com/es/europa/20240129-energ%C3%ADa-y-migraci%C3%B3n-claves-del-encuentro-de-italia-con-una-veintena-de-pa%C3%ADses-africanos>>. Acesso em: 07/04/2024.

<sup>43</sup> AstraZeneca's Imfinzi improves survival in late-stage lung cancer trial. REUTERS. 2024. Disponível em: <<https://www.reuters.com/business/healthcare-pharmaceuticals/astrazenecas-imfinzi-shows-promise-treating-aggressive-lung-cancer-2024-04-05/>>. Acesso em: 07/04/2024.

<sup>44</sup> OCDE. Media Advisory - 2024 Integrity week. OCDE [Internet]. 2024 Mar 18 [cited 2024 Apr 05]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/media-advisory-2024-integrity-week.htm>.

<sup>45</sup> OCDE. Anti-Corruption and Integrity Outlook 2024. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Apr 05]. Available from: <https://doi.org/10.1787/968587cd-en>.

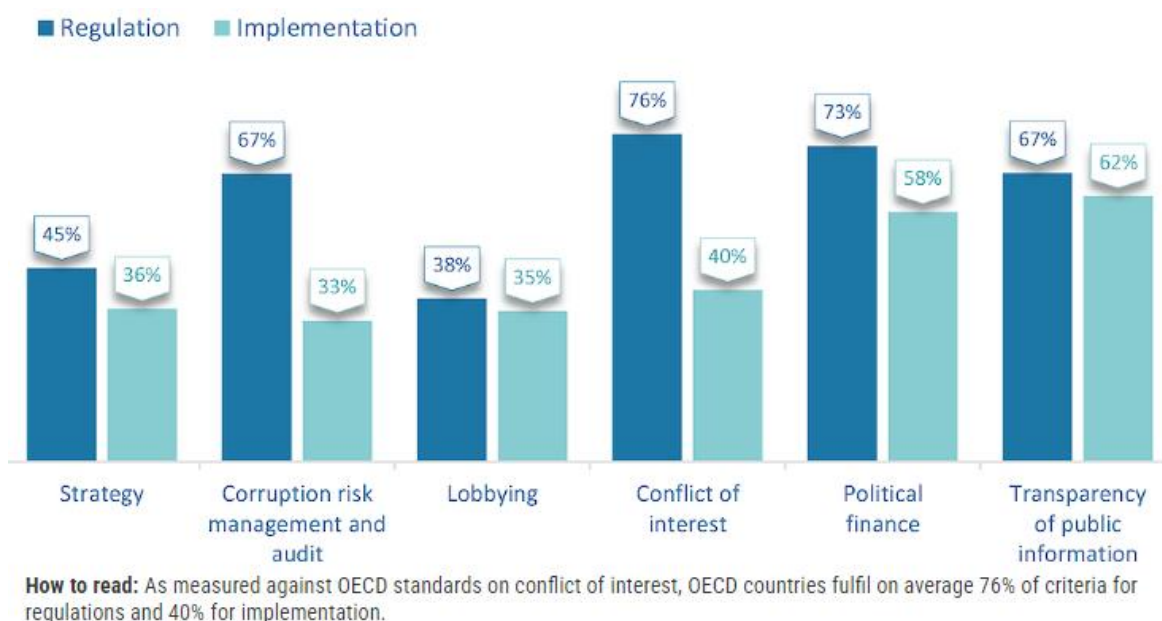
apoiar o planejamento estratégico e o trabalho de políticas em prol do fortalecimento da integridade pública no futuro<sup>46</sup>.

Para tal, o relatório baseia-se nos dados captados através dos Indicadores de Integridade Pública da OCDE, os primeiros do gênero a utilizar dados primários para mensurar a força de políticas ao invés de avaliações ou percepções de especialistas, diferenciando entre a eficácia das regulamentações e da prática.

Dividido em nove capítulos temáticos, o documento avalia então o desempenho das estruturas de integridade dos países e explora como alguns dos principais desafios enfrentados pelos governos atualmente (incluindo a transição verde, a inteligência artificial e a interferência estrangeira) estão agravando os riscos de corrupção e integridade para os países. O relatório aborda também como as insuficiências e fragilidades nos sistemas de integridade podem prejudicar a capacidade de respostas de países a tais desafios.

Dessa forma, a análise aponta que as estruturas anticorrupção e de integridade estão melhorando, porém há ainda necessidade de renovação constante dos esforços para fortalecê-las globalmente, priorizando a implementação, aprimorando a coleta de dados e levando em conta as ameaças emergentes que podem debilitar e prejudicar avanços e desenvolvimentos no setor. À exemplo de destaques dos achados do estudo, sobre o aspecto de implementação, os países da OCDE atendem a uma média de 76% dos critérios da OCDE sobre regulamentações de conflitos de interesse, todavia apenas 40% sobre a prática, enquanto sobre gerenciamento de risco de corrupção e auditoria, 67% atendem os critérios e somente 33% sobre as práticas.

**Figura 1:** Força das regulamentações e sua aplicação na prática em seis áreas temáticas



**Fonte:** OCDE, 2024

<sup>46</sup> OCDE. Resilient integrity frameworks are key to mitigating new corruption risks from global challenges. OCDE [Internet]. 2024 Mar 26 [cited 2024 Apr 05]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/resilient-integrity-frameworks-are-key-to-mitigating-new-corruption-risks-from-global-challenges.htm>.

A publicação ainda chama a atenção para a importância do fortalecimento da integridade e do combate à corrupção para a proteção e manutenção da confiança dos cidadãos na governança democrática, tornando também as economias mais produtivas ao proporcionar um ambiente de negócios favorável à inovação, à concorrência e ao investimento e garantindo que os recursos do setor público sejam alocados de forma eficaz em momentos de pressões fiscais significativas. O relatório disponibiliza, desse modo, uma série de anexos que se dedicam a abordar as especificidades e desempenhos de cada país participante da organização (notas dos países) a fim de otimizar o potencial dos dados, a performances individuais e auxiliar em suas avaliações e respostas, além de oferecer três recomendações gerais para governos e formuladores de políticas interessados na discussão, sendo elas:

i. Diminuir a lacuna de implementação, melhorando as normas de integridade e reduzindo os riscos de corrupção;

ii. Reduzir a defasagem de informações, com um maior e melhor monitoramento das estruturas de integridade e no investimento para o desenvolvimento de capacidades de análise e supervisão; e

iii. Atualizar as estruturas e ferramentas de integridade para enfrentar os riscos emergentes de corrupção, principalmente os relacionados à transição verde, à inteligência artificial e à interferência externa.

Paralelamente, a organização econômica internacional também publicou o estudo “*Illicit Trade in Fakes under the COVID-19*”<sup>47</sup>, uma colaboração com o Escritório de Propriedade Intelectual da União Europeia (EUIPO, na sigla em inglês). Parte de série *Illicit Trade* (comércio ilícito, em português), iniciativa onde a OCDE oferece aos tomadores de decisão análises sobre os mercados negros e cinzentos, bem como orientações e avaliações inovadoras de políticas criadas para reduzi-los ou detê-los, o documento foca, portanto, sua análise sobre como a pandemia da Covid-19 reformulou o comércio de produtos falsificados, com seus efeitos multifacetados sobre a dinâmica do comércio, especialmente na União Europeia, e destaca os desafios enfrentados, a mudança no *modus operandi* dos falsificadores e as soluções que surgiram em meio à tal crise.

Por fim, no que tange às progressões na relação da OCDE com o Brasil durante o período da quinzena, ressalta-se a manutenção da aparente estagnação e falta de espaço e/ou vontade na agenda política do país latino-americano quanto ao processo de entrada do país para o grupo. Sobre isso, pode-se observar uma movimentação em prol de provocar maiores atenções sobre a oportunidade, ainda mais com a presidência brasileira no G20, como o posicionamento do Conselho de Relações Exteriores (CFR, na sigla em inglês), centro de debates voltado para política externa com sede em Nova Iorque, que advoga pelo retorno das atenções públicas à entrada na OCDE<sup>48</sup> e no artigo que reforça a preferência do setor privado pela entrada na organização<sup>49</sup>.

---

<sup>47</sup> OCDE, EUIPO. *Illicit Trade in Fakes under the COVID-19*. *Illicit Trade* [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Apr 05]. Available from: <https://doi.org/10.1787/0c475a23-en>.

<sup>48</sup> Valor. Brasil deveria usar oportunidade na presidência do G20 para entrar na OCDE, diz CFR. *Valor Econômico* [Internet]. 2024 Apr 02 [cited 2024 Apr 05]. Available from: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/04/02/brasil-deveria-usar-oportunidade-na-presidencia-do-g20-para-entrar-na-ocde-diz-cfr.ghtml>.

<sup>49</sup> Moreira A. É hora de voltar a falar em OCDE. *Valor Econômico* [Internet]. 2024 Mar 29 [cited 2024 Apr 05]. Available from: <https://valor.globo.com/brasil/coluna/e-hora-de-voltar-a-falar-em-ocde.ghtml>.

**Alternativas ao dólar: mecanismos de liquidação financeira para um mundo multipolar, um debate**

***Alternatives to the dollar: Financial Settlement Mechanisms for a Multipolar World, a debate***

***Claudia Hoirisch***

**Abstract:** The world acknowledges that the unipolar financial system centred on the US dollar does not work properly. The dollar's position is undermined by several factors: problems in the American economy and Washington's use of the dollar as a weapon, particularly against Russia. At the same time, geopolitical changes play a significant role. The world is moving towards multipolarity, and this requires a multipolar financial system. The question that hangs in the air is whether the BRICS will be able to provide it. Perhaps it is too early to say that the BRICS can change the situation, but it is necessary to move forward with concrete measures. This is one of the key tasks of the Russian presidency for this year. In order to accelerate the process, they brought together some relevant experts to debate the issue. For economist Paulo Nogueira Batista Jr., vice-president of the NDB (2015-2017) and executive director of the IMF (2007-2015), the possible steps in this direction are the creation of a common currency basket of reference by the BRICS called R5, at the level of the New Development Bank; the development of an international payment and transaction system to replace SWIFT and the increased use of national currencies in commercial and financial transactions between the BRICS and with other non-BRICS nations. Ibrahim Karsany have in mind that the BRICS need to develop an alternative to the international organizations created after the WW II (Bretton Woods institutions system), and not just in the field of financial settlements. Arvind Gupta - director and co-founder of the Digital India Foundation - has a more pessimistic view. For him, BRICS is not yet ripe for the introduction of a single currency. For now, he suggests that the group focus on developing interaction between national payment systems, using public digital infrastructures that are not controlled by any country. The group will have important meetings in April: Meeting of the BRICS Working Group on Prevention and Response to Emergency Situations (16th and 17th); the 1st meeting of BRICS Senior Health Officials (18th and 19th) and an online Meeting of the Functioning of the BRICS Vaccine Centre.

**Keywords:** BRICS. International monetary system. Joint financial initiatives. R5. BRICS common reference currency. International payment and transaction system to replace SWIFT. Health in BRICS. BRICS Vaccine Centre.

**Resumo:** O mundo já se deu conta que o sistema financeiro unipolar centrado no dólar norte-americano não funciona adequadamente. A posição do dólar vem sendo prejudicada por vários fatores: problemas na economia americana e o uso do dólar como arma por parte de Washington, particularmente contra a Rússia. Ao mesmo tempo, as mudanças geopolíticas desempenham um papel significativo. O mundo caminha para a multipolaridade e isso requer um sistema financeiro multipolar. A pergunta que paira no ar é se o BRICS poderá provê-lo. Talvez seja cedo para dizer que o BRICS pode mudar a situação, mas é preciso avançar com medidas concretas. Esta é uma das tarefas-chave da presidência russa para este ano e para catalisar o processo, ela decidiu reunir alguns dos mais renomados especialistas para debater a

questão. O economista [Paulo Nogueira Batista Jr.](#), vice-presidente do NBD (2015-2017) e diretor executivo do FMI (2007-2015), aponta que possíveis passos nessa direção são a criação de uma cesta de moedas comuns de referência pelos BRICS denominada R5 ao nível do NBD; o desenvolvimento de um sistema internacional de pagamentos e transações para substituir o SWIFT e o aumento do uso de moedas nacionais nas transações comerciais e financeiras entre

os BRICS e com outros países não-BRICS. Ibrahim Karsany, consultor econômico do Centro de Pesquisa de Políticas Públicas do Dubai, acredita que os BRICS precisam desenvolver uma alternativa às organizações internacionais criadas após a 2ª GM (Bretton Woods), e não apenas no domínio das liquidações financeiras. [Arvind Gupta](#) - diretor e cofundador da Digital India Foundation-, tem uma visão mais pessimista que os seus colegas. Para ele, o BRICS ainda não está maduro para a introdução de uma moeda única. No momento, ele sugere que o grupo se concentre no desenvolvimento da interação entre os sistemas de pagamentos nacionais, com o uso de infraestruturas digitais públicas que não sejam controladas por qualquer país. O grupo terá reuniões importantes no mês de abril: o GT sobre Prevenção e Resposta a Emergências (dias 16 e 17); a 1ª reunião de Altos Funcionários de Saúde (18 e 19) e uma reunião online sobre o Funcionamento do Centro de Vacinas do BRICS.

**Palavras-chave:** BRICS. Sistema monetário internacional. Iniciativas financeiras conjuntas. R5. Moeda comum de referência dos BRICS. Sistema internacional de pagamentos e transações para substituir o SWIFT. Saúde nos BRICS. Centro BRICS de Vacinas.

### **Iniciativas financeiras do BRICS na visão do economista Paulo Nogueira Batista Jr.**

O pano de fundo das recentes discussões entre os países do BRICS sobre questões monetárias e financeiras internacionais e, em particular, sobre possíveis iniciativas conjuntas nessa área é bem conhecido. Há, em primeiro lugar, uma percepção que o atual sistema monetário internacional centrado no dólar americano está se tornando disfuncional. Em segundo lugar, a crescente multipolarização do mundo em termos econômicos e políticos parece inconsistente com a continuação indefinida de um sistema monetário mundial basicamente unipolar. Deve-se ter em mente que ambos são questões de economia política internacional, ou seja, problemas que são ao mesmo tempo políticos e econômicos<sup>50</sup>.

### **Um sistema monetário internacional disfuncional**

A percepção da crescente disfuncionalidade da ordem monetária atual é uma consequência de fatores econômicos e políticos nos Estados Unidos que estão corroendo a confiança no sistema e em sua principal moeda. De fato, desfrutar do privilégio de ser o principal fornecedor de liquidez internacional dá aos EUA uma margem de manobra extra considerável. Mas essa margem de manobra não é ilimitada, em algum momento um preço terá que ser pago em termos de instabilidade. À medida que a percepção desse risco aumenta, a confiança no dólar cai<sup>51</sup>.

No terreno político, o dólar sofre com o abuso pelo governo americano do status internacional da sua moeda, a chamada “armamentização” (weaponization) do dólar americano, ou seja, a sua transformação em instrumento militar.

<sup>50</sup> <https://www.nogueirabatista.com.br/2024/03/18/brics-financial-settlements/>

<sup>51</sup> <https://www.nogueirabatista.com.br/2024/03/18/brics-financial-settlements/>



A Rússia tem sido o principal e mais recente alvo desta utilização abusiva. Nada mina mais a confiança no dólar do que as violentas medidas unilaterais que os EUA e seus aliados tomaram contra vários países vistos como hostis (Afeganistão, Venezuela, Irã e agora a Rússia). Os métodos usados contra esses países foram tão incivilizados, tão desrespeitosos com os direitos básicos de propriedade, que os EUA e seus aliados, talvez mais do que ninguém, são na verdade os que merecem ser chamados de "Estados párias"<sup>52</sup>.

Inconsistência entre um mundo multipolar e um sistema monetário unipolar

O segundo ponto de fundo, igualmente importante, é a mudança geopolítica e geoeconômica que está ocorrendo no mundo, o que é referido como multipolarização.

Uma economia multipolar provavelmente não é consistente com um sistema de pagamentos e moeda internacional unipolar. Note-se que, a rigor, isso significa que o dólar americano não pode ser substituído por outra moeda nacional. Um sistema internacional baseado no renminbi ou em qualquer outra moeda nacional sofrerá de alguns dos mesmos problemas estruturais que têm atingido o sistema centrado no dólar americano<sup>53</sup>.

### **Quais alternativas o BRICS pode oferecer?**

O atual sistema internacional não entrará em colapso e desaparecerá do dia para a noite. Mas o declínio é constante e cada vez mais visível. Os problemas do sistema atual são cada vez mais difíceis de resolver.

Há muito burburinho em torno das iniciativas dos BRICS nesta área, mas ainda há muito a ser discutido e feito se quisermos passar em algum momento de comentários para medidas práticas e eficazes.

Este é um dos desafios centrais para a presidência russa dos BRICS em 2024. Esse desafio será transferido para a presidência brasileira dos BRICS em 2025. Os presidentes Putin e Lula têm sido os mais vocais nessas questões. " Em agosto passado, o presidente Lula, em seu discurso final na Cúpula do BRICS, em Joanesburgo, falou da necessidade de abordar o tema, afirmando que os líderes do BRICS haviam "aprovado a criação de um grupo de trabalho para estudar a adoção de uma moeda de referência dos BRICS. Isso aumentará as opções de pagamento do BRICS e reduzirá sua vulnerabilidade"<sup>54</sup>.

As posições de cada especialista em relação aos mecanismos de liquidações financeiras<sup>55</sup>

Um grupo de especialistas foi criado na presidência russa para avaliar mecanismos de liquidações financeiras e já começou a colocar a mão na massa. Espera-se resultados concretos para 2024.

Paulo Nogueira Batista Jr. concorda que um passo relativamente simples, proposto por economistas russos, poderia ser a criação de uma cesta semelhante à do "Direito Especial de Saque" (DES) (Special Drawing Rights, SDR<sup>56</sup>, em inglês) do FMI. A cesta poderia ser chamada de

---

<sup>52</sup> <https://www.nogueirabatista.com.br/2024/03/18/brics-financial-settlements/>

<sup>53</sup> <https://www.nogueirabatista.com.br/2024/03/18/brics-financial-settlements/>

<sup>54</sup> <https://www.nogueirabatista.com.br/2024/03/18/brics-financial-settlements/>

<sup>55</sup> <https://valdaiclub.com/events/posts/articles/alternatives-to-the-dollar-financial-settlement-mechanisms-for-a-multipolar-world/>

<sup>56</sup> Instrumento monetário internacional, criado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1969, para completar as reservas oficiais dos países membros, calculado com base em uma cesta de cinco moedas. A cada cinco anos, a composição da cesta é revista. Hoje, estas moedas são dólar, euro, iene, libra esterlina e renminbi chinês.

R5, para refletir o fato de que as moedas dos cinco membros originais do BRICS começam com a letra R. Essa unidade de conta poderia ser criada com pesos baseados no tamanho das economias dos países participantes.<sup>57,58</sup> O renminbi teria maior ponderação na cesta, seguido pela rupia, depois pelo real e o rublo, com o rand ficando com um peso menor. Para dar um exemplo ilustrativo, a moeda chinesa poderia ficar com 40% da cesta; a moeda indiana, com 25%; as moedas russa e brasileira, com 15% cada; e a sul-africana, com 5%. O R5 poderia começar em paridade unitária com o DES e flutuaria a partir daí, refletindo as variações da sua cesta de moedas em relação à cesta do DES.

Ibrahim Karsany, consultor econômico do Centro de Pesquisa de Políticas Públicas do Dubai, considera a ideia de multipolaridade contraditória e prefere falar sobre diversidade e diversificação para evitar qualquer forma de dominação. Ele acredita que há apoio ao sistema de dominação ocidental nas organizações internacionais criadas após a 2ª GM, o sistema as instituições de Bretton Woods. Em seu entender, os BRICS precisam desenvolver uma alternativa a estas instituições e não apenas no domínio das liquidações financeiras. “As economias dos BRICS devem passar para uma base digital.”

Arvind Gupta, diretor e cofundador da Digital India Foundation, tem uma visão pessimista. Para ele, o grupo BRICS ainda não está maduro para a introdução de uma moeda única e pode fazer mais sentido concentrar-se no desenvolvimento da interação entre os sistemas de pagamentos nacionais. Gupta considera a confiança um fator extremamente significativo neste aspecto, acrescentando que será mais fácil alcançá-la se o desenvolvimento se basear no uso de infraestruturas digitais públicas que não sejam controladas por qualquer país<sup>59</sup>.

### **Três dimensões da questão financeira**

Para Nogueira Batista Jr., a questão que está sendo discutida tem pelo menos três dimensões: a) A criação de uma moeda comum de referência pelos BRICS; b) o desenvolvimento de um sistema internacional de pagamentos e transações para substituir o SWIFT e c) o aumento do uso de moedas nacionais nas transações comerciais e financeiras entre os BRICS e com outras nações não-BRICS.

O último ponto é aquele em que mais avanços foram feitos pelos BRICS. O dólar americano está sendo substituído, em grande medida, pela utilização de moedas nacionais nas transações bilaterais entre os países. do BRICS. Nesse aspecto a desdolarização está caminhando em ritmo acelerado, reduzindo os custos de transação e os riscos políticos. Mas poucas pessoas percebem, no entanto, que esse progresso tem limitações que só podem ser superadas com a criação de uma moeda de referência comum.

Se houver superávits e déficits bilaterais, como é normal, os países superavitários acumularão moeda dos países deficitários. Esta acumulação pode não ser desejável se existirem dúvidas sobre a estabilidade das moedas dos países deficitários. Isso poderia levar os países superavitários a se desfazerem de suas participações em moedas dos países deficitários nos mercados internacionais, causando depreciações e possível instabilidade. Agora, se uma moeda de referência do BRICS existisse e comandasse a confiança, os países superavitários poderiam

---

<sup>57</sup> <https://www.nogueirabatista.com.br/2024/03/18/brics-financial-settlements/>

<sup>58</sup> <https://www.jb.com.br/brasil/opiniao/artigos/2023/08/1045330-uma-moeda-brics.html>

<sup>59</sup> <https://valdaiclub.com/events/posts/articles/alternatives-to-the-dollar-financial-settlement-mechanisms-for-a-multipolar-world/>

acumular reservas na moeda de referência do BRICS. Se não existir uma moeda comum confiável, a utilização das moedas nacionais será inevitavelmente limitada.

Ressalte-se que não se trata de uma moeda única semelhante ao euro. Isso não seria pensável entre os BRICS. As moedas nacionais e os bancos centrais nacionais continuarão a existir e a desempenhar as suas funções habituais. Uma moeda de referência do BRICS seria usada para transações internacionais e como moeda de reserva no lugar do dólar americano e das outras moedas de reserva atualmente existentes.<sup>60</sup>

Esperemos que os BRICS confirmem as expectativas do resto do Sul Global e estejam à altura do desafio de oferecer alternativas construtivas para todos.

### **Requisitos para o sucesso das iniciativas de Acordos Financeiros do BRICS**

Primeiro, o grupo precisa demonstrar competência profissional e técnica para lidar com as questões complexas envolvidas nessas iniciativas; em segundo lugar, é necessário ter coragem política e o terceiro requisito, é um elevado grau de coesão entre os BRICS, ou seja, todos os países têm de estar convencidos da viabilidade destas iniciativas e colocar alguns de seus melhores especialistas e funcionários para trabalhar em sua formulação e implementação<sup>61</sup>.

### **Considerações finais**

É importante ressaltar que a R5 seria apenas uma moeda digital, não precisaria ter existência física; não seria necessário e nem recomendável, criar um Banco Central do BRICS pois não há como unificar as políticas monetárias dos cinco países, nem agora nem em futuro previsível; não se trata, portanto, de criar uma moeda única que substituiria as respectivas nacionais e; os bancos centrais continuariam desempenhando todas as funções típicas de uma autoridade monetária.

Bastaria criar um banco emissor, encarregado de emitir a R5, de acordo com regras pré-determinadas. A R5 seria uma moeda virtual para transações internacionais.

---

<sup>60</sup> <https://www.nogueirabatista.com.br/2024/03/18/brics-financial-settlements/>

<sup>61</sup> <https://www.nogueirabatista.com.br/2024/03/18/brics-financial-settlements/>

## Potências Médias Emergentes, Transição de Poder e Multilateralismo

*Paulo Esteves*

*Carlos Frederico Coelho*

**Sumário:** O artigo buscou compreender as percepções das comunidades de política externa da Índia, Brasil e África do Sul acerca do posicionamento estratégico e das estratégias multilaterais a serem adotadas em um contexto de transição de poder. Tal exercício sugere que tanto o posicionamento de não alinhamento como o de proteção estratégica indicam que potências médias podem buscar uma posição de equidistância ou de múltiplos engajamentos das/com superpotências como forma de proteção e maximização de eventuais benefícios decorrentes da própria transição de poder. Além disso, tal posicionamento cria condições para a adoção de estratégias reformistas no âmbito multilateral, particularmente no que concerne às instituições assimétricas como o Conselho de Segurança das Nações Unidas ou as Instituições Financeira Internacionais.

**Palavras Chave:** Potências Médias; Transição de Poder; Multilateralismo

**Abstract:** *The article sought to understand the perceptions of the foreign policy communities of India, Brazil and South Africa about the strategic positioning and multilateral strategies to be adopted in a context of power transition. This exercise suggests that both the positioning of non-alignment and that of strategic protection indicate that middle powers may seek a position of equidistance or multiple engagements with the superpowers as a way of protecting themselves and maximising any benefits arising from the power transition itself. Furthermore, such a position creates conditions for the adoption of reformist strategies in the multilateral sphere, particularly with regard to asymmetric institutions such as the United Nations Security Council or the International Financial Institutions.*

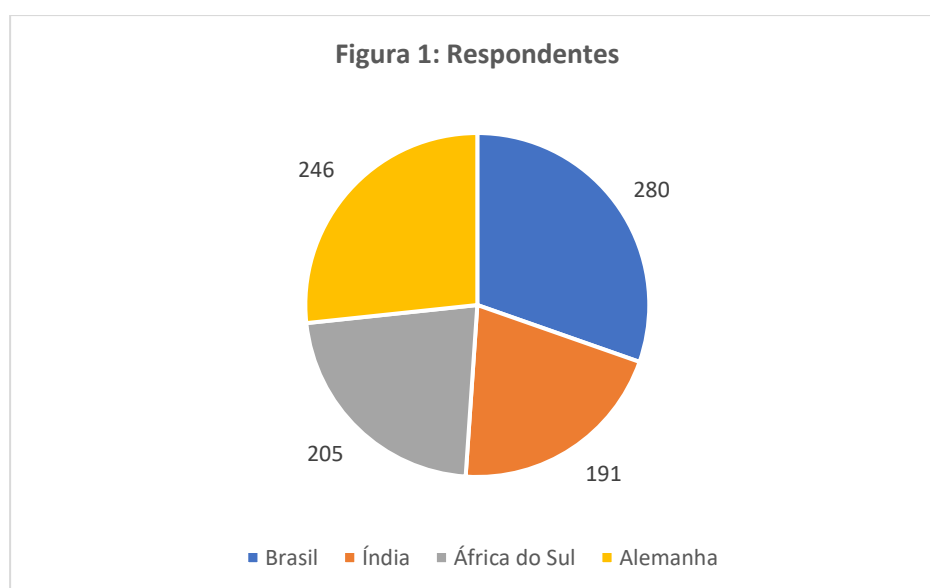
**Keywords:** *Middle Powers; Power Transition; Multilateralism*

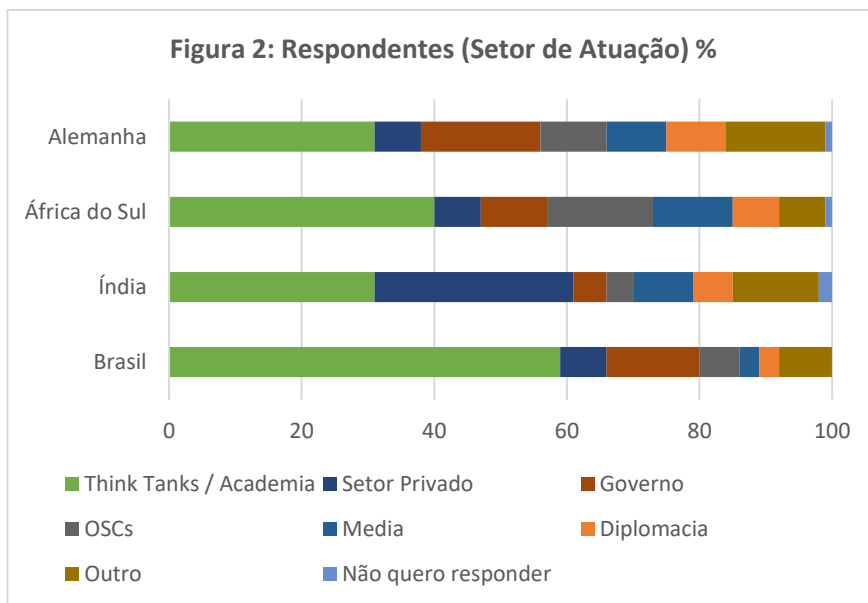
### Comunidades de política externa e a transição de poder

A transição de poder é um tema clássico dos estudos da política internacional. As pesquisas sistemáticas acerca da transição de poder são realizadas desde fins da década de 1950, quando Organski construiu as raízes de um programa cujo foco recaía sobre a dinâmica competitiva ou conflituosa entre potências emergente e declinante (Organski, 1958). Contudo, foi apenas com a criação do grupo BRICS e a emergência da China como superpotência que o problema da transição de poder voltou à agenda acadêmica (Tammen, 2000). As abordagens adotadas nos estudos sobre transição de poder tradicionalmente se concentram nas dinâmicas entre as superpotências, e, particularmente, nos desafios impostos pelas potências emergentes ao *status quo* estabelecido pelo *hegemon* (Chan et al., 2021; Christensen, 2021; He, 2019). Nessa agenda de pesquisa, pouca atenção é oferecida às potências médias cujo comportamento seria apenas relevante no interior das políticas de alianças adotadas pelas superpotências (He & Feng, 2023). Mais que isso, as abordagens da transição de poder em geral negligenciam as formas como potências médias compreendem o próprio processo de transição ou mudança e as principais razões que incidem sobre seu posicionamento.

Com vistas à tratar desse gap na literatura, equipes de pesquisadores do BRICS Policy Center (PUC-Rio), a Körber Stiftung (Alemanha), Gateway House (Índia) e o South Africa Institute of International Affairs (África do Sul) conduziram um [survey](#) junto às comunidades de política externa dos quatro países (Ganter et al., 2024). Amaury de Souza (2002, 2008) se referiu à "comunidades de política externa" como uma forma de compreender a multiplicidade de atores envolvidos na formação da política externa brasileira. Seguindo o insight de Souza, o que aqui chamamos de "comunidade de política externa" não compreende apenas os tomadores de decisão mais evidentes, como diplomatas, ministros e a presidência, mas também burocratas de vários ministérios e instituições sociais e estatais, parlamentares, representantes do setor privado e líderes de organizações da sociedade civil (Esteves, 2020; Esteves & Herz, 2020; Souza, 2002, 2008). O *survey* ouviu 922 pessoas vinculadas às comunidades de política externa nos quatro países e os dados coletados permitem compreender a posição adotada por cada um dos países diante de um cenário global marcado pela transição de poder. As figuras 1 e 2 apresentam o perfil dos respondentes nos quatro países.

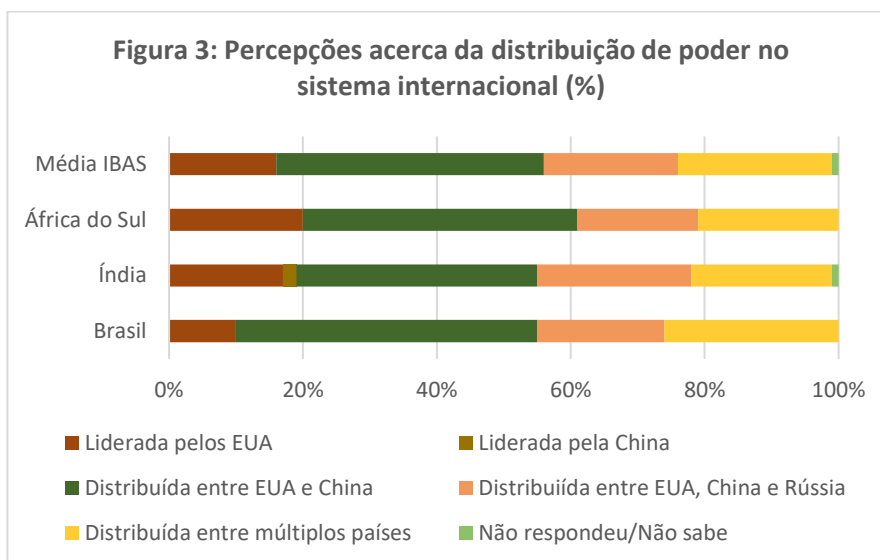
Nesse artigo, nos concentramos na apresentação e análise parciais e limitadas dos dados referentes aos países IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e como suas comunidades de política externa percebem os processos mais amplos de transição de poder no sistema internacional. Nos beneficiamos aqui dos insights do modelo "preferences-for-change" proposto por He & Feng (2023). Esse modelo analítico pretende compreender como potências regionais, ou Estados secundários, ajustam suas políticas externas durante períodos de transição na ordem internacional. Para tanto, o modelo considera a transição de poder como um dado do sistema internacional e indaga como esses Estados se posicionam em meio à competição e potencial conflito entre as superpotências. Como observam os autores, "esse efeito sistêmico no comportamento da política externa é transmitido por meio das percepções dos líderes em relação ao cálculo de custo-benefício da transição da ordem em andamento. Em outras palavras, a preferência dos líderes políticos baseada no custo-benefício para a mudança da transição da ordem internacional enquadra a escolha da política de um Estado durante o período de transição da ordem." (He & Feng, 2023, p. 12).



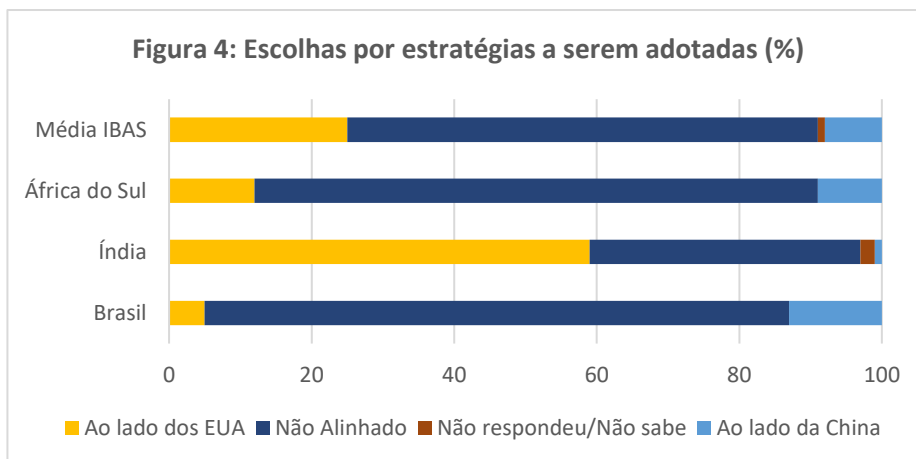


### Os países IBAS e a transição de poder

Para compreender o posicionamento dos países IBAS diante da transição de poder, a pesquisa buscou identificar como essas comunidades percebem a distribuição de poder no sistema internacional e se estaríamos ou não diante do fenômeno da transição de poder. Como apresentado na figura 3, os respondentes confirmaram a percepção de que estaríamos diante de um processo de transição (80% na África do Sul, 87% na Índia e 90% no Brasil). A maioria dos respondentes nos três países (média de 63%) percebem que essa transição estaria se dando em direção a um sistema bipolar (40%), ou multipolar (23%).



Brasil e África do Sul, de um lado e Índia de outro, têm diferentes percepções sobre a China e sobre sua ascensão à posição de superpotência. Tais diferenças permitem compreender as opções de posicionamento estratégico sugeridas pelos respondentes para os três países (veja-se Figura 4). Assim, não surpreende que em países como Brasil e na África do Sul, onde prevalecem percepções positivas acerca da China, encontremos significativo apoio ao não-alinhamento (82% e 79% respectivamente). Tais dados contrastam com aqueles encontrados na Índia, onde 59% dos respondentes favorecem uma aproximação com os EUA.



### **Não Alinhamento e Proteção Estratégica**

Os dados coletados com o *survey* permitem realizar uma primeira aproximação às preferências portadas por participantes das comunidades de política externa dos três países. Seguindo as sugestões do modelo de “*preferences-for-change*” pudemos compreender como a transição de poder e a emergência da China são percebidas. Os dados nos sugerem que, (i) diante de uma transição para um sistema bipolar e, (ii) na ausência de competição direta com um dos polos de poder potências médias como o Brasil e a África do Sul tendem a adotar uma posição estratégica de não alinhamento que lhes garante flexibilidade e maior espaço político. Ao mesmo tempo, a ocorrência de competição com um dos polos, como observado no caso das relações entre Índia e China, sugere a adoção de uma posição de proteção estratégica (*hedging*). A proteção estratégica sugere o aprofundamento das relações com vários polos de poder sem que haja nenhum alinhamento definitivo. A adesão da Índia ao Quadrilateral Security Dialogue (o Quad), do qual participam os Estados Unidos, Japão, e Austrália, e o apoio ao lançamento do *Indo-Pacific Economic Framework* (IPEF) pelos Estados Unidos, são expressões desse posicionamento. Tais iniciativas indicam, por um lado, a preocupação com a criação de um mecanismo de balanceamento de poder na região que eleve os custos de um eventual conflito e, por outro permite maximizar seus interesses. O aprofundamento das relações com a Rússia no contexto de seu crescente enfrentamento com os Estados Unidos e com os países ocidentais, permite também compreender como a Índia busca, ainda, evitar uma posição de alinhamento automático.

### **O Multilateralismo e a Transição de Poder**

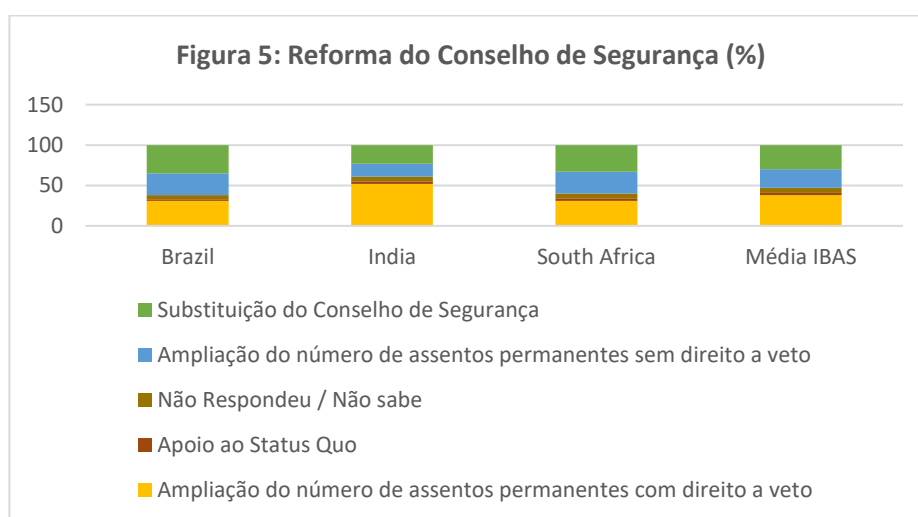
A transição de poder no sistema internacional, desafia a hegemonia dos Estados Unidos, e coloca em questão instituições e regimes internacionais criados à sua sombra. Para potências médias emergentes o processo traz novas oportunidades e, naturalmente, riscos. Países IBAS têm interesse em preservar a ordem internacional baseada em regras, que, de certa forma, modera as assimetrias presentes no sistema internacional e lhes proporciona benefícios econômicos e políticos. Contudo, a chamada ordem baseada em regras (sempre sujeita a contradições e, *double standards*) é, ela própria produto de assimetrias de poder e influência que incidem sobre instituições multilaterais. Nesse sentido, a estratégia multilateral é fundamental para que esses países possam aumentar sua projeção e participação na agenda global, defendendo seus interesses diante das disputas entre as grandes potências. Respondentes de países IBAS se mostraram extremamente favoráveis à reforma das instituições multilaterais, principalmente no campo da segurança e das finanças internacionais (áreas em que o processo decisório é controlado pelas grandes potências).

Neste artigo, analisamos as percepções das comunidades de política externa da Índia, do Brasil e da África do Sul sobre três dimensões do multilateralismo no contexto da transição de poder: a reforma do Conselho de Segurança da ONU, a reforma das instituições financeiras internacionais e a relevância da ONU e de outros mecanismos de coordenação minilateral, como o G7 e o G20.

### A reforma do Conselho de Segurança da ONU

Uma das questões mais sensíveis e complexas do multilateralismo é a reforma do Conselho de Segurança da ONU, o órgão responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais, que tem cinco membros permanentes com direito a veto (Estados Unidos, Rússia, China, França e Reino Unido) e dez membros não permanentes eleitos por dois anos. A composição atual do Conselho reflete o equilíbrio de poder do pós-Segunda Guerra Mundial e não leva em conta as mudanças ocorridas nas últimas décadas, que tornaram o mundo mais multipolar e diverso. Por isso, há demandas por uma reforma que amplie o número de membros permanentes e não permanentes, melhore a representatividade regional, aumente a transparência e a accountability do Conselho e limite ou elimine o uso do veto.

Índia, Brasil e África do Sul são candidatos a membros permanentes do Conselho. Desde 2005 Índia, Brasil Japão e Alemanha, formam [G4](#). Esses países defendem uma expansão do Conselho em ambas as categorias de membros, com o aumento de seis assentos permanentes e quatro não permanentes, mantendo o direito de veto para os novos membros permanentes. Essa proposta enfrenta a oposição do grupo Uniting for Consensus (UfC), liderado pela Itália, que é contra a criação de novos membros permanentes e defende apenas o aumento de membros não permanentes ou de membros com mandatos mais longos e possibilidade de reeleição. Além disso, há resistências de alguns dos membros permanentes atuais, especialmente da China, que se opõe à entrada do Japão e da Índia, e da Rússia, que prefere manter o status quo. Os dados da pesquisa mostram que, a despeito do grande apoio à reforma do Conselho de Segurança, não há consenso em torno do modelo a ser adotado (ver Figura 6).



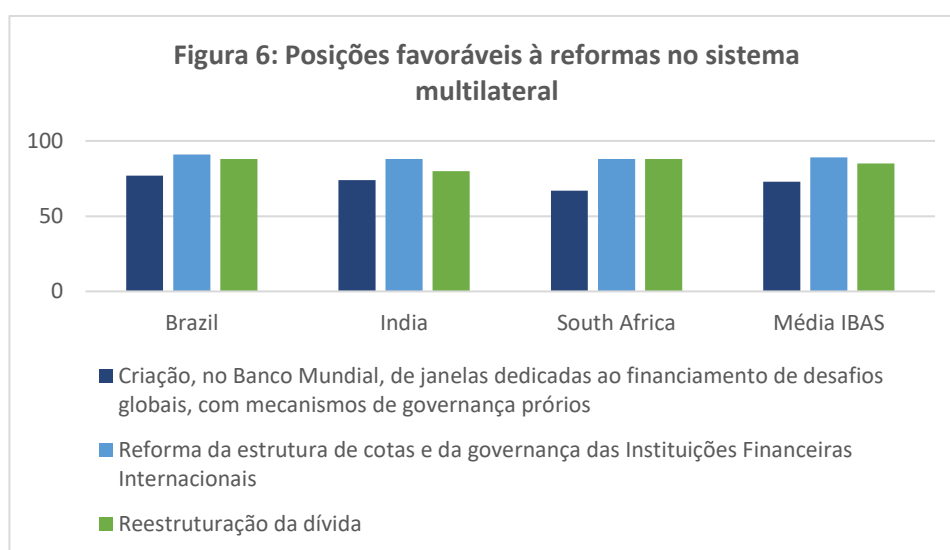
### A reforma das instituições financeiras internacionais

Outra dimensão do multilateralismo que requer reformas é a das instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que foram criadas após a Segunda Guerra Mundial para promover a estabilidade financeira e o desenvolvimento internacional. Essas instituições têm sido criticadas por sua falta de



representatividade, transparência e legitimidade, bem como por imporem políticas de ajuste estrutural que prejudicam os países em desenvolvimento. A crise financeira global de 2008-2009 evidenciou a necessidade de reformar essas instituições tanto para aumentar sua capacidade de resposta e prevenção de novas crises, quanto para refletir a crescente importância dos países emergentes na economia mundial.

A Índia, o Brasil e a África do Sul têm reivindicado maior participação e voz nessas instituições, especialmente no que diz respeito à alocação de cotas e de direitos de voto, que determinam o grau de influência e acesso aos recursos financeiros desses organismos. Esses países também têm defendido uma maior diversidade na composição das diretorias e dos cargos de liderança dessas instituições, que tradicionalmente são ocupados por europeus e norte-americanos.



Os dados da pesquisa revelam que há um consenso entre os participantes das comunidades de política externa dos países IBAS sobre a necessidade e a urgência de reformar as instituições financeiras internacionais. Cerca de 89% dos respondentes nesses países são favoráveis à reforma da estrutura de cotas e dos mecanismos de governança dessas instituições (91% no caso do Brasil). No que concerne ao tratamento dos chamados desafios globais 73% dos respondentes (77% no caso do Brasil), são favoráveis à criação de janelas dedicadas ao financiamento de soluções globais, com mecanismos de governança próprios.

### **A relevância das Organizações Internacionais, Regionais e mecanismos de coordenação minilateral**

A pesquisa tratou, finalmente, da percepção das comunidades de política externa acerca da capacidade das Instituições internacionais em responder aos chamados desafios globais como a pandemia de Covid-19, as mudanças climáticas, o terrorismo, a proliferação de armas de destruição em massa, a migração, o cibercrime, entre outros. Esses desafios exigem uma resposta coletiva e cooperativa dos países, que envolva tanto a formulação de normas e regras internacionais como a implementação de ações concretas e efetivas. Nesse sentido, buscamos identificar como essas comunidades de política externa avaliam a capacidade desses mecanismos de oferecerem soluções adequadas e legítimas para os problemas globais, bem como de envolverem os atores relevantes e representativos na tomada de decisões.

A Índia, o Brasil e a África do Sul têm participado ativamente desses mecanismos, buscando contribuir para a governança global e defender seus interesses e valores. Esses países são membros da ONU, onde atuam em diversos órgãos e agências especializadas, e também são membros do G20, o principal fórum de cooperação econômica e financeira internacional, que reúne as maiores economias do mundo. Além disso, esses países fazem parte de outros grupos e coalizões minilaterais, como o IBAS, o BRICS, o BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China), o G4, o G77 e o NAM (Movimento dos Países Não Alinhados), com os quais pretendem aumentar seu poder de barganha e influência nas negociações internacionais. Por outro lado, esses países não são membros do G7, o grupo das principais potências ocidentais, que tem um papel de liderança na definição da agenda e das normas globais, mas que enfrenta críticas por sua falta de representatividade e legitimidade.

Os dados da pesquisa indicam que, a despeito de se tratar apenas de um grupo de coordenação minilateral, o G20 é considerado a instância mais relevante para a solução de desafios globais (38% dos respondentes). O grupo BRICS é a segunda instância mais bem avaliada pelos respondentes (20%). Surpreendentemente a ONU aparece apenas em terceiro lugar com 18% dos respondentes. Os resultados sugerem que há uma preferência por mecanismos de coordenação e uma descrença significativa na capacidade das instituições multilaterais em responder aos desafios de nosso tempo.

## Referências

- Chan, S., Feng, H., He, K., & Hu, W. (2021). *Contesting Revisionism: China, the United States, and the Transformation of International Order*. Oxford University Press. <https://books.google.com.br/books?id=nFFyzgEACAAJ>
- Christensen, T. J. (2021). There Will Not Be a New Cold War. *Foreign Affairs*. <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2021-03-24/there-will-not-be-new-cold-war>
- DTIC. (2023). *China and South Africa holds talks on trade and investment in preparation for State Visit by President Xi Jinping*. DTIC.
- Esteves, P. (2020). Brazil: The Nexus Between Security and Development. In A. Paczyńska, *The New Politics of Aid: Emerging Donors and Conflict-affected States*. Lynne Rienner Publishers, Incorporated. <https://books.google.com.br/books?id=pJ3pwQEACAAJ>
- Esteves, P., & Herz, M. (2020). Climbing the Ladder: Brazil and the International Security Field. In *Status and the Rise of Brazil* (pp. 113–131). Springer.
- Ganter, J., Coelho, C. F., Esteves, P., Gruzd, S., Manjeet, K., & Leher, J. (2024). *Listening Beyond the Echo Chamber: Emerging Middle Powers Report 2024*. Körber Stiftung. <https://koerberstiftung.de/en/projects/koerber-emerging-middle-powers-initiative/2023-2024/>
- Gupta, P. (2023). *India-Russia oil trade and investments—An evolving facet of the historic bilateral*. ORF. <https://www.orfonline.org/expert-speak/india-russia-oil-trade-and-investments-an-evolving-facet-of-the-historic-bilateral>
- He, K. (2019). Contested multilateralism 2.0 and regional order transition: Causes and implications. *The Pacific Review*, 32(2), 210–220.
- He, K., & Feng, H. (2023). *After Hedging: Hard Choices for the Indo-Pacific States Between the US and China* (1st ed.). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781009420570>
- IBEF. (2024). *Exploring India China Trade and Economic Relations*. IBEF.
- Menon, R., & Rumer, E. (2022). *Russia and India: A New Chapter*. Carnegie Endowment for International Peace.
- Organski, A. (1958). *World Politics*. Alfred A. Knopf.

- Souza, A. (2002). *Agenda Internacional do Brasil: Um Estudo sobre a Comunidade Brasileira de Política Externa*. CEBRI.
- Souza, A. (2008). *Agenda Internacional do Brasil Revisitada: Percepções da Comunidade Brasileira de Política Externa*. CEBRI.
- Tammen, R. L. (2000). *Power Transitions: Strategies for the 21st Century*. SAGE Publications.  
<https://books.google.com.br/books?id=xEF3AAAAMAAJ>

## A integração da América Latina à deriva? *¿La Integración de Latino América a la deriva?*

**Samia de Brito**  
**Miryam Minayo**  
**Sebastian Tobar**

**Resumen.** En esta edición del informe presentamos un breve panorama político de los principales acontecimientos ocurridos en los países de la región que han tenido repercusión internacional. También destacamos las principales actividades de la CEPAL, como la participación en el Tercer Diálogo Regional de Alto Nivel sobre Transporte en América Latina y el Caribe y en el Foro de Países de América Latina y el Caribe sobre Desarrollo Sostenible. En cuanto a los organismos regionales, la COMISCA fortaleció las relaciones con Taiwán a través de proyectos conjuntos; la OTCA llevó a cabo una agenda sobre bioeconomía y gestión sostenible del agua; la ORAS-CONHU promovió una agenda sobre salud digital y emitió un comunicado sobre el dengue; y el SELA realizó una agenda sobre gestión del riesgo de desastres en Centroamérica.

**Palabras-clave:** América Latina y el Caribe. Salud. Crisis política. Integración

**Resumo.** Nesta edição do relatório apresentamos um breve panorama político dos principais fatos dos países da região que tiveram repercussão internacional. Destacamos também as principais atividades da CEPAL, como a participação no Terceiro Diálogo Regional de Alto Nível sobre Transporte na América Latina e no Caribe e no Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre o Desenvolvimento Sustentável. No que concerne as organizações regionais, a COMISCA fortaleceu as relações com Taiwan através de projetos conjuntos; a OTCA cumpriu agenda nas temáticas de bioeconomia e gestão sustentável da água; o ORAS-CONHU promoveu agenda sobre saúde digital e expediu comunicado sobre a dengue e o SELA cumpriu agenda sobre gestão de risco de desastres na América Central.

**Palavras-chave:** América Latina e Caribe. Saúde. Crise política. Integração

### **Panorama político e diplomático da região**

A região das Américas continua agitada política e diplomaticamente. A turbulência não parece passageira: vivemos a chamada “pirotecnia verbal”<sup>62</sup>, pelo jornalista argentino Carlos Malamud, com trocas de ofensas do mais baixo calão e inapropriadas para os cargos que de presidente que ocupam; o estado de barbárie e violência incessante no Haiti; o acirramento da disputa por Essequibo com a declaração de anexação da Venezuela; o cenário das disputas entre

---

<sup>62</sup> O termo “pirotecnia verbal” foi usado por Malamud. C (2025) para se referir aos insultos e acusações entre os presidentes da Colômbia, Gustavo Petro, e do México, Andrés Lopez Obrador, com o presidente da Argentina Javier Milei. A estas intersecções acrescentamos o recente conflito entre Andrés López Obrador, do México, e Daniel Noboa, do Equador. [https://www.clarin.com/opinion/america-latina-detras-pirotecnias-verbales\\_0\\_fxg4j2vCCB.html](https://www.clarin.com/opinion/america-latina-detras-pirotecnias-verbales_0_fxg4j2vCCB.html) e <https://www.infobae.com/america/america-latina/2024/04/07/paso-a-paso-como-se-gesto-el-conflicto-diplomatico-entre-mexico-y-ecuador-que-termino-con-la-detencion-de-jorge-glas/>

a China e os Estados Unidos por suas zonas de influência na América Latina e não para por aí. Diferenças ideológicas entre os presidentes da região geraram tensões diplomáticas na CELAC, envolvendo Honduras, Argentina, Colômbia, Equador e México. A presidente pro tempore hondurenha Xiomara Castro, tomou diversas iniciativas não consultadas em diversos problemas globais sem atender ao consenso regional.

As trocas verbais entre os presidentes Petro da Colômbia, Lopez Obrador de México, Milei e Noboa revelam claramente a polarização interna da região. A fragmentação ideológica ameaça os avanços na integração, que segue baseada muito mais em afinidades políticas do que em um objetivo em si mesmo importante para a consolidação das América Latina como um bloco regional consistente e com poder de barganha na arena internacional.

Esta polarização pode se observar na CELAC, onde a Presidente pro tempore a hondurenha Xiomara Castro tem promovido iniciativas<sup>63</sup>: como felicitar Vladimir Putin<sup>64</sup> *“pela sua convincente”* vitória nas eleições que considerou claramente democráticas, a carta a António Guterres sobre a guerra entre Israel e o Hamas e a declaração sobre o Haiti, onde insta a rejeitar *“uma ação militar que viole o princípio da não intervenção e do respeito pela autodeterminação dos povos”*. Argentina, Chile, Costa Rica, Ecuador, Guatemala, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai distanciaram-se de diversas declarações em nome do mecanismo feitas pelo Chefe de Estado de Honduras.

O conflito histórico entre a Guiana e a Venezuela mais uma vez aqueceram as peças do xadrez diplomático, após tentativas de mediação da CELAC, CARICOM e do Presidente Lula. Recentemente, o presidente Maduro declarou a existência de instalações militares secretas do Comando Sul<sup>65</sup>: afirmou a presença de núcleos militares do Comando Sul e núcleos da CIA para preparar ataques às populações do Sul e Leste da Venezuela. Desse modo, justificou a assinatura e promulgação da Lei Orgânica de Defesa da Guiana Essequiba, que promove a criação de uma região venezuelana dentro do território reconhecido internacionalmente como da Guiana. O presidente Maduro afirmou que *“a Guiana é governada pelo Comando Sul, pela CIA e pela ExxonMobil, e não estou exagerando, eles controlam o Congresso, os dois partidos que constituem a maioria: Governo e oposição. “Eles controlam todo o governo, controlam totalmente as forças de defesa da Guiana, as forças policiais”<sup>66</sup>*.

Em relação à Lei promovida pelo governo Chavista, o Ministério das Relações Exteriores do Governo da República Cooperativa da Guiana, divulgou um comunicado, no dia 4 de abril, que afirmava: *“Esta tentativa da Venezuela de anexar mais de dois terços do território soberano*

---

<sup>63</sup> Uma dezena de países da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) se distanciaram de diversas declarações, em nome do mecanismo, feitas pelo chefe de Estado de Honduras e presidente pro tempore da organização, Xiomara Castro. <https://www.infobae.com/america/agencias/2024/03/20/una-decena-de-paises-de-la-celac-piden-a-xiomara-castro-no-emitir-comunicados-en-nombre-del-mecanismo/>

<sup>64</sup> Através de sua conta X, nas redes sociais, a presidente hondurenha, como chefe pro tempore da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), parabenizou Putin por sua vitória eleitoral. <https://www.elheraldo.hn/honduras/xiomara-castro-felicita-vladimir-putin-triunfo-elecciones-rusia-KL18200208>

<sup>65</sup> O Comando Sul dos Estados Unidos (USSOUTHCOM) é um dos dez comandos combatentes unificados do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. A sua jurisdição inclui os países da América Latina, com exceção do México, que pertence ao Comando Norte, e 12 ilhas sob soberania europeia. Além disso, cobre os oceanos Atlântico e Pacífico entre os meridianos 30° e 92° oeste

<sup>66</sup> <https://diariovea.com.ve/maduro-en-territorio-de-la-guayana-essequiba-hay-bases-militares-secretas-del-comando-sur-y-la-cia/>

*da Guiana e torná-lo parte da Venezuela é uma violação flagrante dos princípios mais fundamentais do direito internacional consagrados na Carta das Nações Unidas, na Carta da Organização dos Estados Americanos e no direito internacional consuetudinário. Também contradiz a Carta. e o espírito da Declaração Conjunta de Argyle para o Diálogo e a Paz entre a Guiana e a Venezuela, acordada em 14 de dezembro de 2023 em São Vicente e Granadinas. A este respeito, o Governo da República da Guiana deseja informar o Governo da República Bolivariana da Venezuela, o Governo da Comunidade do Caribe e da Comunidade Latino-Americana e Caribenha de Nações, bem como o Secretário-Geral das Nações Unidas e o Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, que não tolerarão a anexação, tomada ou ocupação de qualquer parte do seu território soberano. A Guiana sempre defendeu os princípios da Carta das Nações Unidas, o Estado de direito e a resolução pacífica de litígios.”*

As Missões Eleitorais<sup>67</sup> da UE, o Centro Carter e a equipe de peritos das Nações Unidas<sup>68</sup> anunciam que serão observadores internacionais dos processos eleitorais venezuelanos, que terão lugar em 28 de julho deste ano. Estes processos não estão isentos dos interesses das diferentes partes. O governo chavista quer tentar transmitir transparência no seu processo democrático, razão pela qual o Ministério das Relações Exteriores da Venezuela enviou convites a mais de 67 organizações internacionais de África, Ásia, América Latina e Europa, bem como a figuras políticas académicas e técnicas. Os observadores internacionais pretendem com a sua visita fazer mais transparente. Entretanto, por razões ainda desconhecidas, continuam proibidos os candidatos, bem como os partidos políticos, como é o caso de María Corina Machado e da coligação da oposição, Corina Yoris<sup>69</sup>.

Passando para o grave cenário do Haiti, as gangues armadas que controlam grande parte de Porto Príncipe continuam a desenvolver ações violentas, com o assalto à Biblioteca Nacional do Haiti<sup>70</sup>. A escalada da violência levou o governo haitiano a determinar a extensão do estado de emergência a todo o Departamento Ocidental, onde está localizada a capital a até 3 de maio. As autoridades decidiram também prolongar o período de recolher obrigatório em todo aquele distrito<sup>71</sup>.

Esses eventos ocorrem ao mesmo tempo em que aumentam as expectativas em relação às reuniões para a formação do Conselho Presidencial para a Transição, promovidas pela Comunidade do Caribe (Caricom) e países como Estados Unidos, Canadá, México e Brasil. O objetivo dessas reuniões é contribuir para que o país saia dessa situação de insegurança sem precedentes. Este novo Conselho Presidencial de Transição ainda não assumiu oficialmente as suas funções. No entanto, anunciou recentemente que estava empenhado em restaurar a “*ordem pública e democrática*” num país que não vota desde 2016. O Conselho terá nove

---

<sup>67</sup> <https://efectococuyo.com/politica/equipos-veeduria-electoral-ue-centro-carter-onu-venezuela-abril-canciller/>

<sup>68</sup> <https://www.infobae.com/venezuela/2024/04/05/una-comision-de-la-union-europea-visitara-venezuela-para-decidir-si-envia-observadores-a-las-elecciones-presidenciales/>

<sup>69</sup> <https://www.infobae.com/venezuela/2024/04/03/maria-corina-machado-insto-a-potencias-de-occidente-a-que-presionen-a-nicolas-maduro-para-que-se-realicen-elecciones-libres-en-venezuela/>

<sup>70</sup> A biblioteca nacional está localizada no centro da capital haitiana, que está, há semanas, nas mãos de gangues e grupos armados que chegaram a atacar duas vezes o Palácio Nacional e a manter um cerco ao Aeroporto Internacional. A UNESCO, em comunicado esta quarta-feira, condenou os acontecimentos contra a Biblioteca Nacional. <https://www.telesurtv.net/news/bandas-armadas-asaltan-biblioteca-nacional-haiti-20240403-0021.html>

<sup>71</sup> <https://www.swissinfo.ch/spa/hait%C3%AD-extiende-por-un-mes-m%C3%A1s-el-estado-de-emergencia-en-la-capital-debido-a-la-violencia/75008014>

membros, sete deles com direito a voto, representando os principais movimentos políticos do país, a sociedade civil e o setor privado. O Conselho será responsável pela nomeação de um novo primeiro-ministro de transição<sup>72</sup>.

Diante da violenta situação no Haiti, a OEA aprovou uma resolução que apela aos seus Estados membros para que apoiem a polícia haitiana na restauração da segurança face à crise de violência que o país sofre. A resolução apela ao “*desmantelamento de gangues criminosas, e à entrega urgente de ajuda humanitária*” e insta os países da comunidade internacional para “*continuarem a apoiar o Haiti na sua transição democrática*” através de assistência financeira, conhecimento técnico e contribuições para a missão de segurança multinacional aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU<sup>73</sup>.

Em comunicado à imprensa, divulgado em 4 de março, a Secretaria da OEA “*expressa sua profunda preocupação com o atual estado de insegurança no Haiti. É mais necessário do que nunca promover esforços de cooperação na Organização das Nações Unidas para restaurar a segurança no país. Seria irresponsável que as medidas e ações necessárias continuem a ser adiadas.*” Afirmando que “*sem segurança não haverá democracia*”, “*a Secretaria Geral da OEA está determinada a fortalecer sua cooperação com o Haiti para enfrentar os atuais desafios de instabilidade democrática, desemprego, insegurança alimentar, analfabetismo, insegurança sanitária, corrupção e outros problemas sociopolíticos*”<sup>74</sup>.

Por seu lado, os EUA expressam sua agenda para a região e parece estar mais preocupado com a disputa hegemônica global do que com soluções para os desafios conjunturais latino-americanos. Em 12 de março, a chefe do Comando Sul dos EUA, Laura Richardson falou ao Comitê de Serviços Armados da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos<sup>75</sup> e descreveu as ameaças que a China estaria implantando na América Latina. Richardson declarou que “*Os Estados Unidos e a China estão envolvidos em uma competição geopolítica baseada em visões opostas sobre o valor da ordem internacional baseada em normas. A República Popular da China, por meio do Partido Comunista Chinês (PCC), procura suplantar os Estados Unidos como líder mundial, potência econômica e militar*” e apontou: “*A República Popular da China está a explorar a frágil segurança ambiental e a capitalizar a necessidade regional de investimento econômico para ganhar influência e avançar a sua agenda maligna.*”

Destacável a utilização por Richardson da palavra “maligno” 24 vezes<sup>76</sup> em seu discurso: “*ator maligno*”, “*influência maligna*”, “*esforço maligno*”, “*atividades malignas*”, “*intenção maligna*”, “*narrativas malignas*”, “*ações malignas*”, “*comportamento maligno*”, “*ação maligna*”, “*agenda maligna*”, para se referir à presença da China, da Rússia e do Irã na região. Importante

---

<sup>72</sup> <https://legrandcontinent.eu/es/2024/04/03/fin-del-estado-de-emergencia-en-haiti-y-comienzo-de-la-transicion/> e <https://www.infobae.com/america/agencias/2024/04/03/haiti-contiene-la-respiracion-a-la-espera-de-la-designacion-del-consejo-presidencial/>

<sup>73</sup> A resolução CP/RES. 1251 (2492/24) “*APOIO À TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO HAITI*”, aprovada pelo Conselho Permanente na sessão ordinária realizada em 3 de abril de 2024, pode ser consultada na íntegra em: [https://www.oas.org/es/council/CP/documentation/res\\_decs/](https://www.oas.org/es/council/CP/documentation/res_decs/)

<sup>74</sup> [https://www.oas.org/es/centro\\_noticias/comunicado\\_prensa.asp?sCodigo=C-014/24](https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-014/24)

<sup>75</sup> <https://www.pagina12.com.ar/530247-la-jefa-del-comando-sur-de-estados-unidos-dijo-que-china-man>

<sup>76</sup> <https://cenital.com/la-preponderancia-militar-de-estados-unidos-en-america-latina/>

perceber que o desenvolvimento da imagem de *um “inimigo maligno” para a região consegue criar uma justificativa moral ao seu comércio global de armas*<sup>77</sup>.

Richardson explicou no legislativo dos Estados Unidos, que num momento em que os países latino-americanos *“tentam sair do buraco”*, a China aparece com milhares de milhões de dólares disponíveis para grandes projetos que *“parecem investimentos, mas tudo está em infraestruturas críticas”*. *“Surpreendentemente”, esses projetos estão relacionados com “espaço, telecomunicações e portos de alto mar”, observou Richardson, acrescentando que “é preciso perguntar porquê”*.

Outra preocupação da Casa Branca destacada no evento é a vontade política de aprofundar a agenda comum contra as operações secretas levadas a cabo pelo Irã na América Latina. *“O Irã procura aumentar a sua influência ideológica na América Latina com o apoio de organizações terroristas como o Hezbollah. Usando meios de comunicação de língua espanhola, redes sociais e satélites, o Ministério de Inteligência e Segurança Nacional do Irã está se envolvendo numa guerra psicológica para promover os seus interesses em atacar o Ocidente e a América Latina”*, disse a chefe do Comando Sul.

Na esteira de suas declarações em evento no Congresso americano, Laura Richardson, em visita a Argentina buscou fortalecer a aliança estratégica com o país sul-americano para enfrentar os avanços da China. A Casa Branca manifestou a sua preocupação relativa à base espacial chinesa localizada em Neuquén<sup>78</sup>, que opera sob o controle de Pequim<sup>79</sup>. Ainda sobre questões estratégicas, a representante estadunidense acrescentou a discussão sobre a possibilidade de construção de um porto polivalente na Terra do Fogo: *“Na Argentina, outra SOE (empresa estatal) está tentando garantir os direitos de construção de instalações marítimas de dupla utilização, que apoiariam a projeção de sustentabilidade e poder nas proximidades do Estreito de Magalhães, Passagem de Drake e Antártida. “Isso poderia melhorar dramaticamente a capacidade da República Popular da China de acessar a região da Antártica e suas pescarias”*.

A agenda geopolítica cumprida durante a visita da general estadunidense ainda abarcou outros temas como a preocupação causada pelos contatos de altíssimo nível que o Irã mantém com os regimes da Venezuela, Cuba e Nicarágua e contou com acenos positivos para a aproximação futura.

---

<sup>77</sup> O maior percentual das exportações globais de armas no período 2019-2023 corresponde aos Estados Unidos (42%). A Rússia tem 11% e a China 5,8%. Enquanto, em comparação com o período 2014-2018, os Estados Unidos aumentaram a sua participação no mercado de armas em 17%, a Rússia teve uma queda de 53% e a China uma queda de 5,3%<sup>77</sup>.

<sup>78</sup> <https://www.infobae.com/politica/2024/04/05/neuquen-respaldo-una-inspeccion-del-gobierno-nacional-a-la-base-espacial-de-china-hay-que-asegurar-la-transparencia/>

<sup>79</sup> O Embaixador dos Estados Unidos na República Argentina declarou publicamente: "Estou surpreso que a Argentina permita que as Forças Armadas Chinesas operem em Neuquén, secretamente, fazendo sabe-se lá o quê."..."Eu entendo que são soldados do exército chinês que operam este telescópio espacial, não o que eles fazem, acho que os argentinos também não sabem disso, e deveriam entender por que os chineses estão posicionados lá." O governo da República Popular da China possui uma base espacial na província de Neuquén, que está sob o controle direto do Exército Chinês e a Argentina não tem controle sobre as suas atividades. <https://www.infobae.com/politica/2024/04/01/la-jefa-del-comando-sur-visita-la-argentina-para-ratificar-la-alianza-con-eeuu-y-alertar-sobre-la-ofensiva-de-china-en-america-latina/>



O Presidente Milei da Argentina viajou a Ushuaia<sup>80</sup> para se encontrar com o Chefe do Comando Sul dando um claro sinal diplomático contra as intenções da China na Tierra del Fuego. Na localidade, Milei anunciou: *“esforços no desenvolvimento da nossa base naval integrada. É um grande centro logístico que constituirá o porto de desenvolvimento mais próximo da Antártida e fará dos nossos países a porta de entrada” para o continente branco. O trabalho vai permitir-nos desenvolver a economia local, prestar um serviço logístico que permite reparações e apoio aos navios comerciais de cruzeiro que operam no Atlântico Sul.*<sup>81</sup>

Finalmente, na região sul-americana, presidentes como Boric e Petro tem enfrentado problemas internos para avançar uma agenda reformista. A proposta de Constituição indicada por Boric recebeu inúmeras críticas e foi barrada pelo Congresso Nacional. Nesse último mês foi a vez de Petro ser derrotado e a proposta de Reforma do Sistema de Saúde foi recusada na legislatura nacional. Apesar de Petro considerar desastroso o atual sistema de saúde colombiano, a oposição tem conseguido emplacar a ideia de “morte lenta” a transformação do Sistema de Saúde. O Governo Petro está sofrendo uma paralisia. As reformas, como a do Sistema de Saúde, não acontecem por falta de quórum no Congresso, por oposição de partidos que inicialmente deram seu apoio.

### **A ressaca resultante do encontro da “onda rosa” e a “onda azul” pode levar a integração latino-americana à deriva?**

No início do século XXI, muitos analistas da política regional perceberam que o movimento de ondas, a onda rosa por exemplo, poderiam trazer convergência ideológica o que refletiria em uma região mais concertada e que percorreria um caminho “ordenado” ao fortalecimento da integração regional. Alguns mecanismos regionais na metade da primeira década dos anos 2000, como a Unasul, conseguiram dar o tom de uma região mais unida (ou pelo menos desunida) e capaz de resolver querelas regionais (exemplo, a implementação de bases estadunidenses na Colômbia ou conflito da média Luna na Bolívia)

No entanto, a onda rosa foi substituída na segunda metade dos anos 2000 por uma nova onda, que muitos analistas chamaram de onda azul. Os presidentes da “onda azul”, como Bolsonaro, Piñera e Duque, concordavam que integração da América Latina não era prioridade em sua agenda de política externa, mas tentavam em iniciativas pontuais gerar alguma movimentação baseada na agenda neoliberal (como o exemplo do Prosul).

A segunda década dos anos 2000 começa com desafios diferentes pois as categorias de análise de “ondas”, como uma zona de convergência política e ideológica unificada, não parecem mais refletir a realidade do cenário político latino-americano. As correntezas do “mar” latino-americano têm gerados fluxos com ondas mais alinhadas entre Lula, Petro e Boric e refluxos com o alinhamento na chegada de Milei, Noboa e Peña na região. Esses alinhamentos não têm, no entanto, caráter permanente e podem mudar em diferentes assuntos. Mas o que mais tem sido evidente é a ressaca gerada pelo encontro dessas forças.

---

<sup>80</sup> Milei acredita na necessidade de se aliar a Washington, e por isso fez o gesto político de viajar seis horas por 2.350 quilômetros para se encontrar com o General Richardson durante duas horas. Foi uma viagem fora da Agenda que surpreendeu a Casa Branca.

<sup>81</sup> Com a nova base naval, China não terá mais argumentos para financiar porto polivalente no Rio Grande. <https://www.infobae.com/politica/2024/04/05/javier-milei-se-reunio-con-la-general-richardson-en-ushuaia-para-ratificar-su-alianza-estrategica-con-estados-unidos/>

Destacam-se dois episódios diplomáticos recentes que movimentaram as últimas semanas no “mar” latino-americano: troca de acusações entre Milei e Petro e suspensão das relações diplomáticas entre México e Equador.

Milei e Petro protagonizaram um “bate-boca” midiático que gerou repercussão diplomática concreta. O desgaste entre os políticos já era construído na corrida eleitoral de Milei à Casa Rosada, com acusações das duas partes.<sup>82</sup> Com a finalização das eleições argentinas, Gustavo Petro não parabeniza diretamente o argentino pela vitória e lança uma nota reticente em que lamenta a volta do modelo neoliberal na Argentina<sup>83</sup>. No entanto, as relações chegaram a um impasse em março/24 quando o presidente argentino, em entrevista ao canal CNN, afirmou que “Não se pode esperar muito de alguém que era um assassino terrorista”. A frase causou mal-estar entre diplomatas colombianos que consideraram a fala como causa para a deterioração da confiança entre os dois países e além de ofender a dignidade do presidente colombiano.

Por sua vez, Gustavo Petro respondeu a declaração com a expulsão de diplomatas argentinos da embaixada em Bogotá. Essa não é a primeira vez, no entanto, que Petro toma atitudes diplomáticas. No começo de 2024, depois de Milei o chamar de “comunista assassino”, o embaixador colombiano na Argentina já havia sido chamado de volta para o país. No entanto, parece que os “bombeiros” diplomáticos conseguiram conter o incêndio e lançaram um comunicado conjunto no qual anunciaram que o embaixador colombiano retornará a Buenos Aires e que o governo colombiano deu aval para a chegada de um novo embaixador argentino em Bogotá. Além disso, sinalizaram que haverá uma viagem oficial da representante argentina, Diana Mondino, a Colômbia (ainda sem data)<sup>84</sup>.

O incêndio no “mar” latino-americano que parece estar longe de ser contido é a crise diplomática entre Equador e México. O imbróglio foi gerado pela declaração da chanceler mexicana Alicia Bárcena na qual concedia asilo ao ex-presidente equatoriano Jorge Glas, que enfrenta no país andino uma condenação por corrupção<sup>85</sup>, e acrescentava que esperava celeridade por parte do governo de Noboa para expedição do salvo-conduto. A resposta do governo equatoriano foi negar a entrega do salvo-conduto e o envio de uma força policial para a representação diplomática. A entrada dos policiais na representação diplomática gerou repercussão pela truculência da força e do ferimento ao princípio da inviolabilidade previsto na Convenção de Viena.

A resposta imediata de Lopez Obrador foi o rompimento das relações diplomáticas com o Equador. O rompimento das relações foi seguido pela declaração de que o México levaria o Equador à Corte Internacional de Justiça. Na região sul-americana, Brasil declarou que a operação foi uma “clara violação à Convenção Americana sobre Asilo Diplomático e à Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas”, o presidente da Colômbia, Petro, criticou a operação e conclamou a OEA e Celac a realizar reuniões de urgência sobre o tema. Se seguiram críticas na América do Sul como Chile, Peru e Argentina e de países da América Central como Honduras e

---

<sup>82</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0j3llg1wlzo>

<sup>83</sup> <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/triste-para-a-america-latina-e-logo-veremos-diz-presidente-da-colombia-sobre-vitoria-de-milei/>

<sup>84</sup> <https://exame.com/mundo/argentina-e-colombia-fazem-acordo-apos-milei-chamar-petro-de-terrorista/>

<sup>85</sup> O ex-presidente Jorge Glas enfrenta duas condenações na justiça equatoriana e já havia cumprido pena de prisão por seu envolvimento no escândalo de subornos da Odebrechte estava na embaixada mexicana desde dezembro 2023.

Cuba. A OEA chamou de “improcedente” as ações do Equador e rejeitou qualquer ação que prejudique o princípio da inviolabilidade das representações diplomáticas<sup>86</sup>.

Por seu lado, o governo de Noboa se defende afirmando que não permite a interferência em seus assuntos internos e prioriza a soberania nacional como princípio de atuação no caso.

Os dois conflitos reforçam que o “mar” latino-americano passa por períodos de ressaca devido a forças conflitivas decorrente de impasses ideológicos, da incapacidade de promoção do diálogo e da fraqueza das instituições regionais como mediadoras das tensões existentes. Essa ressaca tem criado inconvenientes claros para o amansamento das marés latino-americanas, prejudicando o alinhamento de ações concretas para enfrentamento de desafios conjunturais na região como por exemplo a urgência sanitária causada pela Dengue nas Américas ou ainda pode criar obstáculos para o avanço das estratégias de ações na região para enfrentar os males do subdesenvolvimento, da fome e das mudanças climáticas. O farol da concertação e do diálogo parece ser a única saída para que a integração regional não fique a deriva nos mares latino-americanos.

### **CEPAL: Terceiro Diálogo Regional de Alto Nível sobre Transporte na América Latina e no Caribe<sup>88</sup>**

O Terceiro Diálogo Regional de Alto Nível sobre Transporte na América Latina e no Caribe aconteceu na sede da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). O evento reuniu líderes de governos, especialistas e representantes do setor privado para discutir estratégias para enfrentar os desafios atuais e futuros relacionados ao transporte, enquanto busca promover uma abordagem mais equitativa, ambientalmente consciente e eficiente para o transporte regional.

Organizado pelo Fórum Internacional de Transporte (ITF) e pelo Ministério dos Transportes e Telecomunicações do Chile (MTT), em colaboração com a CEPAL, o encontro destacou a importância de melhorar a infraestrutura de transporte regional como um meio para impulsionar as economias locais, promover o desenvolvimento sustentável e enfrentar os desafios emergentes, como os impactos da pandemia de COVID-19 e as mudanças climáticas.

Durante a sessão inaugural, várias autoridades, incluindo Carolina Tohá Morales, Ministra do Interior e Segurança Pública do Chile, e Juan Carlos Muñoz Abogabir, Ministro dos Transportes e Telecomunicações do Chile, enfatizaram a necessidade premente de tornar o transporte mais sustentável e eficiente. Eles reconheceram que o transporte desempenha um papel vital na construção de cidades mais equitativas e ambientalmente conscientes, destacando a importância de investimentos estratégicos e políticas públicas eficazes para enfrentar esses desafios.

Javier Medina-Vásquez, Secretário Executivo Adjunto da CEPAL, salientou a importância de um sistema integrado de infraestrutura, transporte e logística para o desenvolvimento regional. Ele citou o relatório anual da CEPAL sobre o comércio internacional, que identifica a melhoria da infraestrutura de transporte como uma prioridade para aumentar a competitividade regional e facilitar o comércio internacional. No entanto, Medina-Vásquez reconheceu os

---

<sup>86</sup> <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2024/04/06/quatro-pontos-chave-sobre-a-invasao-de-embaixada-do-mexico-no-equador.htm>

<sup>87</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c2q7qgkx923o>

<sup>88</sup> <https://www.cepal.org/es/noticias/autoridades-expertos-destacan-relevancia-mejorar-la-infraestructura-transporte-dinamizar>

desafios significativos associados à mobilização de recursos financeiros para esses projetos, especialmente em um contexto de restrições fiscais e altos níveis de endividamento em muitos países da região.

Além das discussões sobre políticas e estratégias de transporte, o evento também serviu como uma plataforma para o lançamento de iniciativas práticas. Durante o segundo dia do Diálogo, a CEPAL anunciou uma versão atualizada do seu Perfil Marítimo e Logístico, uma ferramenta online interativa que fornece informações detalhadas sobre a atividade portuária, transporte internacional e infraestrutura regional. Essa iniciativa busca fornecer dados valiosos para orientar decisões políticas e investimentos no setor de transporte na América Latina e no Caribe.

### **CEPAL: Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre o Desenvolvimento Sustentável<sup>89</sup>**

A sétima reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre o Desenvolvimento Sustentável ocorrerá de 15 a 18 de abril na sede CEPAL, no Chile. Este fórum, realizado anualmente desde 2017, reúne representantes de governos, do Sistema das Nações Unidas, organismos internacionais, setor privado, academia e sociedade civil para analisar os progressos e desafios para o cumprimento da Agenda 2030 na região.

Durante a reunião, os participantes terão a oportunidade de trocar experiências e boas práticas através de avaliações voluntárias e discussões sobre metas comuns. As conclusões das discussões são enviadas diretamente ao Fórum Político de Alto Nível (FPAN) sobre o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, um mecanismo global de monitoramento da Agenda 2030.

A abertura oficial do evento contará com a apresentação do sétimo relatório sobre o progresso e os desafios regionais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe, pelo Secretário Executivo da CEPAL, José Manuel Salazar-Xirinachs. Esse relatório examinará a evolução e a projeção das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente enfocando em ODS como Fim da Pobreza, Fome Zero, Ação pelo Clima, Paz, Justiça e Instituições Sólidas e Parcerias para alcançar os objetivos.

A programação também incluirá uma sessão especial onde as autoridades da região poderão discutir possíveis soluções multilaterais para desafios comuns, visando à Cúpula do Futuro em Nova York, prevista para setembro de 2024. Os representantes dos países da América Latina e do Caribe terão a oportunidade de dialogar sobre a urgência de reforçar a Agenda 2030 e erradicar a pobreza, especialmente em tempos de múltiplas crises.

Além disso, a reunião contará com cinco mesas de diálogo, nas quais os países membros do Fórum e outros atores discutirão experiências e desafios para a implementação da Agenda 2030. O evento será precedido por uma reunião do mecanismo de participação da sociedade civil e pelo Fórum de Meninas, Meninos, Adolescentes e Juventudes da América Latina e do Caribe.

---

<sup>89</sup><https://www.cepal.org/es/noticias/autoridades-analizaran-progresos-desafios-cumplimiento-la-agenda-2030-america-latina-caribe>

## **O Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unamue (ORAS-CONHU) participou de agenda sobre saúde digital e exortou a comunidade contra a dengue<sup>9091</sup>**

Em finais de maio, o ORAS-CONHU e a Embaixada do Reino Unido no Peru realizaram segundo webinar “A visão britânica da saúde digital: experiências e avanços”. Na abertura do evento a secretária executiva, Maria del Carmen Dávilla destacou a importância de conhecer as práticas do reino unido e adaptá-las ao contexto da região andina. Além disso, lembrou que a Pandemia de COVID-19 impulsionou a transformação digital na atenção médica e que isso permitiu aumentar o uso da telessaúde e o monitoramento remoto dos pacientes, reduzindo os custos e empoderando a população.

Maria Dávila também acrescentou que na próxima Reunião Extraordinária de Ministros de Saúde da Região Andina (REMSAA) será lançada uma resolução de Saúde Digital com o objetivo de gerar uma estratégia regional sobre a temática.

O representante em saúde da Embaixada Britânica afirmou que a prioridade do governo britânico não é só compartilhar a experiência, mas ajudar na discussão sobre adaptação dela para o contexto de cada país.

O ORAS-CONHU, diante do crescimento dos números de dengue na região andina, expediu um comunicado nº16 sobre medidas sanitárias e socioambientais necessárias ao combate à doença.

No documento, o organismo chama atenção para que, na América, o número de casos em três meses de 2024 (3,5 mi) foi próximo ao número total em 2024 (4,5 mi). Destaca as mudanças climáticas como um fator de incremento para a multiplicação de vetores das arboviroses. Orienta a população a combater os focos dos mosquitos em ambiente doméstico e ao uso de repelentes. Enumera febre, dores musculares, dor de cabeça e atrás dos olhos entre outros como sintomas de atenção e indica a busca por centros de saúde mais próximos.

Por fim, faz referência às novas estratégias como a eliminação biológica e aplicação de novas vacinas em lugares de alta transmissão. E instou a participação da comunidade organizada e os representantes dos setores claves da comunidade para educar em prevenção de doenças transmitidas por vetores.

## **O Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana (COMISCA) assinou Memorandos de Entendimento e projetos internacionais com República da China Taiwan<sup>9293</sup>**

O Memorando de Entendimento para execução do projeto “Apoio a implementação de instrumentos estratégicos regionais em saúde e proteção social no marco do SICA” foi assinado pela Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana, Alejandra Navarro, e a Secretaria da Integração Social da América Central, Anita Zetina. O objetivo é fortalecer os sistemas de proteção social nos Estados membros do SICA,

---

<sup>90</sup><https://www.orasconhu.org/es/oras-conhu-comparte-la-vision-britanica-sobre-experiencias-y-avances-en-materia-de-salud-digital>

<sup>91</sup><https://www.orasconhu.org/es/comunicado-16-medidas-sanitarias-y-socio-ambientales-ante-el-incremento-de-casos-de-dengue>

<sup>92</sup>[https://www.sica.int/noticias/se-comisca-y-sisca-firman-memorando-de-entendimiento\\_1\\_133743.html](https://www.sica.int/noticias/se-comisca-y-sisca-firman-memorando-de-entendimiento_1_133743.html)

<sup>93</sup>[https://www.sica.int/noticias/se-comisca-firma-nuevo-proyecto-con-la-republica-de-china-taiwan\\_1\\_133764.html](https://www.sica.int/noticias/se-comisca-firma-nuevo-proyecto-con-la-republica-de-china-taiwan_1_133764.html)

com ênfase nos serviços de saúde, buscando a universalidade, integralidade e sustentabilidade. O memorando ajudará sobre a implementação da Política Social Integral Regional do SICA, o Plano de Saúde da América Central e República Dominicana 2021-2025, assim como a Política Regional da Saúde de SICA 2023-2030.

O objetivo é fortalecer a articulação intersetorial entre a proteção social e as políticas de saúde a nível regional com uma abordagem integral que incorpore a perspectiva sobre a Determinação Social de Saúde na região.

Como continuidade das atividades conjuntas promovidas pelo Memorando de Entendimento, o SICA e a República da China Taiwan apresentaram o Novo Ciclo de Cooperação com duração de 2 anos nas áreas de

- Saúde Pública: ações estratégicas para o acesso e cobertura de saúde, fortalecimento do sistema de saúde e na área de proteção social, etc;

-Mudanças climáticas: melhoria da resiliência da região frente aos impactos das mudanças climáticas, ações para redução, mitigação e compensação de emissões para o setor aéreo, etc;

-Proteção do Meio ambiente marinho: manejo do sargaço e dos descartes sólidos. Desenvolvimento socioeconômico das comunidades pesqueiras e aquiculturas, diminuição da insegurança alimentar e nutricional em mulheres e jovens, etc;

-MIPYMES e Turismo Sustentáveis: recuperação do setor turístico baixo um esquema de sustentabilidade para continuar posicionando a região como multidestino turístico, etc;

-Transição Energética e Mobilidade Elétrica: trabalho dirigido a avaliar factibilidade e aquisição de ônibus elétricos e a infraestrutura de recarga, etc;

-Transformação Digital: avanço do processo de transformação digital, fortalecer mecanismos e ações regionais para combate de ciberataques etc.

No evento de lançamento do Novo Ciclo de Cooperação, o Embaixador da República da China (Taiwan) acreditado na Guatemala, Miguel Li Jey Tsao realizou uma fala sobre o Modelo de Desenvolvimento da República da China e seu posicionamento na dinâmica global que se destacou da evolução econômica, política, social, ambiental do país a nível internacional e seu papel como socio estratégico da região SICA.

### **Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) cumpre agenda nas temáticas de bioeconomia e gestão sustentável da água<sup>94</sup>**

A Diretora Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin participou da abertura do Seminário Internacional Desenvolve Amazônia: a Política de Fronteira e a Bioeconomia na Amazônia. No painel sobre Faixa de Fronteira, a diretora da OTCA ressaltou a importância do avanço na integração dos países amazônicos baseada na Declaração de Belém. Além disso, mencionou a relevância da cooperação entre os estados brasileiros, países fronteiriços e instituições multilaterais.

---

<sup>94</sup><https://otca.org/pt/diretora-executiva-da-otca-destaca-cooperacao-regional-e-potencial-da-bioeconomia-na-amazonia-durante-seminario-internacional/>

<sup>95</sup><https://otca.org/pt/diretora-da-otca-destaca-a-importancia-da-gestao-sustentavel-da-agua-em-conferencia-do-observatorio-hybam/>

E por fim, Grazziotin ressaltou a importância do fortalecimento institucional da OTCA e da necessidade de maior apropriação da organização como uma ferramenta fundamental para a coordenação e implementação de políticas conjuntas.

OTCA participou do evento em celebração aos 20 anos do Observatório HYBAM dos rios amazônicos. Participaram a diretora executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, representantes de agências brasileiras, de universidades e representantes franceses de institutos de pesquisa e de representações diplomáticas. Em seu discurso, Grazziotin enfatizou a importância da gestão integrada dos recursos hídricos na região amazônica. Além de salientar os esforços da organização de cooperação amazônica em estabelecer uma rede de autoridades da água entre os países membros.

Finalmente, a diretora reconheceu o papel do Observatório HYBAM pelo papel fundamental na pesquisa colaborativa e promoção do desenvolvimento sustentável na região. A OTCA e o HYBAM colaboram no desenvolvimento do Observatório Regional Amazônico (ORA) e no aprimoramento do monitoramento hidrométrico na região.

### **O Sistema Econômico Latino-americano e do Caribe (SELA) dá prosseguimento às atividades de Gestão de Risco de Desastres na América Central<sup>96</sup>**

O SELA, junto com a Conferência Interamericana de Segurança Social (CISS), Expertise France e o Gabinete de Política Social da República Dominicana organizam a Oficina de Gestão de Risco de Desastres com enfoque de proteção social que será realizado nos dias 16 e 17 de abril em Santo Domingo.

A atividade, que já foi realizada em outros países da região e está citado em seu programa de Trabalho 2022-2026, tem como objetivo promover conhecimentos e capacidade de gestão de risco de desastres e terá como temáticas particulares a avaliação de desastres, o registro das pessoas afetadas, integração dos enfoques da gestão de risco, a relevância do fortalecimento das alianças público-privadas para a criação de ferramentas de proteção social.

O público-alvo da oficina são os funcionários do sistema de proteção social e de gestão do risco na República Dominicana e contará com representantes d CISS, CEPAL e La RED.

---

96 <https://www.sela.org/es/prensa/notas-de-prensa/n/94870/sela-realizara-taller-sobre-la-gestion-del-riesgo-de-desastres-con-enfoque-de-proteccion-social-en-republica-dominicana>

## Genocídio de Ruanda: trinta anos de trauma permanente

### *Rwanda genocide: thirty years of permanent trauma*

**Augusto Paulo Silva**

**Manuel Mahoche**

**Tomé Cá**

**Felix Rosenberg**

**Abstract.** *This report, in addition to analyzing the fortnight focused on the actions of the African Union, its organs and agencies regarding health in the broadest sense, also pays tribute to the memory of those violently murdered in the Rwandan Genocide. 30 years ago, almost a million people were killed in Rwanda. A trauma whose wounds are still open. Other highlights are the meeting with partners on early warning system against natural disasters conducted by the Department of Sustainable Environment of the African Union. The Department of Health launches a campaign to accelerate maternal mortality reduction in East Africa. Africa CDC joins to some key partners to strengthen surveillance and epidemiological information in Africa for functional health security governance. It issued a press release addressing local production and access to health products as strategic pillars of the health and safety agenda for the continent. The INS of Mozambique, sponsored by CDC Africa, received a benchmarking visit of representatives from INASA (Guinea-Bissau) and CNE (São Tomé and Príncipe). ECOWAS NPHI reflect on cooperation to accelerate health security. ECSA-HC launches training program in biomedical equipment maintenance. More than a hundred leaders gathered for a conference focused on addressing the key challenges of innovation and technology transfer to build a stronger pharmaceutical sector in Africa. SADC promotes decent work in the sub-region through pro-employment policies and investment in youth.*

**Keywords:** *African Union. Africa CDC. ECOWAS. SADC. BAD.*

**Resumo.** Este informe, para além de analisar a quinzena focada nas ações da União Africana e seus órgãos e agências relativamente à saúde na acepção mais alargada, também presta homenagem à memória dos que barbaramente assassinados no Genocídio do Ruanda. Há 30 anos, quase um milhão de pessoas foram mortas no Ruanda. Um trauma cujas feridas ainda estão abertas. Outros destaques vão para a reunião com parceiros sobre sistema de alerta precoce contra desastres naturais conduzida pelo Departamento do Ambiente Sustentável da União Africana. O Departamento de Saúde lança campanha para acelerar a redução da mortalidade materna na África Oriental. O CDC África faz coligação com alguns parceiros-chave para fortalecer a vigilância e a informação epidemiológica em África para uma governança funcional de segurança de saúde. Emitiu um comunicado de imprensa fazendo abordagem sobre a produção local e o acesso a produtos de saúde como pilares estratégicos da agenda de saúde e segurança para o continente. O INS de Moçambique, com o patrocínio do CDC África, recebeu uma visita de *benchmarking* com representantes do INASA (Guiné-Bissau) e CNE (São Tomé e Príncipe). Os INSP da CEDEAO refletem sobre cooperação para acelerar a segurança sanitária. A ECSA-HC lança programa de treinamento em manutenção de equipamentos biomédicos. Mais de cem líderes reuniram-se para uma conferência centrada na abordagem dos principais desafios da inovação e da transferência de tecnologia para construir um setor farmacêutico mais



forte em África. A SADC promove trabalho digno na sub-região através de políticas pró-emprego e investimento nos jovens.

**Palavras-chave:** União Africana. CDC África. CEDEAO. SADC. BAD.

## União Africana

### Reunião com parceiros sobre o sistema de alerta precoce contra desastres

A Direção do Ambiente Sustentável e da Economia Azul (SEBE) deu as boas-vindas a uma [delegação de alto nível de doadores](#) à Sala de Situação do Sistema de Alerta Precoce e Ação Rápida de Riscos Múltiplos em África (AMHEWAS, *Africa Multi-hazard Early Warning and Early Action System*) a 5 de março na sede da União Africana em Adis Abeba. A visita teve como objetivo familiarizar-se com os progressos e realizações na redução do risco de catástrofes e sistemas de alerta precoce multi-perigos sob a liderança da Comissão da União Africana, e no contexto do seu Programa de Ação para implementar o Quadro de Sendai em África. A delegação era composta por trinta e três (33) representantes da República Checa, Dinamarca, Etiópia, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Quênia, Noruega, Polónia, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça e a delegação da União Europeia na União Africana.

Falando em nome da Comissão da União Africana no evento, Harsen Nyambe Nyambe, Diretor do SEBE, deu as boas-vindas à delegação de alto nível e expressou agradecimento da União Africana aos parceiros por apoiarem os esforços do continente para mitigar as catástrofes que estão a aumentar em frequência e intensidade, principalmente devido às mudanças climáticas.

O Diretor Nyambe também destacou os avanços feitos pela Comissão da União Africana no sentido de aumentar a resiliência às catástrofes em África. Estes incluem o desenvolvimento do Programa AMHEWAS e a inauguração da Sala de Situação AMHEWAS na sede da organização continental em 2021, bem como as atuais sinergias entre o Programa e a iniciativa de Alerta Precoce para Todos do Secretário-Geral das Nações Unidas.

Além disso, o Diretor Nyambe sublinhou o plano da Comissão para diversificar os produtos de alerta precoce de múltiplos perigos para incluir secas, segurança alimentar e terremotos, entre outros. Sublinhou a forte colaboração entre a Comissão, os Estados-Membros e as Comunidades Económicas Regionais através de reuniões regulares de antecipação, com o atual enfoque nas inundações ribeirinhas, chuvas e ventos fortes, bem como os relatórios de revisão bienais produzidos com o apoio das três partes.

Por sua vez, o Chefe de Escritório Regional das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR, *United Nations Office for Disaster Risk Reduction*) para África (RoA, *Regional Office for Africa*), Abbashar disse: "A colaboração entre o UNDRR e a Comissão da União Africana remonta a 2005. Tem sido uma jornada de marcos que também resultou no estabelecimento da Unidade de Redução de Risco de Desastres em 2017." Abbashar sublinhou que África foi o primeiro continente a ter o seu [Programa de Ação](#) alinhado com o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030. Afirmou também que o PA tem cinco objetivos adicionais adaptados ao contexto africano. Apontou para o papel crítico desempenhado pela Comissão da UA - a convocação do Grupo de Trabalho de África sobre a Redução do Risco de Desastres (AWGDRR, *Africa Working Group on Disaster Risk Reduction*), o principal mecanismo de coordenação de DRR (*Disaster Risk Reduction*) de África que se reúne

duas vezes por ano. Ele observou a importância deste mecanismo, especialmente na formação das posições comuns de África em várias reuniões globais.

Uma apresentação foi partilhada com os parceiros sobre o programa AMHEWAS, focando o progresso, realizações chave, lacunas e desafios. A Gestora do Programa AMHEWAS, Nomsa Dube, observou que juntamente com o estabelecimento da Sala de Situação Continental para a Redução do Risco de Desastres, as Comunidades Económicas Regionais (CER) também estabeleceram salas de situação regionais. Estas incluem o Centro de Operações de Desastres no Centro de Previsão Climática e Aplicações da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (ICPAC, *IGAD Climate Prediction and Applications Centre*) em Nairobi, no Quênia, a Sala de Situação de Operações de Desastres no Centro Africano de Aplicações Meteorológicas para o Desenvolvimento (ACMAD, *African Centre of Meteorological Applications for Development*), e uma Sala de Situação recentemente estabelecida na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) em Abuja, na Nigéria. A senhora Dube também destacou o estabelecimento planeado de uma Sala de Situação da AMHEWAS no Centro de Operações Humanitárias e de Emergência (SHOC, *SADC Humanitarian and Emergency Operations Centre*) da SADC em Nacala, em Moçambique. Ela referiu ainda que os planos para o programa da AMHEWAS também incluem o reforço da capacidade de preparação dos Estados-Membros e das Comunidades Económicas Regionais.

O senhor Jully Ouma, um hidrólogo no Centro de Operações de Desastres no ICPAC, também apresentou a interoperabilidade da Sala de Situação Continental da AMHEWAS e a Sala de Situação Regional. O senhor Ouma afirmou que a Sala de Situação da AMHEWAS e o ICPAC têm colaborado para produzir vários produtos de aviso prévio de multi-perigos.

Apesar dos progressos, persistem lacunas de financiamento e de recursos humanos que devem ser colmatadas para garantir a sustentabilidade do Programa AMHEWAS. A Comissão da União Africana apelou ao apoio na implementação do Programa para alcançar a visão da AMHEWAS até 2030 e, portanto, acelerar a realização dos objetivos do [Quadro de Sendai](#) para a Redução do Risco de Desastres 2015- 2030. Com o aumento da cooperação internacional, a África irá provavelmente obter mais dividendos em sistemas eficazes de alerta precoce de múltiplos perigos e ação rápida.

A delegação de alto nível visitou a Sala de Situação da AMHEWAS e fez um balanço das várias operações, incluindo a geração de produtos de alerta precoce multi-riscos para melhorar a preparação para desastres. Durante a visita à Sala de Situação da AMHEWAS, o senhor Lusajo Ambukege apresentou as operações da Sala de Situação e os produtos da AMHEWAS. Ele fez o relato de que a Sala de Situação produziu boletins/avisos e relatórios sobre a situação de catástrofes. Os boletins continentais de vigilância têm por objetivo promover ações de antecipação e os relatórios sobre a situação das catástrofes e procuram galvanizar a solidariedade e o apoio aos Estados-Membros atingidos por catástrofes de grandes proporções.

A visita também serviu de plataforma para a delegação assistir a um videoclipe sobre os impactos do ciclone tropical Freddy em Madagáscar, Malawi e Moçambique, resultante da avaliação que a Comissão da União Africana realizou com o Secretariado da SADC e o PNUD em agosto de 2023.

### **Principais parceiros na carteira de redução de risco de desastres**

O Programa de Risco de Desastres Naturais Intra-ACP da União Europeia catalisou as atividades de redução do risco de desastres da Comissão da União Africana. Através desta base

sólida, a Unidade de RRD expandiu o seu âmbito e estabeleceu programas, incluindo o AMHEWAS, o Programa de Resiliência Urbana de África e o Projeto de Resiliência do Sahel. Para além da União Europeia, as funções de RRD são também apoiadas pelos generosos governos da Itália, Suécia e Noruega, bem como pelos parceiros de implementação, nomeadamente a UNDRR, o PNUD, a Fundação de Pesquisa [CIMA](#) (*Centro Internazionale in Monitoraggio Ambientale*) e a GIZ da Alemanha (*Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit*) em nome da Alemanha.

### **Lançamento da campanha “Redução Acelerada da Mortalidade Materna em África” (CARMMA PLUS 2021-2030)**

A Comissão da União Africana, através do Departamento de Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social, em coordenação com a Comunidade da África Oriental, lançou a [campanha CARMMA Plus](#) para proporcionar uma oportunidade para as Comunidades Económicas Regionais da África Oriental (CER) reunirem as partes interessadas e galvanizarem a apropriação e liderança dos seus países, bem como o apoio técnico e financeiro à campanha. O lançamento tem lugar em simultâneo com a Conferência Regional da Primeira Infância da África Oriental, que decorreu de 11 a 14 de março, na Tanzânia, sob o tema "Investir na primeira infância: construir capital humano ao longo da vida".

Este lançamento tem como principal objetivo defender a melhoria contínua da saúde reprodutiva das mulheres, crianças e adolescentes até 2030 em todos os Estados parceiros da EAC. Especificamente, para:

- ❖ Sensibilizar os atores sobre a Agenda do CARMMA Plus e galvanizar a apropriação e a liderança da região da Comunidade da África Oriental para fazer cumprir a responsabilidade;
- ❖ Gerar um impulso sustentado para os esforços na sub-região e realçar as suas contribuições para a saúde reprodutiva materna, neonatal, infantil e do adolescente (RMNCAH, *Reproductive Maternal, Newborn/Neonatal, Child and Adolescent*) e melhorar os resultados da saúde reprodutiva das mulheres, crianças e adolescentes até 2030;
- ❖ Reforçar os mecanismos de coordenação entre os Ministérios da Saúde;
- ❖ Incentivar o aumento de investimentos através do aumento dos recursos nacionais para a RMNCAH, partilhando experiências e melhores práticas dos diferentes atores da sub-região.

A campanha para a redução acelerada da mortalidade materna em África ([CARMMA](#), *Campaign on Accelerated Reduction on Maternal Mortality in Africa*) foi lançada pela primeira vez em maio de 2009. Trata-se de uma iniciativa da Comissão da União Africana (CUA) que visa reduzir as elevadas taxas de mortalidade relacionadas com a gravidez, promover e defender uma implementação renovada e intensificada do Plano de Ação de Maputo (MPoA, *Maputo Plan of Action*) de 2006 para reduzir a mortalidade materna, neonatal e infantil, melhorando os resultados de saúde das mulheres e crianças africanas. Foi concebido para utilizar o diálogo político, a advocacia e a mobilização da comunidade para obter o compromisso político e aumentar os recursos e a mudança social em apoio à Saúde Materna, Neonatal e Infantil (MNCH, *Maternal, Newborn, and Child Health*).

Em 2019, a Comissão da União Africana avaliou a campanha CARMMA para determinar a sua relevância, adequação, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade. A avaliação revelou que os Estados-Membros que abraçaram a campanha ao mais alto nível político registraram melhorias significativas nos seus indicadores de saúde reprodutiva, materna, neonatal, infantil

e do adolescente (RMNCAH). A análise global da campanha a partir da sua avaliação indicou que a CARMMA continua a ser relevante no continente.

A Comissão, através do Departamento de Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social, desenvolveu um novo roteiro e o seu quadro de parceria de responsabilização para fortalecer a campanha, que foi aprovado pelos órgãos políticos da UA em 2022. A próxima fase de implementação do CARMMA Plus 2021 -2030 centra-se na agenda de saúde inacabada dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) para mulheres, recém-nascidos, crianças e adolescentes que dão origem ao "Plus to CARMMA" a ser intitulado CARMMA Plus, tendo em conta a Agenda 2063 transformadora de África, os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) globais, a Estratégia Africana para a Saúde 2016-2030 revista e o Plano de Ação de Maputo (2016-2030) revisto para as mulheres e crianças, bem como a Estratégia continental da UA sobre a educação para a saúde e o bem-estar dos jovens.

A campanha CARMMA Plus centrar-se-á em quatro objetivos principais:

- alargar e reforçar as parcerias de responsabilização para a SRMNCAH;
- melhorar a liderança e a governação para as políticas e a qualidade dos serviços da SRMNCAH;
- melhorar os resultados da saúde e direitos sexuais e reprodutivos (SDSR, *Sexual and Reproductive Health and Rights*) para os adolescentes através de um maior acesso à informação e aos serviços;
- fortalecer a gestão do conhecimento e os sistemas de aprendizagem.

## **CDC África**

### **Coligação de parceiros para a Segurança da Saúde**

Uma coligação de parceiros da Parceria para a Segurança da Saúde (HSPA), que trabalha com o CDC África para reforçar a vigilância das doenças e a informação epidémica em África, apelou ao apoio político dos Estados-Membros para o seu compromisso de dar prioridade ao investimento sustentável na vigilância, na informação epidemiológica e na biossegurança para uma governança funcional de segurança da saúde.

A [reunião](#), que teve como objetivo fomentar o compromisso político e atrair investimentos em inteligência epidemiológica, vigilância e biossegurança, discutiu as diretrizes desenvolvidas pelo CDC África sobre agentes e toxinas de alta consequência (HCAT, *High-consequence Agents and Toxins*), lista e análise dos progressos realizados pela HSPA na construção de sistemas sustentáveis de governança da segurança sanitária nos 6 países parceiros.

No seu discurso de abertura, o Dr. Ahmed Ogwel Ouma, Diretor-Geral Adjunto do CDC África, afirmou que a segurança sanitária exige um esforço coletivo e a colaboração de múltiplos fatores em todos os sectores, o que é fundamental para cumprir o mandato do CDC África.

"O sucesso e a sustentabilidade da HSPA requerem um compromisso político de alto nível e a promoção ativa de um ambiente político favorável. A sustentabilidade exige reformas regulamentares, dotações orçamentais a longo prazo e o reconhecimento de uma vigilância robusta do alerta precoce como parte integrante da prevenção, preparação e resposta à pandemia", afirmou o Dr. Ouma.

Sob os auspícios da Parceria Global contra a Propagação de Armas e Materiais de Destruição Maciça, ([Global Partnership Against the Spread of Weapons and Materials of Mass Destruction](#)) liderada pelo G7, que está a implementar a Iniciativa de Assinatura para Mitigar as Ameaças Biológicas em África (SIMBA, *Signature Initiative to Mitigate Biological Threats in Africa*), a HSPA estabeleceu uma parceria com seis países africanos - Mali, Marrocos, Namíbia, África do Sul, Gâmbia e Tunísia - para reforçar as informações sobre epidemias, a gestão de riscos biológicos e as capacidades de resposta a surtos em toda a África para todas as ameaças biológicas, sejam elas naturais, acidentais ou deliberadas. Durante a reunião, os Estados-Membros apresentaram relatórios intercalares exaustivos sobre os esforços sustentáveis envidados pelos respectivos governos para melhorar os sistemas de governança da segurança sanitária.

"Ao alavancar os pontos fortes de um conjunto diversificado de parceiros institucionais, a iniciativa HSPA representa um modelo único de colaboração que visa reforçar a biossegurança no continente. Com o generoso apoio do Governo do Canadá, o Centro da OMS continuará a colaborar com os parceiros para apoiar conjuntamente os nossos Estados-Membros na criação de capacidades de vigilância de doenças e de informação epidemiológica através de uma abordagem de Vigilância Colaborativa", afirmou Sara Hersey, Diretora de Informação Colaborativa, Centro da OMS para a Informação sobre Pandemias e Epidemias.

Funcionários sêniores, decisores, parceiros e Estados-Membros tiveram a oportunidade de explorar mecanismos de envolvimento das instituições doadoras e das partes interessadas do sector privado em parcerias para sustentar os sistemas de segurança sanitária.

"As ameaças biológicas estão a aumentar - incluindo as ameaças colocadas pela utilização deliberada de doenças como arma por Estados ou terroristas - e os nossos esforços e compromissos têm de aumentar para as enfrentar. No âmbito da Iniciativa de Assinatura, o Canadá orgulha-se de apoiar a Parceria para a Segurança da Saúde em África e outras iniciativas de biossegurança no continente. Estes esforços, juntamente com um trabalho semelhante apoiado por outros membros da Parceria Global de 31 países, estão enraizados na nossa firme convicção de que os desafios africanos em matéria de segurança sanitária exigem soluções feitas em África", declarou o Embaixador Ben Marc Diendéré, Observador Permanente do Canadá junto da União Africana.

"O CDC África está empenhado em trabalhar com os principais parceiros e partes interessadas através desta parceria global para a inteligência epidemiológica e a biossegurança para melhorar a vigilância de doenças e a informação entre os Estados-Membros da União Africana. Os esforços da agência para promover a segurança sanitária regional através de vários fóruns de participação política no continente incluem o "Fórum Anual de Segurança Sanitária de Oyala", organizado pela Guiné Equatorial, o Programa de Liderança Executiva Ministerial e outras oportunidades de participação de alto nível, indicou o Dr. Ouma.

### **Desafios regulamentares para a produção local**

Nesse [comunicado de imprensa](#), o CDC África traz sua abordagem relativamente à produção local e o acesso a produtos de saúde enquanto pilares estratégicos da agenda de saúde e segurança para o continente africano. Os líderes africanos comprometem-se a aumentar a percentagem de vacinas, medicamentos e diagnósticos fabricados localmente em África para 60% até 2040. Esta visão será alcançada através da criação de um ecossistema sustentável de desenvolvimento e fabrico de vacinas sustentado pela pesquisa e desenvolvimento, propriedade intelectual (PI) e transferência de tecnologia, sistemas

regulamentares sólidos, financiamento inovador e sustentável, parcerias estratégicas e compromisso por parte das agências de aprovisionamento africanas e mundiais de adquirir vacinas produzidas no continente.

Desde o final da década de 1980, a Organização Mundial de Saúde (OMS) tem proporcionado um processo de avaliação de segurança, qualidade e garantia de eficácia, atualmente conhecido como "pré-qualificação da OMS" (PQ, *WHO prequalification*), para garantir que as vacinas, os medicamentos, os diagnósticos e outros produtos de saúde fornecidos pelas agências de aquisição cumprem normas aceitáveis e para facilitar a revisão regulamentar e a aceitação de produtos de saúde em contextos de poucos recursos.

Em África, a lentidão do processo de QP da OMS foi considerada como uma das principais limitações no caminho para a concretização da agenda do fabrico local. Neste contexto, o CDC África congratula-se com a nova política da OMS de iniciar processos paralelos tanto para as diretrizes de recomendação como para a avaliação do PQ ou do Procedimento de Listagem para Utilização de Emergência (EUL, *Emergency Use Listing Procedure*), como um passo importante para resolver a desigualdade no acesso rápido a produtos de saúde essenciais e inovadores. A utilização de diretrizes provisórias, especialmente para produtos inovadores, será útil para acelerar os prazos. No entanto, requerem esforços significativos para cumprir os elevados padrões de dados e provas, saber como produzir um dossier completo para apresentação e interagir com os processos de consulta do PQ.

Um dos fatores críticos e intrínsecos para a produção sustentável em África é garantir que os fabricantes africanos tenham acesso a vias regulamentares eficientes e harmonizadas que assegurem produtos de alta qualidade e acesso ao mercado para produtos fabricados em África. A aquisição do estatuto de nível de maturidade 3 (ML3) em cinco (5) países africanos, juntamente com os programas de competência em curso através dos Centros Regionais de Excelência Regulamentar (RCOREs, *Regional Centres for Regulatory Excellence*), sublinha a importância crítica de os especialistas africanos em regulamentação possuírem conhecimentos e capacidades que se alinham com uma supervisão regulamentar adequada ao longo de todo o ciclo de vida da produção de vacinas.

Os processos morosos e fragmentados para obter a aprovação regulamentar conduzirão a um acesso tardio ao mercado e a encargos financeiros e administrativos para os fabricantes africanos. Neste contexto, a obtenção da pré-qualificação da OMS para participar do [sistema de aquisições das Nações Unidas](#) (ONU) é particularmente importante para os fabricantes africanos alcançarem a economia de escala necessária para promover um ecossistema de produção favorável, incluindo a investigação e o desenvolvimento. Incentivamos a OMS a continuar a apoiar o reforço destas importantes atividades e o envolvimento e comunicação entre as diversas comunidades de intervenientes. O CDC África continuará a monitorizar o progresso e a execução destas e de outras recomendações semelhantes para os benefícios do fabrico local de produtos farmacêuticos em África.

## **CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental)**

### **Institutos Nacionais de Saúde Pública: via para acelerar a segurança sanitária na sub-região<sup>97</sup>**

---

<sup>97</sup><https://articles.nigeriahealthwatch.com/national-public-health-institutes-route-to-accelerating-health-security-in-the-ecowas-region/?amp=1>

Se havia dúvidas sobre o que pode acontecer quando os países não dão prioridade à preparação para as epidemias, a pandemia de Covid-19 é ainda um lembrete recente. Estima-se que o seu custo económico ascenda a [114 biliões de dólares](#). No entanto, não se trata apenas de dinheiro. Outras consequências a longo prazo podem não ser aparentes à primeira vista, como a morbilidade, a [saúde mental](#), as perdas económicas e o aumento das [taxas de pobreza](#).

No entanto, uma das lições da pandemia é a importância da [colaboração](#). Infelizmente, a forma como os países, as organizações e mesmo os indivíduos colaboraram é muito insuficiente. No entanto, o ditado "[Ninguém está seguro até que todos estejam seguros](#)" não podia ser mais verdadeiro.

No entanto, trabalhar em conjunto para alcançar a segurança sanitária mundial exige quadros que gerem colaborações coordenadas e sem descontinuidades. Um desses quadros já estava a ser trabalhado na África Ocidental mesmo antes da pandemia. Em 2019, a [20.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Ministros da Saúde](#) da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) adoptou o [Plano Estratégico Regional para a Preparação e Resposta a Emergências de Saúde Pública](#). O documento comprometeu-se a estabelecer uma rede regional composta por 15 Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSP) na África Ocidental para reforçar e coordenar os esforços de segurança sanitária em toda a sub-região.

Os INSP foram criados para serem organizações de aprendizagem, utilizando a pesquisa e os dados concretos para informar a sua resposta às ameaças de doenças infecciosas. Desempenham um papel crucial na resposta a emergências de saúde pública e na atenuação do impacto das crises sanitárias. Ao servirem como centros de excelência para a pesquisa, vigilância e resposta no domínio da saúde pública, os INSP encontram-se numa posição única para [liderar esforços coordenados](#) de prevenção, deteção e controlo de surtos de doenças. Mais importante ainda, ajudam a preservar os conhecimentos institucionais adquiridos na resposta a surtos de doenças. Podem ser reunidos especialistas de várias disciplinas para responder a um surto, mas sem um INSP, todos eles regressam às suas respectivas organizações ou agências depois de o surto ter terminado, perdendo-se a oportunidade de preservar lições que podem ser fundamentais para respostas futuras.

Embora se tenham registado alguns progressos na sua criação na África Ocidental, continuam a existir desafios. Recursos limitados, lacunas de capacidade e prioridades concorrentes são obstáculos à plena funcionalidade destas instituições vitais. Aprender com os INSP estabelecidos, como o [CDC da Nigéria](#) (NCDC), torna-se uma estratégia inestimável para estabelecer e reforçar novos INSP.

Em março, a Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS), através do Centro Regional de Vigilância e Controlo das Doenças, em colaboração com o CDC África, a Associação Internacional das Instituições Nacionais de Saúde Pública (IANPHI) e o CDC dos EUA (US CDC), organizou a reunião anual dos Diretores dos INSP e dos técnicos superiores relevantes do Ministério da Saúde, bem como dos parceiros de desenvolvimento que apoiam os INSP da sub-região oeste africana, em Abuja, capital da Nigéria. A reunião proporcionou uma plataforma para aprendizagem entre pares e debates sobre a forma de acelerar a funcionalidade das redes de INSP nos Estados-Membros.

As ameaças de doenças infecciosas são implacáveis na sua tentativa de crescimento e, por vezes, resultam na infeção de seres humanos, provocando doenças e, por vezes, a morte. Os esforços para as manter afastadas devem também permanecer ágeis e estar sempre a evoluir à medida que as condições mudam. Tal como uma aldeia que se junta para encontrar estratégias

para enfrentar um inimigo comum, as reuniões como a de Abuja são essenciais para a resposta regional, continental e mundial no domínio da saúde. Os especialistas também se referiram a este facto, encorajando os representantes dos Estados-Membros a partilhar o que está a funcionar na manutenção dos INSP nos seus países, para permitir que outros melhorem ou iniciem os seus.

O Dr. Virgil K. Lokossou, Diretor Executivo do Centro Regional de Vigilância e Controlo de Doenças da CEDEAO, disse que o estabelecimento e reforço dos INSP é uma prioridade partilhada pela OOAS, o CDC África e IANPHI. Lokossou afirmou que "reflete o espírito de cooperação e troca de conhecimentos que define a nossa busca coletiva de excelência em iniciativas de saúde pública".

O Diretor-Geral do NCDC, Dr. Jide Idris, ao afirmar que o objetivo da reunião é "partilhar as lições aprendidas com os institutos nacionais de saúde pública estabelecidos e com os que se encontram em fase inicial de desenvolvimento na África Ocidental", instou os participantes a não esquecerem as consequências do Ébola e da Covid-19 para a saúde, que levaram à destruição do sistema de saúde, à deslocação em massa e à desestabilização das economias.

No entanto, é importante ter em conta o contexto ao replicar estas aprendizagens, observou Ellen Whitney, Diretora do Gabinete da IANPHI dos EUA. Ela espera que a reunião capacite

"Estados-Membros da sub-região da África Ocidental a saírem com uma melhor compreensão dos desafios e facilitadores para estabelecer e reforçar os Institutos Nacionais de Saúde Pública, aprendendo com os seus pares que estabeleceram com sucesso os seus Institutos e como construir e reforçar os seus próprios no contexto dos seus países".

E embora os Estados-Membros possam não ter todas as capacidades necessárias, organizações como o CDC África estão preparadas para os apoiar. O Dr. Raji Tajudeen, Diretor da Divisão de Institutos de Saúde Pública e Pesquisa do CDC África, afirmou que uma das suas principais agendas é apoiar todos os Estados-Membros a estabelecer INSP e a fortalecer os já existentes.

Participaram nessa oficina de três dias participantes do Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Nigéria, Gana, Senegal, Serra Leoa e Togo. A primeira sessão do primeiro dia deu o mote com apresentações e debates que estabeleceram uma compreensão dos INSP. Haftom Taame, um epidemiologista do CDC África, apresentou uma visão geral da estrutura do INSP do CDC África e do apoio ao estabelecimento dos INSP na África Ocidental. Partilhou o seu papel no apoio à conceptualização e revisão em curso do Quadro de Desenvolvimento dos INSP. Salientou que os INSP são uma das cinco componentes principais da [Nova Ordem de Saúde Pública](#).

Os países participantes partilharam o estado de desenvolvimento dos INSP e as principais realizações, gerando questões e *feedback*. Embora o Senegal e o Togo não disponham de INSP, as instituições especializadas ajudam a coordenar as intervenções de saúde pública. As discussões também destacaram a necessidade de quadros legislativos para orientar as atividades dos INSP. O NCDC fez com que o seu projeto de lei fosse [aprovado](#) em 2018. Os países também partilharam dicas sobre a mobilização de recursos internos, que é fundamental para manter as iniciativas de segurança sanitária. Embora os INSP sejam importantes, foi dada ênfase à necessidade de envolvimento dos outros atores a nível subnacional. Embora se referisse a si



própria como a "criança mais nova do bairro", tendo [lançado recentemente o seu INSP](#), a Serra Leoa partilhou conhecimentos úteis com outros participantes. Lições da sua história, evoluindo de outras agências para lições sobre a mobilização de recursos internos com o apoio do seu Vice-Presidente. Discutiram também a forma como as empresas locais que geravam um determinado lucro anual foram obrigadas a contribuir para a segurança sanitária, ao serem sensibilizadas para o efeito que uma pandemia pode ter nas suas empresas.

Para aumentar a aprendizagem durante a oficina, os participantes trabalharam em pequenos grupos para identificar desafios e lições aprendidas no desenvolvimento dos INSP, discutiram possíveis formas de abordar esses desafios e desenvolveram roteiros para acelerar o desenvolvimento na sub-região. Fizeram apresentações e receberam *feedback* dos seus colegas e de outros especialistas técnicos que apoiaram a oficina.

Na qualidade de país anfitrião com um INSP, os participantes visitaram o Laboratório Nacional de Referência gerido pelo CDC da Nigéria para obterem mais informações.

Para além da aprendizagem, estas reuniões ajudam os países a analisar as ameaças sempre presentes colocadas pelas doenças transmissíveis e a recordar uns aos outros a necessidade de trabalhar em conjunto e o custo de não o fazer. Constitui também uma oportunidade para reafirmarem os seus compromissos de partilha proativa de dados e de abertura, que são fundamentais para atingir [o objetivo global de 7-1-7](#).

Armados com estes novos conhecimentos e provas, podem regressar aos seus respectivos países e continuar a criar apoio político para a segurança sanitária nacional e sub-regional. A Nigéria tem a sorte de estar a viver uma potencial mudança de paradigma no seu sector da saúde, com a segurança sanitária claramente delineada na [Agenda de Quatro Pontos](#) do novo Governo para melhorar a saúde para todos. No entanto, isto não terá qualquer significado se os seus vizinhos não derem prioridade à segurança sanitária.

### **Genocídio do Ruanda: o trauma de 30 anos continua grande<sup>98</sup>**

Há 30 anos, quase um milhão de pessoas foram mortas no Ruanda. Um trauma cujas feridas ainda estão abertas.

No domingo, 7 de abril, na capital ruandesa, Kigali, cerca de 5.000 pessoas, bem como personalidades de alto nível, se reuniram na BK Arena, um salão polivalente ultramoderno, para [comemorar o 30º aniversário](#) do início do genocídio.

"Alguém que me escondeu era Hutu. Mas ele também foi morto, porque tinha escondido Tutsi", conta Claire Naramirwa, que estava em Kigali quando os primeiros golpes de catana foram dados na capital ruandesa. Hoje, com 72 anos, ela perdeu grande parte de sua família há 30 anos e, para ela, era necessário assistir a essa cerimônia. "Para mim, isso é importante porque me ajuda a não esquecer os meus que morreram durante o genocídio", diz ela.

Para muitas outras pessoas que também perderam muitos membros de sua família, lembrar-se das pessoas assassinadas, permitiu que o Ruanda se desenvolvesse e começasse em novas bases.

---

<sup>98</sup> <https://www.dw.com/fr/au-rwanda-30-ans-apr%C3%A8s-le-g%C3%A9nocide/a-68763949>

"Você sabe, se alguém vem aqui para lembrar, isso nos dá coragem para nos reconhecer como ruandeses", afirmou uma participante.

A situação nem sempre foi assim. Em 1994, foram enviadas muitas ameaças à comunidade tutsi do país. Sinais que a [comunidade internacional](#) tinha ignorado, o que reconheceu no domingo, Moussa Faki Mahamat, Presidente da Comissão da União Africana. "Ninguém, nem mesmo a União Africana, se exoneraria da sua inação face à crónica de um genocídio anunciado", disse Moussa Faki.

Um erro que Paul Kagame, Presidente do Ruanda, ainda tem dificuldade em digerir hoje. Kigali reclama hoje que os autores do genocídio ainda vivos, quer se encontrem na Europa ou em qualquer outro lugar, sejam julgados pelos atos que lhes são imputados, com a ajuda da justiça internacional.

Três décadas após as atrocidades cometidas durante o genocídio no Ruanda, o trabalho de memória continua, nomeadamente através da justiça. Justiça para as vítimas do genocídio e seus familiares, nomeadamente com a criação, em 2002, de tribunais comunitários, os "*gacaca*", onde estes últimos podiam ouvir a confissão dos carrascos. No entanto, embora a justiça tenha desempenhado um papel importante na [condenação dos genocidas](#), centenas de pessoas suspeitas de terem participado no genocídio continuam em liberdade, nomeadamente nos países vizinhos, como o [Uganda](#) e a República Democrática do Congo ([RDC](#)).

No que diz respeito à RDC, o tema é aliás fonte de tensão e conheceu uma viva recuperação desde a ofensiva do [M23](#), uma rebelião maioritariamente tutsi, no final de 2021 no leste do país. Kinshasa, juntamente com a ONU, os EUA e vários países ocidentais, acusam o Ruanda de apoiar esses rebeldes. Kigali, por seu lado, nega qualquer envolvimento e acusa a RDC de apoiar as Forças Democráticas de Libertação do Ruanda ([FDLR](#)), um grupo maioritariamente hutu criado por presumíveis genocidas.

Se a questão dos antigos genocidas continua delicada entre Kigali e Kinshasa, noutros países foram extraditados fugitivos, nomeadamente dos Estados Unidos.

A [França](#), que mantinha [relações estreitas](#) com o regime hutu quando o genocídio começou, por sua vez não extraditou qualquer presumível genocídio, mas condenou meia dúzia deles. Antes desse 30.º aniversário do início dos massacres, o Presidente francês, [Emmanuel Macron](#), considerou que a França "poderia ter parado o genocídio, com os seus aliados ocidentais e africanos", mas "[não teve a vontade](#)".

Para essas comemorações, como todos os anos, o presidente ruandês Paul Kagame, chefe da Frente Patriótica Ruandesa (FPR), que derrubou o regime genocida hutu, em julho de 1994, e desde então, à frente do país, acendeu uma chama de lembrança no memorial de Gisozi, em Kigali.

Esta cerimónia marcará o início da semana de homenagens durante a qual o país ficará em câmara lenta. A música não será permitida em locais públicos ou na rádio. E apenas eventos culturais relacionados às comemorações serão permitidos.

## O futuro da engenharia biomédica na África Subsaariana<sup>99</sup>

Num esforço de colaboração sem precedentes, a Comunidade de Saúde da África Central Oriental e Austral (ECSA-HC), em parceria com o Ministério da Saúde do Uganda, lançou um programa de treinamento transformador destinado a reforçar as capacidades nacionais de manutenção e reparação de equipamento laboratorial crítico. Centrando-se especificamente em cabines de biossegurança, esta iniciativa marca um passo fundamental para a autossuficiência na manutenção de infraestrutura de cuidados de saúde na África Subsaariana.

A cerimônia de abertura foi presidida pela Dr.<sup>a</sup> Diana Atwine, Secretária Permanente do Ministério da Saúde de Uganda. Ela destacou a necessidade crítica de cultivar no país e a nível regional a prestação de serviços de manutenção de equipamentos biomédicos. Esta visão não visa apenas melhorar a sustentabilidade dos sistemas de saúde, mas também promover um espírito de colaboração e inovação entre os países.

De 25 de março a 8 de abril, engenheiros biomédicos de nove países, incluindo Botsuana, Burundi, Eswatini, Maurício, Namíbia, Ruanda, Seychelles, Sudão do Sul e Uganda, se reuniram em Uganda para um programa de treinamento abrangente. Este esforço inovador busca enfrentar um desafio de longa data: a dependência de conhecimentos externos para a manutenção de equipamentos de saúde essenciais, que historicamente impôs aos países encargos financeiros significativos.

As cabines de biossegurança (BSC, *Biosafety cabinets*) são vitais em vários ambientes laboratoriais, proporcionando um ambiente estéril para o manuseio de materiais sensíveis. O bom funcionamento dessas cabines é crucial para evitar a contaminação e garantir a segurança de pessoal do laboratório. No entanto, a manutenção e reparação de BSC foram em grande parte terceirizadas para especialistas estrangeiros a custos excessivos e atrasos.

O programa de treinamento é projetado para equipar os participantes com as habilidades e conhecimentos necessários para realizar a manutenção e reparos de BSC em seus próprios países. Ao fazê-lo, visa reduzir a dependência de prestadores de serviços internacionais, reduzir os custos e melhorar a capacidade de resposta dos serviços de saúde às necessidades da população local.

Esta iniciativa representa apenas o início de um movimento mais amplo para melhorar a manutenção da infraestrutura de saúde na África subsaariana. Ele ressalta a importância de investir em talentos e capacidades locais para alcançar sustentabilidade e resiliência a longo prazo nos sistemas de saúde.

### **Banco Africano de desenvolvimento (BAD)**

#### **Remover obstáculos à capacidade de fabricar medicamentos e vacinas**

Esta penosa contatação: África gasta mais de 14 bilhões de dólares por ano na importação de medicamentos e vacinas.

A primeira conferência internacional organizada pela recém-lançada Fundação Africana de Tecnologia Farmacêutica é vista como um fator de mudança na busca do continente por uma indústria farmacêutica forte e autossuficiente.

---

<sup>99</sup> <https://ecsahc.org/empowering-local-expertise-the-future-of-biomedical-engineering-in-sub-saharan-africa/>

Cem líderes do continente africano e de fora da região, incluindo dos Estados Unidos e da Europa, reuniram-se hoje em Adis Abeba para uma conferência de dois dias centrada na abordagem dos principais desafios da inovação e da transferência de tecnologia para construir um setor farmacêutico mais forte em África.

Os temas vão desde a segurança do abastecimento regional até às lacunas tecnológicas no desenvolvimento do setor privado e na investigação e desenvolvimento (I&D) do setor público, bem como a procura do equilíbrio certo entre os direitos de propriedade intelectual e o acesso durante e após as pandemias. Os membros do painel analisarão igualmente novos modelos de financiamento para estimular o investimento no setor.

A Diretora Executiva da recém-lançada Fundação Africana de Tecnologia Farmacêutica (APTF), Professor Padmashree Gehl Sampath, afirmou que "a conferência é a primeira do seu género em África a examinar os obstáculos ao fabrico e produção nacionais de produtos de saúde essenciais para o continente".

Articulando a visão da Fundação, a Professora Gehl Sampath disse que a agência quer "uma indústria farmacêutica africana vibrante que possa fabricar e inovar produtos farmacêuticos em África para o povo africano".

Ela disse que a Fundação aspirará "a passar de 400 empresas para pelo menos 800 empresas farmacêuticas na região até 2040".

Discursos de Mekdas Daba Feyssa, Ministro da Saúde da Etiópia; Monique Nsanzabaganwe, vice-presidente da Comissão da União Africana; Ahmed Ogwel Ouma, Diretor-Geral Adjunto, África CDC; Edward Kwakwa; Diretor-Geral Adjunto da Organização Mundial da Propriedade Intelectual; Michel Sidibé, Enviado Especial da União Africana para a Agência Africana de Medicamentos, e Oyebanji Oyelaran-Oyeyinka, Conselheiro Especial Sénior do Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento, enquadram o debate de sete sessões de hoje e de amanhã.

O programa teve início com as palavras de boas-vindas gravadas em vídeo de Tedros Adhanom Ghebreyesus, Diretor-Geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), Ngozi Okonjo-Iweala, Diretora-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do [Dr. Akinwumi Adesina, Presidente do Grupo Banco Africano de Desenvolvimento](#), que salientaram o seu apoio aos trabalhos.

"O acesso aos produtos de saúde é uma componente essencial da Cobertura Universal de Saúde e da segurança sanitária", afirmou o Dr. Tedros Ghebreyesus. "Obrigado pelo vosso compromisso para com um setor farmacêutico mais forte no continente".

"No mundo global, várias estrelas estão a alinhar-se para que o continente atraia investimento nacional e internacional para construir cadeias de valor e uma base de produção sólida neste setor", disse Ngozi Okonjo-Iweala, da OMC. "As empresas devem tentar antecipar-se... criar parcerias e trabalhar com licenças voluntárias... [que] incluem uma verdadeira transferência de tecnologia", acrescentou. "A APTF tem um papel importante a desempenhar em tudo isto", venceu.

África importa mais de 70% de todas as suas necessidades de saúde, o que custa cerca de 14 mil milhões de dólares por ano. O continente realiza apenas 2% da investigação mundial sobre novas infeções, apesar de suportar um quarto da carga global de doenças. Para inverter a

tendência, África terá de, entre outras medidas necessárias, ultrapassar as barreiras ao acesso à tecnologia, tanto no setor público como no privado, em todo o continente.

As organizações representadas na conferência incluem a Fundação Ciência para África, o Pool de Patentes de Medicamentos, o Instituto Nacional de Vacinas do Gana, a Iniciativa Africana de Fabrico de Vacinas, as Parcerias para o Fabrico Africano de Vacinas, a iniciativa Medicamentos para Doenças Negligenciadas, o Centro Africano de Excelência para a Genômica das Doenças Infecciosas, o Instituto de Investigação do Vírus do Uganda, a Colaboração Regionalizada para o Fabrico de Vacinas, a Zona de Comércio Livre Continental Africana, a Unitaid e a Federação Internacional de Fabricantes e Associações Farmacêuticas.

Também participam executivos seniores de empresas farmacêuticas, biotecnológicas e de vacinas africanas, bem como académicos de universidades de renome mundial.

"África precisa de mudar o ambiente tecnológico... e construir um ecossistema de investigação e desenvolvimento farmacêutico e biomédico que possa apoiar indústrias farmacêuticas locais de classe mundial", afirmou o Dr. Adesina.

"Estávamos convencidos de que isto não poderia acontecer sem uma instituição dedicada que trabalhasse para promover a mudança e facilitar o acesso à tecnologia. É por isso que o Banco Africano de Desenvolvimento criou a APTF com o apoio da União Africana", explicou.

Criada em 2022, como uma agência regional independente, a APTF trabalha para melhorar o acesso de África às tecnologias necessárias para descobrir, desenvolver e fabricar medicamentos, vacinas e diagnósticos.

A Fundação apoia as empresas africanas a envolverem-se em transações tecnológicas, a comercializarem a propriedade intelectual e a diversificarem as carteiras de produtos, as instituições de investigação a tornarem-se centros de excelência e os governos a moldarem mercados de produtos saudáveis, entre outras iniciativas.

Recentemente, a Devex, uma plataforma mediática para a comunidade de desenvolvimento global, nomeou a Fundação como uma das 24 agências de todo o mundo a ter em conta em 2024.

"A APTF vai separar as águas", afirmou Oyebanji Oyelaran-Oyeyinka, Conselheiro Especial Sénior do Presidente do AfDB. "O seu objetivo é mudar a forma como as empresas globais se relacionam e estabelecem parcerias com empresas africanas. A Fundação facilitará a entrada na região e removerá as barreiras estruturais, regulamentares e institucionais de forma a acelerar os empreendimentos de produção nacional em colaboração."

A Conferência Internacional sobre Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia no Setor Farmacêutico Africano é apoiada pelo Ministério Alemão para a Cooperação e Desenvolvimento.

### **SADC: Promovendo trabalho digno na Região<sup>100</sup>**

Os Ministros do Trabalho e Emprego e Parceiros Sociais da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) convergiram em Lubango, República de Angola, nos

---

<sup>100</sup> <https://www.sadc.int/latest-news/sadc-ministers-employment-and-labour-and-social-partners-call-intensified-action>

dias 27 e 28 de março de 2024, para sua reunião anual. Participaram representantes de treze Estados-Membros, incluindo Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Eswatini, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué, bem como membros do Fórum do Setor Privado da SADC (SPSF) e do Conselho de Coordenação Sindical da África Austral (SATUCC), além de representantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização Internacional para as Migrações (OIM).

A Ministra da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social da República de Angola, Ilustre Teresa Rodrigues Dias, destacou o compromisso da SADC em alcançar metas de crescimento econômico, desenvolvimento socioeconômico, paz, segurança e erradicação da pobreza. Ela enfatizou a necessidade de esforços ampliados para melhorar o acesso ao emprego, promover empresas sustentáveis e produtivas, e fortalecer a segurança social, especialmente para grupos vulneráveis como mulheres e pessoas com deficiência. A Ministra também incentivou a ratificação do Protocolo da SADC sobre Emprego e Trabalho como parte integrante do esforço para criar um ambiente propício ao trabalho digno na região.

O Secretário Executivo da SADC, Sua Excelência Sr. Elias Mpedi Magosi, salientou o desafio do desemprego e subemprego na região, especialmente entre os jovens. Ele destacou a necessidade de políticas pró-emprego e ações colaborativas para abordar questões como más condições de trabalho, sistemas de segurança social frágeis e alta informalidade no emprego. Magosi também enfatizou a importância de investir na juventude para realizar o potencial demográfico da SADC e defendeu medidas para erradicar o trabalho infantil e garantir acesso à educação. Por outro lado, durante a reunião, foram tomadas várias decisões e compromissos, que incluem:

1. Assinatura e ratificação do Protocolo da SADC sobre Emprego e Trabalho pelos Estados-Membros até 2025.
2. Desenvolvimento e implementação de Políticas Nacionais de Emprego para aumentar oportunidades de trabalho e reduzir a subutilização da força de trabalho.
3. Aprovação de um Programa de Capacitação sobre Políticas e Estratégias Macroeconômicas Pró-Emprego.
4. Adoção do Plano de Ação para a Migração Laboral da SADC e promoção da migração laboral segura.
5. Análise e combate ao trabalho infantil na região.
6. Desenvolvimento de sistemas de resolução de litígios laborais eficientes e acessíveis.

Além disso, designou-se o Malawi, Moçambique e a África do Sul como membros da SADC no Conselho de Administração da OIT para o período 2024-2027, visando fortalecer a cooperação internacional e a implementação de políticas trabalhistas.

A reunião culminou com uma visita ao Centro de Empreendedorismo Local (CLESE) em Lubango, onde foram entregues prêmios a novos empreendedores, simbolizando o compromisso da SADC em promover o empreendedorismo e o desenvolvimento econômico na região.

## África CDC, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe colhem lições do INS<sup>101</sup>

No dia 1º de abril, o Instituto Nacional de Saúde (INS) recebeu uma visita especial de representantes do CDC África, bem como delegações da Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. O propósito dessa visita foi trocar conhecimentos e experiências sobre a estruturação de institutos de saúde pública. A equipe, composta por 10 membros de diversos setores, teve a oportunidade de participar de discussões e intercâmbio de ideias com profissionais do INS.



Fonte: INS, 2024

Liderada pela Diretora-geral-Adjunta do INS, Sofia Viegas, a visita foi marcada por momentos significativos de aprendizado mútuo. Logo no início, Sofia expressou sua satisfação em receber a equipe, destacando a importância da colaboração para o fortalecimento das instituições de saúde pública em diferentes países.

Durante a visita, foram abordados temas como o histórico e a evolução do INS, sua missão, visão e áreas de atuação. Sofia enfatizou especialmente a relevância da pesquisa biomédica, dos serviços laboratoriais de referência, da vigilância epidemiológica, da comunicação, educação e formação, além das parcerias nacionais e internacionais no contexto da saúde pública.

Um dos pontos de destaque foi o Programa de Formação em Epidemiologia de Campo do INS, mencionado por Viegas ao ser questionada sobre o treinamento para resposta a surtos. Esse programa visa capacitar profissionais de saúde para lidar de forma eficaz com surtos e outras ameaças à saúde pública.

Os visitantes também tiveram a oportunidade de conhecer em detalhes o funcionamento dos laboratórios do INS, com ênfase em áreas como Microbiologia, Serologia e Parasitologia. Eles ficaram impressionados com a qualidade e organização desses setores, especialmente no que diz respeito à vigilância epidemiológica.

Os integrantes da delegação expressaram sua admiração pela organização do INS e pela preparação dos técnicos, ressaltando a importância da formação contínua e do controle de qualidade do trabalho. A visita foi vista como uma fonte de inspiração e aprendizado para implementar melhorias nas instituições representadas pelos visitantes.

<sup>101</sup> <https://ins.gov.mz/africa-cdc-guine-bissau-e-sao-tome-e-principe-colhem-lico-es-do-ins/>

Além da visita ao INS, a equipe também teve a oportunidade de conhecer a Delegação Provincial do Instituto Nacional de Saúde na cidade de Maputo (DPM-INS), onde puderam se informar sobre as atividades realizadas e o funcionamento da estrutura local. Essa troca de conhecimentos e experiências foi fundamental para fortalecer os laços de colaboração entre os países e contribuir para o avanço da saúde pública na região.



## Cartão amarelo para a extrema-direita na Europa

### *Yellow card for the extreme-right on Europe*

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire**

**Resumo.** A Europa dá sinais de resistência ao crescimento da extrema-direita. Este informe traz os revezes de Holanda, país onde ela se sagrou vitoriosa, mas não conseguiu apoios necessários para assumir o poder e de Portugal, onde seu expressivo crescimento está sendo neutralizado por uma coligação entre direita e esquerda. Na Turquia, a oposição venceu as eleições municipais, ameaçando Erdogan nas próximas eleições, em 2028. A Alemanha descriminaliza o uso da cannabis.

**Palavras-chave:** Saúde global; União Europeia; Guerra; Extrema-direita; Cannabis

**Abstract.** *Europe shows signs of resistance to the growth of the far right. This report highlights the setbacks of Holland, a country where it was victorious, but was unable to obtain the necessary support to take power, and of Portugal, where its significant growth is being neutralized by a coalition between right and left. In Turkey, the opposition won the municipal elections, threatening Erdogan in the next elections in 2028. Germany decriminalizes the use of cannabis.*

**Keywords:** *Global Health; European Union; War; Far-right; Cannabis*

A Europa dá sinais de resistência ao crescimento da extrema-direita. Este informe traz os revezes de Holanda, país onde ela se sagrou vitoriosa, mas não conseguiu apoios necessários para assumir o poder e de Portugal, onde seu expressivo crescimento está sendo neutralizado por uma coligação entre direita e esquerda. Na Turquia, a oposição venceu as eleições municipais, ameaçando Erdogan nas próximas eleições, em 2028.

[Apesar de ter se sagrado vitoriosa nas eleições holandesas de novembro, a extrema-direita não conseguiu apoio suficiente para formar uma coalisão.](#) Geert Wilders, do Partido pela Liberdade (PVV) venceu as eleições e o partido conquistou 37, das 150 cadeiras do Parlamento. Para alcançar a maioria necessária, de 76 assentos, Wilders buscou apoios de partidos de direita e centro-direita, mas as negociações não foram bem sucedidas. Reconhecendo a falta de apoio, Wilders desistiu de ser primeiro-ministro: "Só posso me tornar primeiro-ministro se TODOS os partidos da coalizão me apoiarem. Não foi o caso", publicou Wilders na rede social X. Vídeo da emissora alemã [DW informa que Wilders já retirou algumas de suas propostas mais polêmicas, como proibir mesquitas e o uso de véus islâmicos, e realizar um referendo sobre a saída da Holanda da União Europeia, mas que as outras legendas dizem só retornarem às negociações caso ele renuncie ao cargo de primeiro-ministro.](#) Enquanto não se define o novo governo, o atual primeiro-ministro Mark Rutte, de centro-direita, segue no cargo.

[O cenário político em Portugal, um país sob 8 anos de governo socialista, mudou em 2023, quando o primeiro-ministro António Costa renunciou, após ser alvo de investigações errôneas. Novas eleições foram convocadas, derrotando o partido socialista e posicionando à frente a direita tradicional,](#) agrupada na Aliança Democrática (com o Partido Social Democrata,

o PSD e dois partidos pequenos), que deve liderar o próximo governo. Acontece que esta direita não conseguiu maioria para governar sozinha, porque o Chega, com forte discurso anti-imigração, avançou, quadruplicando sua bancada, com 18% dos votos. Como Portugal é parlamentarista, o povo elege parlamentares, e eles escolhem o primeiro-ministro, que governa o país. [Em um movimento histórico, direita e esquerda se unem para isolar o Chega](#). O PSD e o OS (Partido Socialista) compuseram um arranjo sob o qual se alternarão da presidência do parlamento, apesar das diferenças. Pelo acordo, a direita liderará a Assembleia da República, com o deputado José Pedro Aguiar-Branco (PSD) por 2 anos na presidência, e que posteriormente, a esquerda indique um nome para presidir a Casa pelo mesmo período. A sustentabilidade do acordo e a normalidade na Assembleia serão mostrados com o decorrer do tempo, pois PS e PSD seguirão fazendo oposição um ao outro.

Na Turquia, a oposição vence as eleições municipais, ameaçando Erdogan nas próximas eleições, em 2028. [Os prefeitos de Istambul e Ancara \(que são oposição a Erdogan\) não apenas venceram](#) pela segunda vez contra um candidato do governo – e conquistando maioria no Conselho Municipal – como também aumentaram suas votações em relação a 2019. Com a reeleição em Istambul, [Ekren Imamoglu, está sendo apontado como potencial candidato à presidência da Turquia em 2028. Erdogan reconhece ser este um “ponto de virada”](#).

Já que o assunto é extrema-direita, não me furtarei a trazer a notícia de que [a embaixada da Hungria em Brasília demitiu pelo menos 2 funcionários brasileiros como punição pelo vazamento de imagens do circuito interno que mostram a visita do ex-presidente Jair Bolsonaro \(PL\), durante o Carnaval, em meio à investigação por tentativa de golpe de Estado](#). As demissões acontecem uma semana após o jornal "The New York Times" [revelar, em reportagem, que o ex-presidente Jair Bolsonaro passou dois dias hospedado na embaixada em Brasília](#). A reportagem exibiu vídeos do circuito interno da Embaixada da Hungria em Brasília que mostram Bolsonaro chegando e saindo do prédio.

Enquanto a embaixada demite, os húngaros saem nas ruas em protesto. [Jamil Chade nos conta que Viktor Orbán, o líder da extrema direita e primeiro-ministro da Hungria, enfrentou uma noite de protestos pedindo sua renúncia](#). O protesto aconteceu após um ex-aliado ter publicado áudios de conversas entre conselheiros próximos de Orbán, que sugeriam alterações em acusações na Justiça e no Ministério Público. As suspeitas apontam para uma suposta tentativa do governo de interferir na Justiça.

Passando a falar da guerra da Ucrânia, [a usina nuclear de Zaporijia foi novamente atacada](#). A Agência Internacional de Energia Atômica reporta a morte de uma pessoa após as explosões e alerta que tais ataques podem levar a uma catástrofe nuclear. O diretor do organismo, Rafael Grossi, informou que os estragos não comprometeram a segurança nuclear, mas salienta que se trata de um "incidente grave", capaz de comprometer a integridade do reator. Ele sublinha que ninguém tira benefícios políticos ou militares de ofensivas contra instalações nucleares e, por isso, pede que tais ataques terminem imediatamente. Nenhuma das partes assume o envolvimento. Mas, no dia seguinte ao ataque, o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, manifestou que o ataque à central nuclear de Zaporíjua é uma "provocação perigosa" que pode ter consequências negativas.

Peço licença para mudar radicalmente de assunto e noticiar que a [Alemanha liberou o uso recreativo da maconha, autorizando que alemães com mais de 18 anos portem até 25g de cannabis seca. Também será possível o cultivo para uso próprio, estando permitindo 3 pés de planta por residência](#). As regras preveem a possibilidade de se ter 50g de cannabis em casa e

proíbem o uso perto de escolas, centros desportivos ou em "zonas de pedestres" entre as 7h e as 20h. A cannabis não será vendida em cafés, como na Holanda. A partir de 1º de julho, poderão ser criadas associações de produtores ou "clubes sociais" com até 500 integrantes, sempre maiores de idade. Tais clubes poderão cultivar e distribuir a cannabis de forma não lucrativa. Será proibido vender para turistas. Nos próximos anos, o governo alemão pretende avaliar o impacto da nova lei e, eventualmente, introduzir a venda licenciada de cannabis.

### **Considerações Finais**

Na semana em que se comemora o Dia Mundial da Saúde (7/4), a única notícia relativa à área é a da descriminalização do uso da cannabis na Alemanha, passo importante na desmistificação das drogas como problema de segurança e não de saúde pública. Uma das motivações alemãs para o importante passo foi poder oferecer um produto de melhor qualidade aos cidadãos. Esta política, no entanto, poderá estar ameaçada, caso a extrema-direita vença as próximas eleições alemãs. O crescimento da extrema-direita vem sendo notado na Europa, assim como no mundo, mas traz preocupações ao continente, especialmente em relação à própria existência da União Europeia. Como vivemos esta triste e recente experiência no Brasil, é satisfatório trazer as notícias de arrefecimento. Nós por aqui, também não estamos livres deste fantasma...

## Uma solução de dois Estados está de volta à agenda – à custa de milhares de mortos

*Lucia Marques*

*Não houve um ataque não intencional;  
acontece em guerras.<sup>102</sup>*

**Resumo:** A questão palestina está de volta à agenda, a um custo de dezenas de milhares de mortos. Embora encontre oposições de todos os lados. Não se apagam marcas ou rancores históricos com facilidade. Mas uma ótima oportunidade está se apresentando uma vez que a guerra em **Gaza** está se tornando uma batata quente nas mãos de Biden e Bibi. A raiva pela guerra se tornou um problema político para Biden, em ano eleitoral. E para Bibi, pode custar a sua manutenção no cargo, uma vez que até agora ele não cumpriu sua promessa após o ataque do dia 7 de outubro: aniquilar o Hamas; restaurar a segurança no Sul; e resgatar os reféns. Cresce o apoio de países europeus, incentivados por Espanha e Irlanda, e da União Europeia para uma discussão abrangente sobre a solução de dois Estados. Israelenses e Palestinos precisam querer a paz, claro! E mudar seus líderes políticos. No Tabuleiro da Geopolítica, a mudança de estratégia da América para a guerra em Gaza que pode, se for bem costurada, ser importante para a região e para a solução dos dois Estados.

**Palavras chaves:** Gaza, Benjamin Netanyahu, Israel, Estados Unidos da América, solução de dois Estados

**Abstract:** *The Palestinian question is back on the agenda, at a cost of tens of thousands of deaths. Although it will encounter opposition from all sides. Historical marks or grudges cannot be erased easily. But a wonderful opportunity is presenting itself as the war in Gaza is becoming a hot potato in the hands of Biden and Bibi. Anger over war has become a political problem for Biden in an election year. And for Bibi, it could cost him to keep his position, since so far, he has not fulfilled his promise after the attack on October 7th: to annihilate Hamas; restore security in the South; and rescue the hostages. Support is growing from European countries, encouraged by Spain and Ireland, and from the European Union for a comprehensive discussion on the two-state solution. Israelis and Palestinians need to want peace, of course! And change their political leaders. On the Geopolitics Board, America's change in strategy for the war in Gaza, which could, if done well, be important for the region and for the two-state solution.*

**Keywords:** *Gaza, Benjamin Netanyahu, Israel, United States of America, two-state solution*

\*

---

<sup>102</sup> Palavras de Benjamin Netanyahu sobre o ataque por militares israelenses à ONG WCK (World Central Kitchen), em 1º de abril, que acabava de carregar alimentos recém-chegados via Mediterrâneo. O ataque matou sete funcionários humanitários. <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/04/02/ataque-israelense-mata-7-agentes-humanitarios-que-distribuiam-comida-em-gaza.ghtml>

A causa palestina está de volta à agenda, a um custo de dezenas de milhares de mortos.<sup>103</sup> Mas parece não ter avançado e encontra oposições de todos os lados. Não se apagam marcas ou rancores históricos com facilidade. Os israelenses e os palestinos estão presos em uma espiral de morte. E sem a existência de um Anwar Sadat e seu parceiro israelense, Menachem Begin, e sem um presidente americano que realmente priorizava a paz, como Jimmy Carter.<sup>104</sup>

Interesses opostos de grandes potências, questões históricas regionais, ódios renascidos e a divisão de opiniões depois do ataque de 7 de outubro vão estar presente nas conversas sobre a questão palestina e a solução de dois Estados. E há dois atores principais que não querem que isso aconteça, sob nenhuma condição, e eles são poderosos: o Hamas, que se dedica a varrer Israel do mapa, e Benjamin Netanyahu (Bibi) e seus parceiros de coalizão de extrema direita, que querem não apenas destruir o Hamas, mas também continuar ocupando a Cisjordânia e Gaza e expandindo os assentamentos judaicos em ambos os territórios.<sup>105</sup>

Existem dois consensos: a saída de Netanyahu e mudança na governança da Autoridade Palestina. Mahmoud Abbas, presidente da Autoridade Palestina, deve abrir caminho para uma nova e melhor geração de governantes. Para Israel, além de votar na saída de Bibi, deve criar novos realinhamentos políticos, apresentando novas vozes de toda a sociedade, e fazer progressos reais em direção a uma solução de dois Estados - e à paz de longo prazo que foi negada a israelenses e palestinos por tanto tempo."<sup>106</sup>

Na Europa, Espanha e Irlanda conclamam para que mais países se juntem a eles, numa posição crítica a Israel e começa a surtir efeito. Eslovênia e Malta já expressaram a disponibilidade para reconhecer o Estado palestino. A Irlanda já tem sido a voz dos palestinos na União Europeia. O primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez, tem sido um dos mais sinceros e persistentes críticos europeus da forma como Israel processou a sua guerra em Gaza. E após o ataque à ong WCK e a resposta de Netanyahu de que erros acontecem em uma guerra, Sanchez anunciou, no próprio dia do ataque, que a Espanha pretende reconhecer um Estado palestino até julho.<sup>107</sup> A solução de dois Estados continua a ser a única resposta à crise no Médio Oriente – daí a urgência do governo espanhol.

O principal diplomata da UE, Josep Borrell, também já deixou claro seus sentimentos quando se trata da ofensiva de Israel em Gaza. Para ele, uma abordagem abrangente envolve parar de falar sobre o processo de “paz” e começar a falar de forma mais concreta sobre o processo de “solução de dois estados.” “Quais são as outras soluções que eles têm em mente?”<sup>108</sup> disse Borrell durante reunião Conselho Excepcional dos Negócios Estrangeiros. “Fazer com que todos os palestinos saiam? Para matá-los? Vinte e cinco mil já em Gaza, 70%

---

<sup>103</sup> Gregg Carlstrom, correspondente para Oriente Médio, em artigo “O vácuo do poder no Oriente Médio” [OPINIÃO | O vácuo de poder no Oriente Médio | Opinião | livingstonparishnews.com](https://www.livingstonparishnews.com/OPINIÃO/O-vácuo-de-poder-no-Oriente-Médio-Opinião/)

<sup>104</sup> 39º presidente americano, cujo mandato foi de 1977 a 1981; Carter viajou pelo mundo advogando acordos de paz. Foi o único a não ser reeleito. Saiba mais em Marques, L. [O espírito bélico americano é ruim para todos. In: cadernos CRIS-Fiocruz Informe 10-2022. p. 141 \(134-144\).](#)

<sup>105</sup> <https://www.estadao.com.br/internacional/somente-biden-e-o-principe-saudita-podem-mudar-a-direcao-do-conflito-entre-israelenses-e-palestinos/>

<sup>106</sup> <https://www.estadao.com.br/internacional/do-odio-ao-perdao-questao-palestina-divide-os-israelenses-apos-atentados-do-hamas/>

<sup>107</sup> [Como a Espanha e a Irlanda se tornaram os críticos mais contundentes da UE a Israel | Israel | O Guardião \(theguardian.com\)](https://www.theguardian.com/world/2023/oct/07/spain-ireland-critics-israel-ue)

<sup>108</sup> [https://www.eeas.europa.eu/eeas/foreign-affairs-council-press-remarks-high-representative-josep-borrell-upon-arrival-14\\_en](https://www.eeas.europa.eu/eeas/foreign-affairs-council-press-remarks-high-representative-josep-borrell-upon-arrival-14_en)

mulheres e crianças. Certamente, a maneira de tentar destruir o Hamas não é a maneira como eles estão fazendo, porque eles estão semeando o ódio por gerações".

EUA parece avançar para abrir caminho para a questão palestina. Mas a seu modo, para garantir seus interesses. E sempre ambigualmente. Ao cobrar diretamente a Bibi por um cessar-fogo e cuidar dos civis, o presidente americano, Joe Biden, poderia abrir caminho para uma grande e nova iniciativa de paz envolvendo os EUA, países árabes e a União Europeia, que ofereça aos israelenses uma normalização ampla e profunda com países árabes, incluindo a Arábia Saudita, e garantias de segurança, mais do que em todos os tempos, assim como o acompanhamento de uma solução de dois Estados, como [sugere](#) Thomas Friedman, jornalista judeu e especialista em relações internacionais e da região. Para o especialista, o papel da Arábia Saudita será crucial para esta que pode ser a última chance para adotar a solução de dois Estados para a questão Israel-palestina.<sup>109</sup>

No âmbito do Conselho de Segurança da ONU, A delegação palestina nas Nações Unidas está pressionando para que seja reconhecida como um Estado-membro pleno, em votação que ocorrerá em 18 de abril – são atualmente membro observador, limitado ao EUA se opõe, dizendo que apoiava o Estado, mas depois de negociações com Israel.<sup>110</sup>

Uma coisa é certa: tanto palestinos quanto israelenses terão que repensar seu futuro político depois dessa guerra.

## **NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA**

### **Retórica raivosa dos EUA contra Israel é para inglês ver ou reflete uma mudança na política americana para a região?**

Somente depois de três dias do ataque israelense que matou sete funcionários humanitários da ONG WCK<sup>111</sup> (World Central Kitchen, com sede nos EUA), em Gaza; depois de três dias do ataque israelense ao consulado iraniano em Damasco, Síria, que matou oito funcionários, desrespeitando o princípio da inviolabilidade das representações diplomáticas e consulares<sup>112</sup>; e três dias depois do governo americano aprovar novo fornecimento de bombas a Israel,<sup>113</sup> o presidente dos EUA, Joe Biden, em uma ligação ao Primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu, que se sentia “indignado e com o coração partido” e pediu um cessar-fogo imediato<sup>114</sup> – isso depois de vetar três pedidos de cessar-fogo no Conselho de Segurança da ONU

---

<sup>109</sup> <https://www.estadao.com.br/internacional/somente-biden-e-o-principe-saudita-podem-mudar-a-direcao-do-conflito-entre-israelenses-e-palestinos/>

<sup>110</sup> <https://www.hurriyetdailynews.com/palestinians-eye-un-membership-vote-in-april-192177>

<sup>111</sup> <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/04/02/ataque-israelense-mata-7-agentes-humanitarios-que-distribuiam-comida-em-gaza.ghtml>

<sup>112</sup> [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/ataque-ao-consulado-iraniano-em-damasco](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/ataque-ao-consulado-iraniano-em-damasco)

<sup>113</sup> A transferência foi aprovada pelo Departamento de Estado inclui mil bombas MK-82, outras mil bombas de pequeno diâmetro e fusíveis para explosivos MK-80. <https://www.estadao.com.br/internacional/eua-aprovaram-novo-fornecimento-de-bombas-para-israel-no-mesmo-dia-de-ataque-a-funcionarios-de-ong/>

<sup>114</sup> <https://www.hurriyetdailynews.com/biden-netanyahu-to-speak-by-phone-following-gaza-aid-deaths-192162>

e de se abster no quarto<sup>115</sup> – hipocrisia.<sup>116</sup> E, pela primeira vez, diga-se que por pressão de seus colegas democratas, falou em condicionalidade; o líder americano "deixou clara a necessidade de Israel anunciar e implementar uma série de medidas específicas, concretas e mensuráveis para lidar com os danos civis, o sofrimento humanitário e a segurança dos trabalhadores humanitários".<sup>117</sup> Biden esperou três dias.

Mas o pedido chega tarde demais para dezenas de milhares de palestinos, a maioria mulheres e crianças.<sup>118</sup>

Biden tem apoiado Israel na guerra, provocada pelo Hamas, que já dura seis meses, e manteve porta-aviões no litoral do Mediterrâneo e enviado armas, bombas e suprimentos militares para seu aliado regional.

Os EUA podem deter Israel, mas ainda não o fizeram. A retórica pública irada não condiz com as ações; é para inglês ver? A ajuda militar a Israel continua a fluir mesmo com as relações entre Biden e Netanyahu “azedando.” É notório que os EUA não fazem objeção ao genocídio em Gaza; na verdade, só fazem objeção quando o clamor internacional fica muito alto, e a intenção é apenas acalmar temporariamente os diplomatas indignados, a crescente raiva doméstica com a guerra, em um ano eleitoral dos EUA, e para diminuir a pressão de seus colegas democratas.<sup>119</sup>

---

<sup>115</sup> A resolução aprovada foi articulada pelos dez membros não permanentes do Conselho, que não tem direito ao veto. São eles Argélia, Equador, Guiana, Japão, Malta, Moçambique, Coreia do Sul, Serra Leoa, Eslovênia e Suíça. Com isso, o texto foi aprovado com 14 votos favoráveis, nenhum contrário e uma abstenção. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-03/conselho-de-seguranca-da-onu-aprova-cessar-fogo-temporario-em-gaza>

<sup>116</sup> <https://www.monitordo Oriente.com/20240330-a-hipocrisia-do-governo-dos-eua-e-a-insolencia-de-israel/>

<sup>117</sup> <https://www.reuters.com/world/middle-east/biden-speaks-with-israels-netanyahu-after-strike-kills-food-aid-workers-2024-04-04/>

<sup>118</sup> [A opinião do The Guardian sobre o alerta de Biden em Gaza: é tarde demais – não deve ser muito pouco | Editorial | O Guardião](#)

<sup>119</sup> <https://www.monitordo Oriente.com/20240403-jogos-diplomaticos-e-genocidio/>

Por outro lado, o [discurso do Senador democrata americano, Chuck Schumer](#), um amigo de Israel, no qual conclama novas eleições para expulsar Netanyahu, a quem aponta como



Numa mesma imagem, a destruição e fumaça das explosões de bombas americanas e os paraquedas com ajuda humanitária enviada pelos EUA. [4453.jpg \(1760x1056\) \(guim.co.uk\)](#)

obstáculo para a paz. O discurso pode refletir uma mudança nos interesses americanos sobre a guerra e para a região do Oriente Médio. Mas também pode ser um posicionamento para atender a insatisfação de muitos frente às eleições próximas – o Senador republicano, Mitch McConnell, respondeu que eles não têm problema com Bibi.<sup>120</sup>

E pode ser ambas as coisas e ter os dois pássaros na mão, ao invés de um voando: garantir eleições e geopolítica estratégica. A transição do discurso pode realmente refletir uma mudança da política americana para o Oriente Médio, isto é, transformar Israel num parceiro dos palestinos, amigo dos Estados árabes e se posicionando, assim contra o Irã – ideia original dos Acordos de Abrão - e, por dobradinha, contra a Rússia e a China. Uma jogada estratégica ambiciosa que encontra em Bibi um grande obstáculo, tanto geopoliticamente quanto internamente.

Nesse caminho, um cessar-fogo seria usado para engendrar uma grande e nova iniciativa de paz envolvendo os EUA, países árabes e a União Europeia, que ofereça aos israelenses uma normalização ampla e profunda com países árabes, incluindo a Arábia Saudita, e garantias de segurança, mais do que em todos os tempos, assim como o acompanhamento de uma solução de dois Estados, como [sugere](#) Thomas Friedman, jornalista judeu e especialista em relações internacionais e da região. Para o especialista, o papel da Arábia Saudita será crucial para esta que pode ser a última chance para adotar a solução de dois Estados para a questão Israel-palestina.<sup>121</sup>

---

<sup>120</sup><https://www.estadao.com.br/internacional/lider-democrata-sobe-tom-chama-netanyahu-de-obstaculo-para-paz-e-pede-novas-eleicoes-em-israel/>

<sup>121</sup><https://www.estadao.com.br/internacional/somente-biden-e-o-principe-saudita-podem-mudar-a-direcao-do-conflito-entre-israelenses-e-palestinos/>



Por tanto, o momento atual é uma oportunidade - dolorosa, claro, - para trabalhar a questão palestina e avançar na solução de dois Estados.

### **Efeito cascata do ataque de 1º de abril ao WCK**

Os ataques, no último dia 1º de abril, que mataram de sete trabalhadores humanitários da instituição de caridade World Central Kitchen (WCK)<sup>122</sup> tiveram efeito cascata. "Este não é apenas um ataque contra a WCK, é um ataque a organizações humanitárias que aparecem nas situações mais terríveis em que os alimentos são usados como arma de guerra. Isso é imperdoável", disse Erin Gore, CEO da World Central Kitchen.<sup>123</sup>

Já provocou a redução e suspensão em cadeia de organizações humanitárias que atuam em Gaza. Outros grupos de ajuda reduziram ou reavaliaram suas operações, com a ONU pausando o movimento noturno para a "avaliação das questões de segurança". O Comitê Internacional da Cruz Vermelha também alertou que "as organizações humanitárias de ajuda são incapazes de realizar seu trabalho com segurança".<sup>124</sup>

As intensas hostilidades em Gaza e a insegurança generalizada continuam a minar o acesso humanitário, ameaçando a segurança do pessoal humanitário que presta assistência e restringindo a capacidade dos civis de aceder a serviços essenciais. A insegurança em Gaza foi ainda mais exacerbada por ataques que afetam diretamente instalações humanitárias e médicas.

Mais de 190 trabalhadores humanitários foram mortos em Gaza entre 7 de outubro de 2023 e 31 de março de 2024, incluindo pelo menos sete trabalhadores humanitários durante o mês de março. Esse total inclui o maior número de funcionários da ONU mortos em um conflito na história da organização. Além disso, as operações militares israelenses e os ataques aéreos afetaram repetidamente instalações médicas em Gaza e instalações humanitárias - incluindo um ataque aéreo a um centro de distribuição de alimentos humanitários em 13 de março em Rafah - resultando em vítimas de equipes médicas, pessoal humanitário e civis, apesar dos mecanismos de notificação humanitária e coordenação em andamento com as autoridades israelenses.<sup>125</sup>

A alimentação é um direito humano universal.

### **Considerações Finais**

A guerra em Gaza está se tornando uma batata quente nas mãos de Biden e Bibi. A raiva pela guerra se tornou um problema político para Biden, em ano eleitoral. E prevalece a ambiguidade americana para agradar a gregos e troianos. E para Bibi, pode custar a sua manutenção no cargo, uma vez que até agora ele não cumpriu sua promessa do dia 7 de outubro: 1) aniquilar o Hamas; 2) restaurar a segurança no Sul; 3) resgatar os reféns.<sup>126</sup>

---

<sup>122</sup> <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/04/02/ataque-israelense-mata-7-agentes-humanitarios-que-distribuiam-comida-em-gaza.shtml>

<sup>123</sup> <https://wck.org/news/gaza-team-update>

<sup>124</sup> <https://www.hurriyetaidnews.com/biden-netanyahu-to-speak-by-phone-following-gaza-aid-deaths-192162>

<sup>125</sup> [Instantâneo do Acesso Humanitário - Faixa de Gaza | 1 a 31 de março de 2024 | Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários - territórios palestinos ocupados \(ochaopt.org\)](#)

<sup>126</sup> <https://twitter.com/Joaokm/status/1776945715400310979?t=gcvrKUdP--qZ-851cLw6zw&s=08>

Netanyahu está agora transformando Israel em pária internacional. A América quer mudar sua imagem e “inundar a zona” de Gaza com ajuda, e vem defendendo ainda mais compromissos em matéria de proteção civil por parte de Israel. E propõe que haja negociações para cessar-fogo.

Em resposta ao telefonema de Biden, Israel se comprometeu a abrir a passagem de Erez e a permitir embarques diretos de Ashdod, um porto israelita, abrindo novas e importantes passagens para Gaza. No entanto, será mais difícil para Netanyahu ceder mais. Um cessar-fogo temporário e a libertação de reféns poderiam provocar uma mudança no governo de Israel, pois uma pausa nos combates poderia encorajar os seus inimigos políticos e criar um caminho para a discussão de um Estado palestino, o que é um anátema para ele e para alguns dos seus parceiros de coligação.<sup>127</sup>

Uma coisa é certa: a causa palestina está de volta à agenda, a um custo de dezenas de milhares de mortos. Mas parece não ter avançado e encontra oposições de todos os lados. Não se apaga marcas ou rancores históricos com facilidade. Os israelenses e os palestinos estão presos em uma espiral de morte. Para apartar esse impasse mortífero, precisaríamos ver outro Anwar Sadat<sup>128</sup> e seu homólogo israelense, Menachem Begin, e um outro presidente americano, pacifista, como Jimmy Carter.<sup>129</sup>

Como escreveu Gregg Carlstrom, especialista em Oriente Médio, no artigo “[O vácuo do poder no Oriente Médio](#)”, é muito cedo para tirar uma lista completa de conclusões da guerra árabe-israelense. Mas seis meses de combates entre Israel e o Hamas já desmascararam alguns grandes mitos: que a causa palestina estava morta, que uma aliança emergente entre Israel e o Golfo forneceria um contrapeso contra o Irã, que uma região exausta pelo conflito se concentraria na desescalada e no crescimento econômico e que um Oriente Médio verdadeiramente pós-americano havia surgido.

Diante do mundo que enfrenta mudanças geopolíticas e disputas entre grandes potências, algumas apegadas ao passado de grande poder de liderança, outras cavando seu próprio espaço de poder e liderança, o Oriente Médio encontra-se num interregno. Como escreve Carlstrom, esqueça falar de unipolaridade ou multipolaridade: o Oriente Médio é apolar. Ninguém manda. Os Estados Unidos são uma hegemonia desinteressada e ineficaz, e seus rivais de grande potência ainda mais. Os frágeis Estados do Golfo não podem preencher o vazio; Israel também não pode; e o Irã só pode jogar spoiler. Todos os outros são espectadores assolados por problemas econômicos e crises de legitimidade. Essa era a realidade antes mesmo de 7 de outubro. A guerra apenas varreu ilusões.<sup>130</sup>

Mas uma coisa é certa: tanto palestinos quanto israelenses terão que repensar e/ou reconstruir seu futuro político depois dessa guerra.

---

<sup>127</sup> <https://www.economist.com/middle-east-and-africa/2024/04/05/israels-relations-with-america-reach-breaking-point>

<sup>128</sup> [https://www.estadao.com.br/internacional/somente-um-lider-como-sadat-e-capaz-de-por-fim-ao-conflito-israelo-palestino/?utm\\_source=estadao:app&utm\\_medium=noticia:compartilhamento](https://www.estadao.com.br/internacional/somente-um-lider-como-sadat-e-capaz-de-por-fim-ao-conflito-israelo-palestino/?utm_source=estadao:app&utm_medium=noticia:compartilhamento)

<sup>129</sup> [https://en.wikipedia.org/wiki/Jimmy\\_Carter](https://en.wikipedia.org/wiki/Jimmy_Carter)

<sup>130</sup> [OPINIÃO | O vácuo de poder no Oriente Médio | Opinião | livingstonparishnews.com](#)

## China: Normas de Avaliação de Ciência e Tecnologia

### *China: Science and Technology Assessment Standards*

**André Costa Lobato**

**Abstract.** *China launches new public policy evaluation standards for science and technology, aiming to optimize and improve the efficiency of the system. Public insurance companies are beginning to reimburse treatments for assisted reproduction. China stands in solidarity with Iran, whose diplomatic mission was attacked by Israel in Syria.-Tag.*

**Keywords:** Science and Technology, Diplomacy, Reproductive rights

**Resumo.** China lança novas normas de avaliação de políticas públicas para ciência e tecnologia, com o objetivo de otimizar e melhorar a eficiência do sistema. Seguros públicos começam a reembolsar tratamentos para reprodução assistida. China se solidariza com Irã, cuja missão diplomática foi atacada por Israel na Síria.

**Palavras-chave:** Ciência e Tecnologia, Diplomacia, reprodução assistida

#### Diplomática

- A missão da China na ONU lançou nota condenando os ataques de Israel às instalações diplomáticas iranianas na Síria e pediu cessar-fogo em Gaza para que os muçulmanos possam celebrar o Ramadam. A nota diz que “os princípios fundamentais das relações internacionais foram violados repetidas vezes” por Israel e que os chineses sentem “a dor do Governo e do povo iranianos”<sup>131</sup>.
- Sergei Lavrov, o chanceler russo, chegou em Pequim para se reuniu com Wang Yi, o diplomata-chefe chinês<sup>132</sup>. Há duas semanas os dois países realizaram reunião consultiva sobre a atuação do Conselho de Segurança da ONU<sup>133</sup>.
- Janet Yellen, secretária do tesouro da Casa Branca, esteve na China por cinco dias. Ela se encontrou com Li Qiang e recomendou que a China mude sua estratégia focada na

---

<sup>131</sup>Remarks by ambassador Geng Shuang at the UN security council briefing on the attack against Iranian diplomatic premises in Syria [Internet]. Gov.cn. [cited 2024 Apr 9]. Available from: [http://un.china-mission.gov.cn/eng/hyyfy/202404/t20240404\\_11276381.htm](http://un.china-mission.gov.cn/eng/hyyfy/202404/t20240404_11276381.htm)

<sup>132</sup> Global Times. Russian FM’s visit to China “further strengthens strategic partnership” [Internet]. Globaltimes.cn. [cited 2024 Apr 9]. Available from: <https://www.globaltimes.cn/page/202404/1310230.shtml>

<sup>133</sup> China and Russia Hold Consultations on the UN and security council affairs [Internet]. Gov.cn. 2024 [cited 2024 Apr 9]. Available from: [https://www.mfa.gov.cn/eng/wjbxw/202404/t20240403\\_11276266.html](https://www.mfa.gov.cn/eng/wjbxw/202404/t20240403_11276266.html)

produção e passe a ser mais orientada pelo consumo. Ela pediu ainda que Pequim não subsidie a indústria verde<sup>134135</sup>.

### Sanitaria

- Médicos de um hospital em Xi'an realizaram uma cirurgia de xenotransplante em 25 de março, na qual o rim de um porco com múltiplos genes editados foi transplantado para uma pessoa com morte cerebral. Treze dias depois, o rim ainda funcionava bem. Anteriormente, o mesmo hospital havia feito o primeiro transplante de fígado xenogenético do mundo, também de um porco para uma pessoa com morte cerebral. O plano cirúrgico foi criado e aprovado por diversos comitês acadêmicos e éticos. A família do paciente consentiu com a pesquisa para contribuir com o avanço médico.
- Casais que passaram por tratamento de fertilização in vitro (FIV) em Shandong receberam reembolso, numa guinada para estimular a gravidez no país, pelo sistema local de seguro médico público. Um casal gastou mais de 9.000 yuans e foi reembolsado com cerca de 5.000 yuan. Além de Shandong, Gansu, Pequim e as regiões autônomas de Guangxi e da Mongólia Interior também incluíram reembolso para reprodução assistida<sup>136</sup>.

### Socioeconômica

- O Conselho de Estado anunciou uma nova rodada de atualizações em grande escala de equipamentos e troca de bens de consumo, como parte de seus esforços para impulsionar a demanda doméstica e apoiar o crescimento econômico contínuo este ano. Um plano de ação divulgado pelo Conselho de Estado no início deste mês afirma que a China visa aumentar seu investimento em equipamentos para indústria, agricultura, construção, transporte, educação, cultura, turismo e cuidados médicos em pelo menos 25 por cento até 2027, em comparação com 2023. Segundo a Comissão Nacional de Reforma, as atualizações de equipamentos podem criar um mercado de mais de 5 trilhões de yuans.<sup>137</sup>
- A Administração de Supervisão de Mercados, com apoio do Ministério de Ciência e Tecnologia, publicou duas normas de avaliação do sistema de ciência e tecnologia da China<sup>138</sup>.

---

<sup>134</sup>Janet Yellen says US-China relations on 'stronger footing.' Financial Times [Internet]. [cited 2024 Apr 9]; Available from: <https://www.ft.com/content/27f72b5c-d47e-456b-b468-3096aab1b494>

<sup>135</sup>Reuters.com. [cited 2024 Apr 9]. Available from: <https://www.reuters.com/world/yellen-meets-with-chinas-central-bank-chief-presses-case-excess-capacity-2024-04-08/>

<sup>136</sup>刘小卓. Shandong couples reimbursed for IVF treatment under new policy [Internet]. Com.cn. [cited 2024 Apr 9]. Available from: <https://www.chinadaily.com.cn/a/202404/07/WS66127dd9a31082fc043c0943.html>

<sup>137</sup>Yifan L. China promotes large-scale equipment upgrades, trade-in of consumer goods to open up trillion-yuan market--China Economic Net [Internet]. En.ce.cn. [cited 2024 Apr 9]. Available from: [http://en.ce.cn/main/latest/202403/25/t20240325\\_38946663.shtml](http://en.ce.cn/main/latest/202403/25/t20240325_38946663.shtml)

<sup>138</sup>《科研机构评估指南》和《企业科技创新系统能力水平评价规范》两项国家标准发布实施 - 中华人民共和国科学技术部 [Internet]. Gov.cn. 2024 [cited 2024 Apr 9]. Available from: [https://www.most.gov.cn/kjbgz/202403/t20240329\\_190041.html](https://www.most.gov.cn/kjbgz/202403/t20240329_190041.html)

O "Guidelines for the Evaluation of Scientific Research Institutions" (GB/T 43803-2024) busca otimizar a alocação de recursos das instituições de pesquisa científica. Ele inclui a avaliação de trabalhos acadêmicos, patentes, e outros produtos da pesquisa científica de alta qualidade; a avaliação das equipes, como capacidade de cooperação, intercâmbio e talentos; a avaliação dos equipamentos, incluindo renovação, eficiência e gestão.

O "Standardization of Enterprise Science and Technology Innovation System Capability Level Evaluation Standards" (GB/T 43836-2024) visa estabelecer um sistema de avaliação unificado e científico das capacidades de inovação científica e tecnológica das empresas, permitindo às empresas avaliar com precisão os seus próprios pontos fortes e fracos em matéria de inovação, identificar áreas de melhoria e formular estratégias específicas para melhorar as suas capacidades de inovação. Abrange vários aspectos da inovação empresarial, incluindo investigação e desenvolvimento, transferência de tecnologia, cultivo de talento, gestão da inovação e competitividade do mercado

## Atualização USA

*Guto Galvão*

**Resumo:** O [Mês Nacional da Saúde das Minorias](#), celebrado em abril, visa aumentar a conscientização sobre as disparidades de saúde entre minorias raciais, étnicas e indígenas nos EUA. Cada ano, o Escritório de Saúde de Minorias do HHS define um tema; em 2024 é "Seja a fonte para uma saúde melhor: melhorando resultados de saúde através de culturas, comunidades e conexões". A [Semana Nacional de Saúde Pública \(NPHW\)](#), ocorrida de 1º a 7 de abril de 2024, é um evento anual liderado pela Associação Americana de Saúde Pública (APHA) que reconhece a importância dos profissionais de saúde pública e destaca seu papel fundamental na proteção e promoção do bem-estar. O tema de 2024, "Proteger, Conectar e Prosperar: Somos Todos Saúde Pública", enfatiza a preparação para emergências, a equidade em saúde e os avanços tecnológicos na área da saúde.

**Palavras-chave:** Mês Nacional da Saúde das Minorias, Disparidades de saúde, Minorias raciais, étnicas e indígenas, Conscientização

**Summary:** [National Minority Health Month](#), celebrated in April, aims to raise awareness of health disparities among racial, ethnic, and indigenous minorities in the U.S. Each year, the HHS Office of Minority Health sets a theme; in 2024 is "Be the Source for Better Health: Improving Health Outcomes Across Cultures, Communities, and Connections." [National Public Health Week \(NPHW\)](#), which takes place April 1-7, 2024, is an annual event led by the American Public Health Association (APHA) that recognizes the importance of public health professionals and highlights their critical role in protecting and promoting well-being. The 2024 theme, "Protect, Connect, and Thrive: We Are All Public Health," emphasizes emergency preparedness, health equity, and technological advancements in healthcare.

**Keywords:** National Minority Health Month, Health Disparities, Racial, Ethnic, and Indigenous Minorities, Awareness



Fonte: <https://www.hhs.gov/national-minority-health-month/index.html>

## Mês Nacional da Saúde das Minorias

Abril é o Mês Nacional da Saúde das Minorias, uma celebração anual que visa aumentar a conscientização sobre as disparidades de saúde que persistem entre as minorias raciais e étnicas e as populações indígenas americanas e nativas do Alasca nos Estados Unidos. Ela encoraja as pessoas a agirem para acabar com essas iniquidades e construir melhores resultados de saúde.

Todos os anos, o Escritório de Saúde de Minorias (OMH) do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA (HHS) designa um tema para o Mês Nacional da Saúde das Minorias. O tema para 2024 é "**Seja a fonte para uma saúde melhor: melhorando os resultados de saúde por meio de nossas culturas, comunidades e conexões**". O tema é projetado para encorajar as pessoas a entender como os ambientes, culturas, histórias e circunstâncias únicas de uma minoria racial e étnica afetam sua saúde geral.

Os determinantes sociais da saúde (SDOH) desempenham um papel significativo nas iniquidades e disparidades em saúde. Fatores como pobreza, acesso limitado a cuidados de saúde, falta de educação e racismo são exemplos de SDOH que contribuem para disparidades e iniquidades em saúde. Para melhorar os resultados de saúde e reduzir as disparidades de longa data que afetam as minorias raciais e étnicas e a população de IA/AN, é essencial considerar as condições nos ambientes onde as pessoas nascem, vivem, aprendem, trabalham, se divertem, adoram e envelhecem.

O site do Mês Nacional da Saúde das Minorias 2024 fornece inúmeros recursos, mensagens de mídia social, gráficos e informações sobre como "**Ser a Fonte para uma Saúde Melhor**". É uma excelente plataforma para aprender sobre as disparidades de saúde e tomar medidas para resolvê-las.

As bases para o Mês Nacional da Saúde das Minorias foram lançadas pelo educador, autor e líder dos direitos civis Booker T. Washington em 1915, quando ele estabeleceu a Semana Nacional de Saúde do Negro (NNHW). A NNHW foi reconhecida em 1951 e formou a base para muitas das celebrações focadas na saúde que celebramos hoje. Em 2000, a HHS lançou o Healthy People 2010, uma iniciativa para melhorar a saúde de todos os americanos. O Healthy People 2030 é a mais recente iteração da estrutura Healthy People e fornece informações sobre os esforços contínuos para melhorar os resultados de saúde em todo o país.

O tema deste ano, "Seja a fonte para uma saúde melhor: melhorando os resultados de saúde por meio de nossas culturas, comunidades e conexões", se concentra em como o SDOH impacta a saúde de minorias raciais e étnicas e populações indígenas americanas/nativas do Alasca (AI/AN). O SDOH pode ser agrupado em cinco domínios: Estabilidade Econômica, Educação, Acesso e Qualidade à Saúde, Ambiente Construído e de Vizinhança e Contexto Social e Comunitário. Ao abordar o SDOH por meio de uma abordagem abrangente, podemos trabalhar para promover a equidade em saúde e reduzir as disparidades de saúde entre populações vulneráveis.

A saúde pública e as organizações comunitárias podem começar a melhorar a saúde de suas comunidades abordando o SDOH. As organizações podem reunir membros de sua comunidade e organizações confiáveis para identificar preocupações específicas de sua comunidade, coletar e utilizar várias fontes de dados e informações, comprometer-se a fornecer Serviços Culturalmente e Linguisticamente Apropriados (CLAS) e trabalhar com parceiros

confiáveis para abordar o impacto do SDOH em populações vulneráveis e encontrar soluções inovadoras que possam ser colocadas em ação.

O Mês Nacional da Saúde das Minorias é uma celebração essencial que visa promover a equidade em saúde e reduzir as disparidades de saúde entre as populações vulneráveis. Ao entender o impacto do SDOH nos resultados de saúde, podemos trabalhar juntos para construir comunidades melhores e criar um futuro mais saudável para todos.



Fonte: <https://www.nphw.org/>

**Semana Nacional de Saúde Pública** Tema: "Proteger, Conectar e Prosperar: Somos Todos Saúde Pública (**NPHW 2024** Theme: "Protecting, Connecting and Thriving: We Are All Public Health")

A Semana Nacional de Saúde Pública (PNHP) foi realizada de 1º a 7 de abril de 2024. Este evento anual, liderado pela Associação Americana de Saúde Pública (APHA) e reconheceu os grandes esforços dos profissionais de saúde pública, destacando o papel vital que a saúde pública desempenha na proteção e melhoria do nosso bem-estar.

**O Tema para 2024: Um Futuro Próspero, com ênfase em:**

- Ameaças emergentes a saúde pública: os profissionais de saúde pública estão sempre procurando e respondendo a novos riscos à saúde, como pandemias e mudanças climáticas. A NPHW busca incentivar a preparação e a criação de soluções inovadoras.

- Equidade em saúde: Garantir que todos tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade, independentemente da origem, é um objetivo primário da saúde pública. O NPHW busca destacar o progresso feito e defender mais avanços na consecução da equidade em saúde.



- **Avanços tecnológicos:** A tecnologia desempenha um papel cada vez mais importante na saúde pública, desde a vigilância de doenças até a educação em saúde. O NPHW é uma oportunidade para demonstrar como esses avanços estão moldando o futuro da saúde pública.

#### Como a APHA celebra o NPHW

A APHA fornece uma variedade de recursos e ferramentas para ajudar comunidades e indivíduos a celebrar o NPHW:

- **Site da Semana Nacional de Saúde Pública:** Este site serve como um centro central para informações sobre o NPHW, incluindo o tema, tópicos diários, listas de eventos e recursos para download.

- **Tópicos diários:** Cada dia da NPHW se concentra em uma questão específica de saúde pública, permitindo campanhas e eventos de conscientização coordenados. Os tópicos diários incluíram bairros saudáveis, mudanças climáticas e preparação para emergências.

- **Kit de ferramentas:** A APHA oferece um kit de ferramentas abrangente com recursos para planejar atividades de NPHW nas comunidades, incluindo exemplos de comunicados de imprensa, mensagens de mídia social e materiais promocionais.

- **Webinars e Eventos:** A APHA organizou webinars e eventos ao vivo com especialistas em saúde pública e líderes discutindo questões atuais e soluções inovadoras.

#### Como se pode participar

Há muitas maneiras de participar da Semana Nacional de Saúde Pública 2024:

- **Informações sobre Saúde Pública:** O site da APHA oferece informações sobre o trabalho crítico feito por profissionais de saúde pública em sua comunidade e em todo o mundo.

- **Aumentar a consciência (Awareness):** Através do compartilhamento de informações sobre o NPHW e o tema escolhido nas redes sociais usando as hashtags oficiais.

- **Organização de eventos:** Vários profissionais e instituições organizaram eventos na comunidade, incluindo feiras de saúde, workshop sobre um tema de saúde pública e voluntariado.

- **Agradeça a um herói da saúde pública:** Durante a semana se estimula que todos expressem a gratidão aos profissionais de saúde pública que trabalham incansavelmente para manter você e seus entes queridos seguros.

- **Defenda a Mudança pela equidade:** Se estimula que todos busquem seus representantes eleitos e os estimule a apoiar políticas que promovam a saúde pública e a equidade em saúde.

Ao aumentar a conscientização e mostrar apreço pelos esforços de saúde pública, podemos construir um futuro mais saudável para todos.

## ESPECIAL

### **A cooperação internacional precisa estar acima de diferenças políticas**

Entrevista concedida por **Paulo Buss**, diretor do Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris) da Fiocruz, a **Paulo Schueler**, jornalista da **Revista POLI**, da **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**, postada no site da revista em 05/04/2024

7 de abril é a data escolhida para celebração do Dia Mundial da Saúde por ter sido, em 1948, o dia em que foi oficialmente instituída, com a aprovação de seus estatutos, a Organização Mundial da Saúde (OMS). A trajetória da instituição, bem como da própria Diplomacia em Saúde, conta com contribuição ativa do Brasil. Em entrevista à revista **Poli**, o coordenador do **Centro de Relações Internacionais em Saúde** (Cris/Fiocruz), Paulo Buss, aborda o histórico e as perspectivas dessa atuação.

***O Brasil contribuiu com grandes atores tanto na criação como na trajetória da OMS, como Geraldo de Paula Souza e Marcolino Candau. Isto reflete competências individuais ou também a capacidade diplomática do Brasil?***

A história da diplomacia brasileira é maior do que a exclusiva competência individual de seus atores. É claro que essas coisas se aliam, mas a história do Brasil, de sua cooperação internacional e da reconhecida qualidade de sua diplomacia começa com o Barão do Rio Branco. Um único exemplo é o fato de a anexação do território do Acre ao Brasil ter sido mediante negociações.

Eu escrevi um *paper*, **Diplomacia da saúde nos tempos do barão e nos dias de hoje: o Barão do Rio Branco e a saúde pública**, no qual conto que, quando o Barão do Rio Branco negociava o Acre com a Bolívia, o compromisso do Brasil era ajudar na exportação da produção da borracha boliviana. O produto não tinha como descer para ser escoado pelos rios amazônicos, saindo no Oceano Atlântico, se não houvesse o saneamento da região por onde passou a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que era o escoadouro da borracha boliviana para os portos brasileiros e destes para a Europa e os Estados Unidos. Nesse contexto, Oswaldo Cruz é convocado, junto com **Belisário Penna**, e eles promovem o saneamento na região da Estrada de Ferro, onde os operários que estavam construindo a linha férrea morriam de malária e outras doenças, além de terem seu trabalho muito prejudicado por infecções sexualmente transmissíveis. A história é essa, e revela a capacidade de o Brasil trabalhar a diplomacia e a saúde. Para a criação da ONU [Organização das Nações Unidas], houve a competência de Oswaldo Aranha; e para a OMS, de **Geraldo Paula Souza**, uma experiência bem sucedida, sequenciada pela presidência da Organização por **Marcolino Candau**, durante 20 anos.

***Como avalia a articulação entre o trabalho do Itamaraty e o do Ministério da Saúde?***

O Itamaraty tem uma história brilhante nas relações internacionais; e o Ministério da Saúde, principalmente a partir do ministro José Serra e percorrendo todos os governos anteriores de Lula e Dilma, observou competentes contribuições de sua área internacional.

Nós defendemos intensamente uma ampliação da governança do Brasil em sua atuação na saúde global. Atuar com aproximação, convergência e unidade, em uma articulação o mais perfeita possível.

Isso envolve integralmente o Ministério da Saúde, mas representado pelo gabinete da ministra, e pela AISA, a assessoria internacional. Para mim, ela deveria se chamar Assessoria de Diplomacia da Saúde, para ser mais do que uma assessoria de assuntos internacionais e passar a ser uma divisão atuante no campo da diplomacia.

Em associação com o Ministério da Saúde, respeitada essa particularidade da AISA, essa articulação precisa envolver o Ministério das Relações Exteriores, através de sua gestão, a recém-criada Divisão de Saúde Global e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), porque ela é veículo da cooperação Sul-Sul e também da ajuda humanitária brasileira; e também a Fiocruz que, sendo parte do Ministério, tem uma alta experiência na área de cooperação internacional em saúde. Nossa proposição é que esse grupo tenha uma atuação conjunta muito bem articulada.

Além disso, há outros espaços do Planalto, na Esplanada dos Ministérios, que precisam atuar de forma adequadamente articulada quando precisarem se manifestar sobre o tema da Saúde, como o Ministério dos Direitos Humanos, que tem assento no Conselho de Direitos Humanos da ONU, o Ministério do Trabalho na OIT [Organização Internacional do Trabalho], o Ministério do Desenvolvimento Social na Unicef [Fundo das Nações Unidas para a Infância] e por aí vai.

Todas as as agências da ONU têm o tema saúde em algum momento de sua agenda.

***A criação do SUS trouxe alguma alteração qualitativa para a diplomacia em saúde do Brasil? Que políticas e programas do Sistema podem ser objeto de parceria com outros povos?***

O SUS é uma das maiores conquistas da sociedade brasileira após a ditadura militar. Ele é uma construção da sociedade brasileira, implementado, obviamente, sob a égide do poder público, que teve um extraordinário desenvolvimento e é um grande ativo da política externa brasileira porque nós, dentro do conceito de cooperação estruturante, levamos esse *soft power*, que é a experiência brasileira de desenvolvimento de um sistema público de saúde universal e gratuito, por cuja qualidade lutamos muito e que tem programas muito bem sucedidos, como a Estratégia Saúde da Família, o Programa Nacional de Imunizações, o Farmácia Popular, o de Transplantes, a universalização do tratamento gratuito da Aids, e agora não só do tratamento, mas também das medidas de prevenção. Então, o Brasil tem no SUS uma grande experiência de política pública, que é usada como tema pelo país através de uma cooperação estruturante, de colocar essa experiência à disposição dos países interessados.

***O papel do Brasil na quebra de patente, no caso do HIV, colaborou de que forma para o soft power brasileiro?***

Eu participei disso. O Temporão [José Gomes Temporão] era o ministro da Saúde e eu era o presidente da Fiocruz. Aquele momento foi decisivo, porque deixamos claro que sabíamos fazer engenharia reversa e podíamos produzir aquele medicamento [Efavirenz] propositalmente diante da empresa com quem estávamos em disputa.

Essa postura do Brasil, agora com o Complexo Econômico-Industrial da Saúde, de atuar tanto na OMS quanto na OMPI [Organização Mundial da Propriedade Intelectual] e na OMC [Organização Mundial do Comércio] é muito importante, porque é necessário não apenas obter a liberação de uma patente. É preciso liberar e estimular a transferência da tecnologia de produção, do processo de conhecimento, sem isso não adianta liberar a patente.

É preciso liberar a patente e ensinar a fazer, a forma de fazer. Este é o pulo do gato, e o Brasil tem tentado colocar esse debate na OMC e na OMPI, da necessidade de existência de uma transferência de conhecimento.

Então, desde aquele momento [a quebra de patente para o medicamento para HIV], os países olham o Brasil como um país que não apenas ameaça como pode tomar atitudes concretas.

***O Brasil se prepara para ter o primeiro laboratório de biossegurança nível 4 na América Latina, bem como uma planta de produção de vacinas com a tecnologia de RNA. Como esses 'ativos' reforçam o papel do país como ator regional de saúde na América Latina, ou mesmo global?***

O Brasil já é um ator chave regional e um ator de importância global, e tanto o laboratório NB4 em Campinas (SP), quanto o desenvolvimento da tecnologia de RNA para vacinas pela Fiocruz, com seleção pela Opas, indiscutivelmente, ampliam a presença e o peso institucional do Brasil.

Mas eu quero insistir em uma coisa. Temos falado muito em acesso a tecnologias inovadoras quando, na verdade, grande parte dos países em desenvolvimento ainda vive a crise dos medicamentos, diagnósticos e outros recursos essenciais. Eu estou me referindo a antibióticos, anti-hipertensivos e anestésicos, por exemplo. No caso do G20, que está sob presidência do Brasil, ele tem um papel de estimulação da equidade no acesso a tecnologias que já existem, e que não chegam a todos os países do mundo.

Ou o G20 vai falar só para si mesmo? Ele vai abdicar de ser um agente importante do cenário internacional? Não vai. O Brasil vai querer se credenciar cada vez mais.

O Brasil precisa ser defensor de que as inovações que surgirem sejam equitativamente acessíveis a todos os países e populações do mundo, aos países pobres e aos pobres de cada país, pois há país rico com pessoas pobres sem acesso não apenas às coisas inovadoras, mas também àquelas que já existem há muito tempo e que não são acessíveis. Falo de equipamento médico cirúrgico, recursos de diagnóstico, medicamentos, biofármacos, vacinas e tantos outros.

***Qual deve ser posição do Brasil diante da possibilidade de tensão crescente entre o "bloco ocidental" e China (com Rússia)? De que forma essa tensão prejudica a governança global em saúde?***

O Brasil deveria ficar equidistante dessa competição, mas ele não tem como ficar porque ele é parte, é membro do BRICS que em 2024 está sob a presidência da Rússia e, em 2025, será assumida pelo Brasil, é onde estão China, Rússia, Índia... Essa tensão é de hegemonia política e econômica, não adianta perguntar se prejudica ou não. Se não houver cooperação decente, respeito à soberania dos países e respeito à Carta das Nações Unidas, é evidente que haverá prejuízo à governança global em saúde, porque a disputa se estenderá de uma maneira inexorável.

Então, o que o Brasil tem que fazer é manter uma equidistância razoável, compreendendo o peso de sua presença no BRICS, um bloco que integra China e Rússia, e defender que a cooperação internacional precisa estar acima de diferenças políticas. Este precisa ser nosso discurso.

***Ao assumir a coordenação do Grupo de Trabalho de Saúde do G20, a ministra Nisia Trindade afirmou possuir 4 prioridades: Prevenção, preparação e resposta a pandemias, com***

***foco na produção local e regional de medicamentos, vacinas e insumos estratégicos para a saúde; Saúde digital, para a expansão da telessaúde, integração e análise de dados dos sistemas nacionais de saúde; Equidade no acesso a inovações em saúde; e Mudanças Climáticas, facilitando o acesso de países em desenvolvimento a tecnologias necessárias para enfrentar os impactos da mudança do clima na saúde. Como articular que o Grupo apresente resultados positivos ao final da ‘gestão’ brasileira, em novembro próximo?***

É preciso garantir que esses quatro temas estejam presentes tanto na declaração dos ministros de Saúde quanto na dos chefes de Estado. A questão passa fundamentalmente por uma interpretação adequada das diferenças que existem no interior do G20, pois é óbvio que o chamado Sul global em seu interior, como Brasil, Argentina, México, Arábia Saudita e África do Sul etc., tem uma visão diferente daquela do Reino Unido, Estados Unidos e alguns europeus, bem como há diferenças com outro bloco que compõe o G20, integrando China e Rússia. Ou seja, há uma organização do G7 dentro do G20, e há a presença do BRICS no G20.

Para obter resultados que sejam fruto de consenso, é necessário haver muita análise sobre as interpretações e as narrativas desses distintos grupos de países. E a partir disso, fazer uma proposição que consiga garantir convergência, visões comuns. A partir daí fica fácil tomar posição, escrever sobre ela e propor iniciativas. É necessária muita negociação, e eu acho que a diplomacia brasileira tem condições de fazer isso.

Essas articulações também contam com a contribuição do **T20**, o grupo de *think tanks*; o **S20**, as academias de ciências; e o **C20**, a sociedade civil. O Brasil deve articular com as coordenações desses grupos de adesão ao G20 que, muitas vezes, não são tomados em consideração. Eles fazem um grande trabalho, mas no frígido dos ovos as declarações oficiais dos encontros de cúpula não consideram suas proposições.

É muito importante que o Brasil garanta a presença do T20, do S20, do C20 e de suas respectivas contribuições na declaração final, e que as sugestões fiquem para a próxima presidência do G20, a África do Sul.

***Esses temas dialogam com a orientação política do Brasil de fortalecimento das relações Sul-Sul?***

Esses temas têm muita identidade com o Sul Global, e não é à toa que o Brasil defendeu essas prioridades e também a criação de uma **Aliança Global contra a Fome e a Pobreza**, que é transversal a essas prioridades; e a questão da equidade na saúde, ou seja, não apenas o acesso equitativo aos serviços e insumos de saúde, mas também àquilo que a gente chama de Saúde Universal, as condições de vida favoráveis à saúde.

Dessa forma, entramos nas políticas extra setoriais que impactam a saúde, desestimulando aquelas que impactam negativamente e estimulando aquelas que impactam positivamente a saúde. Por exemplo, políticas econômicas que sejam contracionistas ao emprego são negativas para a saúde.

Precisamos chamar atenção para que as políticas econômicas, sociais e ambientais, tenham o cuidado de verificar o impacto que geram sobre a saúde humana e planetária. Esses são, digamos, interesses do sul, dos países do sul.

Eu posso citar a proposta que eu chamo ‘fórmula Haddad/Nísia’, que propõe a troca da dívida externa por investimentos em saúde e educação. Esta é uma grande questão, não tanto no Brasil, mas de outros países em desenvolvimento. Quase todos os países em

desenvolvimento na África, por exemplo, poderiam se beneficiar caso o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e os grandes bancos perdoassem as dívidas, ou mesmo os juros das mesmas, para que esse dinheiro fosse aplicado em saúde e educação.

Esse é um exemplo de como o Brasil pode se valer da presidência do G20 para fortalecer não só as suas relações com o Sul Global, como também comprometer os países ricos com os países em desenvolvimento.

***Especificamente sobre a prioridade 4, como integrar o conteúdo que será gerado neste Grupo de Trabalho de Saúde do G20 ao debate que o Brasil sediará em 2025 da COP 30, em Belém?***

É necessário que haja uma clara postura contra a queima de combustíveis fósseis, a redução do desmatamento e a defesa da biodiversidade. Esses três elementos são fundamentais, e eles não são propriamente da Saúde, influem extra setorialmente.

O Brasil vai dizer que é muito importante ter um sistema de saúde não emissor ou com uma pegada de carbono que não seja nociva. Precisamos ir além e vencer a resistência que tenta atribuir ao setor Saúde o papel de reduzir suas emissões, e não o de tratar as causas da crise do clima.

O que o Grupo de Trabalho de Saúde do G20 precisa falar sobre o impacto da mudança climática na saúde é que não haverá redução desse impacto negativo se não conseguirmos a redução da emissão dos gases de efeito estufa, que vêm da queima de combustíveis fósseis e também do desmatamento que facilita incêndios florestais.

Por outro lado, é claro, deve-se buscar a conexão do tema mudanças climáticas com a necessidade de termos sistemas de saúde preparados para enfrentar as doenças emergentes e reemergentes, porque a ampliação das zonas de calor faz com que doenças transmissíveis por vetores ampliem-se cada vez mais na direção de áreas onde antes elas não existiam. E o controle de vetores fica dificultado pelas temperaturas altas em regiões onde as doenças já existem.

***Em 2024, o Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS) da Fiocruz completa 15 anos. Qual o balanço deste período?***

A criação do CRIS ocorreu, através de conversas com o Paulo Gadelha, que me sucedeu na presidência da Fundação e que tinha uma sensibilidade enorme para o campo da cooperação internacional, para reforçar a densidade, a fortaleza e robustez à cooperação internacional da Fiocruz, particularmente na cooperação Sul-Sul.

Um legado importante foi o desenvolvimento, dentro do CRIS, do conceito e da prática da cooperação estruturante em saúde. Isso significa superar definitivamente a visão de que nós sabemos e alguém não sabe na assistência técnica. Não, é um aprendizado sempre conjunto. A partir daí, o Centro se fortaleceu muito e contribuiu para a criação e o robustecimento das redes de institutos nacionais de saúde, seja da América Latina, seja da África, da CPLP [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa], a rede ibero-americana que inclui Portugal e Espanha, e também a rede de centros formadores de profissionais de nível médio, a educação de técnicos, que é liderada pela EPSJV; dos centros formadores ou das escolas de saúde pública, pela ENSP [Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca]; e dos bancos de leite humano pelo IFF [Instituto Fernandes Figueira].

Nos últimos quatro anos, implantamos o Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde, criando a série que já alcança mais de 80 seminários lançados de Saúde Global e Diplomacia da Saúde.

Os Cadernos de Saúde Global e Diplomacia da Saúde se transformaram em um veículo importante, utilizado não só pelo governo como também pela sociedade civil e pelas universidades brasileiras, hoje sendo um instrumento reconhecido.

Esses exemplos expressam a criação deste *think tank* chamado CRIS, que pensa a realidade internacional no campo da saúde e ao redor da saúde, aquilo que é extra setorial e que impacta a saúde.

## CRÉDITOS DOS AUTORES DESTE FASCÍCULO

**Adhemar Bahadian** - Diplomata brasileiro aposentado. Colunista do Jornal do Brasil online e outros veículos de comunicação

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire** - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

**Ananda Melo King** - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

**André Lobato** - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando UFRJ, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

**Augusto Paulo José da Silva** - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

**Armando De Negri Filho** - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, pesquisador visitante sênior do CRIS/Fiocruz

**Bernardo Bahia Cesáreo** - Pesquisador, Fundação Oswaldo Cruz

**Caio Murta** - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

**Claudia Chamas** - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

**Claudia Horisch** - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Danielly P. Magalhães** - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública, pesquisadora associada do CRIS Fiocruz, pesquisadora da Columbia University, EUA

**Deisy de Freitas Lima Ventura** - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

**Denise Oliveira e Silva** - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

**Diana Reyna Zeballos Rivas** - Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

**Eduardo Nilson** - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

**Erica Ell** - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

**Erica Kastrup** - Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutora em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz

**Federico Tobar**



**Felix Júlio Rosenberg** - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

**Isis Pillar Cazumbá da Cruz** - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

**Heliton Barros** - Pesquisador do Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz

**Jameson Vinícius Martins da Silva** - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

**Jesus Enrique Patiño Escarcina** - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

**Julia A. M. Abbud Ribeiro** - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Juliana Ubarana** - Docente e pesquisadora da Fiocruz Brasília; Graduação em Nutrição; Mestrado em Saúde Pública, ENSP/Fiocruz

**Lara Daibert** - Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

**Laurenice Pires** - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

**Luana Bermudez** - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

**Lúcia Marques** - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

**Luiz Augusto Galvão** - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

**Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza** - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

**Manuel Mahoche** - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

**Marciglei Brito Moraes** - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

**Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes** - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

**Maria Teresa Rossetti Massari** - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

**Matheus dos Santos da Silveira** - Graduado (UNAMA) e Mestre (UNILA) em Relações Internacionais; Estudante de Doutorado em Relações Internacionais, PUC-Rio

**Miryam de Souza Minayo** - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

**Nina Bouqvar** - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

**Patrícia Lewis** - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

**Paula Reges** - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

**Paulo Esteves** - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

**Paulo Marchiori Buss** - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

**Pedro Burger** - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

**Rafael Gomes França** - Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

**Renan Amaral Oliveira** - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

**Regina Ungerer** - Médica, Doutora em Ciências, pesquisadora sênior do Cris/Fiocruz

**Samia de Brito** - Graduação e Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

**Sebastian Tobar** - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

**Thaiany Medeiros Cury** - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

**Tomé Cá** - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

**Vitória Kavanami** - Graduada em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

## **Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então, já foram produzidos mais de **90** Informes quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

## **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, e, em 2023, **22** seminários, acessíveis em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

### **Próximos seminários – Série 2024**

**17 de abril – Saúde como ponte para a paz**

**02 de maio – Agenda 2030 e ODS na América Latina e Caribe**

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

**Centro de Relações Internacionais em Saúde**

***Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul***

**Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

**Número: 05/2024**

***Período de 26 de março a 9 de abril de 2024***

**Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, ERICA KASTRUP e PEDRO BURGER**

**Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2024**

**196 pp; il.**

**Bibliografia: Inclui Bibliografias.**

**1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.**

---

**Nota: Os artigos dos *Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz**